



# **ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL, ACTORES E CONTROVÉRSIAS**

**António Manuel Rodrigues Ricardo Baptista**

**Tese de Doutoramento em Sociologia**

**Abril de 2019**

**Animação Sociocultural, Actores e Controvérsias**

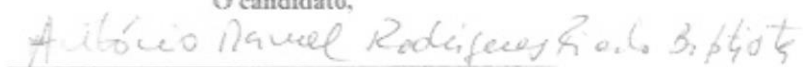
**António Manuel Rodrigues Ricardo Baptista**

**Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Sociologia da Cultura, Conhecimento e Educação, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor José Manuel Resende**

## DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

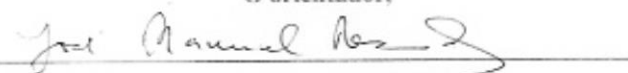


António Manuel Rodrigues Ricardo Baptista

Lisboa, 26 de Abril de 2019

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,



Professor Doutor José Manuel Vieira Soares de Resende

Lisboa, 26 de Abril de 2019

“A verdade é aquilo que resiste ao teste da experiência”

Albert Einstein

**Nota:** este trabalho não segue as normas do Acordo Ortográfico.

## AGRADECIMENTOS

Ao reflectir sobre as razões que explicam o meu interesse pelas questões sociais e pela opção que tomei por uma formação universitária na área da Sociologia, sou levado a concluir que na origem deste meu interesse e desta minha opção está, por um lado, a maneira surpreendida como vivenciei os acontecimentos do dia 25 de Abril de 1974 e, por outro lado, o fascínio que as movimentações sociais e políticas que se seguiram a esse dia geraram em mim, especialmente as que ocorreram no chamado “verão quente” de 1975. Envolvi-me convictamente, enquanto adolescente de 15 anos, em algumas dessas movimentações, tendo retirado dessas experiências ensinamentos que me proporcionaram uma perspectiva mais esclarecida acerca do mundo.

Comecei a trabalhar com dezasseis anos, numa associação sindical, em Setembro de 1975. Concluí o ensino secundário em finais dos anos 70 e ingressei no ensino superior, na licenciatura de Sociologia do ISCTE, no início dos anos 80, tendo concluído o curso em 1985.

Após a licenciatura, a minha experiência profissional sempre esteve relacionada com as áreas do emprego, da educação e da formação profissional nas várias organizações de trabalho por onde fui passando: associações sindicais, estabelecimentos de ensino secundário e superior e empresas de formação profissional.

Tendo em conta as exigências da minha actividade profissional, senti necessidade de obter novos conhecimentos, pelo que decidi, vinte e três anos após a conclusão da licenciatura, ingressar no mestrado em Sociologia – área de especialização em *Conhecimento, Educação e Sociedade* – da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Concluído o mestrado no início de 2010, abalancei-me a uma nova aventura. Desta vez, ingressando no doutoramento de Sociologia – área de especialização em *Cultura, Conhecimento e Educação*. Fi-lo com a consciência de que não seria fácil a conciliação entre a exigência do trabalho de doutoramento e o exercício da minha actividade

profissional. Apesar disso, decidi avançar, encontrando-me, neste momento, na recta final com a apresentação da tese.

Em todo este percurso, devo referir que aprendi muito, pelo que o meu primeiro agradecimento é endereçado a todos os professores da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas que me honraram com os seus ensinamentos.

A troca de ideias que fui tendo com os meus colegas de investigação proporcionaram-me perspectivas que me ajudaram no desenvolvimento do meu trabalho, pelo que lhes estou profundamente grato.

Aos meus amigos e colegas que se dispuseram a fazer a leitura crítica do meu trabalho, endereço o meu muito obrigado.

À Margarida Athayde e ao João Rosa, amigos de longa data, agradeço os seus preciosos reparos que fizeram ao trabalho que desenvolvi.

Aos Professores Avelino Bento, Joana Campos, Marcelino Sousa Lopes e Mário Montez expresso o meu agradecimento pela contribuição dada na difusão do inquérito por questionário lançado aos Animadores Socioculturais em Setembro de 2018.

À Dr.<sup>a</sup> Isabel Filipe, Presidente da APDASC, agradeço pela amável disponibilidade que manifestou em difundir o inquérito por questionário pelos membros da associação a que preside.

A todos os Animadores Socioculturais que se dispuseram a responder ao inquérito por questionário e, ainda, a todos aqueles que se dispuseram a conceder-me uma entrevista, manifesto a minha enorme gratidão.

Ao Professor José Manuel Resende, pessoa de um enorme saber e de uma grandiosa humanidade, expresso um especial agradecimento pelos ensinamentos que me proporcionou ao longo destes anos, pela sua permanente disponibilidade e pelo encorajamento nas fases mais difíceis deste meu percurso académico.

Finalmente, à minha mulher e à minha filha, agradeço a muita paciência que tiveram ao longo desta minha aventura académica.

## **Animação Sociocultural, Actores e Controvérsias**

**António Manuel Rodrigues Ricardo Baptista**

### **RESUMO**

A presente investigação tem como objectivo dar conta das várias problemáticas suscitadas no seio da Animação Sociocultural e das posições que assumem os seus actores nas controvérsias públicas em que se envolvem em torno dessas mesmas problemáticas. Sendo objecto de tratamento e de respeito desigual em matérias relacionadas com o exercício da sua actividade profissional, os Animadores Socioculturais, mobilizando gramáticas que servem de base à sua acção, reivindicam o direito a uma maior justiça no tratamento de que são alvo, expressando publicamente a sua indignação e procurando conferir visibilidade a matérias relacionadas com o valor dos diplomas, com o seu espaço de intervenção nas várias organizações onde prestam serviço, com o direito de controlar e proteger esse mesmo espaço e, ainda, com o estabelecimento dos requisitos para o exercício da actividade.

Em face do objectivo traçado, começa-se por apresentar a Animação Sociocultural enquanto actividade de intervenção social, educativa e cultural, a sua relação com as transformações sociais resultantes da desintegração das sociedades tradicionais e do crescimento das sociedades industriais a partir de meados do século XX, bem como a imprecisão, a ambiguidade e a incerteza que a caracterizam.

Segue-se a contextualização histórica da Animação Sociocultural do Estado Novo à democracia, as condições de integração dos Animadores Socioculturais num mercado em que se destacam as relações de trabalho incertas, baseadas em vínculos contratuais instáveis e em que a flexibilidade, a mobilidade e a adaptabilidade constituem requisitos indispensáveis para aceder ou para manter o emprego e, ainda, a apresentação das várias problemáticas que afectam esta actividade, em torno das quais os Animadores se envolvem em discussões, manifestando posições diferenciadas no espaço público.

Logo após, apontam-se as opções teóricas orientadoras da investigação, tendo essas opções recaído no quadro teórico da Sociologia Pragmática, perspectiva que



considera a acção como o produto de um encontro entre as situações e as formas como os actores nelas se envolvem

De seguida, referem-se as opções tomadas em matéria metodológica e técnica, tendo a estratégia extensiva sido considerada a mais ajustada ao objectivo da investigação, assim como a utilização de um inquérito por questionário contendo cenários que encerram dilemas de ordem profissional e, ao mesmo tempo, a utilização de uma entrevista semiestruturada como sendo as operações de recolha de dados mais acertadas.

Por último, apresentam-se, analisam-se e discutem-se os resultados obtidos. Realça-se, por um lado, que a decisão de trabalhar nesta área deve ser equacionada em função da fraca estabilidade profissional, do baixo nível de remuneração praticado, das escassas oportunidades de promoção e, ainda, da indefinição das fronteiras da sua acção. Por outro lado, mantendo-se a dificuldade em fixar uma jurisdição, não havendo reforço da vida associativa que fortaleça o poder profissional dos Animadores e apresentando-se a homologação do seu Estatuto como uma possibilidade longínqua, admite-se que o processo de construção e afirmação da Animação Sociocultural esteja seriamente comprometido e, nessa medida, posta de parte a hipótese da sua profissionalização, traduzida esta na possibilidade de haver reconhecimento de direitos exclusivos, nomeadamente ao nível da monopolização do exercício profissional, das condições de acesso à actividade profissional, da aplicação da disciplina, do recrutamento e do licenciamento, condições necessárias para garantir a transição entre ocupação e profissão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Animação Sociocultural, Sociologia Pragmática, Regimes de Envolvimento na Acção em Público, em Plano e Familiar

## **ABSTRACT**

This study aims to account for a diversity of problems emerging within Sociocultural Animation and how their actors intervene in public controversies related to those. Sociocultural animators, being the object of unequal treatment and respect in matters related to how their professional activity is exercised, by bringing in grammars that underpin their actions, demand their right to be treated fairly making their indignation

public. They also attempt to confer visibility to matters related to diplomas' recognition, scope of professional intervention, rights to control and protect a specific professional field and to establish which requisites are mandatory for exercising this activity.

In order to respond to the study's aim, we start by contextualizing Sociocultural Animation as a social, educational and cultural intervention activity in its relations with social transformations following disintegration of traditional societies or the development of industrial societies from the mid-twentieth century onwards. How Sociocultural Animation is embedded on imprecision, ambiguity and uncertainty, will also be examined.

Sociocultural Animation is then historically described from Estado Novo to Democracy. Sociocultural Animators are met with labour-market conditions characterized by uncertainty and instability of contracts. They are required to be flexible, mobile, and adaptable either to accessing or keeping their jobs. Because of this, diverse problems that are the object of discussions and controversy in the public domain are scrutinized.

The theoretical framework underpinning this research is then described. Pragmatic Sociology, considering one's actions as the end-product of an encounter between situations and ways in how actors get involved in them. Was chosen as the core theoretical approach.

Methodological and technical options follow through. The use of an extensive strategy was taken as the most suitable to meet the study's aim. A questionnaire inquiring about professional dilemmas and a semi-structured interview were also considered as appropriate data gathering techniques.

The results are then analysed and discussed. On the one hand, someone's decision to work in this field should be equated within a context of professional instability, low level of pay, scarcity of promotion opportunities and vagueness of professional work boundaries. On the other hand, fixing a jurisdiction code remains difficult, there is no reinforcement of trade union associations strengthening sociocultural animators' professional empowerment and an homologation of a specific professional status remains distant. Because of all this, it is claimed that the process of construction and affirmation of Sociocultural Animation as a profession is seriously compromised once no recognition of exclusive rights to establishing specific work boundaries, defining

access requirements, establishing disciplinary, recruitment and licensing codes, are yet met, allowing for a transition from an occupation to a profession.

**KEY-WORDS:** Sociocultural Animation; Pragmatic Sociology; Public, Plan and Familiar Regimes of Engagement.

## Índice

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO I: ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL: CAMINHOS INCERTOS .....</b>	<b>10</b>
<i>I.1 – Animação Sociocultural enquanto actividade de intervenção social, educativa e cultural.....</i>	<i>10</i>
<i>I.2 – Animação Sociocultural: definições e indefinições de uma actividade profissional ..</i>	<i>15</i>
<b>CAPÍTULO II: ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO..</b>	<b>34</b>
<i>II.1 – Animação Sociocultural no Estado Novo .....</i>	<i>34</i>
<i>II.2 – Animação Sociocultural no Portugal Democrático.....</i>	<i>53</i>
<i>II.3 – Animação Sociocultural e Mercado de Trabalho .....</i>	<i>59</i>
<i>II.4 –Animação Sociocultural e Controvérsias no Espaço Público .....</i>	<i>79</i>
<b>CAPÍTULO III: OPÇÕES TEÓRICAS ORIENTADORAS DA INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>96</b>
<i>III.1 – Acção em mundos plurais.....</i>	<i>96</i>
<i>III.2 – Justiça e bem comum.....</i>	<i>101</i>
<b>CAPÍTULO IV – OPÇÕES METODOLÓGICAS E TÉCNICAS.....</b>	<b>105</b>
<i>IV.1 – Trabalho científico enquanto trabalho de transformação.....</i>	<i>105</i>
<i>IV.2 – Procedimentos na preparação do trabalho empírico.....</i>	<i>110</i>
<i>IV.3 – Instrumentos técnicos de recolha de dados .....</i>	<i>112</i>
<i>IV.4 – População alvo da investigação.....</i>	<i>117</i>
<b>CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>117</b>
<i>V.1 – Caracterização geral da população inquirida.....</i>	<i>117</i>
<i>V.2 – Curso de Animação Sociocultural e vida profissional.....</i>	<i>123</i>
<i>V.3 – Emprego em Animação Sociocultural.....</i>	<i>127</i>
<i>V.4 – Garantias acerca da Animação Sociocultural .....</i>	<i>135</i>
<i>V.5 – Vida associativa.....</i>	<i>135</i>
<i>V.6 – Certificação.....</i>	<i>138</i>
<i>V.7 – Dilemas de ordem profissional .....</i>	<i>141</i>
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>177</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>189</b>
<i>Referências bibliográficas.....</i>	<i>189</i>
<i>Outra bibliografia consultada.....</i>	<i>203</i>

<i>Legislação .....</i>	<i>211</i>
<b><i>APÊNDICES.....</i></b>	<b><i>213</i></b>
<i>Apêndice A – Inquérito por Questionário .....</i>	<i>214</i>
<i>Apêndice B – Guião de Entrevista.....</i>	<i>233</i>
<i>Guião de Entrevista.....</i>	<i>234</i>
<i>Apêndice C – Gráficos e cenários profissionais .....</i>	<i>236</i>
<i>Apêndice D – Transcrições das entrevistas efectuadas.....</i>	<i>257</i>

## INTRODUÇÃO

A Animação Sociocultural é atravessada presentemente por situações que, fazendo apelo a princípios gerais de equivalência como critérios de igualdade, são consideradas injustas e humilhantes pelos seus protagonistas, contrariando, assim, os preceitos de funcionamento de uma sociedade “*decente*” (Margalit, 2007). Mobilizando gramáticas que servem de base à sua acção, os Animadores protestam, denunciam e reivindicam o direito a uma maior justiça no tratamento de que são alvo. Para tal, procurando assumir compromissos que garantam um fazer comum e, sendo assim, permitam o estabelecimento de um acordo que aponte para o cumprimento de uma igualdade de direitos e, dessa maneira, possa obter o reconhecimento entre os membros que compõem o seu colectivo e, num plano mais alargado, o reconhecimento da sociedade em geral.

Tendo por base princípios de justiça e de decência, os Animadores Socioculturais mobilizam-se em torno de situações em que são objecto de tratamento e de respeito desigual em matérias relacionadas com o exercício da sua actividade profissional, o que os leva a avaliar a Animação Sociocultural com base numa gramática centrada no regime das grandezas plurais e, nesse sentido, assumindo um envolvimento na acção firmado em torno de questionamentos que o desempenho profissional coloca quando procuram fazer a profissão (Resende & Dionísio, 2016). Como que a reforçar esses questionamentos, os Animadores Socioculturais expressam a sua indignação e, procurando conferir-lhe visibilidade, trazem para a arena pública focos de controvérsia, de tensão e desacordo quanto a matérias relacionadas com o valor dos diplomas, com o espaço de intervenção nas várias organizações onde prestam serviço, com o direito de controlar e proteger esse mesmo espaço e, ainda, com o estabelecimento dos requisitos para o exercício da actividade.

Ao denunciarem e discutirem publicamente as situações relacionadas com a vulnerabilidade da sua actividade profissional, percebe-se que os Animadores apresentam registos de envolvimento muito variáveis. Ao invocarem uma pluralidade de motivos para justificarem o seu acordo ou o seu desacordo, realçam as questões da justiça e do bem comum com vista à construção de soluções assentes em critérios de

subida em generalidade, ou seja, critérios baseados em princípios de equivalência que são orientados para uma desejada validade universal.

Ao longo da fase exploratória da investigação, quer através da reunião de dados de carácter documental<sup>1</sup>, quer pelas indicações fornecidas por via das entrevistas efectuadas a uma amostra de informadores privilegiados<sup>2</sup>, foram identificadas várias problemáticas que geram tensões e controvérsias entre os Animadores Socioculturais. Essa identificação, servindo de ponto de referência no trabalho de investigação empírica que se seguiu, permitiu, desde logo, colocar a questão de saber até que ponto a Animação Sociocultural é susceptível de profissionalização, traduzida esta na possibilidade de haver reconhecimento de direitos exclusivos, nomeadamente ao nível da monopolização do exercício profissional, das condições de acesso à actividade profissional, da aplicação da disciplina, do recrutamento e do licenciamento, condições necessárias para garantir a transição entre ocupação e profissão.

No presente processo de investigação, de que esta tese dá conta, apresenta-se a Animação Sociocultural enquanto actividade de intervenção social, educativa e cultural e as suas inúmeras (in) definições. Segue-se a contextualização histórica da Animação Sociocultural do Estado Novo à democracia e as condições de integração dos Animadores Socioculturais no mercado. Logo após, apontam-se as opções teóricas orientadoras da investigação. De seguida, referem-se as opções tomadas em matéria metodológica e técnica. Por último, apresentam-se, analisam-se e discutem-se os resultados obtidos por via do inquérito por questionário e das entrevistas realizadas, bem como se apontam as limitações deste estudo e futuras linhas de pesquisa.

---

<sup>1</sup> Através da análise documental (monografias, publicações periódicas, actas de congressos, seminários e encontros, fóruns de discussão e blogs) foi possível perceber as tomadas de posição dos porta-vozes da Animação Sociocultural sobre as problemáticas que geram tensões e controvérsias nesta área de actividade profissional.

<sup>2</sup> Foram efectuadas oito entrevistas ao longo do mês de Julho de 2010: quatro a Animadores Socioculturais com formação superior, duas a professores do curso de licenciatura em Animação Sociocultural, uma a um dirigente associativo e uma a um estudante finalista do curso de licenciatura em Animação Sociocultural.

Assim, no que se refere ao:

#### *CAPÍTULO I – “Animação Sociocultural: caminhos incertos”:*

- apresenta-se, em primeiro lugar, a Animação Sociocultural enquanto actividade de intervenção social, educativa e cultural. A sua origem, de acordo com as indicações dadas por vários autores (Ander-Egg, 1999; Badesa, 2008; Garcia, 1980; Gonzalez, 2008; Lopes, 1993, 2006; Thery, 1970; Ventosa, 2007), encontra explicação nas transformações sociais resultantes da desintegração das sociedades tradicionais e do crescimento das sociedades industriais a partir de meados do século XX, com todas as implicações que estas transformações provocaram nas várias dimensões da vida humana;
- dá-se conta, em segundo lugar, das inúmeras (in)definições da Animação Sociocultural, realçando-se a imprecisão, a ambiguidade e a incerteza como traços caracterizadores reconhecidos pelos vários autores.

#### *CAPÍTULO II – “Animação Sociocultural: passado, presente e futuro”:*

- contextualiza-se historicamente, em primeiro lugar, a Animação Sociocultural em Portugal no período do Estado Novo, bem como na fase que se seguiu ao 25 de Abril de 1974 até aos dias de hoje;
- apresentam-se, em segundo lugar, as condições de integração dos Animadores Socioculturais num mercado em que se destacam as relações de trabalho incertas, baseadas em vínculos contratuais instáveis e em que a flexibilidade, a mobilidade e a adaptabilidade constituem requisitos indispensáveis para aceder ou para manter o emprego;
- identificam-se, em terceiro e último lugar, as várias problemáticas que afectam a Animação Sociocultural, em torno das quais os Animadores se envolvem em discussões, assumindo diferentes tomadas de posição no espaço público.



### *CAPÍTULO III – “Opções teóricas orientadoras da investigação”:*

- mobiliza-se, como forma de orientar a presente investigação, o quadro teórico da Sociologia Pragmática, perspectiva que considera a acção como o produto de um encontro entre as situações e as formas como os actores nelas se envolvem em determinados regimes (Thévenot, 2006), conferindo-lhe, deste modo, um elevado potencial heurístico;
- toma-se, como ponto de orientação central, o regime de acção em público, com a sua pluralidade de modelos justificativos, sempre que os Animadores Socioculturais, envolvidos em disputas em torno de situações problemáticas de justiça, são chamados a justificar publicamente as suas acções e, nessa medida, deixando perceber os dispositivos de acção que servem de base a essas operações de justificação;
- registam-se, ao mesmo tempo, como forma de fazer o comum no plural, maneiras compósitas de envolvimento na acção, numa linha de combinação do regime de acção em público com o regime de acção familiar, centrado em práticas de proximidade, de familiaridade, de afectividade e de intimidade com as pessoas e as situações em que estas se encontram, práticas que proporcionam aos Animadores Socioculturais um elevado nível de segurança, não só como lidam com o seu quotidiano de trabalho, mas também como encaram o seu futuro profissional,
- igualmente, numa linha de combinação, não deixa de haver a convocação do regime de envolvimento em plano, em que os Animadores se mostram capazes de tomar decisões autonomamente, de forma racional, acerca de problemas relacionados com as suas práticas profissionais e acerca dos seus projectos de trabalho no futuro,
- e, ainda, havendo um envolvimento cujo propósito é encontrar um entendimento sobre a definição da Animação Sociocultural, procurando diferenciá-la de outras áreas de actividade, é também mobilizado o regime de exploração.

#### *CAPÍTULO IV – “Opções metodológicas e técnicas”:*

- considerou-se, em matéria metodológica, tendo em conta que a opção teórica orientadora da investigação recaiu numa perspectiva sociológica compreensiva que privilegia a análise dos motivos e não tanto as causas que levam os indivíduos a agir, a estratégia de pesquisa extensiva como a mais ajustada, uma vez que o propósito era obter as justificações, os protestos, as denúncias, as reivindicações do maior número possível de Animadores Socioculturais de formação superior;
- optou-se, em matéria técnica, tendo em conta a estratégia de pesquisa adoptada, pela utilização de um inquérito por questionário que, para além de conter áreas de observação quantitativa, inclui uma área contendo cenários que encerram dilemas de ordem profissional e em relação aos quais os Animadores Socioculturais inquiridos assumem uma pluralidade de formas de fazer o comum na Animação Sociocultural, permitindo, desta maneira, uma análise quantitativa e, ao mesmo tempo, uma análise de carácter qualitativo;
- optou-se, ao mesmo tempo, como forma de conferir maior qualidade às informações fornecidas pelo inquérito por questionário, por uma entrevista semiestruturada, considerando-se que estes dois instrumentos, ao serem usados em simultâneo, constituem um bom complemento um do outro e, sendo assim, ajustados à fase empírica da investigação.

#### *CAPÍTULO V – “Apresentação, análise e discussão de resultados”:*

- caracteriza-se, em primeiro lugar, os Animadores Socioculturais em termos de género, idades, origem social, sector de actividade económica em que exercem a actividade e a sua distribuição pelas várias regiões do país;
- destacam-se, em segundo lugar, os contributos conferidos pelo curso de Animação Sociocultural ao nível da sua vida profissional;

- apresenta-se, em terceiro lugar, o tipo de emprego proporcionado pela Animação Sociocultural, evidenciando-se a relação entre o emprego e a formação superior obtida, os vínculos contratuais e a estabilidade de emprego, as contrapartidas salariais pelo trabalho prestado, a satisfação no trabalho e o tempo de transição entre a conclusão do curso e o primeiro emprego;
- realça-se, em quarto lugar, em matéria de garantia dada pelos Animadores acerca da Animação Sociocultural, que a decisão de trabalhar na área deve ser ponderada em função da estabilidade profissional, do nível remuneratório praticado, da carreira profissional e das oportunidades de promoção;
- dá-se conta, em quinto lugar, da relação entre a vida associativa dos Animadores e a capacidade destes em coordenar uma acção comum em torno das problemáticas que afectam a actividade;
- aponta-se, em sexto lugar, o valor atribuído aos diplomas superiores de Animação Sociocultural e, ao mesmo tempo, em que medida esse valor tem tradução no nível das remunerações praticado e na protecção dada ao espaço de intervenção dos Animadores nas organizações onde exercem a actividade;
- apresentam-se, em sétimo e último lugar, as dúvidas manifestadas pelos Animadores Socioculturais quanto à necessidade de um Estatuto como condição para o exercício da actividade.

## *CONCLUSÕES*

- retomam-se, nesta parte do estudo, as várias problemáticas que, dando aso a situações de tratamento e de respeito desigual, dificultam o processo de profissionalização da Animação Sociocultural e as justificações apresentadas pelos Animadores para as tomadas de posição que assumem em relação a essas problemáticas.

## *LIMITAÇÕES DO ESTUDO E FUTURAS LINHAS DE PESQUISA*

- apontam-se algumas limitações do presente estudo e enunciam-se algumas futuras linhas de pesquisa.

Os resultados obtidos indicam que há uma pluralidade de formas de fazer o comum na Animação Sociocultural e, nessa medida, que a profissionalização da Animação Sociocultural, tendo em vista a possibilidade de haver reconhecimento de direitos exclusivos – em termos da monopolização do exercício profissional, das condições de acesso à actividade profissional, da aplicação da disciplina, do recrutamento e do licenciamento – apresenta como exigência a clarificação do seu campo teórico, metodológico e prático, constituindo, por isso, um desafio que os Animadores Socioculturais terão de enfrentar e resolver. As inúmeras discussões que têm tido lugar em torno da construção e afirmação da Animação Sociocultural apontam para a necessidade de, por um lado, promover um amplo debate sobre os modelos de racionalidade teórica que a devem orientar e justificar, com transferência para o campo da teoria dos resultados que vão sendo obtidos a partir do diálogo que vai acontecendo com a realidade social e, por outro lado, especificar, validar e generalizar os seus princípios, protocolos e procedimentos metodológicos e, ainda, esclarecer as imprecisões, contradições e ambiguidades da função da Animação Sociocultural na sociedade moderna actual.

## **CAPÍTULO I: ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL: CAMINHOS INCERTOS**

### ***1.1 – Animação Sociocultural enquanto actividade de intervenção social, educativa e cultural***

A animação, entendida como um “*processo de dar vida, de infundir alma a alguém ou alguma coisa; acto ou efeito de animar ou de se animar*”<sup>3</sup>, é um fenómeno de todos os tempos. No entanto, a origem do conceito de animação, enquanto prática ligada à intervenção social, educativa e cultural, surge somente a partir de meados do século XX, indicação que é partilhada pelos vários autores (Badesa, 2008; Ender-Egg, 1999 e 2008; Garcia, 1980; Gonzalez, 2008 e 2008a; Lopes, 1993 e 2006; Peres, 2004; Thery, 1970; Tracana, 2006; Ventosa, 2007).

Thery (1970), por exemplo, situa o surgimento do conceito nos anos 60, enquanto resposta ao aumento dos consumos individuais em detrimento da vida social e política, referindo que, “*na verdade, pensava-se mais nas coisas do que nos homens, mais nos ‘templos’ do que no encontro dos homens, mais nos equipamentos do que na animação*”.

Por sua vez, Ventosa (2007, p. 210) refere que

*“a Animação Sociocultural não surge do nada, nem por geração espontânea, é porém fruto de um processo histórico europeu desenvolvido ao longo da segunda metade do século XX e caracterizado por dois rasgos fundamentais: o desenvolvimento progressivo da democracia como sistema político comum a todos os países europeus, a busca de uma identidade cultural europeia como base fundamental da convergência desses países face à sua unidade política, social e económica.”*

No mesmo sentido parece apontar Garcia<sup>4</sup> (cit. in Lopes, 2006), ao relacionar a origem da Animação Sociocultural com a recomposição do tecido social. Esta

---

<sup>3</sup> Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa.

<sup>4</sup> Garcia, Orlando (1980), “A Animação Local”. Comunicação proferida no âmbito do Seminário A Animação na e através da comunidade, Lisboa, SISMET (texto policopiado).

recomposição foi provocada pelo nascimento das sociedades industriais e desintegração das chamadas sociedades tradicionais, com todos os problemas que uma alteração dessa natureza acarretou nos “*modos de vida*” (Guerra, 1993), nomeadamente ao nível da integração social, da participação comunitária, da comunicação interpessoal e da identidade cultural. Estes problemas são colocados pelos novos modelos de socialização que entretanto foram surgindo e que, mais perto do tempo presente, ganharam expressão à medida a que se foi assistindo à passagem de uma sociedade localizada, em que as identidades se confinavam, basicamente, ao território e à língua, para uma sociedade globalizada, assente em redes de comunicação virtuais, em que as identidades passam a apresentar um carácter transterritorial, multilinguístico e multimédia e, nessa medida, compartilhadas, estruturando-se a partir de uma representação colectiva da realidade, da existência de um espaço virtual comum que permite o intercâmbio, a identificação e a experimentação do sentido de pertença e, ainda, a partir de finalidades comuns definidas a partir da vivência do sentido de pertença (Gonzalez, 2008; 2008a).

Neste contexto de modernidade, a Animação Sociocultural assume-se, de acordo com Peres (2004), como uma estratégia política, educativa e cultural de emancipação individual e colectiva, baseada num conjunto de práticas de investigação social, participação e acção comprometida.

Também Ander-Egg (1999, p. 9), a propósito da Animação Sociocultural, diz tratar-se de uma “*expressão utilizada inicialmente na Europa desde meados dos anos 60, particularmente em França e na Bélgica, para designar um conjunto de acções dirigidas a gerar processos de participação dos indivíduos tendentes à dinamização do corpo social*”, apresentando-se, actualmente, segundo o mesmo autor (2008, pp. 24-26), com o propósito de procurar “*uma nova cultura como antídoto à globalização cultural*”:

*“Para conseguir que a cultura seja um factor de libertação, de convivência fraternal e de fortalecimento do meio social, os animadores têm que ser dinamizadores da cultura viva, para fazer brotar o gérmen de um estilo cultural que procure ser resposta aos desafios e interrogações que se apresentem a inícios do século XXI. (...) Do que se trata, é de mudar a nossa vida, o nosso modo de viver. O ser humano, entre todos os seres vivos, é o único que pode desrealizar-se, ou seja, alienar-se ou enlouquecer-se. Um tigre, dizia Ortega e Gasset, não perde a sua ‘tigreidade’ e*

*podemos acrescentar por nossa parte, um cão, não perde a sua ‘cãoseidade’, nem um gato a sua ‘gatoneidade’, nem uma galinha a sua ‘galinheidade’, mas um ser humano pode ‘desumanizar-se’, ‘desrealizar-se’ pelo seu modo de viver”.*

Esta linha de argumentação é corroborada por Tracana (2006, pp. 12-13), ao afirmar que

*“o animador deve pensar global e agir localmente, defendendo as culturas locais e populares, salvaguardando as identidades regionais, resistindo à globalização nos seus efeitos mais perversos e redutores da riqueza ou pobreza, terminus absolutos, da ausência de igualdade de oportunidades. O animador deve ajudar a compreender e a enfrentar um mundo cada vez menos inteligível, descodificando os seus sinais, apetrechando os menos preparados na revolução da sociedade do conhecimento e da informação. (...) o animador tem assim um papel libertador... fazendo de algum modo frente à globalização e favorecendo a reprodução social e cultural de cada comunidade.”*

Sendo estreita a relação entre a Animação Sociocultural e as transformações ocorridas em termos sociais, educativos e culturais, a sua razão de ser, segundo Lopes (1993, p. 76),

*“ancora numa metodologia de resposta à despersonalização e massificação; à individuação em desfavor das sociabilidades públicas; ao enfraquecimento dos grupos intermédios; à fulgurante ascensão do mito do sucesso e da realização pessoal como fins em si mesmo; à insaciável busca de uma liberdade que conduz ao afastamento do outro”.*

O desenvolvimento comunitário, a participação social, a educação permanente e a intervenção nos domínios político, económico, educativo e cultural constituem, segundo Badesa (2008), o denominador comum no aparecimento da Animação Sociocultural em vários países da Europa a partir dos anos 60, designadamente em França, Reino Unido, Alemanha, Suíça e Espanha.

A emergência da Animação Sociocultural, enquanto actividade de intervenção social, educativa e cultural, encontra explicação nas transformações sociais ocorridas a

partir de meados do século XX, bem como na acção das organizações internacionais e nas políticas sociais e culturais promovidas pelos diferentes Estados nacionais:

*“A animação sociocultural nasce como uma forma de promoção de actividades destinadas a encher criativamente o tempo livre, corrigir o desenraizamento que produzem os grandes centros urbanos, evitar que se aprofunde ainda mais a fenda ou fossa cultural existente entre diferentes sectores sociais, (...) criação de âmbitos de encontro que facilitem as relações interpessoais, alentar as formas de educação permanente e criar as condições para a expressão, iniciativa e criatividade dos indivíduos.” (Ander-Egg, 1999, p. 9).*

Em matéria de transformações sociais, destaca-se, antes de mais, o aumento do tempo livre a partir da década de 50, mercê da diminuição dos horários de trabalho e da consagração do direito a férias remuneradas, sendo que, nestas circunstâncias, a Animação Sociocultural surge com o objectivo de planear e estruturar esse mesmo tempo livre de forma a contribuir para a realização pessoal e social dos indivíduos. Em seguida, destacam-se as situações de risco relacionadas com a pobreza, a marginalidade e a exclusão social, fenómenos que a sociedade industrial trouxe consigo e, sendo assim, a Animação Sociocultural surge como uma forma de promover a integração e participação dos indivíduos na vida social. Por último, assinala-se o incremento da educação social como preocupação em promover a participação dos indivíduos e em desenvolver o seu espírito crítico, procurando que estes se transformem em agentes activos da sua formação.

No que respeita à acção das organizações internacionais, realça-se a importância dos estudos e dos programas incrementados, em especial pela *UNESCO*<sup>5</sup> e pelo *Conselho da Europa* (através do *Conselho de Cooperação Cultural*<sup>6</sup>), em áreas como a educação permanente, a educação extra-escolar e as políticas culturais e que

---

<sup>5</sup> Segundo a UNESCO, “A Animação Sociocultural é um conjunto de práticas sociais que tem como finalidade estimular a iniciativa e a participação das comunidades no processo do seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida sociopolítica em que estão integradas.”

<sup>6</sup> Surgido em 1962, o Conselho de Cooperação Cultural subdividiu-se, em 2001, em quatro comités directores: o Comité Director da Educação, o Comité Director do Ensino Superior e da Investigação o Comité Director da Cultura e o Comité Director do Património Cultural.



contribuíram para que a Animação Sociocultural encontrasse o seu espaço de actuação e, dessa maneira, obtivesse reconhecimento internacional.

Ao mesmo tempo, a incorporação das preocupações sociais e culturais nas políticas públicas por parte dos diferentes Estados Nacionais contribuiu, através dos órgãos centrais e locais, para a contratação de técnicos animadores para realizarem funções associadas ao combate à pobreza e à exclusão social, à educação permanente e à difusão cultural. A cultura, a educação, a acção social, o associativismo, a problemática juvenil, a terceira idade, a protecção de crianças e jovens, a promoção de novas tecnologias, a formação de adultos, o desporto constituem, entre outras, áreas de trabalho que exigem equipas técnicas especializadas nas quais participam, muitas vezes, os Animadores Socioculturais.

#### ***1.1 – Em síntese:***

A origem da Animação Sociocultural, enquanto actividade de intervenção social, educativa e cultural, encontra-se relacionada com as transformações sociais resultantes do crescimento da sociedade industrial e da desintegração da sociedade tradicional, com todos os problemas que estas transformações provocaram ao nível da integração social, da participação comunitária, da comunicação interpessoal e da identidade cultural. Estes problemas resultaram dos novos modelos de socialização que entretanto foram surgindo e que ganharam expressão à medida a que se foi assistindo à passagem de uma sociedade localizada, em que as identidades se confinavam, basicamente, ao território e à língua, para uma sociedade globalizada, assente em redes de comunicação virtuais, em que as identidades passam a apresentar um carácter transterritorial, multilinguístico e multimédia. Nestas circunstâncias, a Animação Sociocultural assume-se com o propósito de promover a integração e participação dos indivíduos na vida social.

## ***1.2 – Animação Sociocultural: definições e indefinições de uma actividade profissional***

Pese embora a projecção ganha a partir de meados do século XX, a imprecisão, a ambiguidade e a incerteza parecem constituir traços caracterizadores do processo de profissionalização da Animação Sociocultural. Imprecisão, por ser difícil delimitar os seus contornos. Ambiguidade, pelos múltiplos sentidos atribuídos ao conceito e que resultam, por um lado, de posicionamentos ideológicos diferentes e, por outro lado, da grande diversidade de âmbitos, de contextos e de públicos a quem a actividade se dirige<sup>7</sup>, bem como da grande variedade de instrumentos que utiliza e de actividades que desenvolve. Incerteza, pelo carácter transitório de muitos dos seus trabalhos.

A imprecisão, a ambiguidade e a incerteza não são estranhas ao Animador. O próprio conceito de Animação, em termos de evolução cronológica, remete-nos para uma ampla gama de concepções, de tendências e de perspectivas. Na verdade, *“não há um autor que se tenha preocupado com o conceito de animação sociocultural que, em seguida, não tenha reconhecido a polissemia, a ambiguidade, a imprecisão, o carácter vago... no uso da expressão”* (Trilla, 2004, p. 25).

O mesmo é reconhecido por Quintas e Castaño (1998, p. 17) quando afirmam que *“o conceito de animação é bastante impreciso. Não existe unanimidade entre os autores”*. Há, com efeito, segundo Lopes (1993, p. 79), uma *“conflitualidade teórica à volta do conceito”*, conferindo aos autores perspectivas de abordagem diferentes: para uns, inspirados em correntes anglo-saxónicas de raiz funcionalista, a animação contribui para a regulação do sistema social, mediante a acção de mecanismos estruturais conducentes a uma *“situação social harmoniosa”*; para outros, influenciados pela filosofia das luzes (seja a corrente personalista de inspiração cristã, seja a corrente laica com raízes no socialismo utópico, marcada pela *“educação popular”*, propondo a

---

<sup>7</sup> *“O Animador tem um leque vasto de escolhas para poder trabalhar; poderá empregar-se em instituições, privadas ou comunitárias: fundações, autarquias, museus, bibliotecas, jardins-de-infância, escolas, estabelecimentos prisionais, hospitais, centros de terceira idade, colónias de férias, associações (culturais, recreativas, infantis, juvenis, grupos étnicos, emigrantes, toxicodependentes, homofobia...), empresas, centros comerciais”*, excerto da comunicação *“Intervenção e Empregabilidade dos Animadores Socioculturais”*, efectuada por Catarina Maria Santos Garrelhas no I Congresso Nacional de Animação Sociocultural, realizado no Centro de Congressos de Aveiro entre os dias 18 e 20 de Novembro de 2010 e subordinado ao tema *Profissão e Profissionalização dos Animadores*.

resolução das contradições sociais com vista à criação de uma sociedade mais justa), a animação transcende as meras relações interpessoais para se estender às relações colectivas; para os autores de inspiração marxista, a animação só tem sentido se ligada a uma acção política com vista à transformação radical das estruturas económicas e sociais.

Em abordagens mais recentes, inspiradas pela definição de Animação Sociocultural dada pela UNESCO, a tendência parece caracterizar-se por um certo consenso em relação ao conceito, realçando-se a importância da comunicação interpessoal, das metodologias activas, dos processos de consciencialização, da autonomia e libertação dos indivíduos e grupos, da participação dos indivíduos na transformação das suas vidas, em suma, a noção de que o homem se deve tornar um actor no pleno sentido do termo, ou seja, um criador dos sistemas de organização social (*ibid.*, 1993).

Num artigo intitulado “*Sobre a definição de Animação Sociocultural*”, Azevedo (2008a), após colocar várias interrogações – “*A animação sociocultural poderá ser uma ciência? Poderá ser um ramo das ciências sociais? O que é a animação sociocultural? Será uma técnica, um método ou uma ciência?*” –, reconhece “*que a mesma é um diamante em bruto que carece de ser lapidado de forma a otimizar a sua apresentação e aplicação social*”.

Théry<sup>8</sup> (citado por Ander-Egg, 1999, p. 72) define a Animação Sociocultural como um

*“processo que compreende a acção em movimento, uma vitalização, uma dinamização das energias que existem no seio do grupo, pessoas ou comunidades e, paralelamente, uma restituição desta energia à comunidade de que emana para contribuir para um ‘desenvolvimento comunitário’ (...) com a condição de se ‘libertar da alienação’ implícita de uma certa forma de cultura”.*

Por seu turno, Ander-Egg (1986) – ao considerar que a pedagogia da Animação Sociocultural é a proximidade – faz prevalecer as qualidades pessoais sobre as

---

<sup>8</sup> Théry, H. (1970). “L’animation dans la société d’aujourd’hui”. *Recherche Sociale*, n.º. 32, 1970.

qualidades intelectuais, o que parece traduzir um regime de acção que decorre, conforme é referido por Thévenot (2006, pp. 10 e 246), num quadro de “*ambiente familiar*”<sup>9</sup>. Nestas circunstâncias, havendo um envolvimento próximo, afectuoso, íntimo do Animador com as pessoas e as situações em que estas se encontram, o reconhecimento mantém-se no estado das relações primárias em que os benefícios mantidos são localizados e personalizados.

Ainda no que respeita ao reconhecimento resultante do envolvimento de proximidade, quadro em que se encontra o Animador na relação que mantém com as pessoas e as situações em que estas se encontram, Axel Honneth (2011, p. 129) diferencia a forma de reconhecimento do amor da forma de reconhecimento jurídico. Refere que, embora ambas as formas recorram ao mecanismo do reconhecimento recíproco, a reciprocidade do reconhecimento do amor antecede a reciprocidade de reconhecimento jurídico. Ao contrário da reciprocidade do reconhecimento do amor – entendendo por este “*todas as relações primárias, na medida em que elas consistam, segundo o modelo de relações eróticas a dois, amizades, e relações entre pais e filhos, de fortes ligações sentimentais entre algumas poucas pessoas.*” (*ibid.*, p. 131) –, a reciprocidade de reconhecimento jurídico apenas se consegue formar com o decorrer do tempo, ou seja, na sequência de um desenvolvimento histórico (*ibid.*, p. 149).

Compreende-se, assim, que as situações de injustiça a que os Animadores Socioculturais se encontram sujeitos, em resultado de se considerarem lesados em termos de direitos laborais, sejam ilustrativas de como é necessário tempo para que o reconhecimento deixe de estar unicamente na esfera da proximidade e passe também a estar na esfera jurídica. Em todo o caso, pese embora a Animação Sociocultural, enquanto prática ligada à intervenção social, educativa e cultural, tenha surgido a partir de meados do século XX, as dificuldades de construção e afirmação enquanto

---

<sup>9</sup> “*Les actions en question, plus couramment dites ‘pratiques’, sont principalement caractérisées en opposition à la (...) réflexion, du choix, et même de la conscience. Les activités sont apparentées à des habitudes irréfléchies et incorporées.(...) les particularités gageant l’engagement familial font porter une forte exigence sur la communication avec cette autre personne, une communication qui doit être assez précautionneuse pour prendre garde à ce bien du plus proche. Autrui peut alors contribuer, en tant que témoin, à la reconnaissance de la personne intime. Cela suppose une intime communication qui, quoique non réservée à des relations familiales, réclame pour se déployer une écoute patiente dans l’attention affectueuse d’un engagement asymétrique de sollicitude, ou dans la mutualité d’engagement amicaux ou amoureux.*”

actividade profissional mantêm-se, o que levanta a questão de saber se a Animação Sociocultural é profissionalizável. A ausência de um corpo teórico de conhecimentos, que sirva de ligação entre os problemas diagnosticados e a actuação sobre esses problemas (Abbott, 1988), torna difícil a constituição de uma área jurisdicional, o que possibilita a intromissão de outros profissionais no campo da Animação Sociocultural. Esta incapacidade em fixar a jurisdição conduz a uma indefinição das fronteiras da sua acção, o que torna difícil um processo de transição entre ocupação e profissão.

A ser assim, embora a experiência do modo de reconhecimento do amor, centrada em práticas de grande proximidade e de empatia no decorrer da actividade profissional, se revele importante ao nível da segurança emocional do Animador – seja em termos como lida com o seu quotidiano de trabalho, seja pela maneira optimista como encara o seu futuro profissional, seja, ainda, pelas expectativas que alimenta em assegurar as capacidades que lhe abram a possibilidade de aceder a outras esferas do reconhecimento –, o certo é que a ausência de um reconhecimento de ordem jurídica torna imprecisa e ambígua a definição da Animação Sociocultural, tanto na sua especificidade, como nas suas funções, apresentando-a Ander-Egg (1986, p. 125) como

*“um conjunto de técnicas sociais que, baseadas numa pedagogia participativa, tem como finalidade promover práticas e actividades voluntárias que, com a participação activa das pessoas, se desenvolvem num seio de um grupo ou comunidade determinada, e se manifesta nos diferentes âmbitos das actividades socioculturais que procuram a melhoria da qualidade de vida”.*

Como que a comprovar a ambiguidade da Animação Sociocultural, Ander-Egg (1999, pp. 69-77) dá conta de trinta e duas definições de vários autores, referindo que a maior parte delas *“expressam um projecto pedagógico de consciencialização, de participação e de criatividade social [que] cada um, conforme as suas próprias perspectivas ideológicas/políticas/científicas e a sua própria prática, poderá escolher ou rejeitar”.*

Numa tentativa de sintetizar as definições de diversos autores sobre a Animação Sociocultural, Lopes (2006) põe em relevo a grande variedade de sentidos atribuídos ao conceito: uma *“metodologia activa”*, um *“conjunto de práticas”*, um *“conjunto de*

*técnicas”, um “processo de consciencialização”, uma “intervenção”, um “percurso de desenvolvimento e auto-desenvolvimento”, um “estímulo”, uma “participação”, uma “transformação”.*

Reconhecida a imprecisão e a ambiguidade como traços que caracterizam a Animação Sociocultural, isso leva a que um conjunto de autores se envolva num trabalho de exploração (Auray, 2002 e 2011; Thevenot, 2014) com o intuito de encontrar um entendimento sobre a sua definição (Azevedo, 2009; Badesa, 2008; Badesa & Moriche, 2015; Caride, 2004; Correia, 2008; Dinis, 2007; Fonte, 2015; Idáñez, 2015; Montez, 2015; Pocinho, Belo, Santos & Madeira, 2015; Quintana, 1993; Quintas & Sanchez, 1999; Santos, 1998; Serrano, 2011; Silva, 2016; Sousa, 2015; Ventosa, 2011 e 2015).

Para Badesa (2008, pp. 44-51), após a identificação dos elementos comuns e diferenciadores da actividade a partir das definições dadas por vinte e quatro autores, a Animação Sociocultural:

*“ (...) es un método de intervención, con acciones de práctica social, dirigidas y destinadas a animar, ayudar, dar vida, poner en relación a los individuos y a la sociedad en general, con una adecuada tecnología, y mediante la utilización de instrumentos que potencien el esfuerzo y la participación social y cultural.”*

Ainda a partir dessas definições, Badesa (2008, p. 51) aponta o objectivo da Animação Sociocultural:

*“Transformar la sociedad mediante la participación y la iniciativa, con el fin de conseguir el desarrollo personal, social y cultural, y a la vez potenciar la comunicación interpersonal, respetando los valores democráticos, que lleven a la concienciación e integración social.”*

Ao situar a Animação Sociocultural num terreno *“flexível”* e por natureza *“criativo”* e, socorrendo-se de um discurso metafórico, Dinis (2007), ao envolver-se num trabalho de exploração (Auray, 2002 e 2017; Thevenot, 2014) com o propósito de encontrar um entendimento sobre a sua definição, procura diferenciá-la de outras áreas

de actividade ao identificar e caracterizar cinco perfis de Animadores: 1) o “*vidente*”, cuja amplitude vai desde o visionário, mágico e sonhador, passando pelo militante, vanguardista e estratega, até ao revolucionário, um modelo em que as soluções são determinadas aprioristicamente; 2) o “*terapeuta*”, cujo espectro cobre o analista, o parteiro, o médico, o reformador e o psicólogo, um modelo de pendor reformista; 3) o “*guia*”, cobrindo o intérprete, o bandeirante, o empreendedor e também o dinamizador cultural e o artífice de memórias colectivas; 4) o “*técnico*”, compreendendo o prestador de serviços, o agente de programação e o organizador profissional, um modelo que assenta num paradigma funcional de eficiência e eficácia; 5) o “*mediador*”, cujo modelo focaliza o papel de procurador, intermediário e treinador, centralizando toda a acção nas pessoas, nos grupos e nas comunidades.

Sublinhando a flexibilidade e a criatividade apontada por Dinis, Azevedo (2009), também com o mesmo intuito exploratório, acrescenta o perfil do “*animador empreendedor*”, como sendo aquele que “*desenvolve a actividade em diferentes cenários e posições organizacionais, quer como colaborador em qualquer organização do terceiro sector ou do sector público, quer como empresário em nome individual em qualquer sociedade comercial, independentemente da sua forma jurídica*”.

Ao traçar o “*perfil do Animador Investigador*”, Correia (2008) realça um conjunto de requisitos em que, notoriamente, as qualidades pessoais prevalecem sobre os conhecimentos: desde a humildade, a coragem, a solidariedade, a paciência, a persistência e a tolerância, passando pela mediação, a negociação, a criatividade, o dinamismo e a inovação, até à capacidade de adaptação, à flexibilidade e ao espírito empreendedor.

Por sua vez, Badesa (2008, pp. 180-199) enumera os recursos que constituem as várias dimensões do perfil do Animador Sociocultural<sup>10</sup>, assim como os valores que

---

<sup>10</sup> “*Dimensión cognitiva: se refiere a la capacidad global para actuar con un propósito, pensar racionalmente y enfrentarse de forma eficaz con el medio. (...) Dimensión afectiva: afecto e sensibilidad ante las personas y disposición a prestar servicio. (...) Dimensión social y de relación: se refiere a las relaciones interpersonales que ponen en comunicación y ayudan a cada uno de los miembros del grupo. (...) Dimensión moral: conjunto de facultades del espíritu que conciernen al respeto humano. (...) Dimensión física: hace referencia a la constitución o naturaleza corpórea.*”

devem presidir à actividade da Animação Sociocultural<sup>11</sup>, sendo enaltecida, como prova de grandeza, a vertente “cívica”<sup>12</sup> da acção, em que o bem comum prevalece sobre os interesses particulares e em que a promoção da participação e a igualdade são, entre outras, formas de acção privilegiadas.

Ao realçar a vertente “cívica”, Badesa (2008, 2015) apresenta a Animação Sociocultural como uma metodologia de intervenção que promove a participação social e cultural, a comunicação interpessoal e o respeito pelos valores democráticos, tendo como propósito o desenvolvimento da consciência social:

*“Os factores que justificam a relevância da Animação Sociocultural nas últimas décadas têm a sua origem no desenvolvimento da consciência cívica, da responsabilidade e da necessidade de um mundo melhor e mais justo. Na época do estado de direito e bem-estar, a procura e a oferta de tarefas sociais e educacionais aumentou, abrindo novos espaços relacionados com a animação sociocultural. Neste sentido, estamos em condições de afirmar que a educação não é da competência exclusiva da escola. Também se pode conceber como um auxílio, para cumprir valores fundamentais, relacionados com a igualdade de todos para todos, e para o desenvolvimento da consciência da cidadania.”* (Badesa & Moriche, 2015, p. 199).

As crescentes preocupações sociais e culturais, expressas nas políticas públicas promovidas por alguns Estados nacionais, traduziram-se na contratação de animadores socioculturais a partir de meados do século XX, se bem que as diferenças de enquadramento da actividade, conforme refere Idáñez (2015, pp. 271-272), sejam

---

<sup>11</sup> “Valores que debe potenciar la Animación Sociocultural: participación, libertad, relaciones humanas, igualdad, comunicación, solidaridad, autonomía personal, democracia cultural, integración, concientización, pluralismo, desarrollo crítico, identidad personal y comunitaria, cooperación, actividad creadora, dinamismo social, valoración del grupo, mentalidad nueva ante cambios, objetividad, asociacionismo, tolerancia, justicia, humanización, confianza, respeto hacia sí mismo, felicidad, consideración social, sabiduría, autoestima, compañerismo, honestidad.”

<sup>12</sup> “Le monde civique a pour particularité d'attacher une importance primordiale à des êtres qui ne sont pas des personnes. Ce ne sont pas, en effet, dans ce monde, les personnes humaines qui accèdent aux états de grandeur supérieurs, mais les personnes collectives qu'elles composent par leur réunion. C'est en tant qu'ils appartiennent à ces collectives ou les représentent que la valeur des êtres humains peut être prise en considération. Mais l'existence de ces êtres collectifs, qui ne possèdent pas de corps propre, peut être facilement mise en question: 'Seuls existent vraiment les individus.' Aussi les choses et les dispositifs qui comportent ce monde sont-ils surtout destinés à stabiliser et à appareiller les personnes collectives, à les objectiver, de façon à leur donner du corps, de la permanence et de la présence.” (Boltanski & Thévenot, 1991, p. 231).



assinaláveis. Desde logo, diferenças em relação à expressão “*Animação Sociocultural*”. Trata-se de uma expressão que não teve – nem tem – um equivalente em todos os países. Na verdade, “*em documentos internacionais do Conselho da Europa, durante muitos anos, a expressão traduzia-se em inglês como equivalente a ‘desenvolvimento comunitário’ e, em alemão, como ‘pedagogia social’. No caso da América Latina, em muitos países, empregou-se mais a expressão ‘promoção sociocultural’ em vez de animação sociocultural*”.

Ao mesmo tempo, essas diferenças fazem-se notar, segundo a mesma autora (2015, p. 271), em relação aos campos profissionais em que a actividade se insere:

*“(…) em França, a expressão ‘trabalho social’ engloba todas as profissões do campo sociocultural, incluindo animadores socioculturais, educadores especializados, assistentes em serviço social, conselheiros familiares, etc. Em Espanha, ao invés, a expressão ‘trabalho social’ utiliza-se de maneira restringida para designar o âmbito profissional que em França se chama ‘assistente em serviço social’ e a ‘animação sociocultural’ considera-se outra profissão diferenciada do trabalhador social”.*

Também em relação à certificação conferida se registam diferenças. Tudo faria supor que, com a criação do Espaço Europeu do Ensino Superior, se registasse uma certa homogeneidade no que respeita a âmbitos profissionais, mas tal não ocorreu. Mantiveram-se, ainda segundo Idáñez (2015, p. 271), denominações diferenciadas para actividades semelhantes e denominações semelhantes para actividades diferentes:

*“(…) a ‘animação sociocultural’ em França ou Portugal é um grau universitário, enquanto em Espanha esse ofício só se denomina como tal na formação profissional (não universitária), se bem que exista um grau universitário em ‘educação social’, em cujas memórias de acreditação se faz constar que um dos campos laborais de possível inserção destes graduados é a animação sociocultural, por exemplo. Em países como França e Portugal, não existe um grau equivalente ao de educação social espanhol. (...) pode existir uma mesma denominação para profissões diferentes (o exemplo de França e Espanha com a expressão ‘trabalho social’) e também pode haver profissões iguais com denominações diferentes (o caso da*

*Alemanha e França ou Espanha com as expressões 'pedagogia social' e 'animação sociocultural'.*”

Ao debruçar-se sobre conceito de Animação Sociocultural, Santos (1998, p. 249) adverte para o seu carácter difuso:

*“(...) torna-se difícil precisar os seus limites e delimitar os seus contornos. Na maior parte dos casos, procede-se de uma das três formas: por exemplificação/inventariação, definindo o conceito pelas actividades que engloba; pela negativa, eliminando as actividades que não se enquadram no seu âmbito; ou, ainda, pelo considerar do seu carácter residual: na Animação cabe, então, um imenso ‘território – resto’ de práticas de difícil classificação”.*

A avaliar pelas várias definições, a Animação Sociocultural peca por imprecisão e ambiguidade conceptual e epistemológica. Este carácter impreciso e ambíguo encontra explicação no incipiente corpo teórico de conhecimentos. Precisamente sobre esta incipiência teórica, Serrano (2011, p. 327) afirma que:

*“(...) a Animação Sociocultural é uma metodologia de acção e intervenção. Mas atenção, por mais importante que seja a acção e as tarefas bastante exigentes a que o Animador dedica o seu valioso tempo, este deverá ter consciência que, sem investigação, a acção tende a converter-se numa prática rotineira.”*

A imprecisão e a ambiguidade encontram, também, explicação, em termos metodológicos, na falta de especificação dos princípios, protocolos, procedimentos ou modelos específicos de intervenção validados e generalizáveis. A Animação Sociocultural vai buscar a sua fundamentação a várias áreas científicas, nomeadamente à Psicologia, à Sociologia, à Antropologia Cultural, à Pedagogia, entre outras<sup>13</sup>. Na mesma linha, Pocinho *et al.* (2015, p. 194), afirmam, a propósito do trabalho com pessoas idosas, que

---

<sup>13</sup> Veja-se, a este propósito, os vários artigos incluídos na obra *Metodologias de Investigação em Animação Sociocultural*, coordenada por Marcelino Sousa Lopes (2011).

*“(...) é primordial que o animador sociocultural conheça as técnicas, as teorias e as metodologias da animação das pessoas idosas. Para tal é necessário que adquira conhecimentos de Psicologia, Gerontologia, Animação e Motricidade.”*

A imprecisão e a ambiguidade residem, ainda, na dúvida se as actividades que os animadores realizam são específicas da Animação Sociocultural ou são usadas, também, noutras disciplinas ou âmbitos profissionais e, sendo assim, não servem para a definir como algo diferente de outras áreas profissionais (Ventosa, 2011, 2015).

Opinião semelhante é expressa por Sousa (2015, p. 46), ao afirmar que a imprecisão e a ambiguidade da Animação Sociocultural encontram explicação no facto da práxis ter precedido a reflexão académica. Nessa medida, a Animação, enquanto intervenção social, educativa e cultural, é uma realidade que apenas se percebe na observação das práticas que encerra e das várias interpretações e valorizações que se atribuem aos seus contextos de actuação. Pese embora esta multiplicidade de facetas a enquadrar o trabalho em Animação Sociocultural, ela confere ao Animador, à semelhança do que sucede em outras áreas do trabalho social (Viot, Pattaroni & Berthoud, 2010), a capacidade de manter diferentes registos de envolvimento, o que parece traduzir a busca de um compromisso de combinações entre regimes de acção: do público ao familiar e do familiar ao público (Thévenot, 2006), constituindo por isso, para Sousa (2015, p. 46), uma mais-valia:

*“Longe de reduzir o trabalho do profissional de animação a apenas um contexto, uma abordagem, uma prática ou um público, o animador vê-se, pelo contrário, na procura incessante por novas e mais adequadas iniciativas sociais, culturais e educativas numa postura de compromisso com uma sociedade em contínua transformação, tendo como fim último a participação activa de cada sujeito no aperfeiçoamento progressivo da sua existência”* (Sousa, 2015, p. 46).

A ampla gama de concepções, tendências e perspectivas sobre a identidade da Animação Sociocultural, leva a que Caride (2004, pp. 46-49), advertindo acerca das suas imprecisões, contradições e ambiguidades, realce a importância de esclarecer a função da Animação Sociocultural na sociedade contemporânea, apontando, nessa medida,

*“ (...) a necessidade de levar a cabo um amplo debate intelectual sobre os modelos de racionalidade teórica que a devem orientar e justificar, recorrendo para isso às metáforas, postulados ou axiomas que há anos configuram as opções paradigmáticas mais relevantes nas ciências sociais.”*

Ao tomar como referência o que sucede em outras áreas do conhecimento e da intervenção social (onde se regista um interminável diálogo com a realidade, em resultado do qual vão sendo submetidos à discussão os valores, as convicções, os procedimentos de modo a gerar conhecimento), a Animação Sociocultural, segundo o mesmo autor, deve transferir para o campo da teoria os resultados que vai obtendo a partir do diálogo que vai estabelecendo com a realidade social.

É justamente esse contributo que Caride (2004) procura dar na construção do campo teórico da Animação Sociocultural. Considerando que o campo da teoria não se encontra imune à influência das diversas concepções ideológicas e, sendo assim, não podendo senão encerrar uma pluralidade de explicações sobre a realidade – explicações sujeitas a refutações periódicas ou à revogação por outras –, Caride distingue três perspectivas orientadoras da actividade teórica da Animação Sociocultural: a tecnológica, a interpretativa e a dialéctica.

A tecnológica, assentando num postulado funcionalista, orienta a sua acção de maneira estruturada, hierarquizada e organizada e, desta forma, prescritiva em matéria de práticas culturais eficazes, o que dá conta de um modo de acção que parece ter por base dispositivos de justificação, por um lado, de “*ordem doméstica*” (Boltanski & Thévenot, 1991), em que à figura do “grande” – seja este o ancião, o antepassado, o pai, ou outro qualquer – é devido respeito e fidelidade e de quem, por seu turno, se recebe apoio<sup>14</sup>; e, por outro lado, de “*ordem industrial*” (*ibid.*, 1991), em que a prova de grandeza é baseada na eficácia e determina uma escala de competências profissionais<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> “La grandeur qui, dans ce monde, est fonction de la position occupée dans des chaînes de dépendances personnelles, ne peut y être saisie que dans l’acception relationnelle de plus grand que... ou de plus petit que... Pour les mêmes raisons, l’exercice de la grandeur est soumis ici à des contraintes de lieu et de temps liées à la nécessité, pour manifester son importance, de se présenter en personne en présence des autres. (...) Les dispositifs de nature domestique sont faiblement appareillés en instruments de l’action à distance, particulièrement développés (...)”. (Boltanski & Thévenot, 1991, p. 206)

<sup>15</sup> “L’ordonnance du monde industriel repose sur l’efficacité des êtres, leur performance, leur productivité, leur capacité à assurer une fonction normale, à répondre utilement aux besoins.(...) La qualité des grands êtres, êtres fonctionnelles, opérationnelles ou professionnels (lorsqu’il s’agit d’êtres

A interpretativa, assentando num postulado interaccionista, orienta a sua acção a partir de práticas significativas do ponto de vista cultural e, desta maneira, promovendo as relações sociais, o que é revelador de um modo de acção que parece ter por base um dispositivo de “*ordem cívica*” (*ibid.*, 1991), em que a figura do “grande” representa um colectivo que expressa a vontade geral<sup>16</sup>.

A dialéctica, assentando num processo político de transformação das estruturas económicas e sociais, orienta a sua acção através do desenvolvimento da tomada de consciência e da responsabilidade dos indivíduos enquanto sujeitos na construção de alternativas sociais, o que parece basear-se igualmente num dispositivo de ordem cívica, com a assunção da uma dimensão “*transformadora*”, na linha proposta por Montez (2015) que chama a atenção para o risco de se estar a desvanecer o “*espírito militante da animação*”, privilegiando-se a vertente do “*entretenimento*” e o seu carácter “*cuidador*” e não já a dimensão “*transformadora*” que se encontra na génese da actividade:

*“As plataformas de participação cidadã, os mercados locais de troca de produtos, as redes solidárias, as redes de produção colaborativa, as actividades de transformação do espaço público, as mobilizações e acções de protestos em defesa de direitos sociais, culturais e educativos, são iniciativas que assentam na capacitação para a transformação social.”* (Montez, 2015, p. 6).

---

*humains), exprime donc leur capacité à s'intégrer dans les rouages ou les engrenages d'une organisation en memes temps que leur prévisibilité, leur fiabilité, garantit des projets réalistes sur l'avenir. (...) La dignité des personnes, le trait de la nature humaine sur lequel repose cet ordre industriel, est un potentiel d'activité. Cette capacité s'exprime dans un travail qui est la mise à l'oeuvre de l'énergie de l'homme d'action. 'Investir dans les capacités et énergies humaines, c'est prendre le meilleur moyen de l'efficacité économique.' En conséquence, l'absence d'utilisation des potentiels humains disponibles est une grave atteinte à la dignité des gens”* (Boltanski & Thévenot, 1991, pp. 254-255).

<sup>16</sup> *“Dans le monde civique, les êtres sont des personnes lorsqu'ils sont susceptibles d'avoir des droits et des obligations, c'est-à-dire lorsqu'ils ont été créés ou autorisés par un acte dans lequel s'exprime la volonté de tous. Les personnes sont petites ou grandes selon qu'elles se trouvent à l'état particulier, qui les réduit à n'être qu'elles-mêmes, des 'individus isolés' esclaves de leurs intérêts particuliers et condamnés à l'impuissance ou selon que, accédant à l'état général, elles se font l'expression d'une volonté générale et l'incarnation d'un intérêt général. (...) Dans cet état, où ils sont grands parce qu'ils sont solidaires, les individus sont des adhérents, des militants, des représentants(...) Dans le monde civique, on accède à la grandeur en sacrifiant les intérêts particuliers et immédiats, en se dépassant soi-même, en ne plaçant pas des 'intérêts individuels avant des intérêts collectifs'. Les militants renoncent ainsi aux 'formes d'action où ne seraient pris en compte que les intérêts immédiats (...)”* (Boltanski & Thévenot, 1991, pp. 233-234-237).

Defendendo um futuro menos tecnológico e mais humano para a Animação Sociocultural, Silva (2016, p. 3) coloca em realce a perspectiva interpretativa apontada por Caride. Destaca, para o efeito, a sua vertente cívica como prova de grandeza, acentuando a importância de centrar a actividade no

*“(...) estabelecimento de relações que potenciem dinâmicas colectivas geradoras de processos sociais e culturais, articulando a vertente formal e não formal da educação, assumindo o/a animador/a não propriamente uma função de mediador/a, mas antes de catalisador/a de dinâmicas socioculturais que as realidades permitem gerar. (...) os aspectos da ASC, embora sendo importantes, são secundários e subordinados à aproximação das pessoas e ao protagonismo das relações humanas. Nesta abordagem, o tecnológico enfraquece perante a ousadia da acção comum. Ousadia das pessoas no sentido de pensarem e de se arriscarem a envolver-se em iniciativas sem ficar à espera de reformas, justificando a sua falta de envolvimento com a falta de condições ideais e pré-requisitos fundamentais.”*

O incipiente campo teórico leva a que a Animação Sociocultural se assuma como um conceito polissémico, difícil de definir. Esta dificuldade deve-se ao facto da sua realidade se perceber através da observação das suas práticas. Definir a Animação Sociocultural em função da intervenção, ou seja, reduzi-la a uma *praxis* ou conjunto de práticas, mesmo que ordenadas e alimentadas pela reflexão a partir das várias áreas das ciências sociais e humanas, não contribui, segundo Ventosa (2015), para a sua autonomia, nem para o processo da sua profissionalização. A maior parte das práticas ou actividades realizadas não são exclusivas da Animação Sociocultural (jogos, teatro, música, desporto, actividades de tempo livre, dinâmicas de grupo, entre outras), logo não servem para delimitar e diferenciar o seu campo do de outras actividades ou profissões.

Aquilo que diferencia e é verdadeiramente identificador da grandeza da Animação Sociocultural – não deixando, porém, de ser impreciso e ambíguo – assenta, de acordo com o mesmo autor, num dispositivo de ordem cívica, traduzido:

Na “*intencionalidade pedagógica*”, em que:

*“(...) as actividades de animação e tempo livre adquirem potencialidade educadora quando são orientadas e organizadas com a intenção de educar e não apenas para entreter e divertir. Esta é uma das maiores e mais importantes diferenças com outros perfis profissionais vizinhos, normalmente focados exclusivamente no sector do ócio e da diversão. (...) o caminho e horizonte da Animação Sociocultural é a participação, e isto não é um dom inato com que nasce o ser humano, mas uma habilidade que é adquirida progressivamente após um processo necessário de aprendizagem activa.”* (Ventosa, 2015, pp. 252-253).

Na “*metodologia animadora*”, em que:

*“A base da Animação Sociocultural reside no trabalho grupal e na função dinamizadora participativa que carregam os seus modelos, estratégias e técnicas. Para ser levada a cabo, esta dupla abordagem requer uma metodologia activa, participativa, lúdica e grupal, isto é a metodologia específica da Animação Sociocultural”* (ibid., p. 253).

E, ao mesmo tempo, na “*suficiente qualificação*”, em que:

*“(...) o animador, na medida em que é educador e trabalha para a melhoria das pessoas, deve ser um profissional devidamente formado e qualificado para desenvolver o seu trabalho, independentemente do estatuto, profissional ou voluntário, que fundamenta o desempenho das suas tarefas”* (ibid, p. 253).

O que é verdadeiramente delimitador e diferenciador, ainda segundo Ventosa, é:

*“(...) a maneira de usar as ditas práticas, de tal forma que provoquem a autonomia pessoal e a auto-organização colectiva do grupo ou comunidade com quem trabalha. Para isso, faz falta desenvolver competências de participação no público destinatário. Esta forma de trabalhar e a intencionalidade com que se trabalha (emancipatória ou auto-organizativa), acreditamos que é específica e exclusiva da ASC. E mais, acreditamos que é a mais apropriada e fundamental da ASC. Agora, isto não basta dizê-lo, há que prová-lo. Como? Pois, com o projecto, a implementação e validação de modelos de intervenção aplicados aos diferentes*

*momentos, através dos quais passa todo o processo de animação (diagnóstico, análise, planificação, execução e avaliação). Estes modelos têm de ser suficientemente testados e validados com a sua aplicação a diferentes contextos e modalidades de animação, até verificarmos se eles são igualmente eficazes, transferíveis e generalizáveis” (ibid., p. 252).*

Na discussão do perfil do Animador Sociocultural, percebe-se que os vários autores enumeram um conjunto de requisitos que reputam como indispensável para o exercício da actividade, mas que, no entanto, suscita dúvidas se serão requisitos inatos ou resultarão de um processo de aprendizagem. Começando por enunciar as dúvidas e num propósito de as dissipar – “*o animador nasce ou faz-se?*” –, Fonte (2015, pp. 263-264) diz-se do lado do “faz-se”, mas inspirado no “nasce-se”. Para sustentar esta sua posição, recorre a Quintana<sup>17</sup> e a Quintas e Sanchez<sup>18</sup> cujos entendimentos divergem, pondo em disputa duas ordens de grandeza alternativas<sup>19</sup>.

Para Quintana o “*animador nasce*”, o que deixa supor que a sua grandeza radica num “*mundo inspirado*”<sup>20</sup> em que, segundo Boltanski e Thévenot (1991), o estar agraciado, a originalidade, a imaginação e o indescritível que acompanham a espontaneidade criativa se opõem aos dispositivos do “*mundo doméstico*” – em que a situação hierárquica, a ordem estabelecida, o respeito pelo posto ou posição social, a missão são provas de engrandecimento –, o que leva a que a actividade seja encarada, segundo este autor, de uma forma emocionada e apaixonada:

---

<sup>17</sup> Quintana, J. M. (1993). *Los ámbitos profesionales de la animación*. Madrid: Narcea, S.A. Ediciones.

<sup>18</sup> Quintas, S. F & Sánchez, M. G. (1999). *Para comprender la animacion sociocultural*. Navarra: Editorial Verbo Divino.

<sup>19</sup> “*Le différent, dans lequel plusieurs principes de justice incompatibles peuvent entrer en concurrence, comporte ainsi la possibilité de plusieurs épreuves (...) Les parties en présence sont en désaccord sur le monde dans lequel l'épreuve doit être accomplie pour être légitime.*” (Boltanski & Thévenot, 1991, p. 276).

<sup>20</sup> “*Dans un monde inspiré, l'état de grand (...) est un état intérieur que les êtres reçoivent du dehors. Il se manifeste par des émotions et des passions et est vécu comme dévorant, effrayant, enrichissant, enthousiasmant, exaltant, fascinant, inquiétant, etc. Est grand ce qui se soustrait à la maîtrise et, particulièrement, ce qui échappe à la mesure, surtout dans ces formes industrielles. La grandeur est souvent qualifiée négativement de façon à mettre l'accent sur ce qui fait défaut pour saisir, estimer et fixer. L'inspiré ne craint pas de se définir en reprenant les termes qui, dans une autre logique, le déprécient, comme lorsqu'il se qualifie d'irrationnel. A l'état de grand, les êtres échappent aux mesures industrielles, à la raison, à la détermination, aux certitudes de la technique et s'écartent du commun des choses pour 'prendre des allures bizarres'. Ils se soustraient également aux dispositifs domestiques, abandonnent le bon sens pour l'extravagance et 'rendent le familier insolite'. Ils savent reconnaître et accueillir ce qui est mystérieux, imaginatif, original, indicible, innommable, éthéré ou invisible et sont à l'aise dans les situations informelles.*” (ibid., pp. 200-201)



*“(…) quem pensa ser animador, tem que ver primeiro se tem as competências para o ser (...). A animação é uma actividade vocacional e vocação consiste numa inclinação profunda de dedicação a uma actividade para a qual se está dotado”.*

Já Quintas e Sanchez assumem uma posição contrária: *“o animador não nasce, mas faz-se”*, o que deixa entender, na linha proposta por Certeau (1995, 1998), que o Animador se *“faz”* através de um processo activo e dinâmico proporcionado pela educação e pelo conhecimento. Esta posição – de que *“o animador não nasce, mas faz-se”* – é interpretada por Fonte (2015, pp. 263-264) ao considerar que o Animador, não deixando de estar agraciado por um *“mundo inspirado”*, revela-se sobretudo pela sua vertente *“industrial”*<sup>21</sup>, ou seja, pelos seus requisitos profissionais, a sua funcionalidade, a sua eficácia e as suas rotinas, atributos que se constituem como provas de grandeza e que só por uma via da *“dedicação e devoção, com sacrifício e abnegação”* no trabalho são alcançáveis, parecendo remeter para a força espiritual da *“ética profissional do protestantismo ascético”*, explorada por Weber (2001, p. 88), na sua vertente calvinista e, ao mesmo tempo, parecendo corresponder a um investimento na forma categorial (Thévenot, 1986) a partir do sacrifício no fazer, com o propósito de estabilizar a definição de Animação Sociocultural e de garantir a validade dessa mesma definição:

*“somos animadores, sustentados na essência e consciência do ser. Contudo, para chegar a ser, temos que nos fazer animadores. Não se é animador por graça ou habilidade. É-se pelo trabalho, com o fazer antes do ser, pela dedicação e devoção, com sacrifício e abnegação. Apesar de se nascer com determinadas características de animador, é possível, e necessário, construir-se um animador através de uma formação adequada.”*

No que se refere à diversidade de âmbitos, de contextos e de públicos a quem a actividade se dirige, esta parece traduzir a capacidade de adaptação, a flexibilidade e o espírito empreendedor dos Animadores Socioculturais. Ao mesmo tempo, a necessidade do recrutamento destes profissionais pelo sector público (administração central e poder local), privado (associações, organizações não governamentais, organizações da área da

---

<sup>21</sup> *“(…) quequ'un installé dans un monde 'industriel' sera facilement conduit à mobiliser la référence à des 'outils', des 'méthodes', des 'mesures' ou des 'procédures', à invoquer des 'ingénieurs' et des 'spécialistes' et à faire figurer parmi les actions dignes d'être accomplies, celles consistant à 'contrôler' ou à 'ordonnancer'.”* (Boltanski & Chiapello, 1999, p. 164).

cultura, entre outras) e terceiro sector (Instituições de Apoio e Solidariedade Social) pode ser entendida, por um lado, como o reconhecimento da função social desta actividade<sup>22</sup> e, por outro lado, no entender de Badesa (2015, p. 199), como uma etapa de um processo de profissionalização que a “*legítima para a monopolização de um território ou jurisdição laboral*”.

A reivindicação de uma jurisdição corresponde, no entanto, ao culminar de um processo de “*fechamento social*” (Dubar, 1997) em que uma profissão detém condições de exigir o reconhecimento de direitos exclusivos, compreendendo estes o monopólio do exercício profissional, a disciplina, o acesso à profissão, o recrutamento e o licenciamento.

Considerando que a dinâmica de desenvolvimento profissional assenta nas disputas, nos conflitos e na competição que se registam nas áreas jurisdicionais, o conhecimento abstracto constitui, segundo a formulação de Abbott (1988), o principal recurso da disputa jurisdicional e a característica que melhor define as profissões, sendo que o seu controlo, conferindo-lhes capacidade de sobrevivência no competitivo sistema ocupacional de que fazem parte, permite que estas estejam defendidas de intrusos, uma vez que só um sistema de conhecimento governado por abstracção permite dimensionar novos problemas e redefinir os já existentes.

A prática profissional compreende, segundo Abbott (1988), os actos de classificação do problema, a sua análise e actuação sobre esse mesmo problema (isto é, o diagnóstico, a inferência e o tratamento). Estes três actos têm, porém, um alcance diferenciado. Enquanto o diagnóstico e o tratamento constituem actos de gestão da informação que têm por base sistemas de classificação de problemas que vão do comum ao esotérico, ajudando, por isso, a clarificar e a simplificar o trabalho profissional, mas, ao mesmo tempo, tornando esse trabalho mais compreensível para os *outsiders*, a inferência constitui um acto puramente profissional, actuando quando a ligação entre o diagnóstico e o tratamento não é clara. Significa, então, que quanto mais elevado for o grau de predominância de inferência na ligação do diagnóstico ao tratamento, menor

---

<sup>22</sup> Registou-se uma alteração do posicionamento da *Classificação Nacional das Profissões* de 1994 para a *Classificação Portuguesa das Profissões* de 2010: o Animador passou do Grande Grupo 5-Trabalhadores

será a vulnerabilidade jurisdicional. Esta ligação é afectada, em certas circunstâncias, pela emergência de grandes clientes, pela transferência de trabalho profissional para grandes organizações (factores que poderão condicionar o julgamento independente por parte do profissional) e, especialmente, pelo desenvolvimento do conhecimento abstracto, requisito indispensável para prevenir a rotinização da prática profissional e, nessa medida, proporcionar a produção de novos diagnósticos, novos tratamentos e novos métodos de inferência.

Em face das várias concepções, tendências e perspectivas, a hipótese da profissionalização da Animação Sociocultural levanta dúvidas. Na verdade, a incipiência de um corpo teórico de conhecimentos, que sirva de ligação entre os problemas diagnosticados e a actuação sobre esses problemas, torna difícil a constituição de uma área jurisdicional. Isso explica, de facto, a dificuldade em controlar a prestação de serviços, bem como em proteger-se de intrusões, seja por parte de grupos ocupacionais que se encontrem num processo de definição ou de alargamento da sua área jurisdicional, seja por parte de clientes que, por entenderem a prática profissional da Animação Sociocultural como uma prática meramente banal, não considerem o recurso aos seus profissionais como a forma de solucionar os seus problemas.

Em todo o caso, admitindo a possibilidade da Animação Sociocultural, à luz da formulação concebida por Abbott, não ser susceptível de profissionalização, isso não parece fazer perigar a sua existência tal como, na sua definição alargada, a UNESCO a concebe:

*“A Animação Sociocultural é um conjunto de práticas sociais que tem como finalidade estimular a iniciativa e a participação das comunidades no processo do seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida sociopolítica em que estão integradas.”*

## **I.2 – Em síntese:**

A Animação Sociocultural apresenta, nas suas várias definições, imprecisão e ambiguidade conceptual, metodológica e prática. Conceptual, pelo incipiente corpo teórico de conhecimentos, o que torna difícil a constituição de uma área jurisdicional e explica a dificuldade em controlar a prestação de serviços, bem como a falta de protecção contra a intromissão de outros profissionais. Metodológica, pela falta de especificação dos princípios, protocolos, procedimentos ou modelos específicos de intervenção validados e generalizáveis. Prática, pela dúvida que suscitam as actividades que os animadores realizam em termos de saber se são específicas da Animação Sociocultural ou se são usadas, também, noutras disciplinas ou âmbitos profissionais e, se assim for, não servem para a definir como algo diferente de outras áreas profissionais. Nas várias definições da Animação Sociocultural é sobretudo enaltecida, como prova de grandeza, a vertente “*cívica*” da acção, em que o bem comum prevalece sobre os interesses particulares e em que a promoção da participação e a igualdade são formas de acção privilegiadas. Ao mesmo tempo, assumindo formas compósitas de fazer a Animação Sociocultural, são enaltecidas as vertentes “*industrial*” e “*inspirada*” da acção, em que, respectivamente, os atributos profissionais, a sua funcionalidade, a sua eficácia e as suas rotinas são requisitos que se constituem como provas de grandeza e a originalidade, a imaginação, a espontaneidade criativa e a autenticidade são, entre outras, formas de acção privilegiadas. Em face das várias concepções, tendências e perspectivas, a hipótese da profissionalização da Animação Sociocultural levanta dúvidas. Na verdade, a incipiência de um corpo teórico de conhecimentos, que sirva de ligação entre os problemas diagnosticados e a actuação sobre esses problemas, torna difícil a constituição de uma área jurisdicional. Isso explica, de facto, a dificuldade em controlar a prestação de serviços, bem como em proteger-se de intrusões, seja por parte de grupos ocupacionais que se encontrem num processo de definição ou de alargamento da sua área jurisdicional, seja por parte de clientes que, por entenderem a prática profissional da Animação Sociocultural como uma prática meramente banal, ponham de parte o recurso aos seus profissionais como a forma de solucionar os seus problemas.

## **CAPÍTULO II: ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO**

### **II.1 – Animação Sociocultural no Estado Novo**

A Animação Sociocultural em Portugal tem-se traduzido em diferentes formas de intervenção, formas essas que expressam as várias concepções da actividade (Lopes, 2006; 2008a; 2008b). Ela começa a ganhar alguma consistência, à semelhança do que sucedeu nalguns países da Europa, a partir dos anos 60, mercê das novas dinâmicas sociais e económicas que o país começara a conhecer em resultado de um processo de industrialização, urbanização e terciarização que vai ganhado forma no país. Com a perda de importância da perspectiva ruralista e a crescente expressão da linha industrialista que se faz sentir ao longo da década de 60, traduzida através da implementação dos vários Planos de Fomento (Rosas, 1994), assiste-se ao crescimento das cidades e da actividade fabril, sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, bem como ao aumento do número de alunos nos liceus e escolas técnicas e das movimentações políticas nas universidades, constituindo as crises de 1962 em Lisboa e 1969 em Coimbra dois pontos altos dessas movimentações.

No entanto, em resultado dos fortes condicionamentos em matéria de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, a única “animação” permitida, de acordo com Lopes (2006), era preconizada pela *Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT)*”, cujo propósito era propagandear os ideais do regime político – expressos na tríade “*Deus, Pátria e Família*”<sup>23</sup> – através da organização de colónias de férias, de excursões, de demonstrações desportivas, de conferências, entre outras actividades.

Pese embora os fortes condicionamentos, Lopes (2008a, pp. 459-460) refere, ao mesmo tempo, que, paralelamente à animação oficial, “*ocorre ainda uma assinalável intervenção levada a cabo pelas sociedades de cultura e recreio e ainda por movimentos católicos que procuram alfabetizar e promover o desenvolvimento social e pessoal da população mais carenciada.*” E, para reforçar estas suas palavras, cita Garcia

---

<sup>23</sup> Salazar, António de Oliveira. “Verdades Indiscutíveis”. *Discursos. Notas Políticas (1935-1937)*. Vol. II, pp. 128-129, 130 e 137-139: “(...) Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever (...)”.

(1980)<sup>24</sup>: “a importância dos movimentos católicos progressistas durante o fascismo, e o próprio trabalho de animação também passou por aqui. Foram-se desenvolvendo projectos e actividades que têm muito a ver com aquilo a que chamamos agora animação.”

A criação da FNAT, ao promover “o aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores portugueses por forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”<sup>25</sup>, tem como propósito, de acordo com Melo (2001, p. 62), a “integração do mundo laboral na orgânica corporativa do Estado Novo” e “configura, desde logo, a vertente mais radical do aparelho estatal para a cultura popular”:

- em primeiro lugar, pela inspiração e filiação no “Movimento Internacional Alegria e Trabalho”<sup>26</sup>, tendo o vogal da Comissão Central da fundação portuguesa participado, em 1938, no 2.º congresso deste movimento (Valente, 1999, p. 63);
- em segundo lugar, por desenvolver uma actividade cultural dirigida aos trabalhadores:

“Assim, terá a FNAT de ver o problema da cultura popular dentro de um círculo muito mais restrito do que o do Estado; a sua acção dirigir-se-á apenas aos trabalhadores, quer dizer, a homens adultos e já habituados às condições sociais de uma profissão, e exercer-se-á apenas durante as horas destinadas ao repouso e ao recreio (...) A FNAT defende a tese de que devem ser conservadas todas as tradições populares que não se oponham à marcha da civilização cristã, porque elas asseguram a originalidade da fisionomia nacional”<sup>27</sup>;

<sup>24</sup> Garcia, O. (1980). “A Animação Local”. Comunicação proferida no âmbito do Seminário *A Animação na e através da comunidade*. Lisboa: SISMET - texto policopiado

<sup>25</sup> Decreto-Lei n.º 25495, de 13 de Junho de 1935 – diploma de criação da FNAT.

<sup>26</sup> A criação da FNAT é inspirada no modelo das congéneres italiana (OND – *Opera Nazionale Dopolavoro*: “depois do trabalho”) e alemã (KDF – *Kraft durch Freud*: “força pela alegria”) cuja missão era ocupar ideologicamente o tempo livre dos trabalhadores: a primeira, criada em 1925 sob a influência do *Partido Nacional Fascista*; a segunda, surgida em 1933 sob a influência do *Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães*.

<sup>27</sup> Pelouro Cultural da FNAT, *O Aproveitamento do Tempo Disponível dos Trabalhadores pela Cultura Popular*, Lisboa, FNAT, 1944, pp. 5 e 13: apresentação feita no 2.º Congresso da União Nacional (cit. in Melo, 2001, pp. 62-63 e 68).

- em terceiro lugar, esta actividade dirigida aos trabalhadores, baseada na perspectiva corporativa de conciliação entre o trabalho e o capital e de recusa dos antagonismos sociais e do conflito social, procura uma maior eficácia no controlo das iniciativas de aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores através da rede de “Centros de Alegria no Trabalho” que começa a organizar-se em 1943. Dessa rede, fazem parte os organismos corporativos que promovem esse tipo de iniciativas (sindicatos nacionais, casas do povo, serviços municipais e municipalizados, organismos de coordenação económica, previdência social, entre outros), bem como agrupamentos desportivos, culturais e recreativos, empresas privadas e, ainda, agrupamentos de localidades rurais, incluindo grupos folclóricos (Valente, 1999);

- em quarto lugar, por preparar acções com referência a uma matriz ruralista que se insere num programa político de cultura “*espiritual*” dos portugueses (Melo, 2001; Ramos do Ó, 1993, 1999; Rosas, 1994; Valente, 1999) e que se traduz, por via do tradicionalismo, na nacionalização do “*mundo português*”. Mundo português esse em que se recriava um ambiente ruralizado que era caracterizado: ao nível da habitação, pela “casa portuguesa” (quer no espaço urbano, quer no espaço rural); ao nível do vestuário, pela inspiração nos artefactos rurais; ao nível da arte, pelo reconhecimento atribuído às artes plásticas populares (por via dos museus regionais e dos concursos periódicos) e às artes rítmicas (promovendo as filarmónicas, os orfeões e os ranchos); ao nível do mobiliário, da decoração e da alimentação, pela importância atribuída às pequenas indústrias de carácter doméstico (fiação, tecelagem de linho e lã, tapetes, bordados, rendas, cerâmica, brinquedos, mobiliário, entre outras).

A apropriação da cultura popular por parte do Estado Novo constituiu uma forma de concretizar, segundo Melo (2001), o propósito ideológico de transformação do corporativismo numa espécie de interpretação mimética da sociedade portuguesa. E, desta maneira, ao ser instrumentalizada pela ideologia, a cultura popular passa a ser utilizada politicamente para obter efeitos simbólicos e práticos em termos de enquadramento do corporativismo como doutrina intrinsecamente nacional:

*“A cultura popular, por muito elevados que sejam os seus ramos, por muito delicados que sejam os seus frutos, não pode deixar de ter raízes no solo regional. Quer dizer: terá por base a teoria etnográfica e folclórica, e consistirá no*

*aperfeiçoamento das aptidões profissionais, das virtudes familiares e dos ideais cívicos dos trabalhadores portugueses. Conciliando a tradição com o progresso, respeitará o estilo e a mentalidade originais, numa síntese representativa do espírito corporativo*”<sup>28</sup>.

A FNAT, “*como central de propaganda ideológica e integração política*” (Valente, 1999, pp. 55-107), revelou-se como um importante instrumento da política “*espiritual*” do Estado Novo, coordenando, para o efeito, a acção de algumas organizações – nomeadamente a dos sindicatos nacionais – na promoção de iniciativas tendentes a consolidar essa mesma política.

Uma das competências ideológicas da FNAT consistiu em organizar toda a simbologia corporativa. Efectivamente, a 18 de Maio de 1944 é aprovado, por despacho do Subsecretário de Estado das Corporações, o *Regulamento da Simbologia Corporativa*, segundo o qual passaria a FNAT a ter a responsabilidade de estudar a simbologia das profissões (emblemas, bandeiras, selos brancos e timbres utilizados em impressos), bem como de organizar o arquivo heráldico e o museu corporativo e, ao mesmo tempo, de promover, com fins didácticos, exposições, concursos e outros actos que servissem a política corporativa. Assim, até 1954 foram aprovados 824 emblemas de vários tipos de organismos (sindicatos nacionais, casas do povo, casas dos pescadores, federações e uniões, grémios da lavoura, grémios do comércio, entre outros) e nos anos de 1955 (Lisboa) e 1956 (Porto) realiza-se a *Exposição de Heráldica do Trabalho*, projectada desde 1945 com a designação “*exposição de Heráldica dos organismos corporativos e do trabalho em geral*”. Nesta exposição, além de terem sido apresentados os brasões das corporações já constituídas, assumem-se propostas a adoptar para outras corporações a ser constituídas nos vários sectores de actividade: lavoura, transportes e turismo, crédito e seguros, pesca e conservas, indústria, comércio e espectáculos, imprensa e artes gráficas, ciências, letras e artes, assistência e educação física e desportos (Valente, 1999).

---

<sup>28</sup> Pelouro Cultural da FNAT. *O Aproveitamento do Tempo Disponível dos Trabalhadores pela Cultura Popular*. Lisboa: FNAT, 1944, p. 25: apresentação feita no 2.º Congresso da União Nacional, em Maio de 1944.



O papel da *FNAT* inscreve-se num trabalho de imposição autoritária de um projecto doutrinário totalizante para a sociedade portuguesa. Tal projecto, apoiado num ideário conservador, nacionalista, autoritário e corporativo, consubstancia-se através de um conjunto de medidas institucionais consagradoras de uma pretendida unicidade político-ideológica que, segundo Rosas (1994), o aproxima dos modelos fascistas, particularmente do italiano.

Entre essas medidas, destaca: a monopolização da vida política em torno de um partido único – a *União Nacional*; o enquadramento das actividades económicas, sociais e culturais numa organização corporativa, com a consequente eliminação das associações que não se integrassem na esfera do Estado; a imposição da censura prévia à imprensa, ao teatro, ao cinema, à rádio e mais tarde à televisão; a difusão de um clima de medo através do recurso a uma estrutura policial de repressão política – a *PVDE: Polícia de Vigilância e Defesa do Estado*<sup>29</sup>, mais tarde *PIDE: Polícia Internacional de Defesa do Estado*<sup>30</sup> e, mais tarde ainda, a *DGS: Direcção-Geral de Segurança*<sup>31</sup>; a obrigação dos funcionários públicos fazerem prova de fidelidade ao regime através de juramento; o controlo dos tempos livres dos trabalhadores através de um organismo do Estado – a *FNAT: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho*, organismo que providenciava actividades recreativas e educativas norteadas pela moral oficial; o recurso a organizações milicianas para o enquadramento das massas – a *Legião Portuguesa*<sup>32</sup> e a *Mocidade Portuguesa*<sup>33</sup>, assemelhando-se ambas às congéneres italianas (na estrutura interna, no uniforme e na saudação romana): a primeira, de filiação obrigatória para certos empregos públicos, era destinada a defender “o património espiritual da Nação”, o Estado Corporativo e as ameaças comunista e anarquista<sup>34</sup>; a segunda, de inscrição obrigatória para as crianças dos 7 aos 14 anos, tinha como missão ideologizar a juventude, incutindo-lhe os valores nacionalistas do Estado Novo; o controlo do ensino, especialmente ao nível primário e secundário, com a

---

<sup>29</sup> A *PVDE* foi criada pelo Decreto-Lei n.º 22 992, de 29 de Agosto de 1933, a partir da fusão da *Polícia Internacional Portuguesa* com a *Polícia de Defesa Política e Social*.

<sup>30</sup> A *PIDE* foi criada pelo Decreto-Lei n.º 35 046, de 22 de Outubro de 1945.

<sup>31</sup> A *DGS* foi criada pelo Decreto-Lei n.º 49 401, de 24 de Novembro de 1969.

<sup>32</sup> A *Legião Portuguesa* foi criada pelo Decreto-Lei n.º 27 058, de 30 de Setembro de 1936.

<sup>33</sup> A *Mocidade Portuguesa* foi criada pelo Decreto-Lei n.º 26 611, de 19 de Maio de 1936.

<sup>34</sup> O hino da *Legião Portuguesa*, escrito por José Gonçalves Lobo em 1937, enunciava os seus princípios e objectivos e continha palavras de enaltecimento a Salazar.

depuração política dos corpos docentes e a adopção de “livros únicos” oficiais que veiculavam os valores do Estado Novo; a orientação oficial da cultura e das artes, com a divulgação dos valores estéticos e ideológicos modelares, com a promoção de grandiosas celebrações históricas através do *SPN – Secretariado da Propaganda Nacional*<sup>35</sup>, mais tarde *SNI – Secretariado Nacional de Informação*<sup>36</sup>; a imposição de um poder político personalizado na figura do Chefe, encarado este como o intérprete supremo do interesse nacional, tendo a mística do Estado Novo encontrado perfeito eco em Salazar, cujo lema “*Tudo pela Nação, nada contra a Nação*” se assemelhava ao “*Tudo no Estado, nada contra o Estado, nada fora do Estado*” de Mussolini.

A criação da *FNAT* tem, assim, como pano de fundo uma perspectiva de cultura nacional assente numa concepção nacionalista de Portugal que começa a ser construída, segundo vários autores<sup>37</sup>, muito antes da criação do Estado Novo, constituindo uma reacção à cultura cosmopolita da “*geração de 70*”. Para esta construção, contribuíram uma série de homens das letras<sup>38</sup> dos primeiros decénios do século XX que

---

<sup>35</sup> O *SPN* foi criado pelo Decreto-Lei n.º 23054, de 25/09/1933.

<sup>36</sup> O *SNI* foi criado pelo Decreto-Lei n.º 34134, de 24/11/1944.

<sup>37</sup> Alves, Vera Marques (2007). “ ‘A poesia dos simples’: arte popular e nação no Estado Novo”. *Etnográfica*, vol. XI, n.º 1, 2007, CEAS – Centro de Estudos de Antropologia Social, pp. 63-89; Leal, João (2006). *Antropologia em Portugal: Mestres, Percursos, Tradições*. Lisboa: livros Horizonte; Maurício, Carlos (2005), *A Invenção de Oliveira Martins – Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda; Ramos, Rui (1994), “A Invenção de Portugal”. In *História de Portugal*. 6.º volume – A Segunda Fundação (1890-1926) (pp. 565-595). Lisboa: Círculo de Leitores; Silva, Augusto Santos (1993). *Tempos Cruzados: um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Porto: Edições Afrontamento; Sobral, José Manuel (1996). “Nações e Nacionalismo: algumas teorias recentes sobre a sua génese e persistência na Europa (ocidental) e o caso português”. *Inforgeo*, n.º 11, pp. 13-41; Sobral, José Manuel (1999), “Da Casa à Nação: passado, memória, identidade”, *Etnográfica*, vol. III, n.º 1, 1999, CEAS – Centro de Estudos de Antropologia Social, pp. 63-89; Trindade, Luís (2008). *O Estranho Caso do Nacionalismo Português – o salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.

<sup>38</sup> “(...) o linguista – e colaborador do despótico João Franco – Agostinho de Campos e o seu discípulo Fidelino de Figueiredo, ora adepto da ditadura de Pimenta de Castro, ora sidonista, ambos declarados adversários da monarquia constitucional e da República; o perpétuo reaccionário Augusto de Castro, director do «Diário de Notícias»; os já referidos Afonso Lopes Vieira, que queria ‘reaportuguesar Portugal’, António Corrêa de Oliveira, notado pelos seus panfletos nacionalistas e anti-republicanos em verso, e Mário Beirão, que viria a ser o autor do Hino da Mocidade Portuguesa; João Ameal, sobrinho de Augusto de Castro, monárquico amante da natureza e ‘inimigo’ da modernidade, aspirante a desempenhar o papel de ideólogo do salazarismo; o romancista Antero de Figueiredo, ruralista, nacionalista e católico conservador; Joaquim Manso, um simpatizante da ‘ordem’ à bruta maneira de Mussolini e Primo de Rivera, director do Diário de Lisboa; Norberto de Araújo, redactor principal do mesmo periódico, tradicionalista; Júlio Dantas, tão «arrasado» como celebrizado pelo futurismo de Almada Negreiros no Manifesto Anti-Dantas” (Chaves, António Rego (s/d), *Salazarismo e Literatura*, [www.scribd.com/doc/25627338/Luís-Trindade-%C2%ABO-Estranho-Caso-do-Nacionalismo-Português%C2%BB](http://www.scribd.com/doc/25627338/Luís-Trindade-%C2%ABO-Estranho-Caso-do-Nacionalismo-Português%C2%BB)).

*“tiveram a seu cargo uma rude e sinistra tarefa: cortar a cabeça à Geração de 70, um espinho encravado no provincianismo intelectual português. Queriam, a qualquer preço, fazer esquecer aqueles ideólogos que, como Antero de Quental, Oliveira Martins ou o Eça-leitor-de-Proudhon se tinham, na sua óptica, transviado e transformado em perigosos agentes do pensamento universalista, onde não cabiam tradicionais crenças e atávicos preconceitos do chamado ‘Portugal profundo’, ou seja, da sua conformada ‘maioria silenciosa’. Impunha-se, pois, ignorar o Iluminismo, a Revolução Francesa, o Liberalismo, a geração de Garrett e Herculano e, sobretudo, claro está, os perigosos antros onde se tinham instruído os nossos primeiros socialistas.”*<sup>39</sup>

Ao transformar esta concepção nacionalista em cultura nacional, o Estado Novo atribui eficácia à sua afirmação política, uma vez que tal concepção, no dizer de Trindade (2008, p 197),

*“é uma formação cultural que apaga os traços da sua construção porque consiste em fazer-se passar pela natureza das coisas. (...) A cultura nacionalista torna invisível o seu papel político, sendo essa invisibilidade, precisamente, o que garante a eficácia política. (...) Tal como aqueles que reclamam estar do lado certo da história, os autores do nacionalismo não se apresentam como tal: aquilo que escrevem não é propriamente da sua autoria, são antes intérpretes, porta-vozes de algo superior a eles próprios, um universal que os ultrapassa.”*<sup>40</sup>

Ao apropriar-se desta concepção cultural, o Estado Novo confere-lhe “*substância política e institucional*” através, no dizer de Chaves (2008), da articulação do culto do país rural e histórico, do fanatismo católico e da concepção da mulher como “*fada do lar*”. Assim, ao promover o culto do país rural, ao alimentar uma perspectiva nacionalista de Portugal através da enunciação constante dos grandes e heróicos feitos da sua história, ao enaltecer um modelo de família autoritário e patriarcal, ao exaltar a pobreza como destino natural (ser pobre por oposição a estar pobre)<sup>41</sup> e, por

---

<sup>39</sup>Chaves, António Rego (2008). “Salazarismo e Literatura”. In Luís Trindade. *O Estranho Caso do Nacionalismo Português – o salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa: ICS-Imprensa de ciências Sociais.

<sup>40</sup> Trindade, Luís (2008), *O Estranho Caso do Nacionalismo Português – o salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais).

<sup>41</sup> António de Oliveira Salazar, “As grandes certezas da revolução nacional” [26-05-1936]. In *Discursos e Notas Políticas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1937, vol. II, p. 132, cit. in Melo, 2001, p. 46: “Assim a faina agrícola, sujeita à torreia do sol ou à impertinência das chuvas, é acima de tudo uma vocação de

consequência, ao cultivar a prática da caridade “*compensadora*” por parte dos favorecidos, ao contrapor o ideal da subsistência à inovação e ao risco, o Estado Novo procurou, por via da combinação de todos estes ingredientes, garantir o conformismo social, a resignação de cada um à sua posição social e a obediência à autoridade. Contava, para o efeito, com a acção convergente da instituição eclesiástica, do *Secretariado da Propaganda Nacional (SPN)*, bem como com duas agências locais de difusão ideológica: a Escola Primária e a Casa do Povo (Melo, 2001, p. 25).

### *Instituição eclesiástica*

O Estado Novo contou com a cumplicidade da Igreja Católica (Rosas, 2012, pp. 257-271). Com a sua institucionalização, assiste-se, na verdade, a uma progressiva confessionalização do Estado e, simultaneamente, a uma crescente integração da Igreja católica nos propósitos ideológicos do novo regime, muito embora o carácter laico do Estado e a separação entre este e as igrejas estivessem consagrados na Constituição de 1933<sup>42</sup>.

O processo de confessionalização do Estado teve a sua consagração na Concordata e no Acordo Missionário – assinados com a Santa Sé em Maio de 1940 – e conheceu, ainda, um reforço com a revisão constitucional de 1951<sup>43</sup>. Nesta matéria, a aprovação do Acto Colonial de 1930 – mais tarde integrado no texto constitucional de 1933 – constitui um importante passo inicial. Com esta aprovação, é reconhecida às

---

*pobreza; mas o seu orgulho vem de que só ela alimenta o homem e lhe permite viver. Quando se governa um país, e se nos deparam os mercados difíceis, os mares impraticáveis, as bocas famintas sem saber de onde há-de vir um bocado de pão, a terra pobre, a terra humilde sobe então à culminância dos heroísmos desconhecidos e dos valores inestimáveis”.*

<sup>42</sup> O artigo 46.º da Constituição de 1933 previa que “*sem prejuízo do preceituado pelas concordatas na esfera do padroado, o Estado mantém o regime de separação em relação à Igreja Católica e a qualquer outra religião ou culto praticado dentro do território português, e as relações diplomáticas entre a Santa Sé e Portugal com recíproca representação.*”

<sup>43</sup> Na revisão constitucional, efectuada através da Lei n.º 2048/1951, de 11 de Junho, previa-se, no seu artigo 45.º, que “*é livre o culto público ou particular da religião católica como da religião da Nação Portuguesa. A Igreja Católica goza de personalidade jurídica podendo organizar-se de harmonia com o direito canónico e constituir por essa forma associações ou organizações, cuja personalidade jurídica é igualmente reconhecida. O Estado mantém em relação à Igreja Católica o regime de separação com relações diplomáticas entre a Santa Sé e Portugal, mediante recíproca representação, e concordatas ou acordos aplicáveis na esfera do Padroado e outros em que sejam ou venham a ser reguladas matérias de interesse comum.*”

missões personalidade jurídica, passando-lhes o Estado a conceder protecção e apoio como “agentes eficazes de civilização e de soberania”<sup>44</sup>.

Porém, é com a Concordata e com o Acordo Missionário que o Estado Novo reforça os privilégios concedidos à Igreja. Designadamente o reconhecimento da sua personalidade jurídica e das suas organizações<sup>45</sup>, a indissolubilidade do casamento católico<sup>46</sup>, o monopólio do ensino religioso nas escolas<sup>47</sup> e do controlo da assistência social<sup>48</sup>, a criação em exclusivo de uma hierarquia paralela à hierarquia militar nas

---

<sup>44</sup> Decreto n.º 18570/1930, de 8 de Julho – Aprova o Acto Colonial, em substituição do título V da Constituição Política da República Portuguesa de 1911: “II – Indígenas: (...) O Estado promulga para os indígenas, onde seja ainda primitiva a rudeza, estatutos especiais que, orientados ainda assim pelo direito público e privado de Portugal, contemporizem com os usos e costumes que não destoem essencialmente da moral e dos princípios de humanidade. Aceita e auxilia as missões religiosas portuguesas, como agentes eficazes de civilização e soberania, e as casas de formação de pessoal para elas, reconhecendo-lhes personalidade jurídica, e admite o livre exercício dos diversos cultos, sem embargo de o submeter ao que for exigido pela soberania de Portugal e pela ordem pública. (...) Art. 23.º - O Estado assegura nos seus territórios ultramarinos a liberdade de consciência e o livre exercício dos diversos cultos, com as restrições exigidas pelos direitos e interesses da soberania de Portugal, bem como pela manutenção da ordem pública, e de harmonia com os tratados e convenções internacionais. Art. 24.º - As missões religiosas do ultramar, instrumento de civilização e de influência nacional, e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado português terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino.”

<sup>45</sup> Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa (1940) – artigo 3.º: “A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente de harmonia com as normas do Direito Canónico, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica. O reconhecimento por parte do Estado da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos religiosos, canonicamente erectos, resulta da simples participação escrita à Autoridade competente feita pelo Bispo da diocese, onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante. Em caso de modificação ou de extinção, proceder-se-á do mesmo modo que para a constituição, e com os mesmos efeitos.”

<sup>46</sup> Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa (1940) – artigo 24.º: “Em harmonia com as propriedades essenciais do casamento católico, entende-se que, pelo próprio facto da celebração do casamento canónico, os cônjuges renunciarão à faculdade civil de requererem o divórcio, que por isso não poderá ser aplicado pelos tribunais civis aos casamentos católicos.”

<sup>47</sup> Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa (1940) – artigo 21.º: “O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs tradicionais do País. Consequentemente ministrar-se-á o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementares, complementares e médias aos alunos cujos pais, ou quem suas vezes fizer, não tiverem feito pedido de isenção. Nos asilos, orfanatos, estabelecimentos e institutos oficiais de educação de menores, e de correcção ou reforma, dependentes do Estado, será ministrado, por conta dele, o ensino da religião católica e assegurada a prática dos seus preceitos. Para o ensino da religião católica, o texto deverá ser aprovado pela Autoridade eclesiástica e os professores serão nomeados pelo Estado de acordo com ela; em nenhum caso poderá ser ministrado o sobredito ensino por pessoas que a Autoridade eclesiástica não tenha aprovado como idóneas.”

<sup>48</sup> Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa (1940) – artigo 17.º: “Para garantir a assistência espiritual nos hospitais, refúgios, colégios, asilos, prisões e outros estabelecimentos similares do Estado, das Autarquias locais e institucionais e das Misericórdias, que não tenham capela e serviço privativo para este efeito, é livre o acesso ao pároco do lugar e ao sacerdote encarregado destes serviços pela competente Autoridade eclesiástica, sem prejuízo da observância dos respectivos regulamentos, salvo em caso de urgência.”

Forças Armadas para a acção dos capelães<sup>49</sup>, as imunidades pessoais e fiscais conferidas aos membros do clero e às organizações eclesiais<sup>50</sup>. Por via do Acordo Missionário, a Igreja passa a actuar ao serviço do projecto colonial do regime<sup>51</sup>, sendo paga para exercer uma acção missionária orientada pelas prioridades políticas do Estado Novo<sup>52</sup>.

Como contrapartida das regalias concedidas, a hierarquia da Igreja colocou-se ao serviço do Estado Novo, empenhando-se, no dizer de Rosas (2012, p. 258), numa atitude de legitimação ideológica e moral do regime e das suas principais opções políticas: o nacionalismo autoritário e antidemocrático, o corporativismo e a defesa do império colonial. Pese embora a relação de cumplicidade entre a hierarquia da Igreja e o Estado Novo, a partir de finais dos anos 50 esta relação passa a conhecer dificuldades. Estas dificuldades resultaram, por um lado, do surgimento e desenvolvimento de movimentos de acção católica que se opunham aos desígnios do regime e, por outro

---

<sup>49</sup> Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa (1940) – artigo 18.º: “A República Portuguesa garante a assistência religiosa em campanha, às forças de terra, mar e ar e, para este efeito, organizará um corpo de capelães militares que serão considerados oficiais graduados. O Bispo que desempenhar as funções de Ordinário Castrense, será nomeado pela Santa Sé de acordo com o Governo. Para as expedições coloniais poderá ser nomeado Ordinário Castrense um Bispo que tenha sede na respectiva colónia. O Ordinário Castrense pode nomear, de acordo com o Governo, um Vigário Geral. Os capelães militares serão nomeados, de entre os sacerdotes apurados para os serviços auxiliares, pelo Ordinário Castrense, de acordo com o Governo. Os capelães militares têm jurisdição paroquial sobre as suas tropas, e estas gozam, quanto aos seus deveres religiosos, dos privilégios e isenções concedidos pelo Direito Canónico.”

<sup>50</sup> Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa (1940) – artigo 8.º: “São isentos de qualquer imposto ou contribuição, geral ou local, os templos e objectos nele contidos, os seminários ou quaisquer estabelecimentos destinados à formação do clero, e bem assim os editais e avisos afixados à porta das igrejas, relativos ao ministério sagrado; de igual isenção gozam os eclesiásticos pelo exercício do seu múnus espiritual. Os bens e entidades eclesiásticos, não compreendidos na alínea precedente, não poderão ser onerados com impostos ou contribuições especiais.”

<sup>51</sup> Acordo Missionário entre a Santa Sé e a República Portuguesa (1940) – artigo 8: “A Santa Sé, antes de proceder à nomeação de um arcebispo ou bispo residencial ou dum coadjutor cum iure successionis, comunicará o nome da pessoa escolhida ao Governo Português a fim de saber se contra ela há objecções de carácter político geral. O silêncio do Governo, decorridos trinta dias sobre a referida comunicação, será interpretado no sentido de que não há objecções. Todas as diligências previstas neste artigo ficarão secretas. Quando dentro de cada diocese ou circunscrição missionária fôrem estabelecidas novas direcções missionárias, a nomeação dos respectivos directores, não podendo recair em cidadão português, só será feita depois de ouvido o Governo Português. Criada uma circunscrição eclesiástica, ou tornando-se vacante, a Santa Sé, antes do provimento definitivo, poderá imediatamente constituir um administrador apostólico provisório, comunicando ao Governo Português a nomeação feita.”

<sup>52</sup> Acordo Missionário entre a Santa Sé e a República Portuguesa (1940) – artigo 12: “Além dos subsídios previstos no artigo 9, o Governo Português garante aos Bispos residenciais, como Superiores das missões das respectivas dioceses e aos Vigários e Prefeitos Apostólicos honorários condignos e mantém-lhes o direito à pensão de aposentação. Para viagens ou deslocações, porém, não haverá direito a qualquer ajuda de custo.”

lado, da mudança de estratégia do papado – em termos eclesiais, religiosos e de orientação diplomática da Santa Sé – com a morte de Pio XI e a entronização de João XXIII, em 1958, e a abertura do Concílio Vaticano II, em 1962.

### *Secretariado de Propaganda Nacional*

Ao SPN, criado pelo governo de Salazar (Decreto-Lei n.º 23054, de 25/09/1933) para tutelar as artes, os espectáculos e todas as formas de expressão, foram conferidas as funções de “ *direcção e superintendência da propaganda nacional interna*”. E, na verdade, desempenhou, especialmente nos primeiros doze anos, um papel activo na divulgação do ideário nacionalista e na padronização da cultura e das artes do Estado Novo, secundado pela actuação da Direcção Geral dos Serviços de Censura (1933) e, mais tarde, Direcção dos Serviços de Censura (1935), cujo âmbito de intervenção passava por proceder a um estrito controlo dos meios de comunicação, recorrendo, para esse efeito, à censura prévia dos periódicos, à apreensão sistemática dos livros que não se enquadrassem na ideologia do regime, bem como ao controlo da fundação, circulação, distribuição e venda de publicações, nomeadamente estrangeiras, que contivessem matérias cuja divulgação não fosse permitida.

No entanto, Alves (2007) produz uma crítica à interpretação que reduz a política etnográfica do Estado Novo, levada a efeito pelo SPN/SNI de António Ferro nas décadas de 30 e 40, a um instrumento de “*domesticação do povo*”, mostrando que é nos mecanismos de afirmação da nação, dentro (Pousadas de Portugal e Centro Regional da Exposição do Mundo Português, por exemplo) e fora (certames internacionais, por exemplo) das fronteiras portuguesas, que deve ser encontrada a explicação para a campanha etnográfica empreendida, campanha essa que extravasou, segundo a autora, os “*(...) meios rural e proletário, dirigindo-se amiúde às classes médias e camadas mais altas da sociedade portuguesa, e escolhendo, para se mostrar, em vez das áreas periféricas, os ambientes urbanos e mesmo cosmopolitas.*” Segundo a autora, porém, se esta política etnográfica, ao ser eficaz na contribuição para a “*veiculação de uma ideia de Portugal enquanto país de camponeses-estetas*”, cumpria o “*desígnio mais amplo de afirmação de um carácter nacional supostamente único no seio de uma Europa em crescente efervescência nacionalista*”, ao mesmo tempo ia ao encontro das “*necessidades de legitimação de um regime nacionalista, conservador e anti-luta de*

*classes – que beneficiava sem dúvida de um modelo espiritual do povo e do retrato pacificado e amável da nação que tal modelo suscitava”.*

Em 1945, o SPN deu lugar ao SNI – *Secretariado Nacional de Informação*<sup>53</sup> (criado através do Decreto-Lei n.º 34134, de 24/11/1944 – Diário do Governo, I série, n.º 260), assumindo como competência “*a orientação, o estímulo e a coordenação de todas as actividades que se destinem a elevar o nível moral e intelectual do povo português e a exaltar e valorizar a sua individualidade nacional*” (artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 34134, de 24/11/1944).

### *Escola Primária*

Na Escola Primária, o culto do país rural<sup>54</sup> e histórico<sup>55</sup>, a exaltação da pobreza<sup>56</sup>, o enaltecimento da Igreja Católica<sup>57</sup>, a obediência à autoridade<sup>58</sup> e o

---

<sup>53</sup> O SPN/SNI foi dirigido por António Ferro (jornalista, publicista e escritor simpatizante das soluções autoritárias e totalitárias, sobretudo do fascismo mussoliniano) entre 1933 e 1950.

<sup>54</sup> “*As Aldeias*”, “*As Mondas*”, “*Os Rebanhos*”, “*As Regas*”, “*Os Ceifeiros*”, “*As Vindimas*”, “*A Vocação da Cerejeira*”, “*A Casa do Lavrador*”, “*A Azeitona*”, “*A Oliveira*”, “*A Lareira*”, “*Serões da Aldeia*”, “*Canção do Linho*”, “*Os Bois*” – títulos de alguns textos incluídos em *O Livro da Terceira Classe*, Porto, Editorial Domingos Barreira, 4.ª edição, 1958.

<sup>55</sup> “*A Pátria*”, “*O castelo de Guimarães*”, “*Portugal é grande*”, “*D. Afonso Henriques*”, “*O castelo de S. Jorge*”, “*A conquista de Lisboa*”, “*O Mosteiro de Alcobaça*”, “*O que dizem os nossos monumentos*”, “*O Rei D. Dinis*”, “*Deuladeu Martins*”, “*O alcaide do castelo de Faria*”, “*D. João I e o Condestável*”, “*A Batalha*”, “*Conquistas e Descobrimientos*”, “*O Infante D. Henrique*”, “*O Infante Santo*”, “*Vasco da Gama*”, “*Os Jerónimos*”, “*Pedro Álvares Cabral*”, “*Afonso de Albuquerque*”, “*Camões*”, “*O significado da nossa bandeira*”, “*A Restauração*”, “*O Estado Novo*”, “*O Terreiro do Paço e os seus monumentos*”, “*O Chefe do Estado*”, “*O Governo da Nação*”, “*As cores da Bandeira Nacional*” – títulos de alguns textos incluídos em *O Livro da Terceira Classe*, Porto, Editorial Domingos Barreira, 4.ª edição, 1958.

<sup>56</sup> “*Os pobres são nossos irmãos. Devemos fazer-lhes todo o bem que pudermos. Jesus ensinou que até um copo de água, dado aos pobres por caridade, terá grande prémio no céu.*” – excerto do texto “*Os Pobrezinhos*”, in Ministério da Educação Nacional (1958), *O Livro da Primeira Classe*, Porto, Editorial Domingos Barreira, 8.ª edição, p. 63; “*A Joaninha, logo que se levanta, lava-se, penteia-se, veste-se e calça-se. Quando vai dar os bons-dias aos pais, quase sempre a mãe lhe compõe um pouco melhor o laço da cabeça. Reza as suas orações, almoça e vai para a escola. Pobrezinha, mas muito lavada, vestido sem nódoas nem rasgões, é um encanto vê-la, de olhos pretos, pele morena e cabelos lisos.*” – excerto do texto “*A Joaninha*”, in Ministério da Educação Nacional (1958), *O Livro da Terceira Classe*, Porto, Editorial Domingos Barreira, 4.ª edição, p. 11.

<sup>57</sup> “*A Igreja Católica continua no mundo a missão divina de Jesus Cristo, assistida continuamente pelo Espírito Santo. Assim se realiza a promessa que o Senhor fez aos Apóstolos, antes da sua gloriosa Ascensão: Eu estou convosco até ao fim do mundo*” – excerto do texto “*Vida gloriosa de Nosso Senhor Jesus Cristo*”, in Ministério da Educação Nacional (1958), *O Livro da Terceira Classe*, Porto, Editorial Domingos Barreira, 4.ª edição, p. 210.

<sup>58</sup> “*O pai é a autoridade na família. Os filhos são obrigados a ter-lhe amor, respeito e obediência. O professor é a autoridade na escola. Todos os meninos devem obedecer às suas ordens e estar com atenção às suas lições. É Deus quem nos manda respeitar os superiores e obedecer às autoridades,*” –



engrandecimento da mulher como “*fada do lar*”<sup>59</sup> são dimensões realçadas nos livros utilizados e que serviam o esforço modelador das consciências desenvolvido em várias frentes pela propaganda do Estado Novo<sup>60</sup>: “*Ajudar os pais a modelar o futuro homem português na cera sensível e plástica que é o cerebrozinho da criança. (...) só educadores com espírito novo podem formar homens novos*”<sup>61</sup>.

### *Casas do Povo*

Por sua vez, as *Casas do Povo*<sup>62</sup> são entendidas, segundo Daniel de Melo (2001, p. 75), como o modelo da prática corporativista da harmonia social, o espaço tutelar da indiferenciação e paz sociais, o reflexo político da negação de conflitos sociais ou de classes, por via da espontânea conciliação entre o capital e o trabalho:

*“Trabalhadores da lavoura e dos ofícios comungam com os pequenos proprietários locais nas mesmas ideias e nos mesmos costumes, e nem sequer a presença de uma ou outra família de maior desafogo económico e de outro nível de cultura perturba esta harmonia essencial (...). Na Casa do Povo não se encontram apenas os trabalhadores rurais; estão, também, como sócios contribuintes, os proprietários que com os deles conjugam os seus esforços no sentido da defesa dos seus interesses. Complementarmente, avulta o facto de a Casa do Povo não ter o grau de especialização profissional do Sindicato, antes englobando todos aqueles que*

---

texto intitulado “*Respeitai as autoridades*”, in Ministério da Educação Nacional (1958), *O Livro da Primeira Classe*, Porto, Editorial Domingos Barreira, 8.ª edição.

<sup>59</sup> “*Emilita é muito esperta e desembaraçada, e gosta de ajudar a mãe. – Minha mãe: já sei varrer a cozinha, arrumar as cadeiras e limpar o pó. Deixe-me pôr hoje a mesa para o jantar. – Está bem, minha filha. Quando fores grande, hás-de ser boa dona de casa.*” – texto intitulado “*A dona de casa*”, in Ministério da Educação Nacional (1958), *O Livro da Primeira Classe*, Porto, Editorial Domingos Barreira, 8.ª edição; “*Meu pai trabalha desde manhã até à noite para que em nossa casa não falte o pão nem o conforto. Minha mãe cuida dos arranjos da casa.*” e “*A única tristeza da nossa casa é que meu pai não esteja sempre connosco, pois que trabalha todo o dia, longe de nós, para nos sustentar.*” – excertos dos textos “*A Família*” e “*O Meu Pai*”, respectivamente, in Ministério da Educação Nacional (1958), *O Livro da Segunda Classe*, Porto, Editora Educação Nacional de Adolfo Machado, 6.ª edição.

<sup>60</sup> Alguns destes livros foram alvo de uma análise de conteúdo no trabalho de investigação de M.ª de Fátima Bívar (1971), *Ensino Primário e Ideologia*, tendo esta autora centrado a atenção na forma como eram exploradas as vertentes família, sociedade, trabalho, meio natural e imagem infantil.

<sup>61</sup> Declarações do Ministro da Instrução Pública, Carneiro Pacheco, na tomada de posse em 1936, citado por Rosas (2012: 337).

<sup>62</sup> As *Casas do Povo* foram criadas pelo Decreto-Lei n.º 23051/1933, de 23 de Setembro. Em 1982, de acordo com a Lei n.º 4/82, de 11 de Janeiro, as *Casas do Povo* são reestruturadas, passando a ter o estatuto jurídico de pessoas colectivas de utilidade pública, de base associativa, tendo como finalidade o desenvolvimento de actividades de carácter social e cultural e a cooperação com o Estado e com as autarquias locais, com vista à resolução de problemas das populações.

*trabalham em condições análogas às do trabalho agrícola. // Nem poderia ser de outra forma. A Casa do Povo é, no fundo, a expressão do núcleo humano da freguesia rural, cujos elementos atômicos são inseparáveis, a menos que se queira mutilar a sua magnífica unidade moral. // Não era possível associar por outra maneira os interesses e as pessoas sem se repudiar toda a nossa concepção histórica de uma vida íntima e de uma solidariedade de classes sociais que existe por si mesma, independentemente da doutrina que a recomende e imponha”<sup>63</sup>.*

O modelo da Casa do Povo opõe-se ao modelo urbano, caracterizado, em resultado de uma crescente industrialização, por uma acentuada especialização profissional, uma elevada capacidade reivindicativa e uma dinâmica social em que o conflito de interesses e a contestação social constituem a tônica dominante. Ao considerar a cultura do mundo rural como a verdadeira representante da identidade nacional, o Estado Novo atribui às *Casas do Povo* o importante papel de defesa e difusão de uma cultura popular de expressão folclórica, entendida esta como o “*aperfeiçoamento da mentalidade do povo*” contra os malefícios do cosmopolitismo urbano:

*“Rigorosamente, cultura popular é a cultura que o próprio povo cria – isto é, o folclore. Mas num sentido mais generalizado, entende-se por cultura popular o aperfeiçoamento da mentalidade do povo. E convém estar de sobreaviso porque é uma matéria mais delicada do que cristal... Às vezes, quando se não têm ideias muito claras a este respeito, pode ser-se conduzido a ministrar uma falsa cultura, a criar mentalidades deformadas por coisas mal aprendidas, a preparar indivíduos com terríveis complexos de inferioridade”<sup>64</sup>*

A identificação da cultura popular de matriz rural como a verdadeira representante da identidade nacional, foi a forma que o Estado Novo encontrou para difundir a sua concepção ideológica de organização política e social. As bibliotecas populares, os museus rurais, os grupos dramáticos, os orfeões, os grupos corais, os ranchos folclóricos, as fanfarras e as filarmónicas, bem como o cinema e a rádio rural (Fernandes, 1947, pp. 49-58), foram formas encontradas para o “*aperfeiçoamento da*

---

<sup>63</sup> Fernandes, A. J. de C. (1947). *Enfrentando o Destino das Casas do Povo*. Lisboa: JCCP. pp. 17-18 e 20 (discurso proferido na posse da *Junta Central das Casas do Povo*, em 22 de Fevereiro de 1945).

<sup>64</sup> *Ibid.*: p. 46.

*mentalidade do povo*” por via da representação do país através da “*aldeia*” e, dessa maneira, como um meio de propaganda do ideal nacionalista de cultura popular.

Às bibliotecas caberia difundir uma literatura para o povo que se prestasse à leitura em voz alta durante os serões e que privilegiasse os aspectos etnográficos locais relacionados com as indústrias rurais: o folclore, as lendas e narrativas, o teatro e o cancionário popular. Aos museus rurais caberia expor a etnografia local, especialmente o artesanato regional. Aos grupos dramáticos, aos orfeões, aos grupos corais, aos ranchos folclóricos, às fanfarras e às filarmônicas, caberia dar conta das manifestações estéticas regionais por via das produções artísticas da cultura popular. Ao cinema caberia servir de instrumento de cultura e de educação popular, promovendo a exibição de fitas adequadas a esse fim e excluindo, dessa maneira, todas aquelas que pudessem constituir elemento de perversão dos bons costumes e da ordem social<sup>65</sup>. À rádio rural, contando com o interesse e apoio da Emissora Nacional em matéria de difusão, caberia contribuir para elevar o amor pela terra natal e atender principalmente aos interesses da agricultura, prestando informações cronológicas e meteorológicas e fornecendo indicações acerca, entre outras, dos trabalhos agrícolas, das feiras e dos mercados regionais.

Assim, ao pretender que as *Casas do Povo* servissem de porta-vozes dessa mesma concepção ideológica, o Estado Novo viu-se na necessidade de impor a coordenação e orientação doutrinária da sua acção:

*“As Casas do Povo só serão aquilo que devem ser, aquilo que nós queremos que elas sejam, se estivermos à altura dos nossos princípios, se formos capazes de bem compreender e bem resolver os problemas que interessam à população camponesa, que é a maioria da população de Portugal. // Uma obra desta natureza não pode depender de uma só vontade, não pode mesmo depender do esforço de um só serviço público por mais dedicado e entusiasta que ele se revele. Uma obra tão vasta e tão*

---

<sup>65</sup> “O filme pode ser um agente desnacionalizador, um meio de propaganda de costumes, sentimentos e ideias contrárias ao nosso ideal de nacionalidade. Se o habitante da cidade, porque possui outros meios de crítica e, portanto de defesa, resiste, porventura, a essa influência, o trabalhador rural não encontra junto de si a necessária garantia contra a sugestão do espectáculo que lhe pode dar, com a ilusão duma vida fácil e feliz, o progressivo desgosto pela profissão a que está ligado e pelo ambiente em que habita. A sedução da cidade pode levar as mulheres a diferentes formas de relaxamento e os homens ao desenquadramento profissional, à parasitagem e ao crime.” ( *ibid.*, p. 45).

*complexa exige a mobilização integral de todas as vontades e de todos os esforços. // Temos de contar com os directamente interessados – e dizemos directamente, porque indirectamente está todo o país – com os trabalhadores. ‘É preciso – na frase de Salazar – contribuir para levar os interessados a assimilar os princípios, a ver o interesse da organização, a desejar servir-se dela para elevar o nível económico, intelectual e moral dos seus pares’.*”<sup>66</sup>

Coordenação e orientação que veio a acontecer, a partir de 1945, com a constituição da *Junta Central das Casas do Povo (JCCP)*<sup>67</sup>. Isto mesmo é assinalado por Fernandes (1947, pp. 13-16), na qualidade de Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, no discurso que proferiu aquando da posse daquele organismo em 22 de Fevereiro de 1945, ao afirmar a importância que o enquadramento da vida rural por parte das Casas do Povo assumia para o corporativismo e, nessa medida, contrapondo os particularismos da cultura tradicional do mundo rural em que se “*projectava a psicologia colectiva*” à desordem social provocada pela uniformidade e universalidade da cultura urbana industrial:

*“É talvez no enquadramento orgânico da vida rural, através das Casas do Povo, que se proclama, por maneira mais clara e mais insofismável, o realismo intransigente da nossa doutrina corporativa. // Foi a intransigência desse realismo que nos conduziu à exclusão de quaisquer outras fórmulas de agrupamento que não fossem aquelas que se mostrassem solidárias da nossa estrutura social e derivassem, imediatamente, da nossa tão particular compleição portuguesa. // De certo modo, pode dizer-se que a extensão do industrialismo tendeu a realizar, nos meios urbanos, condições de vida de tipo mais ou menos uniforme e universal que, sob muitos dos seus aspectos, exigiram em cada país um esforço de adaptação dos costumes e até, por vezes, a quebra de hábitos tradicionais em que se projectava a sua psicologia colectiva. // Gradualmente, insensivelmente, os aglomerados industriais vão evolucionando no sentido de se atenuarem os particularismos étnicos, afeiçoando-se o que há de especial em cada povo à aceitação de um modelo*

---

<sup>66</sup> Fernandes, A. J. de C. (1947), *Enfrentando o Destino das Casas do Povo*, Lisboa, JCCP, pp. 25-26.

<sup>67</sup> A JCCP foi criada, no âmbito do Subsecretariado de Estado das Corporações, em 1945, através do Decreto-Lei n.º 34373, de 10 de Janeiro. A sua criação resultou da necessidade sentida pelo Estado Novo em coordenar politicamente a acção das Casas do Povo. E, para que essa coordenação se tornasse efectiva, incluiu na composição dos seus órgãos, entre outros, representantes do *Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, da *D Direcção Geral dos Serviços Agrícolas*, da *FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho*, do *SNI – Secretariado Nacional de Informação*, da *D Direcção Geral do Ensino Primário* e dos *Grémios da Lavoura*.

*geral que resulta da semelhança ou identidade das condições de trabalho. (...) Assim, ao universalismo da cultura, que remonta à Renascença, vem adicionar-se, nos tempos actuais, o universalismo da economia industrial, com a sua inevitável influência nos costumes e nas expressões formais da existência colectiva. (...) É que, enquanto as grandes estruturas urbanas reflectem, todas elas, a solidariedade das soluções industriais de tipo uniforme, que são o fruto de uma escolha racional, as economias rurais, pelo contrário, obedecem fundamentalmente aos condicionalismos naturais, que não está no poder do homem reformar. (...) Assim, é na vida rural que se realiza, em cada povo, a percentagem máxima do particular, a mais alta proporção do nacional”*

A constituição da JCCP traduz, pois, um imperativo ideológico, uma vez que, no dizer de Fernandes (1947, pp. 8, 10 e 16):

*“A instituição das Casas do Povo, tem-se dito e repetido, é de toda a organização corporativa a concepção mais portuguesa e mais adequada à nossa vida tradicional (...) [tendo como propósito a] (...) extensão da obra que se iniciou e, mais do que isso, no perfeito ajustamento das suas directrizes às exigências vitais de ordem, de paz e de estabilidade social que exprimem, no momento presente, as grandes virtudes atávicas da nossa gente do campo. (...) Estava na própria lógica, portanto, que o traço mais vincado e mais característico da nossa organização corporativa residisse na fórmula adoptada para o enquadramento do trabalho rural através das Casas do Povo. // A nossa vida rural exclui, por via de regra, as profundas diferenciações de classes, na medida em que nela se espelha o condicionalismo económico da pequena propriedade. // E ainda nas zonas de média propriedade e de latifúndio, a conformação moral da raça repele as distinções rígidas e aproxima aqueles que tenderiam normalmente a separar as condições de fortuna. ”*

O Estado Novo alimentou e procurou executar um projecto totalitário de reeducação dos “espíritos”. Ao orientar-se numa linha corporativa enquanto “instrumento de controlo e disciplina social” (Rosas, 2012, p. 293), procura “moldar todos os níveis da sociedade civil de acordo com os ‘novos valores’, isto é, tentará educá-la e formá-la imperativamente na moral nacionalista, corporativa e cristã, que haveria de presidir à política, às relações de trabalho, aos lazeres, à vida em família, à educação dos jovens ou à cultura em geral” (Rosas, 1994, p. 281).

Embora a sua apetência totalitária o aproxime dos fascismos europeus nos anos 30 e 40, o Estado-Novo procurou apresentar-se como um projecto com especificidades e diferenças em termos de perfil e de conteúdo ideológico em relação às propostas desses regimes, considerando-se “*limitado pela moral e pelo direito*” (Salazar, 1939, pp. 142-145)<sup>68</sup>.

Contrariamente ao que sucedeu com outros regimes, o Estado Novo não resultou de uma acção revolucionária que tivesse sido perpetrada por um partido revolucionário, vanguardista, de mobilização de massas – características que a União Nacional nunca teve –, resultou sim de um golpe militar. Não se assistiu, nessa medida, a um processo de destruição ou subversão do Estado e à imposição de uma estrutura de poder partidarizada e fortemente ideologizada, com recurso a mecanismos de terror massivo, tal como aconteceu na Alemanha nazi.

Pese embora o seu projecto de “*inversão da perspectiva marxista da luta de classes pela ‘solução’ corporativa*” (Valente, 1999, p. 69), o Estado Novo demarca-se das formas de Estado totalitário adoptadas na Itália e, sobretudo, na Alemanha. É, conforme refere Rosas (1994, p. 281), “*tendencialmente totalitário*”, pretendendo-se “*distinto dos fenómenos de poder irrestrito, de ‘paganização’ ou absolutização do Estado, considerando-se auto e hetero-limitado pela ‘moral e o direito’.*”

O Estado Novo não tem, na verdade, o alcance dos projectos de “*domínio total*” referidos por Arendt (2006). A sua apreensão em relação a uma crescente dinâmica fascizante que ia tomando forma nas organizações de mobilização e enquadramento que criara – nomeadamente a *Legião Portuguesa*, a *FNAT* e a *Mocidade Portuguesa* – levou a que fossem desencadeadas, a partir do final da guerra civil espanhola e início da 2.<sup>a</sup> guerra mundial, medidas limitadoras da autonomia política, organizativa e ideológica dessas organizações e, nesses termos, submetendo-as à tutela do próprio Estado (Rosas, 2012).

As mudanças que se vão sucedendo na sociedade portuguesa do pós-guerra (Rosas, 1994) – resultantes de um processo de industrialização, urbanização e

---

<sup>68</sup> Salazar, António de Oliveira. *Discursos (1928 a 1934)*. Vol. I, págs. 142-145: “*Nem um poder que se considera limitado pela moral e pelo direito pode fazer o que quer, mas apenas o que deve.*”

terciarização que vai ganhando forma – transportam consigo novas questões sociais que, ao longo da década de 50, provocariam um reajustamento na linha de orientação do corporativismo, perdendo importância a perspectiva ruralista e ganhando uma crescente expressão a linha industrialista, através da execução dos vários *Planos de Fomento*<sup>69</sup> e consubstanciada no *Plano de Formação Social e Organização Corporativa*<sup>70</sup>. E, ao mesmo tempo, suscitariam uma série de estudos críticos sobre o corporativismo e as condições de aplicação em Portugal das principais realizações que constituíam o modelo de relações sociais desenvolvido nos países de capitalismo avançado<sup>71</sup>. Apesar das condicionantes políticas, muitos desses estudos foram publicados na *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, projecto que conduziria mais tarde (1963), mercê do crescente enfoque dado às questões sociais (Valente, 1994 e Pereira, 1994), ao surgimento da revista *Análise Social*.

Não obstante todas as mudanças ocorridas na sociedade portuguesa e, em especial, as que decorreram da abertura que se fez sentir, nos mais variados campos, no período da “Primavera Marcelista”, a ideia nacionalista da cultura nacional não foi colocada de parte. Ela perdurou até ao 25 de Abril de 1974. Portugal mantinha-se:

“(…) muito mais do que qualquer país, (...) numa espécie de atabafante unidade: um povo com uma só etnia, uma só religião, uma só fronteira, uma só língua, uma só cultura, uma só raça – se assim me posso exprimir –, um só Estado. Poucas mudanças ao longo de tantos séculos (...). É claro que os portugueses correram o mundo, mas aqui, nesta ‘plataforma’, houve essa unidade. (...) Nunca houve outras religiões, e apesar de Portugal ser uma metrópole colonial não tinha pretos, nem amarelos, nem mestiços; ou viam-se pouquíssimos. Ora é isto que faz uma sociedade excessivamente unitária, endogâmica, virada para ela própria...”<sup>72</sup>.

---

<sup>69</sup> I Plano de Fomento: 1953-58; II Plano de Fomento: 1959-64; Plano de Fomento intercalar: 1965-66; III Plano de Fomento: 1967-73; IV Plano de Fomento: 1974-79 (apenas teve um ano de execução).

<sup>70</sup> *Plano de Formação Social e Corporativa*: Lei n.º 2085 e Regulamento do Instituto de Formação Social e Corporativa, Ministério das Corporações e Previdência Social, 1958.

<sup>71</sup> Alguns da autoria de Adérito Sedas Nunes: “Crise social e reforma da empresa” (1952), “Introdução ao estudo da corporação” (1953-1954), “Teoria e problemas do corporativismo” (1953-1954), “A organização corporativa e o serviço social” (1954), “Situação e problemas do corporativismo”, “Os sindicatos no ensino social da Igreja” (1956), “Princípios de Doutrina Social”, ed. Morais (1958), “Problemas agrícolas e rurais — o aspecto doutrinal” (1960) e “Contribuição para a análise das gerações sociais” (1961).

<sup>72</sup> António Barreto, *Expresso* de 11 de Julho de 1998, cit. in Lopes, 2006, p. 239.

### **II.1 – Em síntese:**

Em Portugal, a Animação Sociocultural ganha alguma consistência, à semelhança do que sucedeu nalguns países europeus, a partir de meados do século XX, fruto das mudanças resultantes de um processo de industrialização, urbanização e terciarização que foi ganhando forma ao longo das décadas de 50 e 60. Este processo foi gerando novas dinâmicas económicas e sociais que provocariam um reajustamento na linha de orientação do corporativismo, perdendo importância a perspectiva ruralista e ganhando expressão a linha industrialista através da implementação dos vários Planos de Fomento.

### **II.2 – Animação Sociocultural no Portugal Democrático**

No período de 1974 a 1980 assiste-se à institucionalização da Animação Sociocultural. Esta é centralizada em instituições criadas expressamente para o efeito, assumindo o Estado a gestão e o controlo das actividades e a formação dos animadores. Dentro deste período, Lopes (2006, pp. 157-239) distingue duas fases na Animação Sociocultural: a “*fase revolucionária*”, que decorre entre 1974 e 1976 e a “*fase constitucionalista*”, entre 1977 e 1980.

Na primeira fase<sup>73</sup>, assiste-se a uma intensa actividade de animação, coordenada pela *Comissão Interministerial para a Animação Sociocultural (CIASC)*<sup>74</sup>, instituição que levou por diante as “*campanhas de dinamização cultural e de alfabetização*” nas diferentes regiões do país.

Na segunda fase, a acção da Animação Sociocultural é determinada por instituições que assumiram a centralidade da mesma, constituindo exemplos dessa

---

<sup>73</sup> “Nesse período histórico, os governos provisórios e o Movimento das Forças Armadas assumem a Animação Sociocultural como método eficaz para a intervenção na comunidade, constituindo exemplos de referência a criação da Comissão Interministerial para a Animação Sociocultural (CIASC) e as sucessivas campanhas de dinamização cultural e Animação Cultural levadas a cabo.” (Lopes, 2006).

<sup>74</sup> A CIASC foi criada, no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais, em 27 de Setembro de 1974, através de uma Resolução do Conselho de Ministros, publicada no Diário do Governo n.º 233, de 7 de Outubro. Em 22 de Novembro de 1974, foram criadas as *Comissões Regionais de Animação Sociocultural* e fixadas normas relativas ao seu funcionamento, através de uma Resolução do Conselho de Ministros, publicada no Diário da República n.º 277 (suplemento), de 28 de Novembro. Estas *Comissões Regionais*



centralidade o *Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ)*<sup>75</sup> e o *Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL)*<sup>76</sup>.

Entre 1981 e 1990, a concepção de Animação, que anteriormente passava por dar expressão a uma ideia de cultura una e homogénea, evoluiu para o reconhecimento de uma cultura com dimensão plural e diversificada, pois

*“(...) com a emigração, o turismo, o regresso dos retornados, a abertura democrática, a diversidade de investimentos, a criação de grupos e empresas privadas, os partidos políticos e as associações, a televisão, a integração europeia... com tudo isto, de repente há mesquitas, as sinagogas têm nova vida, nascem seitas, surgem novos cultos, aparecem igrejas protestantes; há sindicatos diversificados e plurais, opiniões diferentes, novos credos e crenças...Isto é, está em construção uma sociedade finalmente plural...”*<sup>77</sup>.

Neste período, a Animação passa gradualmente da esfera do poder central para a esfera do poder local. Também, nesta década, Lopes (2006, pp. 240-276) identifica duas fases da Animação Sociocultural: a “*fase patrimonialista*”, que decorre entre 1981 e 1985, em que o Estado se mantém ainda como o grande impulsionador da actividade, através da *Secretaria de Estado da Cultura*, do FAOJ e da *Junta Central das Casas do Povo*<sup>78</sup>, caracterizando-se esta fase por uma intervenção centrada na preservação e recuperação do património cultural; a “*fase da deslocação da Animação Sociocultural*

---

dependiam da *Comissão Interministerial para a Animação Sociocultural* e tinham representação nas *Comissões Regionais de Dinamização Cultural do Programa da 5ª. Divisão das Forças Armadas*.

<sup>75</sup> O *Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis*, criado pelo Decreto-Lei n.º 179/74, de 30 de Abril, no âmbito dos órgãos e serviços centrais do Ministério da Educação e Investigação Científica, visava ajustar à nova realidade portuguesa as estruturas de apoio às iniciativas juvenis no domínio da ocupação dos tempos livres. No entanto, a sua orgânica só é estabelecida em 1976, através do Decreto-Lei n.º 106/76, de 6 de Fevereiro.

<sup>76</sup> A FNAT passou a denominar-se INATEL em 3 de Abril de 1975.

<sup>77</sup> António Barreto, *Expresso* de 11 de Julho de 1998, cit. in Lopes, 2006: 276.

<sup>78</sup> A partir de 1982, as *Casas do Povo*, de acordo com a Lei n.º 4/82, de 11 de Janeiro, passaram a ter o estatuto jurídico de pessoas colectivas de utilidade pública, de base associativa, tendo como fins, de acordo com o art.º 2.º, n.º 1, “o desenvolvimento de actividades de carácter social e cultural, com a participação dos interessados, e colaborar com o Estado e as autarquias, proporcionando-lhes o apoio que em cada caso se justifique, por forma a contribuir para a resolução de problemas da população residente nas respectivas áreas.” Para a realização desses fins, o n.º 2, do mesmo artigo, dispõe que as Casas do Povo devem “promover acções de animação sociocultural, quer por iniciativa própria, quer de acordo e em coordenação com outras entidades” e, ao mesmo tempo, “fomentar a participação das populações nas acções tendentes a satisfazer as necessidades da comunidade da respectiva área e a melhorar a sua qualidade de vida.”

*do poder central para o poder local*”, que decorre entre 1986 e 1990, em que o poder local passa a assumir um crescente interesse e um papel relevante na Animação Sociocultural, encarando-a como uma maneira de mobilizar vontades e recursos e, nessa medida, privilegiando o desenvolvimento de acções no sentido de serem os próprios indivíduos, numa perspectiva cívica de envolvimento (Boltanski & Thévenot, 1991), a construírem a sua cultura.

É nesta fase que surgem as Escolas Profissionais a ministrar cursos técnico-profissionais, com equivalência ao ensino secundário, na área da Animação Sociocultural. Estas escolas, criadas por iniciativa conjunta dos Ministérios da Educação e do Trabalho, através do Decreto-Lei n.º 24/89, de 21 de Janeiro, embora rapidamente viessem a ficar sob responsabilidade apenas do Ministério da Educação, mobilizaram diferentes actores sociais da sociedade portuguesa, públicos e privados. Abria-se, assim, uma perspectiva de rompimento com o modelo administrativo, burocrático e uniformizador e procurava-se suscitar a adesão da sociedade, uma vez que a implementação destas escolas não deveria ser directamente efectuada pelo Estado, mas sim como a resultante de um contrato-programa entre o Estado e um conjunto de parceiros locais: câmaras municipais, empresas privadas, associações empresariais, associações sindicais, entre outros:

*“Desde o início que se procurou incentivar a participação de atores sociais em redes locais de contactos, de solidariedades e cumplicidades, de investimentos e sonhos de desenvolvimento e de procura comum de um futuro melhor. Estas redes surgiram efectivamente e os promotores das escolas profissionais acabaram por ser, ao longo destes vinte e cinco anos, o principal esteio da sua sobrevivência, lutando, por vezes em circunstâncias adversas, pela manutenção destas novas instituições dinamizadoras do desenvolvimento social”* (Azevedo, 2008a).

É ainda nesta fase que surgem os primeiros cursos superiores: em 1986, o curso superior de Animação Cultural, da responsabilidade da Cooperativa de Ensino Superior Artístico, Árvore I, autorizado pelo Despacho 129/MEC/86, de 28 de Junho, conferindo o grau académico de bacharelato e cujo plano de estudos se centra em áreas do conhecimento direccionadas para a componente de uma animação de difusão/democratização da cultura e das artes; em 1989, o curso superior de Animação

Cultural, da responsabilidade do ISCE-Instituto Superior de Ciências Educativas, autorizado pela Portaria n.º 943/89, de 21 de Outubro, conferindo também o grau académico de bacharelato e cujo plano de estudos contempla a dimensão triática da Animação Sociocultural: a vertente social, a vertente cultural e a vertente educativa.

De 1991 a 1995, assiste-se ao crescimento do fenómeno da imigração, não só dos países africanos de língua oficial portuguesa, mas também do Brasil, dos países da Europa do Leste, da China e da Índia. Nestas circunstâncias, a intervenção da Animação Sociocultural passa a dar expressão à dimensão multicultural (Lopes, 2006). Dimensão que se prende com formas de aprendizagem/convívio relacionadas com a alteridade cultural e social<sup>79</sup> e que, segundo Bauman (2006a), tanto “*medo*” gera na cidade.

A partir de meados dos anos 90, em resultado das transformações ocorridas num mundo cada vez mais globalizado, é posta à prova a capacidade da Animação Sociocultural para enfrentar os novos e complexos desafios, pese embora, no dizer de Ander-Egg (2008, pp. 20-21), a insuficiente valorização atribuída à Animação Sociocultural em termos de políticas públicas:

*“Importa analisar a relação, o papel que joga a animação no âmbito das políticas públicas no âmbito da sociedade civil. Vejamos o que acontece nas políticas públicas, para ser mais preciso na política cultural da maioria dos países, definida pela UNESCO como o ‘conjunto de operações, princípios, práticas e procedimentos de gestão administrativa ou de propostas que servem de base à acção cultural do Estado’. Ora bem, em quantos países a formulação da política cultural inclui a animação sociocultural como uma forma de acção cultural do Estado, atribuindo-lhe um papel significativo? Em poucos. E, isto, o que significa? (...) Depois de haver tido a oportunidade de analisar os conteúdos dos documentos que expressam a política cultural dos respectivos países (América Latina, Europa e África), considero que existe uma certa exclusão, marginalização ou, pelo menos, insuficiente valorização da animação como uma das expressões da animação sociocultural. Mas o que acontece no âmbito da sociedade civil? Ainda desde a*

---

<sup>79</sup> A necessidade expressa pela UNESCO de “Aprender a Viver Juntos” e que constitui o quarto pilar da educação. “Aprender a Conhecer”, “Aprender a Fazer”, “Aprender a Ser” e “Aprender a Viver Juntos” são os quatro pilares para a aprendizagem propostos pela Comissão da UNESCO para a Educação no século XXI e referidos por Roberto Carneiro (2003) em *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem – 21 Ensaios para o Século 21*.

*última década do século XX, acentuado no século XXI, a importância da animação tem outro significado. O surgimento e reforço das organizações não governamentais, os movimentos e a emergência de novos actores sociais, têm mudado o panorama.”*

Embora a Animação Sociocultural, conforme refere Ander-Egg, seja pouco valorizada, não deixou de se alargar a intervenção dos Animadores Socioculturais e de se ampliarem os seus perfis profissionais, passando estes a actuar, segundo Ferreira (2008, p. 200), em campos que tradicionalmente não eram os seus:

*“Perante as transformações que ocorreram nas últimas décadas, a ASC evoluiu para novos campos. (...) Os campos tradicionais da Animação Sociocultural foram, e são em grande parte ainda hoje, o ócio e o tempo livre, assim como a promoção cultural. A animação sociolaboral alarga o campo da ASC à esfera social, face aos problemas e necessidades emergentes nas sociedades contemporâneas, designadamente o desemprego, a exclusão e outras formas de vulnerabilidade social. (...) O animador sociocultural passou a fazer parte dos profissionais do trabalho social, realizando projectos e programas que visam melhorar a posição dos indivíduos e dos grupos perante o mercado de trabalho, criando ambientes solidários e cooperativos, com ênfase, não na competitividade e na produtividade como metas finais, mas nas pessoas e na qualidade de vida”.*

Embora muito desse trabalho social dirigido a populações vulneráveis pudesse incluir Animadores Socioculturais em equipas multidisciplinares, de que são exemplos alguns projectos desenvolvidos por *Organizações Não Governamentais (ONG's)*<sup>80</sup> com populações ciganas, com escolas de *Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)* e com situações de pobreza e exclusão social<sup>81</sup>, o que acontece, em muitos desses casos, é que o espaço da Animação é apropriado por trabalhadores com outras formações, nomeadamente Assistentes Sociais, Psicólogos, Sociólogos, entre outras profissões. Esta intromissão de outros profissionais no espaço da Animação, colocando em situação de vulnerabilidade os próprios Animadores, é explicada pela dificuldade da

---

<sup>80</sup> UNICEF – Fundo da Organização das Nações Unidas para a Infância; AMI – Assistência Médica Internacional; MSF – Médicos Sem Fronteiras; OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento.

<sup>81</sup> Exemplos de investigadores que se têm explorado estas temáticas: populações ciganas: Magano e Mendes (2016), Mendes (2012) e Mendes e Magano (2013). TEIP: Dionísio (2012). Pobreza: Rodrigues (2008); Rodrigues *et al.* (2017).

Animação Sociocultural fixar a sua jurisdição, o que conduz ao estabelecimento de fronteiras híbridas de actuação e impede a delimitação e diferenciação do seu campo do de outras actividades:

*“E quando se tratava de encontrar quadros superiores para o serviço da Animação estes eram recrutados de outras profissões como professores, assistentes sociais, sociólogos” (Lopes, 2006, p. 517); (...) qualquer pessoa pode ser Animador e, portanto, isso dificulta um pouco as coisas aí no trabalho da Animação (...)*” (Entrevista 2 – Julho de 2010).

Mesmo reconhecendo a vulnerabilidade das fronteiras de acção da Animação Sociocultural, Lopes (2015, pp. 67-68) não deixa de caracterizar os anos noventa pela:

*“vitalidade formativa nos domínios da Animação Sociocultural e dos Animadores Socioculturais. (...) A nível não universitário (...) a nível superior (...) formação de Animadores voluntários (...) formação de média duração e levada a cabo através de sindicatos, associações, IPJ e Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) (...) formação a nível profissional compreende uma equiparação ao ensino secundário e é ministrada em: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Escolas Profissionais. (...)”.*

## **II.2 – Em síntese:**

Após o 25 de Abril de 1974, são apontadas várias fases para a Animação Sociocultural em Portugal: a “fase revolucionária”, que decorre entre 1974 e 1976; a “fase constitucionalista”, entre 1977 e 1980; a “fase patrimonialista”, entre 1981 e 1985; a “fase da deslocação da Animação Sociocultural do poder central para o poder local”, de 1986 a 1990; a “fase da dimensão multicultural”, compreendida entre 1991 e 1995; a “fase de ampliação dos perfis dos Animadores Socioculturais”, a partir de meados dos anos 90, muito embora a insuficiente valorização atribuída à Animação Sociocultural em termos de políticas públicas. Embora a Animação Sociocultural seja pouco valorizada, não deixou de se alargar a intervenção dos Animadores Socioculturais e de se ampliarem os seus perfis profissionais, passando estes a actuar em campos que tradicionalmente não eram os seus, nomeadamente no campo social

face aos problemas e necessidades emergentes nas sociedades contemporâneas, designadamente o desemprego, a exclusão e outras formas de vulnerabilidade social. Embora muito desse trabalho social dirigido a populações vulneráveis possa incluir Animadores Socioculturais em equipas multidisciplinares, de que são exemplos os trabalhos com populações ciganas, com escolas de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) ou com situações de pobreza e exclusão social, o que acontece, em muitos desses trabalhos, é que o espaço da Animação é apropriado por trabalhadores com outras formações, nomeadamente Assistentes Sociais, Psicólogos, Sociólogos, entre outras profissões. Esta intromissão de outros profissionais no espaço da Animação, colocando em situação de vulnerabilidade os próprios Animadores, é explicada pela dificuldade da Animação Sociocultural fixar a sua jurisdição, o que conduz ao estabelecimento de fronteiras híbridas de actuação e impede a delimitação e diferenciação do seu campo do de outras actividades.

### ***II.3 – Animação Sociocultural e Mercado de Trabalho***

A actuação em novos campos de intervenção parece traduzir a capacidade de adaptação, a flexibilidade e o espírito empreendedor dos Animadores Socioculturais perante experiências de trabalho que apresentam – muitas delas – um carácter transitório<sup>82</sup> e uma grande diversidade em termos das competências exigidas<sup>83</sup>. Sendo as experiências, pela sua transitoriedade e diversidade, combinatórias complexas, chamando a atenção para maneira como essas experiências são vividas pelos Animadores no seu dia-a-dia de trabalho (Dewey<sup>84</sup>, citado por Quéré & Terzi, 2015), constituindo o fortalecimento da capacidade de adaptação, flexibilidade e espírito empreendedor formas de os proteger e de os dotar dos meios necessários para enfrentar situações que possam revelar-se inesperadas, é de admitir a hipótese de residir aí a dificuldade da delimitação das fronteiras da actuação dos Animadores

---

<sup>82</sup> “Estamos sempre a falar de lugares..., do ponto de vista da colocação no mercado de trabalho, de lugares que não são de desafogo, ou seja, não são de permanência (...): Professora – Entrevista – Julho de 2010; (...) Há emprego em animação só que o emprego existente é irregular (...): Professor – Entrevista – Julho de 2010 (entrevista efectuada no âmbito do projecto de doutoramento “Animação Sociocultural, Actores e Controvérsias Públicas”).

<sup>83</sup> “Nas colectividades, nos centros culturais, clubes, escolas, lares e outras associações/instituições, começa a haver hoje mais espaço para o animador. Reforça-se cada vez mais a ligação às autarquias como forma de desenvolvimento da cultura, da educação e do desporto.” (Vieira & Vieira, 2015, p. 152).

<sup>84</sup> DeweyJ. (2005 [1934]). *L'Art comme expérience*. Paris: Publications de l'Université de Pau/Éditions Farrago.

Socioculturais. Nesta mesma linha, parece estar a indicação dada por Lopes (2008a), chamando a atenção para a necessidade dos Animadores se prepararem para o novo modelo de emprego “*assente no trabalho em rede e não no trabalho por conta de outrem*”:

*“entre os anos 60 e 90 existiu emprego em Animação. No século XXI vai existir muito trabalho em Animação, mas não o modelo de emprego do século XX, isto requer preparar os Animadores para um novo conceito de empregabilidade assente no trabalho em rede e não no trabalho por conta de outrem, na criação de empresas que respondam ao pulsar do novo tempo e que os contratos programa com lares, hospitais, jardins-de-infância, autarquias, organizações governamentais, dêem respostas aos diferentes âmbitos de Animação existentes e ainda aos que hão-de vir, porque o movimento da vida vai sempre gerar novas necessidades e consequentemente novos âmbitos.”*

Ao traduzir uma mudança de paradigma em matéria de trabalho, a indicação dada, a corresponder à realidade, ajusta-se a um mundo em que, no dizer de Boltanski e Chiapello (1999), a “*metáfora da rede*” tende a apoiar uma nova representação geral das sociedades, colocando o problema da vinculação, do relacionamento, do encontro, do rompimento, da perda, do isolamento, da separação como prelúdio do estabelecimento de novos vínculos, da formação de novos projectos. Um mundo em que se regista um enfraquecimento das normas e convenções que regulam as expectativas mútuas, levando a uma desintegração das redes de protecção social. E embora se tenha vindo a impor silenciosamente, sem grandes manifestações de oposição, este novo mundo não deixa de gerar, na vida pessoal e profissional dos indivíduos, uma tensão entre a necessidade de autonomia e o desejo de segurança. Necessidade que varia muitas vezes, de acordo com os mesmos autores (*ibid.*, 1999), em função do estatuto profissional dos indivíduos. Em sectores da economia onde a exigência passa pela preservação da alta qualificação dos seus profissionais e em que a segurança tende a apresentar níveis de garantia mais elevados, a procura de autonomia manifesta-se mais fortemente. Quando essa exigência não é tão premente, a procura de autonomia ou tende a acompanhar a procura de segurança ou passa mesmo a não ser considerada, passando os indivíduos a preocupar-se exclusivamente com aspectos relacionados com a segurança.

A lógica do “*trabalho em rede*” em que assenta este novo mundo, tendendo a difundir-se cada vez mais e constituindo-se como o centro do sistema, acentua a separação entre a decisão e o conhecimento. Este mundo impõe a cada indivíduo a obrigação de ter de tomar decisões sem, por vezes, ter uma base de conhecimento adequado e que, por consequência, fica incapaz de avaliar completamente os riscos que essas mesmas decisões comportam<sup>85</sup>. Na verdade, “*empregar-se, montar um negócio são acompanhados hoje de um grau de incerteza muito elevado quanto aos seus resultados porque os contornos das instituições que suportam tais actividades não são mais os mesmos*” (Hespanha & Carapinheiro, 2002, p. 14). Porém, paradoxalmente, não deixa de ser verdade que essas mesmas decisões constituem, nalguns casos, um “*abrir de portas*” a novas oportunidades.

A incerteza que caracteriza o mundo moderno de hoje torna, pois, difícil prever os resultados das decisões tomadas. Sejam pessoais ou profissionais, essas decisões requerem a aquisição de novas capacidades que tornem os indivíduos adaptáveis, flexíveis, polivalentes, empreendedores, activos, autónomos, inovadores, disponíveis, mediadores, líderes e conectores, tornando-os assim aptos a conceber a vida como uma sucessão de projectos que, podendo ser realizados concomitantemente, assentam num dispositivo transitório. Esta transitoriedade, conferindo aos projectos um carácter mais ou menos efémero, é acompanhada pela expectativa – gorada, por vezes – de que novos projectos sucedam aqueles que estão a finalizar. Precisamente por ser uma forma transitória, é por isso que o projecto, segundo Boltanski e Chiapello (1999), se ajusta a um mundo em rede em que a sucessão de projectos, com a multiplicação das conexões e a proliferação dos links, faz ampliar as redes.

Ao conferir legitimidade ao que é apresentado como transitório, o mundo organizado por projectos tem como efeito atenuar o estado de sofrimento resultante das rupturas associadas à separação e à falta de coragem de ter de refazer o que à partida era dado como certo. E muito embora o mundo assente numa rede de projectos tenda a ocupar um lugar central em matéria de emprego, percebe-se, de acordo com os mesmos

---

<sup>85</sup> “*Les ‘deuxièmes Lumières’ imposent à chacun d’entre nous le fardeau d’avoir à prendre des décisions cruciales pouvant affecter notre survie elle-même, sans aucun fondement adéquat em termes de Connaissance. (...) La liberté de décider dont jouit le sujet de ‘société’ n’est pas la liberté de pouvoir décider librement de sa destinée, mais la liberté source d’angoisse de celui qui est constamment contraint de prendre des décisions sans avoir conscience de leurs conséquences.*” Žižek, 2007, p. 450-451).



autores (1999), que o valor do envolvimento e o entusiasmo que esse envolvimento pode gerar continuam, mesmo assim, associados à durabilidade de muitas das experiências da vida pessoal e da vida profissional. Deste modo, uma experiência satisfatória não deixa de gerar esperanças de extensão. No caso do trabalho, essas esperanças prendem-se, nomeadamente, com a transformação de um contrato de trabalho a termo num contrato sem termo, com uma promoção ou ainda com o desenvolvimento de uma carreira profissional.

Seja como for, o mundo do trabalho tem vindo a conhecer profundas mudanças. Ao contrário do que sucedia há umas décadas, em que

*“graças a trajectórias profissionais claramente definidas, a tarefas extenuantes, mas de uma regularidade tranquilizadora, à estabilidade considerável das equipas de trabalho, à grande utilidade dos conhecimentos e, portanto, ao elevado valor concedido à acumulação de experiência profissional, os riscos do mercado laboral podiam ser mantidos sob controlo, a incerteza via-se mitigada ou desaparecia por completo, e os medos eram desterrados para o terreno marginal dos ‘azares da sorte’ ou dos ‘acidentes fatais’, evitando-se assim que saturassem o decorrer da vida quotidiana.”* (Bauman, 2006a, p. 15),

o mundo do trabalho caracteriza-se hoje em dia, especialmente para as gerações mais novas, por trajectórias que apresentam, segundo Marques (2013, p. 20),

*“(…) descontinuidades e intermitências ao incluir períodos de formação, emprego, desemprego e inactividade. Daí também serem diversos os estatutos ou as condições sob as quais os jovens ingressam no mercado de trabalho: bolseiro, estagiário, tarefeiro, temporário, subcontratado, entre outros. Partilham, todavia, de uma crescente vulnerabilidade e instabilidade laboral explicável, em grande medida, pela crescente desregulação contratual.”*

Longe de serem lineares (Pais, 2005), os percursos profissionais são cada vez mais *“marcados pela instabilidade e pelo risco, ainda que em alguns casos com tónica nas oportunidades e na realização”* (Guerreiro & Abrantes, 2004, p. 28). A integração na vida activa é, normalmente, caracterizada por um processo contínuo de transições, entendendo estas como um ir e vir entre situações de ocupação, desemprego e formação

que apresenta consequências nos modos como os actores se envolvem nos problemas decorrentes deste processo de transições – mobilizando, de forma combinada ou não, a “*esfera familiar*”, “*esfera em plano*” e a “*esfera da justiça*” (Boltanski & Thévenot, 1991 e Thévenot, 2006) – e, ainda, ao nível da definição e estabilidade do seu “*mandato*” e “*licença*” profissionais (Hughes, 1993; Strauss, 1992), o que se traduz em experiências de intervenção incertas, inconstantes e com problemas de difícil enquadramento em fronteiras jurisdicionais que se pretendem bem definidas.

As trajetórias dos que tentam ingressar no mundo do trabalho, em particular os jovens, constituem um processo complexo que engloba relações mais prolongadas entre o itinerário formativo e o itinerário laboral. Se há um tempo o modelo exclusivo de transição para a vida adulta assentava numa sucessão linear de etapas bem definidas e delimitadas (trajecto escolar, entrada no mercado de trabalho, casamento e saída de casa dos pais), hoje em dia a vida dos indivíduos é muitas vezes pautada, no dizer de Pais (2005: 58), por “*movimentos autênticos de vaivém*”, em que as fronteiras se dissiparam e em que tudo parece ser susceptível de ser abandonado e retomado nas mais variadas alturas dessa mesma vida. Na verdade, ganham expressão, no actual mundo do trabalho, as transições incertas/não lineares para a empregabilidade. Transições que tendem a ser cada vez mais alongadas e que afectam tanto os trabalhadores indiferenciados, como os trabalhadores altamente qualificados. Transições que, no caso português, o Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, no seu art.º 14.º, vem legitimar, ao introduzir a obrigatoriedade da formação como condição do recebimento do subsídio de desemprego, o que significa a perda de importância das certificações em favor de uma permanente reconversão/requalificação profissional dos indivíduos. Esta necessidade permanente de reconversão/requalificação caracteriza o “*novo espírito do capitalismo*” (Boltanski & Chiapello, 1999), estando-se perante o “*indivíduo insuficiente*” que tem o dever de se reconverter/requalificar para ganhar capacidade competitiva, capacidade empreendedora, capacidade de iniciativa e ser polivalente, flexível, imaginativo, inovador, colaborador e, desta maneira, poder movimentar-se na rede e integrar projectos muito diferenciados em matéria de exigências.

Se o gradual desmantelamento dos mecanismos de protecção social ao nível do mundo do trabalho parece conduzir a que cada indivíduo conte apenas consigo próprio para lidar com os riscos e as oportunidades, exige também, da parte de cada um, uma

atitude reflexiva constante sobre as melhores decisões a tomar. Significa então, de acordo com Giddens (1994: 13), que cada indivíduo “*não só ‘tem’ como vive uma biografia organizada reflexivamente em termos de informação social e psicológica*”, o que implica ajustamentos e reconversões sucessivas de todos os aspectos da vida profissional, ou seja, a transformação das “*identidades especializadas*” (Dubar, 1997, pp. 98-99) por força de novos processos de socialização em que vai participando e que resultam das constantes alterações económicas, tecnológicas, organizacionais e de gestão de emprego.

Embora pareça ser crescente a impotência das comunidades locais em atenuar o risco que os percursos profissionais comportam (Hespanha, Damas *et al.*, 2002), não deixa porém de ser interessante, do ponto de vista analítico, perceber a maneira como os indivíduos orientam e ajustam a sua acção, ou seja, que tomadas de posição vão assumindo em face das situações de trabalho concretas com que se vão deparando. Ao invés de se estar perante um indivíduo conformado, sem capacidade de avaliar conscientemente os determinismos a que está sujeito, como diriam Bourdieu e Passeron (1964 e 1978), está-se perante alguém que, por via de uma atitude reflexiva constante<sup>86</sup>, confere sentido às suas acções e, pese embora actue em conjunturas incertas e em que as consequências dessas acções são parcial ou totalmente imprevisíveis, é capaz de desenvolver operações críticas relativamente às várias situações em que vai estando envolvido.

É a valorização destas novas capacidades – adaptabilidade, flexibilidade e empreendedorismo – que ressalta da análise dos discursos justificativos proferidos por alguns dos porta-vozes da Animação Sociocultural, o que permite colocar a hipótese da lógica de projecto (Boltanski & Chiapello, 1999; Boltanski, 2001) estar a ganhar importância em matéria de emprego<sup>87</sup>. A ser assim, a empregabilidade dos Animadores

---

<sup>86</sup> Segundo Giddens (2005, pp. 7-31), o ordenamento e reordenamento reflexivos das relações sociais é feito à luz de contínuos *inputs* de informações e conhecimentos que afectam as acções dos indivíduos e dos grupos, promovendo um fenómeno que não encontra paralelo na história: a deslocação da vida social para fora do alcance das práticas pré-estabelecidas.

<sup>87</sup> “Potencialidades da metodologia de trabalho de projecto na formação de Animadores Socioculturais”, comunicação efectuada no *I Congresso Nacional de Animação Sociocultural*, realizado no Centro de Congressos de Aveiro nos dias 18, 19 e 20 de Novembro de 2010, por Carla Cibebe e Sandra Cordeiro da Escola Superior de Educação de Setúbal e Câmara Municipal de Palmela, in Santos Costa, 2010: 37-55.

passará a estar condicionada pela capacidade destes se movimentarem na “rede”<sup>88</sup>. Nessa medida, a prova da sua grandeza passará a ser dada pela capacidade de adaptação, pela flexibilidade<sup>89</sup> e pelo espírito empreendedor que permitam enfrentar experiências de trabalho que tendem a apresentar, como atrás se disse, um carácter transitório e uma grande diversidade em termos das competências exigidas<sup>90</sup>.

Este processo de flexibilização, traduzido numa menor duração dos vínculos laborais e com renúncia, por vezes, à segurança proporcionada por ligações estabelecidas por tempo indeterminado, tornando os indivíduos disponíveis para experimentar novas conexões, tem contado com o contributo das tecnologias da informação e comunicação, pois não só facilitam o acesso à informação e o trabalho em rede, como também propiciam a polivalência de indivíduos e de entidades em termos de funções e domínios de actividade (Martinho, 2008). Esta lógica, parecendo fazer sentir-se nos vários sectores de intervenção da Animação Sociocultural<sup>91</sup>, assume grande expressão no sector cultural, conforme realça Telmo Gomes (2010). Refere este autor que o aumento das oportunidades de trabalho neste sector vem sendo associado a uma maior flexibilidade e precariedade dos vínculos e prestações de trabalho, assim como à emergência ou consolidação de novas funções e modos de organização do trabalho marcados pela polivalência e cumulatividade.

Os dados do *Observatório das Actividades Culturais* indicam que a crescente difusão das formas flexíveis de trabalho, registada ao longo dos anos 80 e 90, se articula

---

<sup>88</sup> “Torna-se pertinente criar um trabalho em rede que permita a criação de espaços entendidos como laboratórios de trabalho que ajudem a fundamentar a Animação Sociocultural e que fomentem, segundo Ventosa (2012, p. 352), ‘novos perfis profissionais e novas espacialidades (...) consolidando o seu desenvolvimento profissional, científico e formativo.’” (Filipe & Ribeiro, 2014, p. 123).

<sup>89</sup> Tendência que parece acentuar-se, nomeadamente em França, a avaliar pelo estudo de Lebon e Lescure (2007, pp. 57-82) que dá conta da situação profissional dos Animadores Socioculturais como estando “entre a precariedade e a flexibilidade”.

<sup>90</sup> O Censo Nacional de Animadores de formação superior, promovido pela *Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural (APDASC)*, indica que, dos 313 Animadores Recenseados, 22,7% trabalham em autarquias, 18,5% em Instituições Particulares de Solidariedade Social, 10,2% em associações de natureza variada, 9,6% em empresas de vários sectores de actividade, 8,1% em Misericórdias, 17,9% em organizações de natureza desconhecida, não havendo dados sobre os restantes 22%.

<sup>91</sup> Em sessões promovidas pela coordenação do curso de Animação e Intervenção Sociocultural da Escola Superior de Educação de Setúbal, dirigidas a Animadores Socioculturais e organizadas em torno das temáticas “formação dos animadores e entrada na vida activa” e “profissionalidade e o exercício da profissão hoje”, percebe-se, a partir dos testemunhos recolhidos, que a situação de transitoriedade e de

de um modo estreito com o aumento da oferta cultural e, nessa medida, com o acréscimo de emprego e de oportunidades de trabalho para os diversos profissionais relacionados com o sector, contando-se entre estes os Animadores Socioculturais a trabalharem em contextos culturais diversos, nomeadamente em departamentos de acção cultural de Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. Este aumento da oferta cultural, nomeadamente ao nível das programações das autarquias locais, implica, frequentemente, o estabelecimento de parcerias com associações, fundações e outras entidades, com recurso a formas de trabalho flexíveis, na modalidade de projecto e baseadas em práticas de *outsourcing* (Gomes & Martinho, 2009; Martinho, 2010).

O que se regista no sector cultural em geral e na Animação Sociocultural em particular, nas várias vertentes da sua intervenção, inscreve-se numa tendência mais alargada de profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas. Não só se assistiu ao desaparecimento de certos sectores e ao surgimento de outros, como também se alteraram as formas de organização do trabalho, as modalidades e condições do exercício profissional, as perspectivas e as expectativas em relação ao trabalho, os direitos laborais e os vínculos contratuais. Alterações que traduzem as transformações ocorridas nas sociedades capitalistas com a passagem, de acordo com Boltanski e Chiapello (1999) do “*segundo espírito do capitalismo*” – caracterizado pela gestão de carreiras profissionais, por um sistema de Segurança Social apoiado num modelo de repartição<sup>92</sup> e pela duração indeterminada do emprego como forma legal de contratar trabalhadores – ao “*terceiro espírito do capitalismo*”<sup>93</sup>, em que, por um lado,

---

precariedade é o que caracteriza a maior parte das experiências de trabalho posteriores à conclusão do curso (Figueiredo & Cordeiro, 2015, p. 185).

<sup>92</sup> “No modelo de financiamento em repartição, os fluxos financeiros são geridos por esquemas de transferência das cotizações e das contribuições dos indivíduos activos (receita) para financiamento das prestações sociais da população inactiva (despesa) no mesmo orçamento anual. O sistema integra como inputs os fluxos de receita, principalmente por via das contribuições e dos descontos, para aplicação em benefícios, cabendo-lhe definir os montantes a afectar a cada área de protecção social. Em termos sociais, pressupõe-se que existe um contrato implícito entre as gerações, subentendido por um compromisso moral da sociedade perante os reformados.” (Carneiro, 2013: p. 3). Contrariamente, “no modelo de financiamento por capitalização, os fluxos financeiros são geridos com base na constituição de capital (por exemplo, sob a forma de reservas), aplicado em activos ao longo da vida das cotizações (receita), e no fim desta poderão ser liquidados para garantir o pagamento das prestações (despesa), nomeadamente reformas, ao longo de diversos períodos, com referência individual.” (ibid.: p. 5).

<sup>93</sup> Em *O Novo Espírito do Capitalismo*, Boltanski e Chiapello, tomando como objecto as mudanças ideológicas que acompanharam as transformações do capitalismo, dão conta das etapas históricas do seu espírito: a) a primeira, cobrindo o período do final do século XIX aos anos de 1930, assente, pelo seu carácter familiar, em dispositivos de *ordem doméstica* tradicional e de *ordem mercantil*; b) a segunda, dos anos 30 aos anos 60, formada a partir da apropriação da crítica social, estabelece o compromisso entre os valores cívicos do colectivo e os requisitos industriais, fundamentando assim o estabelecimento do Estado

a autonomia ganha importância em relação à segurança – se bem que um dos resultados da crescente informatização do trabalho foi fornecer à gestão ferramentas de controlo mais eficazes em relação ao valor do trabalho concluído – e, por outro lado, a mobilidade e a adaptabilidade apresentam-se como requisitos indispensáveis para enfrentar o crescente recurso a formas flexíveis de trabalho. Flexibilidade que, ao passar, segundo os mesmos autores, a caracterizar amplamente as relações de trabalho em todos os países da OCDE, vem colocar em causa os dispositivos normativos do “segundo espírito do capitalismo”<sup>94</sup>.

Na sociedade portuguesa, a organização do trabalho, segundo um modelo de flexibilidade, é um traço que se tem vindo a acentuar. Por um lado, fazendo recair sobre os trabalhadores o peso da incerteza do mercado, regista-se uma crescente representação daquilo a que Boltanski e Chiapello (1999, p. 292) designam por “*flexibilidade externa*”, que, supondo uma organização do chamado trabalho em rede, é constituída por formas instáveis de empregar: contratação a prazo/termo, recibos verdes, trabalho temporário, trabalho clandestino, entre outras. Esta mudança começa a desenhar-se a partir da segunda metade dos anos 70 – com a publicação da legislação que regulamenta a contratação a prazo<sup>95</sup> – e ao longo dos anos 80<sup>96</sup>, intensificando-se a partir de meados dos anos 90. Assiste-se, por outro lado, àquilo a que os mesmos autores designam por “*flexibilidade interna*”, correspondendo esta a uma profunda transformação da organização do trabalho, em que, sob o desígnio da participação (através, por exemplo, do desenvolvimento de círculos de controlo da qualidade, integrando todos os

---

de bem-estar social e promovendo a eficácia da empresa através do desenvolvimento da produção em massa, da standardização dos produtos e da organização racional do trabalho; c) a terceira, dos anos 60 aos anos 90, o capitalismo, mantendo-se assente numa lógica de ordem industrial, passa também a estar animado por um conjunto de ideias de que se apropriou a partir da crítica artística que lhe era feita pela geração do Maio de 68 (denúncia do poder hierarquizado, do paternalismo, do autoritarismo, dos horários rígidos, da separação tayloriana entre a concepção e a execução do trabalho, da falta de autonomia, de criatividade e de autenticidade).

<sup>94</sup> “*La vie sociale n'est plus désormais présentée sous la forme d'une série de droits et de devoirs à l'égard de la communauté familiale élargie comme dans un monde domestique, ni sous celle du salariat au sein d'un ensemble hiérarchique dont gravit les échelons, où l'on effectue toute sa carrière et dans lequel l'activité professionnelle est nettement séparée du domaine privé, comme dans un monde industriel. Dans un monde réticulaire, elle est faite dorénavant d'une multiplication de rencontres et de connexions temporaires, mais réactivables, à des groupes divers, opérées à des distances sociales, professionnelles, géographiques, culturelles, éventuellement très grandes. Le project est l'occasion et le prétexte de la connexion.*” (Boltanski & Chiapello, 1999, pp. 156-157).

<sup>95</sup> A regulamentação da contratação de trabalho a prazo é estabelecida através do Decreto-Lei n.º 781/76, de 28 de Outubro.

<sup>96</sup> Veja-se M.<sup>a</sup> João Rodrigues (1988), *O Sistema de Emprego em Portugal: Crise e Mutações*.

elementos da organização num verdadeiro espírito de parceria), é exigida “*polivalência*” e provas de “*autonomia*”, de “*versatilidade*”, de capacidade “*empreendedora*” e de “*adaptação*” e, ainda, de “*espírito de colaboração*” a quem trabalha, com a justificação de que é a forma de enfrentar os riscos que o mercado comporta e tirar proveito das oportunidades que esse mesmo mercado proporciona.

Efectivamente, as mudanças económicas e tecnológicas levaram a que os empregadores passassem a utilizar, como estratégia de acção, formas de emprego que permitiram uma maior flexibilização nos “*modos de gestão da mão-de-obra*” (Rodrigues, 1988), originando, assim, uma diminuição dos custos salariais, do poder negocial dos trabalhadores e, ainda, uma maior facilidade na libertação de mão-de-obra excedentária. Tal estratégia implicava a superação de determinadas dimensões características ou “*típicas*” do emprego tradicional, nomeadamente: estabilidade de emprego, caracterizada por um contrato de duração indeterminada e, ao mesmo tempo, pelo controlo rígido dos despedimentos; garantia de remuneração, com salário mínimo assegurado, pagamentos especiais do trabalho suplementar e actualização periódica dos salários; regulamentação do período de trabalho, com o estabelecimento de um período máximo de trabalho e direito a descanso semanal e férias; ligação do trabalhador a um empregador e a um local de trabalho, sendo este último legalmente definido como propriedade da empresa; organização e protecção sindical; direito à greve.

A subversão de alguns destes princípios, mais do que uma medida conjuntural, tornou-se num meio de transformação do sistema estrutural de emprego. A política de flexibilização da mão-de-obra desenvolveu, assim, novos tipos de emprego que contornaram alguns dos princípios precedentes. Assistiu-se a partir da década de 80, segundo Boltanski e Chiapello (1999), a uma crescente dualização do mercado de emprego, acentuando-se as diferenças entre aqueles que beneficiam de uma certa segurança e aqueles que, sujeitos a situações de precariedade, vêem cada vez mais reduzidas as oportunidades de aceder a um trabalho estável, seja em termos de vínculo contratual, seja em termos de condição salarial, seja ainda em termos de compatibilização do horário de trabalho com a vida pessoal e familiar. Em todo o caso, as dificuldades do mercado de emprego não só tiveram impacto nas condições de trabalho em empregos de baixa qualidade, como também alimentaram um processo de regressão social para empregos mais qualificados e estáveis.

O trabalho, enquanto mecanismo de inserção e de integração social e de reconhecimento, garantindo níveis básicos de protecção social, parece, pois, estar sujeito a um processo de fragilização. O modelo que tem vindo a ganhar força – traduzindo, num plano mais alargado, aquilo a que Wagner (1996) chama a crise da modernidade organizada, por via de uma crescente desorganização, instabilidade ou fragmentação das relações sociais – assenta, em larga medida, na desregulamentação das relações de trabalho, através do crescimento acentuado das formas de trabalho intermitentes e, não raras vezes, socialmente pouco protegidas (Castel, 2003).

A contratação a termo<sup>97</sup>, o trabalho temporário<sup>98</sup> e a falsa prestação de serviços<sup>99</sup> são, pois, exemplos ilustrativos de uma regra na prática contratual. O trabalho precário, que legalmente constitui uma excepção, passou, na prática, a regra (Oliveira, 2015). E, sendo assim, a ideia de fazer coexistir na empresa um grupo estável e um grupo flexível de trabalhadores foi colocada de parte. A excepção parece ter ganho o estatuto de regra com a alteração significativa do peso relativo daquilo a que, em matéria de dimensões típicas do emprego tradicional, Dubar (1997: p. 164) chama o “*sector central*” e o “*sector periférico*” do mercado de trabalho: o primeiro, incluindo os trabalhadores que à organização interessaria conservar como forma de assegurar a sua produção normal; o segundo, incluindo os trabalhadores que reforçariam o primeiro grupo e que são recrutados de acordo com as oscilações do volume de trabalho.

---

<sup>97</sup> A contratação a termo, tendo sido concebida para regular o recrutamento de mão-de-obra para a execução de tarefas de natureza eventual, extraordinária e/ou sazonal, tornou-se num modo de empregar expressivo no contexto do trabalho português. A contratação a termo não se destina, em muitos casos, à “*satisfação de necessidade temporária da empresa e pelo período estritamente necessário à satisfação dessa necessidade*” (Código do Trabalho: art.º 140.º, n.º 1, da Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, artigo que não sofreu alterações nas três revisões efectuadas ao Código do Trabalho através das Leis n.ºs 105/2009, de 14 de Setembro, 53/2011, de 14 de Outubro e 23/2012, de 25 de Junho), mas sim a assegurar um trabalho regular e continuado e, nestes termos, tendo por fim iludir as disposições que regulam o contrato sem termo.

<sup>98</sup> Considera-se contrato de trabalho temporário o contrato de trabalho a termo celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador, pelo qual este se obriga, mediante retribuição daquela, a prestar a sua actividade a utilizadores, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário – Código do Trabalho: art.º 172.º, alínea a), da Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, artigo que não sofreu alterações nas três revisões efectuadas ao Código do Trabalho através das Leis n.ºs 105/2009, de 14 de Setembro, 53/2011, de 14 de Outubro e 23/2012, de 25 de Junho e 47/2012, de 29 de Agosto.

<sup>99</sup> A relação designada por “prestação de serviços” não tem, numa boa parte dos casos, outro propósito senão o de iludir as disposições que regulam uma relação de trabalho dependente e que implica a celebração de um contrato “*pelo qual uma pessoa singular se obriga, mediante retribuição, a prestar a sua actividade a outra ou outras pessoas, no âmbito de organização e sob a autoridade e direcção destas*” – Código do Trabalho: art.º 11.º, alínea a), da Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.



Com efeito, aqueles que entram na vida activa fazem-no, geralmente, através de uma destas formas precárias de emprego. Nestas circunstâncias, o risco dos indivíduos não terem acesso, ao longo de toda uma vida activa, àquilo a que comumente se designa por um estatuto profissional estável, assente em vínculos de trabalho de duração indeterminada, é crescente nas sociedades modernas. Sem deixar de gerar inquietudes em termos pessoais e profissionais, esta instabilidade ao nível dos vínculos de trabalho leva a que, muitas vezes, os indivíduos, mobilizando um regime de envolvimento em plano, criem outras formas de inter-relação, passando a atribuir importância a dimensões de valorização do exercício profissional diferentes, nomeadamente à autonomia profissional, à autoridade profissional, às oportunidades de aprendizagem, à utilidade social do trabalho, bem como ao reconhecimento do trabalho desenvolvido.

Ora, mercê das alterações registadas no mundo do trabalho, traduzidas na fragilização dos mecanismos colectivos de protecção social, tem vindo a assistir-se, segundo Boltanski (2001, p. 25), a um apagamento do “*mundo cívico*” e a um forte aumento do “*mundo da inspiração*”, sobretudo a partir dos anos 90, o que, de acordo com o mesmo autor, “*pode ser relacionado com a importância dada à inovação, ao risco e às qualidades pessoais (como a intuição) dos actores da empresa.*”

É neste contexto de incerteza e risco que se exige aos indivíduos que arrisquem, que assumam riscos, que sejam empreendedores. Efectivamente, nas sociedades modernas, cuja construção se tem vindo a alicerçar na insegurança (Castel, 2003), proliferam os discursos que apelam a um certo perfil de trabalhador em que o “*espírito empreendedor*” – associado à responsabilidade individual, à competição, à criatividade, à adaptabilidade e à flexibilidade – se destaca enquanto requisito fundamental para enfrentar os problemas actuais, especialmente os problemas de emprego.

O desemprego e a precariedade surgem, deste modo, como oportunidades para o desenvolvimento do empreendedorismo, o que, segundo Duarte (2013, p. 18), aponta para uma “*mudança de mentalidades*” traduzida numa

“(…) ressimbolização da ruptura que significaria o desemprego, revestindo-a agora de um sentido positivo. (...) tal poder-se-ia traduzir na seguinte síntese discursiva: ‘estás desempregado ou num emprego precário? Estás em risco de perder o teu

*emprego? Não te preocupes, tens apenas que ser empreendedor, que ter espírito de iniciativa, que contar contigo. Não tens ‘espírito empreendedor’? Não te preocupes, podes aprender a ser empreendedor, podes frequentar acções de formação, podes ler livros de desenvolvimento pessoal e de auto-ajuda, podes frequentar cursos de coaching; está apenas nas tuas mãos a solução para o problema’.*”

Organizada em torno da narrativa da flexibilidade e do empreendedorismo, esta nova configuração, a que Boltanski e Chiapelo (1999), servindo-se da literatura de gestão dos anos 90, fazem referência na sua análise para dar conta do ideal tipo do “*novo espírito do capitalismo*”, assenta numa lógica de trabalho em rede<sup>100</sup>, em que a ‘flexibilidade’ é apontada como condição do progresso económico e social e o “*empreendedorismo*” como condição do progresso e sucesso individual, seja para aceder ao mercado de trabalho, seja para se manter nesse mesmo mercado. Com esta nova configuração, alteram-se as manifestações que ocorrem no mundo do trabalho, passando estas a ser identificadas, como se de um efeito de contaminação se tratasse, com recurso a um léxico que, não sendo usual na literatura de gestão dos anos 60, compreende um conjunto de novos vocábulos: “*adaptação*”, “*colaboração*”, “*parceria*”, “*imaginação*”, “*inovação*”, “*iniciativa*”, “*coaching*”, “*polivalência*”, entre outros.

A crer na apologia do empreendedorismo, na perspectiva de Campos e Soeiro (2016, pp. 48-49), “*a questão do desemprego resolver-se-ia com a promoção de comportamentos empreendedores por parte dos indivíduos, mais do que com políticas públicas de criação de emprego*”. Deste modo, os défices de natureza individual – em termos de qualificações, de competências e de disposições – explicariam o fenómeno do desemprego. Ultrapassados esses défices, após uma necessária aprendizagem do que é ser empreendedor, o sucesso ou fracasso no mercado passaria a depender única e exclusivamente do desempenho e esforço pessoal de cada indivíduo. Contudo, remeter para a esfera do individual as explicações de um fenómeno social, como é o caso do desemprego, é conferir credibilidade a leituras do social que tendem a interpretar o

---

<sup>100</sup> “*La séduction exercée sur les auteurs de management des années 90 par le modèle du réseau reside dans une large mesure en ce qu’il s’oppose au monde très ‘industriel’ des années 60. Dans le monde industriel, les personnes ne sont considérées qu’en tant qu’elles remplissent certaines fonctions et occupant certains postes préexistants dans une structure organisationnelle dessinée dans des bureaux spécialisés. Elles sont jugées sur leur caractère fonctionnel, c’est-à-dire sur l’efficacité avec laquelle elles tiennent leur emploi. Les relations de travail sont prescrites par la structure et il en va de même, dans une large mesure, des méthodes encadrées par des règlements et des procédures.*” (Boltanski & Chiapelo, 1999, p. 203).

social em termos não sociais, o que levou os mesmos autores, numa atitude de vigilância epistemológica,

*“(...) a suspeitar de explicações fatalistas para fenómenos sociais complexos e a duvidar de quem propõe respostas individualistas para problemas que sabemos serem colectivos, como o desemprego e a precariedade. Por isso, a narrativa do empreendedorismo, que o apresenta como uma ‘atitude’, um ‘espírito’ e um ‘modo de ser’ do indivíduo capaz de resolver aqueles problemas, sempre nos mereceu a maior desconfiança.”* (Campos & Soeiro, 2016, p. 10).

Desconfiança que parece ter justificação, uma vez que os resultados apresentados, segundo os mesmos autores, dão conta de que os programas de apoio e promoção do empreendedorismo em Portugal têm tido uma tradução pouco significativa em matéria de emprego:

*“(...) o apoio financeiro ao empreendedorismo concedido pelo Estado português resultou, no melhor dos cenários, numa criação de empregos directos equivalente a 1% do total de desempregados oficialmente inscritos nos centros de emprego nos primeiros anos de austeridade. A isto acresce o apoio preferencial dado às grandes empresas e a discriminação dos cidadãos com menores qualificações no acesso aos programas de apoio ao empreendedorismo.”* (ibid., p. 145).

A lógica do trabalho em rede, em que a flexibilidade e o empreendedorismo se apresentam como soluções dos males económicos, sociais e individuais, coloca a Animação Sociocultural, no dizer de Montez (2015, pp. 2-3), numa nova fase que é complementar das fases identificadas por Lopes (2006). Sendo que, nesta fase, a Animação Sociocultural, dado o clima de incerteza e inquietude, é remetida para um estado de ambivalência, vendo-se confrontada com duas opções:

*“Por um lado seguir um caminho em consonância com as ideologias actuais, arriscando fundir-se entre outras actividades e profissões socioculturais e educativas, ou até empresariais; por outro lado, seguir um caminho em sintonia com a identidade militante da animação sociocultural, arriscando a marginalização desta actividade e a falta de reconhecimento político formalizado. De um lado parecem estar os animadores e animadoras profissionais, com formação específica*

*na área, do outro parecem estar pessoas das mais variadas áreas das ciências sociais (e não só) ou de outros sectores profissionais.”*

A avaliar pelo número crescente de animadores que, em resultado das dificuldades sentidas face às expectativas construídas, tem vindo, ainda segundo Montez (*ibid.*, pp. 5-6), a adoptar um modelo de actuação assente na flexibilidade e no empreendedorismo, acentua-se o risco de se desvanecer o “*espírito militante da animação*”, privilegiando-se o carácter “*cuidador*” e de “*entretenimento*” e não já a dimensão “*transformadora*”<sup>101</sup> que se encontra na génese da actividade, enquanto prática ligada à intervenção social, educativa e cultural<sup>102</sup>. Nestas circunstâncias, caminha-se para uma animação que vai

*“(...) transformando subtilmente organizações sem fins lucrativos de acção social em empresas de serviços sociais e educativos; animadores socioculturais em técnicos de gerontologia, em técnicos de turismo ou de outros quaisquer ramos associados a instituições dispostas a pagar valores que não dignificam a profissão. Perante o fantasma do desemprego, as animadoras e os animadores vão-se submetendo a um trabalho meramente técnico, menos crítico, cada vez com menor capacidade de mobilização e, por isso, com muito pouco impacto político ou gerador de mudança social. Por fim, face à necessidade de sustentabilidade (tida aqui somente como aspecto financeiro) vão sendo criados negócios nos quais surge o nome ‘animação sociocultural’ sem que tenham realmente o ADN desta metodologia social na sua constituição.”* (Montez, 2015, pp. 5-6).

---

<sup>101</sup> “As plataformas de participação cidadã, os mercados locais de troca de produtos, as redes solidárias, as redes de produção colaborativa, as actividades de transformação do espaço público, as mobilizações e acções de protestos em defesa de direitos sociais, culturais e educativos, são iniciativas que assentam na capacitação para a transformação social. Mesmo não sendo animadas por animadores e animadoras profissionais, estas iniciativas são de animação sociocultural, no sentido militante e político da animação. (...) Os campos da animação sociocultural na conjuntura actual, na sua vertente militante, são diversos e abrangem quadros teóricos distintos, embora integrem um referencial comum, associado a um conceito de Desenvolvimento que visa um equilíbrio entre os aspectos sociais, económicos e ambientais. Neles se encontram formas alternativas de vida em sociedade, a implementação de redes solidárias de colaboração ou de produção, a soberania alimentar e o activismo político tout-court, quer a partir de uma mobilização de rua, quer a partir de uma mobilização por meios digitais num contexto virtual.” (Montez, 2015, pp. 6 e 10).

<sup>102</sup> Não é esta, porém, a experiência dos Animadores que se encontram em contexto de trabalho e que foram inquiridos na fase empírica da investigação, ao considerarem que “no trabalho com idosos a animação é vista como ‘dar vida’ e, por isso, implica transformações na sua vida e na sua maneira de viver o envelhecimento”.

Porém, não obstante o risco de se desvanecer o espírito militante da animação, com a consequente perda de importância do “*mundo cívico*”, Montez (2015, pp. 9-10). não deixa de contrapor com as oportunidades proporcionadas pelo tempo presente, trazendo, conforme indica Mariot (2001), a efervescência de novos dinamismos expressos pela conflitualidade na demarcação das fronteiras profissionais e reforçando as crenças naquilo que os Animadores são capazes de fazer:

*“(...) a animação precisa de se animar a si mesma, de procurar as reminiscências da sua clássica utopia política e social nas realidades do presente, considerando até a existência de novos espaços da animação, como é o caso do espaço virtual potencializado pela Internet. (...) a animação sociocultural encara agora, na conjuntura histórica que atravessamos, estímulos idênticos aos que a fizeram surgir. Estamos perante uma conjuntura repleta de oportunidades para a afirmação da animação, em vários quadrantes, desde a sua pertinência institucional à sua necessidade social e política, que respondem precisamente à utopia da animação”.*

Especificando o que entende por “*novos espaços de animação*”, Montez (*ibid.*, pp. 10-28) apresenta “*sete paisagens possíveis para uma acção militante e consciente da animação sociocultural no contexto contemporâneo*”: criar comunidades sustentáveis ou ecoaldeias; promover redes de apoio social; estabelecer redes de partilha de conteúdos, tirando proveito da sociedade virtual; animar a economia local, protegendo o artesanato e a gastronomia; promover acções colectivas com ampla participação cidadã; conceber projectos de acesso ao micro-crédito e de criação do próprio emprego; actuar nas organizações, humanizando o trabalho, dignificando o trabalho e respeitando os direitos de quem trabalha.

Fazendo referência às competências dos Animadores Socioculturais para o século XXI, também Moriche e Badesa (2015), mais uma vez num envolvimento de carácter exploratório com o propósito de definir e diferenciar a Animação de outras áreas de actividade, dão conta da importância da Animação Sociocultural tirar proveito das oportunidades conferidas pela sociedade virtual, tendo em vista a promoção de uma “*cidadania digital*”. Traçam, para o efeito, o perfil do “*ciberanimador*” como sendo alguém que apresenta competências de três níveis: nível político, com uma atitude crítica e reflexiva em matéria de compreensão dos contextos sociais, políticos,

económicos e educativos, bem como dos significados, interpretações e acções que se produzem nesses mesmos contextos; nível de rede, com habilidade para a comunicação em rede, orientada para a coesão e evolução do grupo, assim como a gestão de conflitos, valoração de resultados e administração da informação para a tomada de decisões, desenvolvimento da criatividade e capacidade para a inovação e investigação; nível tecnológico, com conhecimento dos recursos tecnológicos, sendo capaz de perceber onde, quando e como fazer uso desses mesmos recursos.

A *ciberanimação* extravasa, assim, as tecnologias informáticas. Representa, segundo Gonzalez (2008a), um novo paradigma sociocultural traduzido numa nova cultura, em novos espaços e redes para a comunicação e a interactividade, em liberdade de expressão, de auto-organização social, de comunidades reais que se estruturam no espaço virtual, de desenvolvimento social e comunitário. Um novo paradigma cultural que passa pela constituição de cibercomunidades em que as identidades são compartilhadas em resultado de uma representação colectiva da realidade, em resultado da existência de um espaço virtual comum que possibilita o intercâmbio, a identificação e o sentido de pertença e, ainda, em resultado de finalidades comuns definidas a partir da vivência desse mesmo sentido de pertença. Daí que a Animação Cíbercultural, voltando a uma perspectiva exploratória, corresponda a uma oportunidade dos Animadores Socioculturais aproveitarem a *“potencialidade que a sociedade da informação oferece para o diálogo, a tomada de consciência crítica, a mudança social, a interactividade, a estruturação das comunidades humanas, a solidariedade e o desenvolvimento sustentável.”* (Gonzalez, 2008a, pp. 92).

Reconhecendo as mudanças operadas a partir dos anos 90, Lopes (2015, p. 72) faz notar que a Animação, para além de ter evoluído de uma formação iminentemente prática nos anos 70 e 80 para um modelo teórico-prático de nível secundário (Animador técnico-profissional) e de nível superior (Animador técnico-superior) a partir dos anos 90 e, ainda, de ter conhecido uma alteração em termos de género (de uma actividade predominantemente masculina para uma actividade em que se assiste a um domínio feminino), conheceu, ao mesmo tempo, uma mudança no campo da sua intervenção: *“de um Animador militante e polivalente evoluiu-se para um perfil técnico de Animador”*.

Corroborando esta perspectiva, Figueiredo e Cordeiro (2015) referem que o legado militante dos anos 70 está em vias de desaparecimento, uma vez que, sendo fruto da escola a tempo inteiro, é difícil alguém tornar-se Animador sem ter feito um conjunto de experiências significativas de educação não formal e, sendo assim, consideram estes autores estar-se na iminência da Animação Sociocultural perder a dimensão transformadora que marcou a sua génese.

Passou-se de um tempo em que o reforço da autonomia da Animação Sociocultural aconselhava a concretização da formação em ambientes associativos, “onde o empirismo e a troca de experiências ganhava o braço de ferro com os processos clássicos de educação formal” para um tempo em que “são as clássicas instituições escolares que dominam a formação dos animadores socioculturais” (Fonte, 2015, p. 264), com todos os reflexos que esta mudança originou no campo da sua intervenção.

Não deixando de reconhecer a mudança operada, Lopes (2012, pp. 79-90) assinala o compromisso que a Animação Sociocultural mantém, apesar da mudança, com a democracia, a participação, a liberdade e o desenvolvimento como pedra angular de uma intervenção<sup>103</sup>, que transporte consigo a “utopia de que um outro mundo é possível”, fazendo menção a uma prática profissional assente na interrogação e no questionamento dos problemas que se colocam nos quotidianos e contextos profissionais dos Animadores.

Apontando numa mesma linha, Gillet (2015) reforça a ideia de compromisso como imperativo na intervenção da Animação Sociocultural. Ao fazer menção ao seu espírito militante, estabelece a relação entre esse espírito militante e o comprometimento democrático, referindo que o Animador é alguém necessariamente comprometido com a democracia, compromisso traduzido numa forma de trabalhar em que devem ser sempre os próprios a tomar as decisões que lhes dizem respeito.

---

<sup>103</sup> “La démocratie est la forme politique la plus appropriée à la manifestation de la volonté générale qui constitue l’épreuve modèle du monde civique. Les grands moments, dans ce monde, sont donc des moments d’unité, de reunion et d’adhésion (‘réunir les adhérents’) où la réalité des personnes collectives est confirmée par la présence physique des membres: manifestations, mouvements, assemblées, conseils, sessions, congrès.” (Boltanski & Thévenot, 1991, pp. 239-240).

Por seu turno, Escola (2015, pp. 143-146), ao identificar alguns dos problemas a que as sociedades actuais têm de responder – envelhecimento, pobreza, dificuldades de acesso aos bens culturais, iliteracia digital, obstáculos à participação activa nas questões da cidade, constrangimentos à construção de um espaço público democrático –, destaca, como provas de grandeza cívica dos Animadores Socioculturais, na linha da definição dada por Boltanski e Thévenot (1991, pp. 231-232)<sup>104</sup>, o bem comum a prevalecer sobre os interesses particulares, a participação na vida da cidade e a igualdade e, desta maneira, como grandes exigências que lhes são colocadas nos vários contextos em que são convidados a exercer a sua actividade profissional: a) colaborar na construção da identidade pessoal e social dos cidadãos, no sentido de uma acção profissional assente nos valores da liberdade, da autonomia, do diálogo, da crítica e da emancipação; b) colaborar na construção do humano no homem, actuando com e sobre as pessoas e, dessa forma, opondo-se a práticas desumanizadoras geradas pelo medo e a incapacidade de lidar com a diferença; c) colaborar na construção de uma identidade plural, contrariando a tendência da uniformização que conduz ao desaparecimento das marcas da tradição, dos elementos identitários, dos traços culturais característicos das populações de determinadas regiões; d) colaborar na construção de uma cidadania planetária, ajudando a que cada um tome consciência do seu papel enquanto cidadão do mundo.

Defendendo uma linha “transformadora”, Vieira e Vieira (2015, pp. 150-151) referem que a Animação Sociocultural assenta numa visão sistémica e numa prática de trabalho social relacional em que o Animador terá de considerar o conjunto de

---

<sup>104</sup> “Les personnes relèvent toutes d’une même justice parce qu’elles possèdent une conscience qui est faite à l’image de la conscience collective et qu’elles sont susceptibles, en écoutant la voix de leur conscience, de subordonner la volonté propre à la volonté générale. Cette prise de conscience leur donne ‘la volonté de s’organiser’, c’est-à-dire de surmonter les singularités qui divisent pour faire l’union de tous. (...) Les actions des gens sont pertinentes lorsque, participant d’un mouvement social, eles participent d’une action collective qui donne sens aux conduites des individus e les justifie: ‘L’action [...] n’est pas une simple addition de positions ou d’initiatives individuelles mais une action collective. (...) Dans le monde civique, les grands êtres sont les masses e les collectives qui les organisent et les rassemblent. (...) Les personnes ou les collectives gagnent en outre en grandeur lorsqu’ils oeuvrent à la reunion, s’emploient à unifier, à rompre l’isolement’ des gens, à concentrer ‘la force collective des salariés groupés autour d’objectives communs’ et parviennent à exprimer, dans une ‘conception unitaire’, les ‘problèmes comuns à tous’. Cette activité est libératrice parce qu’elle libère les hommes de l’oppression des intérêts egoïstes.”



componentes da realidade das pessoas (família, escola, trabalho, projecto de vida, vizinhança). Daí que estes autores, recorrendo a Paulo Freire<sup>105</sup>, considerem a

*“sua acção não poder incidir sobre as partes isoladas, pensando que assim transforma a realidade, mas sobre a totalidade. É transformando a totalidade que se transformam as partes e não o contrário”, ou seja, uma Animação Sociocultural assente “(...) numa Pedagogia Social que propicia a participação, a autonomia, a consciencialização e a interacção que, embora partindo do outro, origina transformação de todos e com todos os implicados.”*

### **II.3 – Em síntese:**

Nas últimas décadas assistiu-se a uma alteração das formas de organização do trabalho, das modalidades e condições do exercício profissional, das perspectivas e das expectativas em relação ao trabalho, aos direitos laborais e aos vínculos contratuais. Estas alterações traduzem as transformações ocorridas nas sociedades capitalistas com a passagem do “segundo espírito do capitalismo” ao “terceiro espírito do capitalismo”, em que, por um lado, a autonomia ganha importância em relação à segurança e, por outro lado, a flexibilidade, a mobilidade, a adaptabilidade, a autonomia e a capacidade empreendedora apresentam-se como requisitos indispensáveis para enfrentar o crescente recurso a formas flexíveis de trabalho. Na sociedade portuguesa, a organização do trabalho, segundo um modelo de flexibilidade, é um traço que se tem vindo a acentuar, com a justificação de que é a forma de enfrentar os riscos que o mercado comporta e tirar proveito das oportunidades que esse mesmo mercado proporciona. É a valorização deste modelo que ressalta da análise dos discursos justificativos proferidos em Animação Sociocultural. Nessa medida, a prova da grandeza dos Animadores passará a ser dada pela capacidade de adaptação, pela flexibilidade e pelo espírito empreendedor que permitam enfrentar experiências de trabalho que tendem a apresentar um carácter transitório e uma grande diversidade em termos das competências exigidas. No tempo presente é apontado o risco de se desvanecer a dimensão “transformadora” que se encontra na génese da Animação

<sup>105</sup> Freire, P. (2001). *Educação e Mudança*. S. Paulo: Editora Paz e Terra, SA.

Sociocultural. Face a este risco, a importância de tirar proveito das oportunidades conferidas pela sociedade virtual, tendo em vista a promoção de uma “*cidadania digital*”, constitui uma linha de acção sugerida, sendo, para esse efeito, traçado o perfil do “*ciberanimador*” como alguém que apresenta competências de nível político, de nível de rede e de nível tecnológico.

#### ***II.4 – Animação Sociocultural e Controvérsias no Espaço Público***

O trabalho de recolha exploratória de informação – quer através de documentos<sup>106</sup>, quer através de entrevistas<sup>107</sup> – revelou, por um lado, uma assinalável diferença entre aquilo que os Animadores Socioculturais gostariam que fosse a Animação e aquilo com que estes na realidade se deparam nos vários contextos de trabalho. Diferença que se faz notar em relação à delimitação da “licença”<sup>108</sup> e do “mandato”<sup>109</sup> (Hughes, 1993; Strauss, 1992), ao “poder profissional”<sup>110</sup> (Freidson, 1986 e 1994), à “jurisdição profissional”<sup>111</sup> (Abbott, 1988) e ao “estatuto profissional”<sup>112</sup>, constituindo, por isso, problemáticas que geram tensões e controvérsias entre os profissionais.

---

<sup>106</sup> Monografias, publicações periódicas (jornais e revistas), actas de congressos, seminários e encontros, fóruns de discussão e blogs.

<sup>107</sup> Foram efectuadas oito entrevistas ao longo do mês de Julho de 2010: quatro a Animadores Socioculturais com formação superior, duas a professores do curso de licenciatura em Animação Sociocultural, uma a um dirigente associativo e uma a um estudante finalista do curso de licenciatura em Animação Sociocultural.

<sup>108</sup> Autorização legal de exercício de certas actividades, obtida através de uma formação longa (normalmente de nível superior) e que, deste modo, assegura o controlo no acesso ao exercício da actividade, protegendo a autoridade e prestígio dos profissionais.

<sup>109</sup> Obrigação de assegurar uma função específica, sendo que a fixação dessa obrigação resulta de um processo social que implica conflito e negociação com outras áreas ocupacionais e se traduz em autonomia e autoridade profissionais.

<sup>110</sup> Capacidade de traduzir recursos de vária ordem (políticos, organizacionais, cognitivos, culturais e ideológicos) em maior autonomia e controlo sobre a relação com os clientes, a organização do trabalho, o mercado de trabalho e o conhecimento.

<sup>111</sup> Área de actividade sobre a qual a profissão detém o direito de controlar a prestação de serviços, direito esse que, por um lado, estará tanto mais garantido quanto mais elevado for o grau de predominância de inferência na ligação do diagnóstico ao tratamento e, por outro lado, constitui o resultado de disputas, conflitos e competição com outras áreas ocupacionais.

<sup>112</sup> Conjunto de normas, reconhecido pelo Estado através de legislação específica, que, por um lado, estabelece os requisitos para o exercício da actividade e as penas para quem a exerça sem licenciamento e que, por outro lado, promove os valores de orientação profissional, definindo os direitos e os deveres profissionais e estabelecendo um regime sancionatório aplicável a situações que violem o cumprimento desses mesmos deveres.

Por outro lado, a informação recolhida permite perceber, como veremos adiante, a pluralidade de dispositivos que orientam a acção dos vários actores da Animação Sociocultural (Boltanski & Thévenot, 1991; Bolthauski & Chiapello, 1999; Thévenot, 2006) – especialmente de “*ordem cívica*”, mas também de “*ordem industrial*”, em que a grandeza é medida pelos atributos profissionais e a sua eficácia; e, ao mesmo tempo, dispositivos de “*ordem inspirada*”, em que a originalidade, a imaginação, a espontaneidade criativa e a autenticidade são capacidades reconhecidas; de ordem assente numa “*lógica de projectos*”, em que a adaptação, a flexibilidade, a inovação e o empreendedorismo são atributos indicados como importantes; de uma ordem em que a notoriedade é conferida a partir da opinião dos outros; e, ainda, de uma “*ordem doméstica*”, em que a grandeza é medida pela posição hierárquica, numa cadeia de dependências pessoais, bem como de uma “*ordem mercantil*” em que o acesso ao “*estado de grande*” reclama atributos profissionais de valor elevado – e, sendo assim, pondo em evidência a diversidade de tomadas de posição que estes assumem face às problemáticas enunciadas, os meios utilizados para a sua expressão pública (jornais, revistas, fóruns de discussão, blogs, congressos, encontros, entre outros), bem como a autenticidade e a força da convicção que procuram evidenciar na defesa dessas mesmas tomadas de posição.

No que respeita às “*licenças*”, a controvérsia gira em torno da sua real importância em termos de exercício da Animação Sociocultural. Não se encontrando validadas socialmente e não assegurando, por isso, o controlo no acesso ao exercício da actividade, as licenças apresentam um reduzido valor, não protegendo a autoridade e prestígio dos profissionais. Esta desvalorização não pode ser entendida senão num plano mais alargado em que o valor atribuído aos diplomas dá lugar, segundo Martuccelli (2006), a um valor de carácter subjectivo baseado na comunicação, na adaptação, na colaboração, na disponibilidade, na flexibilidade, na inovação, na iniciativa e na polivalência, em suma, nas competências comportamentais e sociais. Estas competências, tendo passado a ser muito valorizadas, constituem um recurso importante para aceder a determinados trabalhos. A valorização destas competências parece ter o propósito de envolver o trabalhador ao ponto deste não se distinguir do seu próprio trabalho, correndo o risco de toda a sua vida passar a estar subjectivamente invadida por esse mesmo trabalho, reforçando, assim, a organização da sociedade baseada nos preceitos do “*novo espírito do capitalismo*” (Boltanski & Chiapello, 1999).

Nas várias manifestações públicas sobre esta matéria, os Animadores Socioculturais, seja na fase exploratória da investigação, seja na fase da investigação empírica que se seguiu, deixam claro o reduzido valor atribuído aos diplomas por parte dos empregadores, expressando um sentimento de injustiça resultante da preferência que é dada aos Animadores de formação secundária em muitos contextos de trabalho em detrimento dos Animadores de formação superior, ficando assim em causa o princípio geral de equivalência como critério de igualdade. Nestas circunstâncias, tal como referem dois participantes no *ANIMUSFÓRUM* de 4 de Setembro de 2008,

*“(...) tirar um curso superior de ASC para quê? Já existem os técnicos profissionais com o 12º ano. Qualquer técnico profissional em ASC passa à frente de qualquer técnico superior, por razões económicas/salariais é claro. As funções do ASC não são reconhecidas pelas entidades patronais”, acrescentando ainda que na “(...) maioria dos sítios em que estão a pedir animadores estão a pedir com o curso profissional (...) porque é que andei a investir 4 anos da minha vida, para neste momento perceber que o mais certo é encontrar trabalho com o 12.º ano e deixar a licenciatura na gaveta?”*

O mesmo sentimento de injustiça transparece nas palavras de um outro participante no *ANIMUSFÓRUM* de 20 de Setembro de 2008:

*“(...) enquanto existirem cursos profissionais na área (...) existe um saco e “colocam-nos” todos lá dentro (...) Se as entidades (mal formadas a todos os níveis) puderem colocar um Animador do Curso Técnico (é o que fazem porque sai muito mais barato) colocam”.*

Este sentimento de injustiça prende-se, ao mesmo tempo, com a diferença de tratamento entre os licenciados em Animação e outros licenciados no que se refere à remuneração. Esta diferença de tratamento não só coloca em causa o princípio de equivalência como critério de igualdade, como também compromete o “*princípio da comum dignidade humana*” (Boltanski & Thévenot, 1991). São vários os testemunhos que, em relação às contrapartidas do trabalho prestado, referem que “*(...) há uma discriminação em relação aos Animadores, recebem sempre menos do que os outros licenciados ou pelo menos de alguns dos outros licenciados*” (*Animador Sociocultural: Entrevista 2 – Julho de 2010*).

Apesar das movimentações a reclamar o direito a uma maior equidade ou justiça em matéria de distribuição dos rendimentos, a diferença de tratamento é recorrentemente manifestada pelos Animadores Socioculturais que, ao estabelecerem a relação entre a formação obtida e o exercício da actividade, fazem notar que se situam *“num nível salarial claramente abaixo das qualificações, assumindo funções de monitor de tempos livres (ou actividades de enriquecimento curricular) e mesmo de assistentes operacionais em escolas”* (Figueiredo & Cordeiro, 2015, p. 185).

Por sua vez, a *“(...) multiplicação desenfreada dos cursos de Animação ao nível do ensino superior, ensino profissional e/ou secundário e outras formações paralelas e a inexistência de um fio condutor entre formações, constituem factores desvalorizadores dos diplomas”* (ANIMUSFÓRUM, 20 de Setembro de 2008).

Na verdade, a formação de Animadores, que até ao final dos anos 80 era de carácter empírico, informal, pontual e de prática no terreno, com equipas de Animadores a participarem em acções de formação, é alterada com a criação de escolas profissionais, escolas artísticas e, mais tarde, com a criação de cursos superiores de animação em Institutos Politécnicos e Universidades.

A grande diversidade de âmbitos, de contextos e de públicos a quem a actividade se dirige e, ao mesmo tempo, a grande variedade de formações e a inexistência de um fio condutor entre elas, leva a que Costa (2010, p. 14)<sup>113</sup>, ao questionar o perfil ocupacional, o modelo de formação e a definição diferencial da Animação Sociocultural, coloque as seguintes interrogações:

*“A Animação Sociocultural é uma profissão específica ou um modelo de intervenção que possa ser utilizado noutras profissões? (...) A animação sociocultural deve ter uma formação específica, de animadores, com carácter finalista ou uma formação para a animação, com carácter transversal e incluída em diversos estudos? (...) O que é verdadeiramente específico da Animação Sociocultural? O que faz realmente diferente a Animação Sociocultural em relação a outros modelos de formação?”*

---

<sup>113</sup> “Desafios à Profissão e Profissionalização dos Animadores Socioculturais”, comunicação efectuada no I Congresso Nacional de Animação Sociocultural, realizado no Centro de Congressos de Aveiro nos dias 18, 19 e 20 de Novembro de 2010 e subordinado ao tema *Profissão e Profissionalização dos Animadores*.

Na mesma linha, Conde (2015) aponta, em primeiro lugar, que a massificação da oferta formativa – quer ao nível do ensino superior, quer ao nível do ensino secundário profissional – não teve em conta nem as necessidades do mercado, nem os constrangimentos vividos à contratação dos Animadores Socioculturais. No período compreendido entre 2000 e 2010, no caso do ensino superior público, o número de estabelecimentos a oferecer cursos na área da Animação Sociocultural cresceu significativamente, tendo o número de vagas nesse período passado de 243 para 1035, ao passo que o desemprego declarado na área da Animação Sociocultural, de acordo com as estatísticas da Direcção Geral do Ensino Superior, excedeu largamente a média nacional, o que é explicado, segundo Conde (2015: 59-60):

*“(...) pelo progressivo desinvestimento no sector da cultura em Portugal que contribuiu para a desvalorização da profissão e consequentemente da formação dos animadores (...) o processo sociocultural foi transformado num ‘produto’ sujeito aos interesses e às regras do mercado” com consequências directas na contratação de animadores: “as autarquias estão impedidas de contratar. Restam algumas IPSS e instituições, dedicadas sobretudo a actividades de tempos livres, que procuram profissionais baratos, disponíveis para diferentes funções (muitas destas distantes dos conteúdos profissionais de um ASC) e pouco mais. (...) este contexto fomentou também a formação de “faz todos” que se têm que desdobrar em milhentos contorcionismos de práticas e de actividades para as quais não têm conhecimentos, capacidades ou vocação e que põem em causa todo um processo sério de construção e afirmação de uma profissão.”*

Procurando discutir os critérios que definem a Animação Sociocultural, este mesmo autor refere, em segundo lugar, que a falta de regulação dos conteúdos de formação, pelo menos os que possam constituir um tronco central que seja identificador de um saber comum, em nada contribui para uma estrutura formativa clara e consistente que permita reconhecer nos diferentes cursos um perfil comum, isto independentemente da possível e desejável diversidade de matérias e conteúdos expressos nas variadas unidades curriculares, o que aliás é confirmado por Lopes (20011, p. 8) ao apresentar as várias designações dos cursos criados na área da Animação Sociocultural:

*“Nos anos 80 a Animação entra no Ensino Superior em Portugal e de então para cá em todas as regiões deste país são criados cursos na área da Animação*

*Sociocultural com diferentes designações: Animação e Produção Artística, Animação Artística, Animação Cultural, Animação e Produção Cultural, Animação Sociocultural, Animadores Socioculturais, Animação e Intervenção Comunitária, Animação Socioeducativa, Animação Cultural e Educação Comunitária... Já no século XXI, assiste-se à criação de Mestrados em Animação no Ensino Superior, com as designações: Animação Artística, Ciências da Educação – Especialização em Animação Sociocultural, Associativismo e Animação Sociocultural...”*

Em terceiro lugar, que os constrangimentos impostos aos estabelecimentos de ensino têm impedido o recrutamento de professores especializados na área, recorrendo, por isso, a um corpo docente que adapta conhecimentos de outras áreas de formação à ideia que tem “*do que deve ser*” a Animação Sociocultural. Tal não sucederia, no dizer do mesmo autor, se a estrutura de classe profissional dos Animadores não fosse tão frágil e, nessas circunstâncias, pudesse, por um lado, exercer uma acção de avaliação e verificação da qualidade do ensino produzido e, por outro, vedar o acesso à actividade a quem não estivesse certificado ou quando a qualidade das formações não atingisse patamares considerados adequados, carência que é confirmada por Fonte (2015, p. 269) ao apontar os requisitos para o exercício da função de formador de Animadores Socioculturais, entre eles ser “*animador de alma-e-coração*”, entrando assim no campo da subjectivação próxima das políticas dos afectos:

*“(...) a maioria dos formadores de animadores Socioculturais não cumpria, na totalidade, os quatro requisitos básicos para o cumprimento das funções. Os requisitos (...) são: competência pedagógica credenciada, formação académica, experiência profissional na área e, não menos importante, ser animador de alma-e-coração. Actualmente, raro é o formador de animadores socioculturais que tem, pelo menos, três destes requisitos. Se tem competência pedagógica credenciada e formação académica, falta-lhe experiência profissional e ser animador. Se é animador de alma-e-coração, com formação académica, falta-lhe credenciais pedagógicas e experiência profissional.”*

O processo de construção e afirmação da Animação Sociocultural enquanto actividade profissional não se resolve, ainda segundo Conde (2015, p. 59), com publicações de estatutos. O que é fundamental, no seu entender, numa combinação entre o próximo e o público, é:

*“(…) que exista uma capacidade de aceitação das muitas pequenas diferenças que nos constituem, em favor de interesse comum, que é a importância de discutir, analisar e compreender o fenómeno da animação sociocultural no nosso país e consequentemente da existência de um sistema formativo qualificado que seja capaz de se articular com o mundo prático do trabalho e da profissão. Que seja tolerante, paciente e disponível para compreender que esse processo tem que ser permanente, que nunca está completo, mas que se desenvolve em constante e progressiva transformação porque é assim que se comportam as pessoas, os grupos, as comunidades que são a razão principal da nossa intervenção e da nossa paixão por esta profissão.”*

Por seu turno, a hipótese de vedar a actividade de Animação a pessoas que não possuam formação académica, tal como Conde (2015) preconiza, tem suscitado dúvidas e controvérsias. Bento (2007), por exemplo, sobre a questão de saber se os Animadores devem ser formados, interroga-se: *“Será que o animador cultural para desenvolver a sua actividade profissional deverá ter uma formação académica? Os animadores deverão ter uma formação polivalente ou especializada?”*. Para, logo a seguir, em resposta às suas próprias interrogações, referir que *“(…) devem existir, do nosso ponto de vista, animadores culturais com formação sem grau académico. Ao mesmo tempo também pensamos que devem existir animadores culturais com formação académica”*.

Por outro lado, a reduzida visibilidade dos projectos de Animação Sociocultural<sup>114</sup> parece constituir, no dizer de uma Animadora Sociocultural a trabalhar num Centro de Dia e Centro de Convívio para Idosos de uma Instituição Particular de

---

<sup>114</sup> A visibilidade é apontada, por Bolstanski e Thévenot (1991, pp. 227-228), como um factor condicionador do mundo de opinião, pois *“dans ce monde où tout ce qui a valeur est immédiatement connu e visible, les personnes ne cessent de faire des comparaisons. (...) Ainsi, par exemple, ‘la presse, sous toutes ses formes, permet aux collaborateurs d’une société de comparer leur société, les conditions dans lesquelles ils travaillent, leur salaire, à ce qui se passe dans les autres entreprises du même secteur, voire même d’autres secteurs’. Ces comparaisons croisées tissent un réseau. Les personnes réceptives, récepteurs du message, deviennent à leur tour d’émetteurs. Les relations publiques s’emploient à stimuler ce processus en créant ‘un réseau de propagandistes bénévoles’. En effet, ceux qui ont entendu parler de quelque chose s’en font l’écho, le transmettent, en assurent le retentissement, véhiculent l’information, ‘entretiennent l’image’ en démultipliant et en amplifiant le message comme un ‘centre de résonance’. (...) ‘une bonne politique de relations publiques peut permettre, par exemple, grâce à de bons contacts avec la presse, d’amplifier les ‘bonnes informations’. ‘Un publique’ joue par là ‘un double rôle: spectateur et acteur. Il est spectateur quand il reçoit une information, laquelle entraîne une réaction d’adhésion, d’opposition ou d’indifférence. Il est ensuite acteur car, dans la plupart des cas, il va parler de cette information à d’autres publics auxquels il peut communiquer son opinion’.*”



Solidariedade Social, um factor condicionador do valor atribuído aos diplomas (entrevista 1 – Julho de 2010):

*“(...) há uma série de projectos de intervenção comunitária, mas eles não têm visibilidade, porque depois ficam neles próprios. Não quer dizer que não queiram ter visibilidade, mas não conseguem, muitas vezes... Se calhar esse seria um caminho mais forte para um maior valor dos diplomas, mostrar..., dar visibilidade a trabalhos comunitários e ao sentido comunitário... e depois talvez... pudesse ser a chave para um maior valor do diploma (...).”*

Relativamente ao “*mandato*”, não estando definido, compromete a autonomia e a autoridade profissionais, tornando ambíguo o espaço institucional de actuação dos Animadores Socioculturais. Ora, esta ambiguidade parece estar relacionada, de acordo com as conclusões do debate sobre o “*Estatuto dos Animadores Socioculturais*”, promovido pela *Associação Regional dos Animadores Socioculturais de Tondela* a 9 de Março de 2010, “*com as especializações existentes no ensino superior*”, pois estas tornam “*mais complicado gerir os conteúdos funcionais do Animador, assim como os seus direitos e deveres*”.

Ao mesmo tempo, a carência de saberes científicos na formação dos Animadores, pondo em causa o modelo profissional proposto por Abbott (1988), constitui uma explicação para a ambiguidade que se faz notar no seu dia-a-dia profissional. O que aliás é expresso num documento intitulado “*Lexis e Praxis*”, produzido pela Escola Superior de Educação de Santarém, sobre a orientação estratégica para a reformulação do curso de licenciatura em Animação Cultural e Educação Comunitária. Reconhece-se, nesse documento, que os “*Animadores são detentores de Processos mas carecem geralmente de formação conteudal (saberes numa dada área científica...), (...) não se pode ser só detentor de saberes processuais (saber como se deve agir) sem se saber bem sobre o quê (conteúdo) se age, ou vice-versa*”, situação que contribui, nas palavras de um Animador Sociocultural (*Entrevista 2 – Julho de 2010*), para “*(...) algum mau entendimento por parte das instituições empregadoras daquilo que deveria ser o trabalho do Animador, uma má interpretação, vá, digamos..., uma má interpretação do que é o trabalho do Animador (...)*”. Estas clivagens interpretativas não podem deixar de interferir na qualidade do desempenho profissional,

que por sua vez se traduzem em dificuldades de delimitação oficial da actividade do Animador Sociocultural.

Em relação ao “*poder profissional*”, sendo frágil, traduz-se numa ausência de controlo sobre a relação com os clientes, a organização do trabalho, o mercado e o conhecimento e, desta maneira, incapacita os profissionais em ditar o conteúdo, os termos e as condições do seu trabalho. Este poder, no dizer de uma professora de um curso de licenciatura em Animação Sociocultural, “*(...) tem que ser conquistado pelos Animadores, com certeza, e por eles próprios, enquanto grupo socioprofissional*” (Entrevista 6 – Julho de 2010), uma vez que

*“(...) as oportunidades de aceder a um cargo de chefia – nomeadamente a gestão/direcção dos equipamentos – por parte dos Animadores não são as mesmas que são dadas a pessoas com outras formações, designadamente aos Assistentes Sociais (...)” (Animadora Sociocultural numa Residência para Idosos da SCML – Entrevista 4 – Julho de 2010).*

A mesma opinião é partilhada por um dirigente associativo ao afirmar que

*“(...) o Animador tem sobretudo de conquistar o espaço, o espaço não lhe é cedido em função da formação que apresenta, ao contrário do que sucede, normalmente, com o Assistente Social, em que o espaço lhe é cedido em função do curso em que está formado (...)” (APDASC - Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, núcleo da região de Lisboa e Vale do Tejo – Entrevista 7 – Julho de 2010).*

Outro aspecto que é referenciado como dando conta do frágil poder profissional dos Animadores Socioculturais prende-se com a negociação das convenções colectivas de trabalho. De facto, “*(...) há contratos colectivos de trabalho que contemplam o Animador (é o caso do contrato colectivo de trabalho das IPSS), mas quem faz a negociação não são os Animadores, são..., são outras profissões (...)*” (Animador Sociocultural – Entrevista 2 – Julho de 2010).

Em matéria de “*jurisdição profissional*”, a sua vulnerabilidade, explicada pela ausência de um corpo teórico de conhecimentos, que sirva de ligação entre os problemas

diagnosticados e a actuação sobre esses problemas (Abbott, 1988), possibilita a intromissão de outros profissionais no campo da Animação Sociocultural. Efectivamente, a incapacidade em fixar a jurisdição conduz a uma indefinição das fronteiras da sua acção, o que, sendo assim, torna difícil o processo de profissionalização, levando a que

*“(...) debaixo da designação Animação temos situações muito diversas, algumas até híbridas. Há quem desempenhe funções de Animador, não sendo sequer formado em Animação e, portanto, aparece essa designação... Há quem desempenhe funções e apareça classificado como monitor, como auxiliar, e estar efectivamente a desenvolver trabalho de Animação e há outros profissionais de outras áreas que claramente desenvolvem trabalho de Animação, mas não em exclusivo, tendo ou não formação mais especializada (...)” (professora de um curso de licenciatura em Animação Sociocultural – Entrevista 6 – Julho de 2010).*

A alusão a esta incapacidade de garantir as condições de estabelecimento de um processo efectivo de profissionalização é reforçada por um Animador Sociocultural ao afirmar que *“(...) Existem muitos trabalhadores de Animação, aliás qualquer pessoa pode ser Animador e, portanto, isso dificulta um pouco as coisas aí no trabalho da Animação (...)” (Entrevista 2 – Julho de 2010).* Comparando a situação do presente com a que era vivida nos anos 70 e 80 do século XX, percebe-se, conforme refere Lopes (2006, p. 517), que não há diferenças significativas, seja em termos dos direitos e deveres profissionais e do regime sancionatório aplicável a situações que violem o cumprimento desses mesmos deveres, seja em termos dos requisitos necessários para o exercício da actividade e das penalizações para quem a exerça sem licenciamento:

*“Quanto à carreira ela não existiu, nem existe. A grande maioria dos animadores é recrutada pelo trabalho desenvolvido em associações, grupos de teatro. E quando se tratava de encontrar quadros superiores para o serviço da Animação estes eram recrutados de outras profissões como professores, assistentes sociais, sociólogos, onde uma minoria aparece como uma mais-valia dado os contributos dados à causa. (...) Dada a grande indefinição, a maioria dos agentes profissionais de Animação acabava por se transferir mais tarde para outros lugares e outras funções com mais futuro e/ou com mais vantagens. Outros foram-se instalando e tornaram-se funcionários burocratizados (essa é a tendência ‘natural’ das instituições e é o que*

*acontece quando os agentes não encontram a estratégia adequada para contrariar a tendência). Mas, para a maioria dos Animadores, a Animação em regime profissional passou a ser uma actividade de transição, quase se diria, um acidente de percurso”.*

Sem colocar em causa as dificuldades de construção e afirmação da Animação Sociocultural enquanto actividade profissional, Campos (2015, p. 130) realça a responsabilidade das instituições de formação na promoção e alargamento do debate público sobre o processo de profissionalização dos animadores, “(...) considerando que uma parte da resposta aos desafios e dilemas presentes e futuros encontrar-se-á na discussão e afirmação epistemológica e gnoseológica da Animação Sociocultural”. Tal processo de profissionalização, no entender desta autora, deverá considerar, por um lado, “a incorporação dos princípios éticos e deontológicos da acção em animação num plano formal de formação e nas metodologias de ensino e modalidades de formação e avaliação” e, por outro lado, que nessa formação devem ser enquadrados e explicitados “os desafios e dilemas que enfrentam enquanto grupo profissional, posicionando-os no sistema das profissões e dotando-os de conhecimento sobre instrumentos teórico-metodológicos, sustentadores de análises aprofundadas e de discussão alargada.”

Em matéria de “Estatuto Profissional”<sup>115</sup> e de “Código Deontológico do Animador Sociocultural”<sup>116</sup>, embora ambos tenham sido aprovados no *I Congresso Nacional de Animação Sociocultural*, subordinado ao tema “Profissão e Profissionalização dos Animadores” e realizado entre os dias 18 e 20 de Novembro de 2010, não tendo havido reconhecimento jurídico por parte do Estado que conduzisse à constituição de uma associação representativa dos profissionais de animação, o seu efeito regulador é nulo. Na verdade, a discussão do “Estatuto Profissional do Animador Sociocultural” tem-se arrastado no tempo<sup>117</sup> não havendo, da parte do corpo dos

---

<sup>115</sup> Artigo 1.º - Objecto: O presente diploma estabelece o Estatuto do Animador Sociocultural, nomeadamente no âmbito das carreiras da administração central, regional, local, do terceiro sector e empresas privadas.

<sup>116</sup> Capítulo I – Objecto e Fundamento: A missão da Animação Sociocultural está enraizada num conjunto de valores, que levados a cabo pelos animadores socioculturais ao longo da história da profissão, são a base do único propósito, da perspectiva e das finalidades humanas da Animação Sociocultural: autonomia pessoal e melhoria da convivência humana, numa base cultural.

<sup>117</sup> A discussão em torno do Estatuto dos Animadores Socioculturais arrasta-se há mais de quatro décadas, tendo sido apresentadas várias propostas que, por não terem sido reconhecidas institucionalmente, não produziram quaisquer efeitos, destacando-se as propostas: do FAOJ – Fundo de Apoio a Organismos

Animadores Socioculturais, uma afirmação que aponte para uma posição única. A necessidade de um estatuto, enquanto condição de reconhecimento da actividade, sempre suscitou e continua a suscitar controvérsia. Logo em 1976, Garcia<sup>118</sup> (cit. in Lopes, 2015, p. 351) manifestava a sua oposição ao *Projecto de Estatuto do FAOJ*, afirmando que “(...) *estatuto sim, enclausuramento não (...) Se entendo que é necessário evitar a limitação da acção cultural a certas ‘casas’ e a espaços reservados, não sei se deveremos (nas actuais circunstâncias) fechar os animadores dentro de um estatuto (...)*”.

Se, por um lado, há a expectativa de que o estatuto, numa perspectiva de “*ordem cívica*” (Bolstanki & Thévenot, 1991), possa regular a actividade de Animação Sociocultural e, dessa maneira, constituir um factor disciplinador do mercado, codificando as condutas e impedindo as arbitrariedades com a indicação e imposição dos requisitos de controlo necessários para o seu exercício (mesmo sabendo-se que, à semelhança do que sucede em Portugal, nos vários países que compõem a União Europeia é reconhecida a formação de Animadores através dos cursos ministrados no espaço formal dos estabelecimentos de ensino superior e estabelecimentos de ensino profissional), o certo é que continua por regulamentar:

*“Os Estados membros têm uma visão contraditória e até antagónica da situação. Todos os países reconhecem a função do Animador e das profissões afins, mas também em todos os países não é reconhecida nem regulamentada a profissão de Animador.”* (Lopes, 2015, pp. 68-70).

Por outro lado, há o receio de que o estatuto possa ter um efeito limitador da actividade, desde logo, numa perspectiva de “*ordem cívica*” (Bolstanki & Thévenot, 1991), por constituir um factor de exclusão. Ao mesmo tempo, numa perspectiva de “*ordem doméstica*” (*ibid.*, 1991), por colocar em causa o espírito de missão educadora e de transmissão de valores de que os Animadores se reclamam. Por último, numa

---

*Juvenis* (1976/1977); do STS – *Sindicato dos Trabalhadores Sociais* (1977); da *TRILHOS – Associação Juvenil de Educação Ambiental* (1998); da ANASC – *Associação Nacional de Animadores Socioculturais* (1999), que fez aprovar o “Estatuto do Animador Sociocultural”, em assembleia geral, em Novembro de 1999; mais recentemente, no âmbito do *I Congresso Nacional de Animação Sociocultural*, realizado no Centro de Congressos de Aveiro nos dias 18, 19 e 20 de Novembro de 2010 e subordinado ao tema *Profissão e Profissionalização dos Animadores*, foi aprovado um novo “*Estatuto Profissional do Animador Sociocultural*”, bem como o “*Código Deontológico do Animador Sociocultural*”.

perspectiva de ordem assente numa “*lógica de trabalho em rede*” (Boltanski & Chiapello, 1999), por condicionar a sua acção, uma vez que a sujeição do Animador Sociocultural a um conjunto de deveres e de direitos estatutários (o que ele espera dele próprio e o que ele espera dos outros) poderá ter como desvantagem associada a imposição de restrições à participação e à mobilidade entre projectos. Nesta perspectiva, o acesso ao “*estado de grande*” supõe que o Animador não esteja sujeito a disposições estatutárias ou hierárquicas. A sua autoridade reside apenas na sua competência e não na imposição das suas regras ou objectivos e, nessa medida, admite discutir as suas posições com os outros. Ao mesmo tempo, renuncia a tudo o que possa dificultar os seus movimentos, demonstrando que a sua grandeza é medida pela capacidade de se conectar e adaptar ao espírito do trabalho assente numa rede de projectos, sem que essa capacidade de envolvimento resulte de uma trajectória ou de uma experiência, mas sim de uma ordem natural traduzida na necessidade primária de partilhar a vida com os outros, sejam esses outros constituídos por redes familiares ou redes de amigos, de associações políticas, religiosas, ecológicas, étnicas, profissionais e científicas ou ainda por redes constituídas por outros grupos de pertença.

Relativamente ao efeito do estatuto enquanto regulador da actividade, a sua criação, de acordo com as conclusões do debate sobre o “Estatuto dos Animadores Socioculturais”, promovido pela Associação Regional dos Animadores Socioculturais de Tondela em Março de 2010, é apontada pelos seus defensores como uma medida essencial para

*“disciplinar o exercício da profissão do Animador, distinguindo os direitos e deveres do profissional”, uma vez que “terá que ser aprovado por uma Associação de Direito Público, representativa dos profissionais do sector, que mais tarde se poderá/deverá transformar em Sindicato ou até mesmo em Ordem Profissional”.*

Associação que chamará a si, no dizer dos defensores desta linha reguladora, a prerrogativa de “*certificar o perfil e as competências dos profissionais de animação sociocultural*”, garantindo assim a sua qualidade técnica e pedagógica. Dentro desta linha reguladora, o estatuto terá de conter um corpo normativo que permita “*disciplinar as relações que os animadores socioculturais estabelecem entre si, reciprocamente, ou*

---

<sup>118</sup> Orlando Garcia, 1976, Relatório da DFT/FAOJ.

*com a comunidade” e, ao mesmo tempo, sancionar os que não cumpram os princípios deontológicos estabelecidos. Muito embora se coloque a dúvida quanto à possibilidade de criar normas disciplinares numa actividade com fronteiras híbridas, ter um estatuto no dizer de uma professora de um curso de licenciatura em Animação Sociocultural, “(...)dará aos Animadores mais segurança, visibilidade e, conseqüentemente, também reconhecimento social, mas vai também implicar perdas para aqueles que trabalham hoje na Animação, ou seja, ter o estatuto significa fixar o campo (...)”(Entrevista 6 – Julho de 2010).*

Já quanto ao efeito limitador que o estatuto poderá ter na actividade da Animação Sociocultural, Dinis (2010, pp. 179-193) manifesta-se em oposição à regulação jurídica da actividade, afirmando a sua recusa em relação à criação

*“(...) de dispositivos jurídicos que assegurem um tratamento específico para a Animação Sociocultural e seus profissionais (...) Longe de preconizar códigos deontológicos e estatutos corporativos de reduzida eficácia e natural opacidade, apostaria, antes, que fossem exploradas modalidades de transparência, como o contrato de animação, ou contrato de projecto, em que os dados ficam definidos e se previnem operações de desvio, de ocultação ou manipulativas, sejam na linha do domesticar, sejam no intuito de ruptura ou “revolução”, seja na contumácia de prolongar rotinas contra a corrente (...)”*

O mesmo efeito limitador é apontado por uma Animadora a trabalhar num Centro de Dia e Centro de Convívio para idosos de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (entrevista 1 – Julho de 2010):

*“(...) as áreas de actuação..., as especificidades são tantas, que integrar tudo num estatuto se torna muito complicado... Não sinto que a falta de um estatuto condicione a minha actuação nos trabalhos e nos projectos em que presentemente estou envolvida... (...) dado que a Animação é de tal modo vasta que um estatuto único é difícil (...)”.*

Este efeito limitador é também criticado por um dirigente da APDASC - *Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, núcleo da região de Lisboa e Vale do Tejo*, ao manifestar o receio de que o estatuto possa constituir um factor de exclusão, “(...) *afastando dela pessoas que há muitos anos fazem Animação, pese embora não tenham formação formal* (...) (Entrevista 7 – Julho de 2010).

As dificuldades de convencionar investimentos em formas comuns de actuação, na maneira como se vê a Animação e o trabalho do Animador, impedem, segundo Bento (2015), a definição e a homologação do Estatuto Profissional, assim como reduzem o seu espaço formal de empregabilidade e fragilizam a sua imagem social. Ao partir do pressuposto de que devem ser os perfis profissionais a serem convocados para a disputa dos vários contextos socioculturais, reflecte sobre a abrangência da formação em Animação Sociocultural, interrogando-se sobre o carácter profissional, generalista e especialista da actividade. Não estando clarificado o perfil proporcionado pelo actual estado da formação em Animação, dificilmente se alterará a indefinição do conceito e a ambiguidade das suas práticas, correndo a actividade o risco de ser aceite, definitivamente, apenas como a função de “*animar a malta*” e, sendo assim, dificilmente haverá um reconhecimento estatutário e social. Como forma de tornar claro o perfil e, desta maneira, responder à indefinição do conceito de Animação e à ambiguidade das suas práticas, o mesmo autor aponta a “*formação profissional*”, a “*formação superior generalista*” e a “*formação superior especializada*” como um possível percurso formativo que deverá ser proporcionado, respectivamente, pelos cursos profissionais de *Animação Sociocultural* (12.º ano), pelos cursos *Técnicos Superiores Profissionais de Animação Sociocultural* (cursos pós-secundário, não conferindo grau académico) e pelos cursos *Técnicos Superiores de Animação Sociocultural Especializada* (com licenciatura), devendo corresponder, a cada uma dessas etapas, as categorias profissionais de “*Assistente Técnico em Animação Sociocultural*”, “*Técnico Superior Profissional em Animação Sociocultural*” e “*Técnico Superior em Animação Sociocultural Especializada*”.

Passados 40 anos desde o *Projecto de Estatutos do FAOJ* e após o surgimento de várias propostas, a homologação do “Estatuto do Animador Sociocultural”, aprovado no *I Congresso Nacional de Animação Sociocultural*, constitui, de acordo com alguns



dos depoimentos dos signatários da Petição Pública da iniciativa da APDASC e dirigida à Presidente da Assembleia da República em 2014<sup>119</sup>, uma maneira, expressa num tom idealizado, de regular, valorizar e reconhecer a actividade:

*“O estatuto é muito importante para que um animador seja valorizado na sociedade!”; “O Animador Sociocultural é um potenciador do crescimento cívico e intelectual, dos valores éticos e morais, ao serviço dos indivíduos que se encontram marginalizados pela sociedade, “condenados” pela falta de meios económicos, institucionais ou outros, autênticos obstáculos que impedem e negam a sua digna participação no meio em que estão inseridos. Talvez, daí o “perigo” para os poderes não democráticos! E, daí, não vai haver estatuto para a Animação Cultural e seus profissionais.”; “É precioso e necessário que cada vez mais haja esta consciência do papel fundamental dos Animadores. Sou Animadora cultural desde 2001 numa IPSS, função, encarada para muitas pessoas incluindo colegas de trabalho, como um palhaço que está ali para fazer rir, cantar e dançar, quando na verdade merecemos todo o respeito porque nós, Animadores, somos médicos da alma, somos acima de tudo Multifacetados, músicos, estilistas, decoradores, dançarinos, apresentadores, organizadores, actores, artistas, psicólogos, etc.”*

Embora esta iniciativa de apresentação de uma petição dirigida à Presidente da Assembleia da República tenha tido como propósito dar a conhecer a importância da implementação do “Estatuto do Animador Sociocultural” como forma de regular, valorizar e reconhecer a actividade da Animação Sociocultural, o certo é que o seu reduzido impacto público constitui um indicador da frágil capacidade de coordenar uma acção comum para conferir visibilidade às injustiças profissionais a que os Animadores dizem estar sujeitos. Talvez tenha sido isso que levou Lopes (2015a, p. 357), sem colocar em causa a iniciativa da APDASC, a reconhecer, volvidas quatro décadas desde o primeiro projecto de estatuto, que este *“não existe nem em Portugal nem em nenhum*

---

<sup>119</sup> “Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República: A Animação Sociocultural é o conjunto de práticas desenvolvidas a partir do conhecimento de uma determinada realidade, que visa estimular os indivíduos, para a sua participação com vista a tornarem-se agentes do seu próprio processo de desenvolvimento e das comunidades em que se inserem. A Animação Sociocultural é um instrumento decisivo para um desenvolvimento multidisciplinar integrado dos indivíduos e dos grupos. O Animador sociocultural é aquele que, sendo possuidor de uma formação adequada, é capaz de elaborar e executar um plano de intervenção, numa comunidade, instituição ou organismo, utilizando técnicas culturais, sociais, educativas, desportivas, recreativas e lúdicas. Vamos lutar pela implementação dos estatutos do Animador Sociocultural”.

*país do mundo” e, desta maneira, a interrogar-se se “não será este o tempo oportuno para em vez de um estatuto ligado à realidade portuguesa o estender à dimensão europeia?”.*

Na ausência de um reconhecimento jurídico, as dificuldades de construção e afirmação da Animação enquanto actividade profissional, pese embora tratar-se de uma prática que remonta a meados do século XX, perduram, o que torna difícil, à luz do modelo proposto por Abbott (1988), o processo de transição entre ocupação e profissão, mantendo-se a indefinição das fronteiras da sua acção, possibilitando, assim, a intromissão de outros profissionais nas actividades de Animação Sociocultural.

#### **II.4 – Em síntese:**

É assinalável a diferença entre aquilo que os Animadores Socioculturais gostariam que fosse a Animação e aquilo com que estes na realidade se deparam nos vários contextos de trabalho. Diferença que se faz sentir em relação à delimitação da “licença” e do “mandato”, ao “poder profissional”, à “jurisdição profissional” e ao “estatuto profissional”, constituindo, por isso, problemáticas que geram tensões e controvérsias entre os profissionais. No que respeita às “licenças”, a controvérsia gira em torno da sua real importância em termos de exercício da Animação Sociocultural. Não se encontrando validadas socialmente e não assegurando, por isso, o controlo no acesso ao exercício da actividade, as licenças apresentam um reduzido valor, não protegendo a autoridade e prestígio dos profissionais. Relativamente ao “mandato”, não estando definido, compromete a autonomia e a autoridade profissionais, tornando ambíguo o espaço institucional de actuação dos Animadores Socioculturais. Em relação ao “poder profissional”, sendo frágil, traduz-se numa ausência de controlo sobre a relação com os clientes, a organização do trabalho, o mercado e o conhecimento e, desta maneira, incapacita os profissionais em ditar o conteúdo, os termos e as condições do seu trabalho. Em matéria de “jurisdição profissional”, a sua vulnerabilidade, explicada pela ausência de um corpo teórico de conhecimentos, que sirva de ligação entre os problemas diagnosticados e a actuação sobre esses problemas, possibilita a intromissão de outros profissionais no campo da Animação Sociocultural. A

incapacidade em fixar a jurisdição conduz a uma indefinição das fronteiras da sua acção, o que torna difícil o processo de profissionalização. Em matéria de “*Estatuto Profissional*” e de “*Código Deontológico do Animador Sociocultural*”, não tendo havido reconhecimento jurídico por parte do Estado, o seu efeito regulador é nulo. A necessidade de um estatuto, enquanto condição de reconhecimento da actividade, sempre suscitou e continua a suscitar controvérsia. Se, por um lado, há a expectativa de que o estatuto possa regular a actividade de Animação Sociocultural e, dessa maneira, constituir um factor disciplinador do mercado, codificando as condutas e impedindo as arbitrariedades com a indicação e imposição dos requisitos de controlo necessários para o seu exercício, por outro lado, há o receio de que o estatuto possa ter um efeito limitador da actividade, desde logo por constituir um factor de exclusão de pessoas que, não estando certificadas, apresentam uma vasta experiência na área da Animação Sociocultural. O envolvimento em torno destas problemáticas permite perceber situações geradoras de sentimentos de injustiça e de estados de ambivalência entre os Animadores Socioculturais, bem como a pluralidade de dispositivos em que assenta a sua acção.

### ***CAPÍTULO III: OPÇÕES TEÓRICAS ORIENTADORAS DA INVESTIGAÇÃO***

#### ***III.1 – Acção em mundos plurais***

Como forma de enquadramento da presente investigação, optou-se pelo quadro teórico da Sociologia Pragmática, perspectiva que considera a acção como o produto de um encontro entre as situações/contextos/acontecimentos e as formas como os actores nelas se envolvem em determinados regimes. Na sua obra *L’Action au Pluriel – Sociologie des Régimes d’Engagement*, Thévenot (2006) distingue três regimes de envolvimento na acção: a) o primeiro, o “*regime de acção em público*”, realçando as questões da justiça e do bem comum e considerando a filosofia política como fonte de inspiração na construção dos modelos de ordem – “*cités*” – que, servindo de base às justificações, às denúncias e às reivindicações dos actores nas disputas em que se envolvem, apontem soluções assentes em critérios de subida em generalidade, ou seja, em princípios de ordem que permitam associar os actores num acordo válido para todos; b) o segundo, o “*regime de acção em plano*”, considerando a teoria económica como

modelo e destacando o indivíduo, a sua autonomia, as suas escolhas, os seus projectos, as suas decisões, as suas estratégias, a sua racionalidade, os seus interesses; c) o terceiro, o “regime de acção familiar”, em que as acções, por decorrerem num ambiente de proximidade/intimidade, se caracterizam por oposição à racionalidade que caracteriza o regime de acção em plano. Para além dos três regimes propostos por Thévenot (2006), há ainda o regime de envolvimento exploratório proposto por Auray (2002 e 2017), tendo como propósito a procura de entendimentos e definições.

Na presente investigação, tomou-se em consideração o regime de acção em público com a sua pluralidade de modelos justificativos – “*cités*” – sempre que os actores, envolvidos em disputas em torno de situações problemáticas de justiça, são chamados a justificar publicamente as suas acções e, nessa medida, deixando perceber os dispositivos/gramáticas que servem de base a essas operações de justificação, apontado, ao mesmo tempo, a sua combinação com o regime de envolvimento de proximidade, familiaridade e de intimidade do Animador com as pessoas e as situações em que estas se encontram e, ainda, com o regime que destaca a sua autonomia e a sua capacidade de decidir, de forma racional, sobre problemas relacionados com o seu quotidiano profissional, assim como o seu projecto trabalho futuro.

A “*citê*”, segundo Boltanski e Thévenot (1991), é definida como um modelo de ordem em que o “*princípio superior comum*” – princípio segundo o qual são julgados os actos, as coisas e as pessoas numa dada “*citê*”, permitindo avaliar o seu estado de grandeza ou de pequenez – é contraposto aos interesses particulares, devendo estes ser sacrificados para aceder a um estado de grandeza superior. Os mesmos autores explicitam cada um dos modelos e as respectivas fontes: “*citê inspirada*” – Sto. Agostinho, 354 a 430 a.C.; “*citê doméstica*” – Bossuet, 1627 a 1704; “*citê de opinião*” – Hobbes, 1588 a 1679; “*citê cívica*” – Rousseau, 1712 a 1778; “*citê industrial*” – Saint-Simon, 1760 a 1825; “*citê mercantil*” – A. Smith, 1723 a 1790. Por sua vez, Boltanski e Chiapello (1999) acrescentam aos seis modelos anteriores um sétimo modelo, a “*citê por projecto*” – estrutura social baseada numa rede de projectos em que a adaptação, a flexibilidade, a polivalência, o empreendedorismo constituem, entre outros, critérios de medição da grandeza dos indivíduos.

Ao contrário do que sucede com a Sociologia de raiz estruturalista, que acentua o primado da sociedade, entendendo a acção dos indivíduos como sendo determinada socialmente e retirando importância ao poder do pensamento reflexivo em termos de transformação histórica, conferindo-lhe, por isso, um estatuto de aspecto teórico menor (Morrow & Torres, 1997) e vincando a impossibilidade de o indivíduo tomar verdadeiramente consciência dos determinismos a que está submetido (Bourdieu & Passeron, 1964 e 1978)<sup>120</sup>, a perspectiva sociológica de inspiração pragmática, pelo contrário, “*leva a sério*” as justificações e as críticas dos actores. Em vez de apresentar uma visão simples de exterioridade em relação ao que descreve, esta perspectiva acompanha as “*experiências*” e as “*perspectivas*” dos actores (Cefaï, 2009) e alimenta e legitima uma fonte de suspeita em relação à rigidez das estruturas do mundo, aos fechamentos que reduzem a sua abertura, à imobilidade e à ausência da mobilização dos actores (Breviglieri, 2016), factores que são impeditivos de uma observação com continuidade, sem a qual não é possível reconstruir o todo que constitui a sequência da acção, e capaz de captar os detalhes que compõem as várias cenas em que decorre a acção, sem os quais não é possível a compreensão da dinâmica das interacções em jogo (Viot, Pattaroni & Berthoud, 2010).

Dispondo de uma capacidade de julgamento, não é possível definir os indivíduos por um conjunto de propriedades que derivariam mecanicamente da pertença a grupos, a instituições ou a organizações. Essa definição resulta, isso sim, da conjugação entre as questões colectivas da estrutura social e os meios diversos pelos quais esses indivíduos, nas experiências que vão vivendo, desenham as suas próprias estratégias para enfrentar as múltiplas provas que, nas sociedades modernas, fazem parte da percepção comum

---

<sup>120</sup> “(...) o trabalho pedagógico como trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável, i.e., um *habitus* como produto da interiorização dos princípios dum arbítrio cultural capaz de se perpetuar a si próprio depois da cessação da acção pedagógica e, por isso, de perpetuar nas práticas os princípios do arbítrio interiorizado. (...) Numa formação social determinada, o sistema educativo dominante pode constituir o trabalho pedagógico dominante como trabalho escolar sem que aqueles que o exercem, como aqueles que se lhe submetem, deixem de desconhecer a sua dependência no que respeita às relações de força constitutivas da formação social em que ele se exerce, porque (1) produz e reproduz, pelos meios próprios da instituição, as condições necessárias ao exercício da sua função interna de inculcação que são, ao mesmo tempo, as condições suficientes da realização da sua função externa de reprodução da cultura legítima e da sua contribuição correlativa para a reprodução das relações de força; e porque (2), pelo único facto de que ele existe e subsiste como instituição, implica as condições institucionais do desconhecimento da violência simbólica que exerce, i. e., porque os meios institucionais de que dispõe enquanto instituição relativamente autónoma, detentora do monopólio do exercício legítimo da violência simbólica, estão, pois, predispostos para servir, além disso, sob a aparência da neutralidade, os grupos ou classes de que ele reproduz o arbítrio cultural (dependência pela independência).” (Bourdieu & Passeron, 1978, pp. 55, 95-96).

das pessoas sobre as suas próprias vidas. Nesta perspectiva, não podendo ser substituída por modelos prévios, a experiência, constituindo uma transacção entre o indivíduo e as situações em que ele se encontra, constitui, segundo Dewey<sup>121</sup> (citado por Quéré & Terzi, 2015), uma organização dinâmica, sequencial, progressiva, gradual, cumulativa e orientada, ou seja, a experiência como sendo a situação. Não se tratando de uma particularidade desviante das determinantes sociais, a compreensão deste processo passa por entender as formas pelas quais a existência individual é organizada e forjada através das várias provas fabricadas socialmente (escolares, laborais, familiares, espaciais, históricas) e que constituem mecanismos de fabricação social dos indivíduos no decorrer das suas existências (Martucceli, 2006).

Não podendo, pois, a sociedade, numa perspectiva weberiana, ser considerada uma instância que se impõe de tal maneira aos indivíduos retirando-lhes a autonomia<sup>122</sup>, significa então que a acção humana, muito embora sujeita aos constrangimentos impostos pelo contexto social onde ocorre, encerra uma intencionalidade que só pode ser apreendida através de um esforço de observação capaz de restituir o sentido subjectivo que os actores atribuem à sua acção. É nesta linha que se recorre a uma corrente que considera, em termos analíticos, a pluralidade de motivos morais invocados pelos actores para justificarem a sua acção quando, no espaço público, se encontram envolvidos em disputas em torno de situações que, ao fazerem apelo a princípios gerais de equivalência como critérios de igualdade, consideram injustas (Boltanski & Thévenot, 1991; Boltanski, 2001; Thévenot, 2006), o que lhe confere um elevado potencial heurístico. Esta opção não isenta, porém, o investigador de submeter a uma testagem empírica os conceitos que vai utilizando e, dessa maneira, não implicando qualquer tipo de “veneração”, que, segundo Lahire (2003), se torna impeditiva do distanciamento crítico tão necessário ao questionamento por parte de quem investiga, levando, dessa maneira, a impor a teoria à realidade, procurando nesta unicamente

---

<sup>121</sup> DeweyJ. (2005 [1934]). *L'Art comme expérience*. Paris: Publications de l'Université de Pau/Éditions Farrago.

<sup>122</sup> A ser assim, no limite, os indivíduos reduzir-se-iam à qualidade de produtos sociais e somente em função de mudanças operadas na sociedade se produziriam mudanças nesses mesmos indivíduos, incluindo-se nesta linha as perspectivas da *reprodução consensual* e da *reprodução conflitual*: para as primeiras (estrutural-funcionalistas), a existência da sociedade e a sua continuidade é explicada pela partilha de valores consensuais e a sua continuidade depende do sucesso da socialização e os conflitos são encarados como meras tensões ou disfunções; para as segundas (perspectivas críticas da reprodução), de inspiração marxista, as sociedades, caracterizando-se pela oposição de interesses, apresentam valores em situação de conflito.

aquilo que a teoria indica e ignorando que a realidade, a cada passo, poderá surpreender ao mostrar facetas que não cabem no espaço necessariamente circunscrito da teoria.

Ao considerar o actor e a sua abertura a uma pluralidade de lógicas de acção e ao colocar o enfoque na “*competência*” que o mesmo possui para, por um lado, identificar a natureza das situações sociais com que se depara e, por outro lado, atravessar situações de diferentes naturezas (Thévenot, 2006), a perspectiva adoptada diferencia-se da linha do “*homem plural*” (Lahire, 2003), concepção que entende que os indivíduos, sendo socializados em contextos sociais diferentes e, por consequência, vivendo experiências por vezes não coerentes, heterogêneas, não compatíveis, são portadores de uma pluralidade de disposições ou esquemas de acção obtidos nesses contextos. Acontece, porém, que essas disposições ou esquemas são mobilizados de forma diferenciada em situações sociais diferenciadas, o que significa que não são transversais a essas várias situações sociais em que os actores se possam encontrar, indicando, por isso, que o homem “*aprende - compreende que aquilo que se faz e se diz em certo contexto não se faz e não se diz num outro contexto diferente*” (Lahire, 2003, pp. 40 e 47), o que faz dele um “*homem plural*”. Desta maneira, sendo as acções o produto de um encontro entre as situações e as formas como os actores nelas se envolvem em determinados regimes, são as propriedades situacionais presentes que contribuem para que os actores mobilizem certos dispositivos/gramáticas ajustados à natureza dessas diferentes situações. É nessa medida que em vez de “*homem plural*”, se adopta o conceito de “*acção no plural*”<sup>123</sup>.

### **III.1 – Em síntese:**

Mobilizou-se, como forma de orientar a investigação, o quadro teórico da Sociologia Pragmática, tomando-se em consideração a pluralidade de modelos justificativos sempre que os actores, envolvidos em disputas em torno de situações problemáticas de

<sup>123</sup> “*Pour le sujet de l’action, la pluralité n’est pas une affaire de classement, mais de rapports au monde. De sa capacité à composer avec cette pluralité, dépend l’intégrité de sa personne aussi bien que son intégration dans une communauté. (...) Les exigences de la vie en société ne se laissent pas saisir adéquatement en termes d’identité individuelle ou collective, voire d’identités multiples. Elles ne portent pas seulement sur les représentations de l’être humain et de son identité mais concernent ses capacités d’agir, ses façons d’éprouver le monde en rapport avec ses interventions. L’engagement des êtres humains dans le monde est mouvementé. Son mouvement affecte profondément l’appréhension de ce monde mais aussi des personnes engagées.*” (Thévenot, 2006, pp. 6, 23-24).

justiça, são chamados a justificar publicamente as suas acções e, nessa medida, deixando perceber os dispositivos que servem de base a essas operações de justificação. A perspectiva sociológica que se mobiliza “*leva a sério*” as justificações e as críticas dos actores. Sendo assim, não é possível definir os indivíduos por um conjunto de propriedades que derivariam mecanicamente da pertença a grupos, a instituições ou a organizações. Essa definição resulta, isso sim, da conjugação entre as questões colectivas da estrutura social e os meios diversos pelos quais esses indivíduos, nas experiências que vão vivendo, desenham as suas próprias estratégias para enfrentar as múltiplas provas que, nas sociedades modernas, fazem parte da percepção comum das pessoas sobre as suas próprias vidas. Sendo as acções o produto de um encontro entre as situações e as formas como os actores nelas se envolvem, são as propriedades situacionais presentes que contribuem para que os actores mobilizem certos dispositivos ajustados à natureza dessas diferentes situações. É nessa medida que se adopta, na presente investigação, o conceito de “*acção no plural*”.

### ***III.2 – Justiça e bem comum***

São as tomadas de posição que os Animadores Socioculturais vão assumindo, bem como a pluralidade de dispositivos/gramáticas em que as mesmas assentam e que se combinam, por vezes, em acções de reivindicação pública com vista a corrigir e reparar injustiças de tratamento (Cefaï, 2009), ouvindo os próprios, prestando atenção às suas experiências sobre o carácter justo ou injusto das situações em que se encontram (Boltanski & Thévenot, 1991), que constituem a matéria-prima da presente investigação.

À luz da perspectiva da Sociologia Pragmática, os Animadores, tanto os porta-vozes, como os que se encontram em contexto de trabalho, ao orientarem publicamente a sua acção, realçam as questões da justiça e do bem comum. Na verdade, os dados exploratórios indicam experiências de envolvimento destes profissionais em torno de situações problemáticas de justiça e, por via da sua expressão pública, deixam perceber a pluralidade de dispositivos que servem de base às operações de justificação da sua acção e/ou à produção de juízos críticos sobre a acção dos outros. Estes dispositivos resultam de “*diferentes mundos*” justificativos (Boltanski & Thévenot, 1991; Bolthanski



& Chiapello, 1999; Boltanski, 2001), especialmente do *mundo cívico*, em que o “*princípio superior comum*” se traduz no bem colectivo, na promoção da participação na vida da cidade e na igualdade, constituindo formas de acção privilegiadas, isto é, provas de grandeza<sup>124</sup>. Isso mesmo se pode constatar a partir dos títulos de um conjunto de artigos incluídos em várias publicações da Animação Sociocultural<sup>125</sup>, bem como a partir da maneira como alguns dos seus protagonistas encaram a actividade nas suas três dimensões de intervenção: a social, a educativa e a cultural.

Na dimensão social, a actuação consiste, segundo Viveiros (2008), em “*capacitar os actores do ‘local’ com competências sociais e operativas válidas, que lhes possibilite uma autonomia cultural, política e económica. (...)*”.

Na dimensão educativa, a intervenção situa-se, segundo Trilla (2004, pp. 32-33), “*quase sempre fora do limite dos currícula próprios do ensino regulado (...) no sector não formal do universo educativo. (...)*”.

Na dimensão cultural, a actividade parte, segundo o mesmo autor (2004, p. 20), de um conceito amplo de cultura e não da noção mais restrita, própria da linguagem corrente, que circunscreve o conceito à noção de “*cultura ‘escolar’ ou ‘geral’ (saber ler e escrever, noções de aritmética, humanidades, etc.), ou esta outra noção de cultura, mais requintada, elitista elaborada: o requinte da pessoa ‘culta’ que desenvolveu uma sensibilidade especial para apreciar uma obra de arte, que se movimenta livremente pelo mundo das ideias e da ciência*”. Nesta dimensão, a ideia que se encontra subjacente à Animação Sociocultural é a de uma cultura que, normalmente, se designa por “*cultura popular*” e que Lopes (2009, p. 5) associa ao conceito de “*democracia cultural*”, em que a acção corresponde a um

---

<sup>124</sup> A grandeza do *mundo cívico* por oposição ao *mundo doméstico*, cuja prova de grandeza das pessoas é medida pela sua posição hierárquica numa cadeia de dependências pessoais, sendo a sua autoridade rejeitada por subordinar o destino de todos às decisões de um só (Boltanski & Thévenot, 1991, p. 311).

<sup>125</sup> “*Estudo para uma Formação Específica em Meio Rural: Dar Vez e Voz aos Actores e Actrizes do Território*”, “*Animação Sociocultural e Protagonismo Juvenil*”, “*O Animador e a Memória Social – Lembrar, Esquecer e Mitificar*”, “*Animação Territorial – Ouvir a Vida e Fazer o Destino*”, “*Cultura de Cidade*”, “*Práticas de Animação. Um Espaço para o Debate Colectivo na Perspectiva da Pluralidade das Ideias*”, “*O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma Comunhão de Princípios*”, “*De la ciudadanía asistida a la ciudadanía emancipada. Apuntes para la lectura del aporte del ocio en contextos de exclusión*”.

*“(...) processo político, defendendo a democracia cultural enquanto ‘empowerment’ por parte das populações, auto-consciência dos constrangimentos holísticos a que estão submetidas e das possibilidades de emancipação, fundada, por isso, numa acção vivencial e comunitária atravessada por práticas culturais comprometidas. A acção cultural é doravante encarada de baixo para cima e de dentro para fora, a partir das necessidades e aspirações das populações.”*

Ao mesmo tempo, os dispositivos que são mobilizados e que servem de base às justificações não deixam de resultar de uma pluralidade de outros mundos que compõem a Animação Sociocultural, sem que isso seja causa de tensões e disputas entre os Animadores, muito pelo contrário, favorecendo uma fórmula de compromisso que, não deixando de contemplar a vertente cívica, garanta um princípio de acordo que, posto à prova, responda à necessidade de lidar com exigências diferentes, preservando, assim, o bem comum (Boltanski & Thévenot, 1991).

Além da mobilização de dispositivos do mundo cívico, são frequentemente mobilizados, de forma compósita, dispositivos do mundo industrial, em que os atributos profissionais e a demonstração da sua eficácia constituem a marca do “estado de grande”<sup>126</sup>. Ao mesmo tempo, acentuando a singularidade do envolvimento na acção por parte dos Animadores Socioculturais, são mobilizados dispositivos justificativos do mundo inspirado e do mundo assente numa lógica de projectos, em que, respectivamente, a criatividade, a autenticidade e o espírito artístico são capacidades reconhecidas<sup>127</sup> e a adaptação, a flexibilidade, a inovação e o empreendedorismo atributos indicados como importantes<sup>128</sup>. São ainda mobilizados dispositivos do mundo de opinião, do mundo doméstico e do mundo mercantil, em que a prova de grandeza dos indivíduos é medida, respectivamente, pela notoriedade conferida a partir da opinião

---

<sup>126</sup> Exemplos de obras que apontam o carácter eficaz em que assenta a Animação Sociocultural: “A Animação em Crianças com Necessidades Educativas Especiais”, “O Papel da Animação no Processo Global de Reabilitação da Pessoa com Doença Mental”, “O Jogo e a Criança – A Importância do Jogar”, “A Importância do Animador Sociocultural numa Escola do 1.º Ciclo”, “Animação da Leitura em Bibliotecas Públicas. Alguns Esboços Teóricos sobre Aplicações Práticas”.

<sup>127</sup> Exemplos de obras que apontam o carácter inspirador que em assenta a Animação Sociocultural: “Contributos da Animação Socioeducativa para uma Pedagogia de Lazer”, “O Tempo Livre, o Ócio e a Animação”, “Um Estudo sobre a Construção e Realização de uma Rua de Lazer Desenvolvida pelo Programa ‘Recrear’ da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte”.

<sup>128</sup> Exemplos de obras que apontam uma lógica de projectos em que assenta a Animação Sociocultural: “Bearnaise Project: Criatividade, Animação e Diversidade”, “Potencialidades da Metodologia de Trabalho de Projecto na Formação de Animadores Socioculturais”.

dos outros<sup>129</sup>, pelo espírito de missão, pelo elevado nível de controlo social e pela dependência pessoal, tendo como propósito garantir um clima de segurança e lealdade profissional<sup>130</sup>, bem como pela posse de atributos profissionais, cuja avaliação, em termos de eficácia num mercado concorrencial, os tornam procurados por um valor elevado<sup>131</sup>.

### **III.2 – Em síntese:**

As tomadas de posição que os Animadores Socioculturais vão assumindo, prestando atenção às suas palavras sobre o carácter justo ou injusto das situações em que se encontram, constituem a matéria-prima da presente investigação. Ao envolverem-se em controvérsias em torno de situações problemáticas de justiça, os Animadores Socioculturais, por via da sua expressão pública, deixam perceber os dispositivos que servem de base às operações de justificação da sua acção e/ou à produção de juízos críticos sobre a acção dos outros. Estes dispositivos resultam de “*diferentes mundos*” justificativos, especialmente do *mundo cívico*, em que o “*princípio superior comum*” se traduz no bem colectivo, na promoção da participação na vida da cidade e na igualdade, constituindo formas de acção privilegiadas, isto é, provas de grandeza. Além da mobilização de dispositivos do mundo cívico, são frequentemente mobilizados, de forma compósita, dispositivos do mundo industrial. Ao mesmo tempo, acentuando a singularidade do envolvimento na acção por parte dos Animadores Socioculturais, são

<sup>129</sup> Sendo a visibilidade apontada, por Bolstanski e Thévenot (1991, pp. 227-228), como um factor condicionador do mundo de opinião, a uma maior visibilidade dos projectos de Animação corresponderia, no dizer dos Animadores, um maior reconhecimento social da actividade.

<sup>130</sup> O Estatuto do Animador Sociocultural, enquanto regulador da actividade, serve para ilustrar a possibilidade de compromisso entre uma visão de ordem *cívica da actividade* – com realce do bem colectivo, da promoção da participação na vida da cidade e da igualdade – e uma visão de ordem *doméstica*, traduzida na necessidade de haver um corpo normativo disciplinador das relações que os Animadores estabelecem entre si ou com a comunidade e, ao mesmo tempo, sancionador dos que não cumparam os princípios deontológicos estabelecidos.

<sup>131</sup> “*Dans le monde marchand, les actions sont mues par les désirs des individus, qui les poussent à posséder les mêmes objets, des biens rares (...). La compétition entre les êtres mis en rivalité règle leurs litiges par une évaluation de la grandeur marchande, le prix, qui exprime l'importance de désirs convergents. Les objets grands sont des biens vendables ayant une position de force sur en marché. Les personnes grandes sont riches (...). Leur richesse leur permet de posséder ce que les autres désirent, des objets de valeur, de luxe, haut-de-game. Elle est à la mesure de leur propre valeur qu'elles savent vendre, et qu'exprime leur réussite, désignée notamment dans le vocabulaire de la compétition: se détacher du peloton, se lancer des défis, marquer de points, être un gagnant, un crack. (...) L'objet de nature marchande, est une chose vers laquelle tendent des désirs concurrents d'appropriation, une chose désirable, vendable, commercialisable*” (Boltanski & Thévenot, 1991, pp. 244-245-247).

mobilizados dispositivos justificativos do mundo inspirado e do mundo assente numa lógica de projectos. São ainda mobilizados dispositivos do mundo de opinião, do mundo doméstico e do mundo mercantil.

## ***CAPÍTULO IV – OPÇÕES METODOLÓGICAS E TÉCNICAS***

### ***IV.1 – Trabalho científico enquanto trabalho de transformação***

O trabalho científico corresponde a um trabalho de transformação. No caso das Ciências Sociais, são as várias concepções, informações e representações, que num determinado momento histórico possam existir sobre a realidade, servem de matéria-prima para o desenvolvimento dessa actividade de transformação<sup>132</sup>. Este trabalho, segundo Almeida e Pinto (1980, p. 61), é produzido, por um lado, em determinadas condições teóricas e, por outro lado, em determinadas condições sociais: as primeiras, envolvendo todo um instrumental teórico, metodológico e técnico a que é possível recorrer para fazer a abordagem dos problemas que a realidade suscita, revelam o estado de desenvolvimento da ciência; as segundas, designando “*a pluralidade de estruturas e práticas da formação social em que a actividade da investigação se exerce e que nela por múltiplas formas interfere*”, poderão ser facilitadoras ou bloqueadoras do desenvolvimento científico<sup>133</sup>.

Este trabalho de transformação das informações disponíveis sobre o real, de modo a obter conhecimento científico, não é senão uma tentativa continuada e sistemática de um permanente vai-e-vem de aproximação à realidade com o propósito de obter respostas para alguma coisa que, por ser intrigante, suscita dúvidas. Para Nunes (1981, pp. 7-8), o trabalho científico visa

---

<sup>132</sup> Na fase exploratória da investigação, constituiu matéria-prima objecto de análise: a) discursos proferidos por vários dos porta-vozes da Animação Sociocultural, obtidos por via documental; b) discursos proferidos por vários dos Animadores Socioculturais, obtidos por via de entrevistas; c) actas de congressos, encontros, jornadas de Animação Sociocultural; d) os discursos proferidos por alguns professores dos cursos de licenciatura em Animação Sociocultural.

<sup>133</sup> Dir-se-á, a este título, que o desenvolvimento científico não se compadece com situações político-sociais não democráticas, constituindo o caso português um exemplo ilustrativo do profundo bloqueio a que as ciências em geral e a Sociologia em particular estiveram submetidas durante uma boa parte do século XX.

*“(...) o conhecimento dos “objectos reais”, isto é, dos objectos de que o mundo realmente se compõe, [mas o que o caracteriza] não é a apreensão e manipulação directas de tais objectos, mas a construção de “objectos de conhecimento”, formados por conceitos e relações entre conceitos, os quais servem como instrumentos (mediações) indispensáveis para, indirectamente, se alcançar uma certa forma de apropriação (aproximação) cognitiva do real.”*

O trabalho de investigação, correspondendo a um processo racional de transformação, exige necessariamente uma estreita relação entre as várias fases que o compõem para, desse modo, tornar possível, de uma maneira ordenada e circumspecta, a construção do conhecimento. Na verdade, a realidade social, dada a sua complexidade, só poderá ser compreendida através de um aturado trabalho de investigação que passa, necessariamente, por um esforço de observação capaz, tal como atrás se diz, de restituir o sentido subjectivo que os actores atribuem à sua acção. Este trabalho requer uma atitude de permanente e apertada vigilância epistemológica, de modo a afastar a tentação de conferir credibilidade a certas leituras do social que tendem a interpretar o social em termos não sociais, constituindo-se, por isso, em obstáculos ao conhecimento científico: ora remetendo as explicações para as esferas do natural e do individual, ora baseando as explicações em concepções etnocêntricas, ora ainda recorrendo a evidências do senso comum para explicar fenómenos sociais que, sendo complexos, não poderão ser explicados de forma rápida e simples, uma vez que explicações rápidas e simples se revelam, normalmente, erradas. Encontrando-se o cientista do social na situação particular de ser simultaneamente sujeito e objecto de investigação, os obstáculos – com que porventura possa deparar ao longo do processo de investigação – não se situam noutro lugar que não seja na sua própria cabeça. Nessa medida, afastar

*“(...) as ideias preconcebidas, interrogando as evidências, é uma atitude indispensável a qualquer tipo de pesquisa e o primeiro obstáculo epistemológico é, quase sempre, a familiaridade com o objecto de análise, pelo que o foco da curiosidade sociológica é sempre um objecto reconstruído.” (Guerra, 2006: 37).*

Não se está a propor, porém, a via “explicativa” como sendo a via válida para a abordagem dos factos sociais, o que significaria tratá-los como “coisas” e, nessa medida, considerá-los como “*exteriores aos indivíduos*” (Durkheim, 1980). Com efeito, independentemente do tipo de relações consideradas – sejam pessoais, sejam

profissionais –, as maneiras de agir, de pensar e de sentir não têm apenas “*uma realidade exterior aos indivíduos que, em cada momento do tempo, a elas se conformam*” (Durkheim, 1980, p. 23), elas são vividas pelos próprios indivíduos e, deste modo, constituem as próprias relações. A sociedade deixa de ser tratada de “*uma forma quase mística, como uma espécie de “superentidade” perante a qual os membros individuais mostrariam, muito apropriadamente, uma atitude de reverência.*” (Giddens, 2005, p. 9). Esta mesma perspectiva é partilhada por Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (2008, p. 48) ao considerarem que, sendo o “*mundo humano*” o objecto da análise, então necessariamente

*“Os factos sociais não são ‘coisas’ e a sociedade não é um organismo natural, mas sim um artefacto humano. Do que se precisa é de compreender o significado dos símbolos sociais artefactuais e não explicar as realidades sociais ‘externas’. O ponto de vista ‘objectivo’ ou ‘neutro’, recomendado pelo positivismo, é uma impossibilidade metodológica e uma ilusão ontológica: estudar o social é compreendê-lo (o que não se torna possível sem o reviver); o objecto social não é uma realidade exterior – é uma construção subjectivamente vivida.”*

Também Berger e Luckman (1999, pp. 71-72, 98-101, 192-193), a propósito da relação entre o homem e o mundo social, parecem apontar no mesmo sentido, ao referirem que:

*“É importante ter em mente que a objectividade do mundo institucional, por mais tangível que pareça ao indivíduo, é uma objectividade produzida e construída pelo homem. (...) apesar da objectividade que marca o mundo social na experiência humana, ele não adquire por isso um estatuto ontológico desligado da actividade humana que o produziu. O paradoxo, que consiste no facto do homem ser capaz de produzir um mundo que depois vivencia como algo não humano (...) é importante sublinhar que a relação entre o homem, o produtor, e o mundo social, o seu produto, é e permanece uma relação dialéctica, ou seja, o homem (claro que não isolado mas em colectividade) e o seu mundo social, interagem um com o outro. (...) O mundo reificado é por definição um mundo desumanizado. É sentido pelo homem como uma factualidade estranha, uma opus alienum sobre a qual não tem controlo, em vez de ser sentido como opus proprium da sua actividade produtora. (...) a nossa perspectiva é não positivista, se o positivismo for entendido como uma posição*

*filosófica que define o objecto das ciências sociais legislando de modo a iludir os seus mais importantes problemas.”*

Tendo a opção teórica orientadora da presente investigação recaído numa perspectiva sociológica compreensiva que – dando atenção à diversidade de tipos de acção – considera toda a conduta humana dotada de um significado subjectivo dado por quem executa e orienta essa acção, atribuindo, nessa medida, importância ao pensamento reflexivo em termos de transformação social e, sendo assim, privilegiando a análise dos motivos e não tanto das causas que levam os indivíduos a agir, foram retiradas daí consequências ao nível das opções a tomar em matéria de dispositivos metodológicos, epistemológicos e técnicos, conferindo assim coerência ao todo que o processo de investigação constitui.

Em matéria metodológica, ao analisar os pressupostos, princípios e procedimentos que moldam a investigação, considerou-se, uma vez que o propósito era obter as justificações, os protestos, as denúncias, as reivindicações do maior número possível de Animadores Socioculturais de formação superior, a estratégia de pesquisa extensiva a mais ajustada ao objecto de estudo.

Em matéria epistemológica, procurou-se, através de uma atitude de vigilância, afastar falsas leituras e ideias preconcebidas acerca da Animação Sociocultural, promovendo, deste modo, a qualidade da prática científica.

Em matéria técnica, tendo em conta a estratégia de pesquisa adoptada, optou-se pela utilização de um inquérito por questionário que, para além de conter áreas de observação de carácter quantitativo, inclui uma área contendo cenários que encerram dilemas de ordem profissional e em relação aos quais os Animadores Socioculturais inquiridos assumem uma pluralidade de formas de fazer o comum na Animação Sociocultural, permitindo, desta maneira, uma análise quantitativa e, ao mesmo tempo, uma análise qualitativa.

Optou-se, ao mesmo tempo, como forma de conferir maior qualidade às informações fornecidas pelo inquérito por questionário, por uma entrevista semiestruturada, considerando-se que estes dois instrumentos, ao serem usados em

simultâneo, constituem um bom complemento um do outro e, sendo assim, ajustados à fase empírica da investigação.

O presente trabalho sociológico levantou, pois, questões teóricas, epistemológicas e, necessariamente, metodológicas, constituindo estas últimas, através de uma atitude de vigilância permanente, a envolvente de todo o trabalho de investigação, registando-se entre todas elas, conforme Bourdieu (1989, p. 24) faz questão de sublinhar, uma relação de grande interdependência:

*“(...) a divisão ‘teoria’/‘metodologia’ constitui em oposição epistemológica uma oposição constitutiva da divisão social do trabalho científico num dado momento (...). Penso que se deve recusar completamente esta divisão (...). Com efeito, as opções técnicas mais empíricas são inseparáveis das opções mais ‘teóricas’ de construção do objecto. É em função de uma certa construção do objecto que tal método de amostragem, tal técnica de recolha ou de análise dos dados, etc. se impõe.”*

#### **IV.1 – Em síntese:**

Tendo a opção teórica orientadora da presente investigação recaído numa perspectiva sociológica compreensiva, foram retiradas daí consequências ao nível das opções a tomar em matéria de dispositivos metodológicos, epistemológicos e técnicos, conferindo assim coerência ao todo que o processo de investigação constitui. Em matéria metodológica, ao analisar os pressupostos, princípios e procedimentos que moldam a investigação, considerou-se a estratégia de pesquisa extensiva a mais ajustada ao objecto de estudo, uma vez que o propósito era obter as justificações, os protestos, as denúncias, as reivindicações do maior número possível de Animadores Socioculturais de formação superior. Em matéria epistemológica, procurou-se, através de uma atitude de vigilância, afastar falsas leituras e ideias preconcebidas acerca da Animação Sociocultural, promovendo, deste modo, a qualidade da prática científica. Em matéria técnica, tendo em conta a estratégia de pesquisa adoptada, optou-se pela utilização de um inquérito por questionário que, para além de conter áreas de observação de carácter quantitativo, inclui uma área contendo cenários que encerram dilemas de ordem profissional e em relação aos quais os Animadores Socioculturais



inquiridos assumem uma pluralidade de formas de fazer o comum na Animação Sociocultural, permitindo, desta maneira, uma análise quantitativa e, ao mesmo tempo, uma análise qualitativa. Optou-se, ao mesmo tempo, como forma de conferir maior qualidade às informações fornecidas pelo inquérito por questionário, por uma entrevista semiestruturada, considerando-se que estes dois instrumentos, ao serem usados em simultâneo, constituem um bom complemento um do outro e, sendo assim, ajustados à fase empírica da investigação.

#### ***IV.2 – Procedimentos na preparação do trabalho empírico***

A etapa exploratória da presente investigação consistiu, por um lado, em reunir informações e dados por via documental<sup>134</sup> e por via de entrevistas a uma amostra de informadores privilegiados<sup>135</sup> e, por outro lado, numa progressiva aproximação à problemática teórica através do recurso a bibliografia considerada pertinente para a delimitação do objecto.

A construção do objecto de estudo foi sendo feita a partir da recolha de dados e da sua análise, pelo que o primeiro desenho do objecto assumiu um carácter descritivo, interrogando, porém, na linha das indicações dadas por Guerra (2006, p. 37), as evidências acerca da Animação Sociocultural e, desse modo, procurando afastar falsas leituras e ideias preconcebidas resultantes da familiaridade com esta área de actividade.

Se numa primeira fase do processo exploratório de construção do objecto se recorreu, fundamentalmente, a informação empírica indutivamente analisada resultante da análise de documentos, numa segunda fase procedeu-se a um aprofundamento dessa mesma construção, através da análise de entrevistas e, concomitantemente, através do recurso a bibliografia relevante em termos do objecto que se pretendia construir.

A recolha de informações e de dados de carácter documental sobre a Animação Sociocultural, acompanhadas das indicações fornecidas por via das entrevistas

---

<sup>134</sup> Monografias, publicações periódicas, actas de congressos, seminários e encontros, fóruns de discussão e blogs.

<sup>135</sup> Foram efectuadas, na fase exploratória da investigação, oito entrevistas ao longo do mês de Julho de 2010: quatro a Animadores Socioculturais com formação superior, duas a professores do curso de

exploratórias efectuadas e, ainda, pelas perspectivas teóricas mobilizadas, permitiram uma aproximação à maneira como os Animadores Socioculturais orientam as suas acções, servindo, nessa medida, de ponto de referência no trabalho de investigação empírica que se seguiu.

A fase exploratória da investigação permitiu sugerir que o corpo dos Animadores Socioculturais não afirma uma vontade única. São diversas as tomadas de posição que, a partir das experiências situadas (Dewey<sup>136</sup>, citado por Quéré & Terzi, 2015), os actores assumem nas disputas em que se envolvem em torno das licenças profissionais e do mandato profissional, dos modelos de formação que lhes estão associados, do estatuto profissional, bem como são diversas as justificações que apresentam em congressos, seminários, encontros, jornais, revistas, fóruns de discussão, petições e blogs.

Já quanto às perspectivas teóricas que foram servindo de ancoragem ao processo de investigação, elas repartem-se, sobretudo, por duas grandes dimensões: uma primeira, apresentando o pano de fundo em que presentemente se estabelecem as relações profissionais; uma segunda, tomando em consideração as lógicas de acção que se encontram na base das justificações prestadas e/ou das operações críticas produzidas pelos vários actores envolvidos nas controvérsias públicas em torno das problemáticas suscitadas pela Animação Sociocultural.

#### **IV.2 – Em síntese:**

A recolha exploratória de informações e de dados de carácter documental sobre a Animação Sociocultural, acompanhada das indicações fornecidas por via das entrevistas efectuadas a uma amostra de informadores privilegiados e, ainda, pelas perspectivas teóricas mobilizadas, permitiram uma aproximação à maneira como os Animadores Socioculturais orientam as suas acções, servindo, nessa medida, de ponto de referência no trabalho de investigação empírica que se seguiu.

---

licenciatura em Animação Sociocultural, uma a um dirigente associativo e uma a um estudante finalista do curso de licenciatura em Animação Sociocultural.

<sup>136</sup> DeweyJ. (2005 [1934]). *L'Art comme expérience*. Paris: Publications de l'Université de Pau/Éditions Farrago.

### ***IV.3 – Instrumentos técnicos de recolha de dados***

Entre as várias técnicas de recolha de dados disponíveis, tendo em consideração a estratégia definida para trabalhar a maneira como os Animadores Socioculturais se envolvem nas disputas em torno dos problemas suscitados pela Animação Sociocultural, optou-se pela utilização de um inquérito por questionário contendo, para além de outras, uma área de observação em que os inquiridos, colocados perante vários cenários que encerram dilemas de ordem profissional, expressaram as suas diversas posições (*apêndice A*); ao mesmo tempo, optou-se por uma entrevista semiestruturada (*apêndice B*), em que os entrevistados foram chamados a reflectir sobre várias dimensões das suas experiências de trabalho.

Reconhecendo-se o alcance diferenciado do questionário e da entrevista, considerou-se que, ao serem usados em simultâneo, constituiriam um bom complemento um do outro (Almeida & Pinto, 1980; Ghiglione & Matalon, 1993) e, sendo assim, ajustados à fase empírica da investigação. Enquanto o questionário se ajusta a uma estratégia de natureza predominantemente quantitativa, a entrevista ajusta-se a uma estratégia de natureza qualitativa. Significa que a prática do inquérito – nas suas duas versões – torna possível a captação dos motivos que levam os actores a agir, sendo por isso inconsistente, tal como Ghiglione e Matalon (*ibid.*) referem, a crítica de que a utilização deste instrumento se inscreveria na tradição “*explicativa*” da Sociologia que concebe a acção social como susceptível de ser observada exteriormente, ou seja, uma tradição que considera as causas e não os motivos do comportamento.

Na verdade, a utilização da entrevista, colocando os Animadores Socioculturais em situação de serem analistas do passado, do presente e do futuro das suas próprias vidas profissionais, permitiu, através dos seus testemunhos individuais, a obtenção de informações particularmente significativas sobre o modo como percebem as várias problemáticas que afectam a Animação Sociocultural enquanto actividade profissional, elucidando os resultados quantitativos fornecidos pelo questionário nas suas várias vertentes de observação.

Na opção técnica que se tomou, também foi tida em conta a opinião de Ferreira, citada por Silva e Pinto (1986, p. 193), que considera que o

*“inquérito continua a ser o único instrumento que permite detectar a presença e a intensidade de certas características e práticas de vastos conjuntos de indivíduos em níveis adequados de eficácia e eficiência (...)” [entendendo que] “(...) é uma das vias de acesso às racionalizações que os sujeitos fazem das suas escolhas e das suas práticas e é o único processo de obtenção de elementos sobre comportamentos passados e presentes que escapam totalmente a outras formas de observação”<sup>137</sup>.*

Ainda de acordo com a opinião da mesma autora (cit. in *ibid*, p. 193) e de modo a potenciar a eficácia das técnicas de recolha de dados utilizadas, aceitou-se como desejável a *“acumulação da qualidade de investigador com a de inquiridor, de modo a diminuir a cadeia de filtragem entre a resposta e o ‘dado’ e o aprofundamento da uniformização controlada das decisões que dirigem o processo de produção de dados”*.

Preparação, difusão e recolha do questionário:

Na preparação do inquérito por questionário, tendo em conta o propósito da investigação, consideraram-se sete vertentes de observação:

- uma primeira, incluindo questões com vista à caracterização da população inquirida: género, idade, designação do curso frequentado, estabelecimento de ensino onde foi obtida a formação, zona do país onde é exercido o trabalho e nível de escolaridade e de qualificação profissional do pai e da mãe;
- uma segunda, considerando questões relacionadas com o curso de Animação Sociocultural: em que medida o curso prepara para a vida profissional, se há ou não arrependimento em relação à escolha feita e se o curso é ou não recomendável a pessoas próximas;
- uma terceira, composta por questões respeitantes à actividade profissional actual: relação entre o curso e a actividade exercida, tipo de organização onde é exercido o trabalho, classificação profissional, vínculo contratual, nível salarial, relação entre o salário e o trabalho efectuado, acumulação do trabalho actual com outros trabalhos, frequência de acções de formação

---

<sup>137</sup> “O Inquérito por Questionário na Construção de Dados Sociológicos”.

profissional, grau de satisfação em relação a vários aspectos do trabalho actual e a maneira como os familiares e amigos consideram o trabalho de animação;

- uma quarta, sobre o primeiro emprego: tempo de demora a encontrar o primeiro emprego e tipo de vínculo contratual estabelecido;
- uma quinta, sobre as mudanças de emprego: número de vezes em que houve mudança de emprego e avaliação do emprego actual em comparação com empregos anteriores;
- uma sexta, sobre a Animação Sociocultural: garantias dadas a pessoas que estejam a ponderar trabalhar na área da Animação Sociocultural, projecto profissional, associativismo profissional, opinião sobre vários aspectos relacionados com a Animação Sociocultural;
- uma sétima, colocando os inquiridos perante cenários que encerram dilemas de ordem profissional, pô-los a avaliar a sua actividade e a reflectir sobre as posições que assumem em relação a esses cenários, permitindo, desse modo, identificar os dispositivos/gramáticas em que assentam essas mesmas posições.

Ao longo da redacção do questionário, tomaram-se alguns cuidados habituais na construção de instrumentos de recolha de dados desta natureza. Desde logo, que a formulação das perguntas não induzisse a resposta e, ao mesmo tempo, que o seu encadeamento respeitasse uma sequência lógica.

Com a finalidade de aferir da pertinência das perguntas (de modo a adequá-las o mais possível à informação pretendida), bem como de aferir da maneira como estas se encontravam formuladas (com vista a proceder a ajustamentos na linguagem utilizada), procedeu-se a testagem do questionário, tendo o mesmo sido testado por 10 Animadores Socioculturais não incluídos na amostra final e com um nível de experiência acima dos seis anos em organizações de apoio social a crianças e idosos.

A testagem revelou-se útil. Ela permitiu detectar algumas lacunas, tendo sido acrescentadas e retiradas algumas perguntas, assim como corrigidas outras que apresentavam termos pouco claros, que foram substituídos por não serem acessíveis.

Com vista a otimizar a distribuição e a recolha do questionário, tirou-se proveito do Google Drive, tendo-se gerado um link que permitiu, entre os meses de Maio e Julho de 2017, a difusão do questionário por via de pessoas de referência em vários estabelecimentos de ensino superior que ministram cursos de licenciatura, de mestrado e de doutoramento na área da Animação Sociocultural: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre e, ainda, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja.

Refira-se, ao mesmo tempo, que o contributo dado pela *APDASC-Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural* se revelou crucial ao difundir o questionário pelos seus associados.

Foram validados um total de 103 questionários, tendo o recurso ao Google Drive permitido, à medida que as respostas iam surgindo, a sua inserção automática na base de dados SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) e a sua posterior análise estatística.

A avaliação do grau de fidedignidade do questionário apontou para a consistência interna das perguntas que o constituem. Esta avaliação foi efectuada através do coeficiente *Alpha de Cronbach* que mede a capacidade explicativa de uma determinada variável ou factor pelas perguntas que a compõem. Quando o valor de *Alpha de Cronbach* é superior a .70 é lícito afirmar que as variáveis em causa são bem explicadas pelas perguntas consideradas. A análise foi efectuada para o conjunto das 37 perguntas, obtendo-se um *Alpha de Cronbach* de .86. Ora, de acordo com Kline (1993, p. 10-11), esta análise deve ser feita com uma amostra “*of suficiente size to minimize statistical error. A minimum sample size would be 100 subjects (...) alphas should never drop below .70*”.

#### Preparação e realização da entrevista:

A opção por uma entrevista semi-estruturada, instrumento que se situa “*a meio-caminho entre um conhecimento completo e anterior da situação por parte do investigador (...) e uma ausência de conhecimento*” (Ghiglione & Matalon, 1993, pp. 93-94), teve como propósito, como atrás se disse, a clarificação do sentido lógico que os indivíduos inquiridos encontram para explicar algumas das suas posições assumidas relativamente às várias problemáticas que a Animação Sociocultural encerra, conferindo, assim, maior qualidade aos dados fornecidos pelo questionário.

Nesse sentido, foram efectuadas seis entrevistas na primeira quinzena do mês de Setembro de 2018, cada uma com uma duração média de 30 minutos, tendo a selecção recaído aleatoriamente no conjunto dos 40 inquiridos que manifestaram disponibilidade para serem entrevistados e que, para o efeito, deixaram o seu contacto no fim de terem respondido às várias questões incluídas no questionário. Todas as seis entrevistas decorreram no local de trabalho dos/as entrevistados/as. No final da sexta entrevista, tomou-se a decisão de fechar a amostra por saturação. E uma vez que a saturação é definida como um instrumento epistemológico que determina quando as observações deixam de ser necessárias, pois nenhum novo elemento permite ampliar o número de propriedades do objecto investigado, considerou-se que se atingiu o ponto de saturação, pois nenhum dado adicional possibilitaria acrescentar informações para além das informações já fornecidas pelos seis Animadores entrevistados (Thiry-Cherques, 2009 e Glaser & Strauss, 1967).

#### **IV.3 – Em síntese:**

Tendo em consideração a estratégia definida para trabalhar a maneira como os Animadores Socioculturais se envolvem nas disputas em torno dos problemas suscitados pela Animação Sociocultural, optou-se pela utilização de um inquérito por questionário contendo, para além de outras, uma área de observação em que os inquiridos, colocados perante vários cenários que encerram dilemas de ordem profissional, expressaram as suas diversas posições; ao mesmo tempo, optou-se por uma entrevista semiestruturada, em que os entrevistados foram chamados a reflectir sobre várias dimensões das suas experiências de trabalho.

#### ***IV.4 – População alvo da investigação***

Em termos de investigação empírica, a população analisada é constituída por indivíduos com formação superior em Animação Sociocultural e a exercer actividade em diferentes contextos de trabalho do território português. Com excepção do Algarve, foram obtidas respostas ao inquérito por questionário das Unidades Territoriais<sup>138</sup> do Norte, do Centro, de Lisboa, do Alentejo e das Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

Não se conhece o universo de Animadores Socioculturais de formação superior em Portugal. O único dado disponível resulta do Censo Nacional de Animadores de formação superior, promovido pela APDASC-*Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural* e que indica um total de 313 Animadores. Tendo em conta o número de estabelecimentos de ensino superior que nas últimas três décadas passaram a incluir na sua oferta formativa o curso de licenciatura em Animação Sociocultural, admite-se que o total de Animadores recenseados esteja muito aquém do seu universo.

### ***CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS***

#### ***V.1 – Caracterização geral da população inquirida***

A Animação Sociocultural conheceu profundas mudanças nas últimas quatro décadas. Para além de ter evoluído, como refere Lopes (2015), de uma formação iminentemente prática nos anos 70 e 80 para um modelo teórico-prático (com a criação dos cursos de Animação de nível secundário e superior) e de ter conhecido uma mudança em termos da sua intervenção (de um Animador militante e polivalente evoluiu para um perfil técnico de Animador), a Animação conheceu, ainda, uma alteração em termos de género, de uma actividade predominantemente masculina para uma actividade em que se assiste a um domínio feminino. Tal como indica o *quadro I*, das respostas obtidas por via do inquérito por questionário, 75,7% foram dadas por mulheres e 24,3% por homens.

---

<sup>138</sup> Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro – estabelece os níveis de Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS).



**QUADRO I**  
**DISTRIBUIÇÃO DOS ANIMADORES POR CURSO SEGUNDO O GÉNERO**

Curso	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Animação Sociocultural	11 16,7%	55 83,3%	66 100,0%
Animação Cultural e Educação Comunitária	4 30,8%	9 69,2%	13 100,0%
Animação Socioeducativa	5 41,7%	7 58,3%	12 100,0%
Animação e Intervenção Sociocultural	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%
Animação Cultural	0 0,0%	1 100,0%	1 100,0%
Animação Educativa e Sociocultural	4 44,4%	5 55,6%	9 100,0%
Total	25 24,3%	78 75,7%	103 100,0%

Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

Trata-se de uma população que apresenta uma média de idades situada nos 34 anos (mínima 21 anos, máxima 61 anos), verificando-se, conforme indica o *quadro II*, que 63,2% dos inquiridos têm no máximo até 35 anos, 33% entre os 36 e os 50 anos e 3,9% com uma idade superior a 50 anos.

**QUADRO II**  
**DISTRIBUIÇÃO DOS ANIMADORES POR CURSO SEGUNDO AS IDADES**

		Intervalos Idade								
		20-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	56-60	61-65	Total
Curso	Animação Sociocultural	16	7	21	9	5	5	3	0	66
		24,2%	10,6%	31,8%	13,6%	7,6%	7,6%	4,5%	0,0%	100,0%
	Animação Cultural e Educação Comunitária	2	1	5	4	0	0	0	1	13
		15,4%	7,7%	38,5%	30,8%	0,0%	0,0%	0,0%	7,7%	100,0%
	Animação Socioeducativa	0	1	3	4	3	1	0	0	12
		0,0%	8,3%	25,0%	33,3%	25,0%	8,3%	0,0%	0,0%	100,0%
	Animação e Intervenção Sociocultural	0	0	2	0	0	0	0	0	2
		0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Animação Cultural	0	0	1	0	0	0	0	0	1	
	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
Animação Educativa e Sociocultural	0	2	4	0	1	2	0	0	9	
	0,0%	22,2%	44,4%	0,0%	11,1%	22,2%	0,0%	0,0%	100,0%	
Total		18	11	36	17	9	8	3	1	103
		17,5%	10,7%	35,0%	16,5%	8,7%	7,8%	2,9%	1,0%	100,0%

Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

Em termos da sua distribuição (*quadro III*), segundo a zona do país em que trabalham, 40,8% concentram-se na Área Metropolitana de Lisboa, seguindo-se as zonas Centro e Norte com, respectivamente, 26,2% e 21,4%.

**QUADRO III**  
**DISTRIBUIÇÃO DOS ANIMADORES POR CURSO SEGUNDO A ZONA**  
**DO PAÍS EM QUE TRABALHAM**

		Região							
		Área Metropolitana de Lisboa							
		Norte	Centro	Alentejo	RAM	RA Açores	Total		
Curso	Animação Sociocultural	14	17	27	6	1	1	66	
		21,2%	25,8%	40,9%	9,1%	1,5%	1,5%	100,0%	
	Animação Cultural e Educação Comunitária	3	1	8	1	0	0	13	
		23,1%	7,7%	61,5%	7,7%	0,0%	0,0%	100,0%	
	Animação Socioeducativa	3	8	1	0	0	0	12	
		25,0%	66,7%	8,3%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
	Animação e Intervenção Sociocultural	1	0	1	0	0	0	2	
		50,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
	Animação Cultural	1	0	0	0	0	0	1	
		100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
	Animação Educativa e Sociocultural	0	1	5	3	0	0	9	
		0,0%	11,1%	55,6%	33,3%	0,0%	0,0%	100,0%	
	Total		22	27	42	10	1	1	103
			21,4%	26,2%	40,8%	9,7%	1,0%	1,0%	100,0%

Fonte: Inquérito por Questionário - 2017

A crescente oferta formativa ao nível do ensino superior, verificada a partir dos anos 90 do século passado, passou, segundo Conde (2015, pp. 59-60), a contemplar especificações várias e, acabando por exceder as necessidades do mercado, não teve em conta os constrangimentos em matéria de contratação, o que fez com que o emprego dos Animadores Socioculturais ficasse, ainda segundo este autor, quase que exclusivamente circunscrito às

*“(...) IPSS e instituições, dedicadas sobretudo a actividades de tempos livres, que procuram profissionais baratos, disponíveis para diferentes funções (muitas destas distantes dos conteúdos profissionais de um ASC) e pouco mais. (...) este contexto fomentou também a formação de “faz todos” que se têm que desdobrar em milhentos contorcionismos de práticas e de actividades para as quais não têm conhecimentos, capacidades ou vocação e que põem em causa todo um processo sério de construção e afirmação de uma profissão.”*

É essa a tendência indicada pelos dados obtidos por via do inquérito por questionário: uma grande variedade de especificações, com várias escolas superiores a oferecer a formação (*quadro IV*).

**QUADRO IV**  
**DISTRIBUIÇÃO DOS ANIMADORES POR CURSO SEGUNDO A ESCOLA DE FORMAÇÃO**

Curso	Escola															Total
	ESE Lisboa	ESE Santarém	ISCE Odiveias	ESE Coimbra	Instituto Piaget - ...	Instituto Piaget - Vila Nova de ...	ESE Beja	ESAP - Escola ...	UTAD	ESE Setúbal	ESE Guarda	ESE Portalegre	ESE Castelo ...	Escola Superior Arte e ...	Instituto Piaget - ...	
Animação Sociocultural	20	0	6	0	3	3	12	6	2	0	3	1	2	0	8	66
	19,4%	0,0%	5,8%	0,0%	2,9%	2,9%	12%	5,8%	1,9%	0,0%	2,9%	1,0%	1,9%	0,0%	7,8%	64,1%
Animação Cultural e Educação Comunitária	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13
	0,0%	12,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	12,6%
Animação Socioeducativa	0	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12
	0,0%	0,0%	0,0%	12%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	11,7%
Animação e Intervenção Sociocultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,9%
Animação Cultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%	0,0%	1,0%
Animação Educativa e Sociocultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	9
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,7%	0,0%	0,0%	0,0%	8,7%
Total	20	13	6	12	3	3	12	6	2	2	3	10	2	1	8	103
	19,4%	12,6%	5,8%	12%	2,9%	2,9%	12%	5,8%	1,9%	1,9%	2,9%	9,7%	1,9%	1,0%	7,8%	100%

Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

O mesmo sucede com o exercício da actividade. Na maior parte dos casos, é exercida em Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras instituições de apoio social (*gráfico VIII, apêndice C*), o que confirma os dados obtidos na fase exploratória da investigação. Em matéria de relações de trabalho, contrariamente à indicação dada por Lopes (2006) para a necessidade dos Animadores se prepararem para um novo modelo “*assente no trabalho em rede e não no trabalho por conta de outrem*”, o certo é que continua a prevalecer o trabalho por conta de outrem, integrando, porém, conceitos associados ao modelo do “*novo espírito do capitalismo*” (Boltanski & Chiapello, 1999), como sejam os conceitos de polivalência, mobilidade, adaptabilidade e colaboração.

No que respeita à origem social dos inquiridos, grande parte provém de famílias com escassos recursos escolares e profissionais. Em matéria escolar, o que sobressai é o baixo o nível de escolaridade apresentado pelos pais dos inquiridos (*gráfico I, apêndice C*): a maioria apresenta como habilitação máxima o 3.º ciclo do ensino básico.

A par da baixa escolaridade, é baixo o nível de qualificação dos pais da população inquirida. É notório que parte das actividades exercidas requerem um baixo nível de qualificação (*gráfico II: apêndice C*). No caso dos pais, as actividades exercidas incluem-se, predominantemente, nos grupos 5 e 7 da *Classificação Portuguesa das Profissões 2010*: “Trabalhadores dos Serviços Pessoais, Protecção,

Segurança e Vendedores”, e “Trabalhadores Qualificados da Indústria, Construção e Artífices”, respectivamente. No caso das mães, as actividades exercidas situam-se, em grande parte, nos grupos 5 e 9: “Trabalhadores dos Serviços Pessoais, Protecção, Segurança e Vendedores” e “Trabalhadores Não Qualificados”, respectivamente.

Estes dados não são surpreendentes, considerando, num plano mais alargado, quer o baixo nível de escolarização da população portuguesa, quer o seu baixo nível de qualificação profissional. Embora nos últimos anos a formação escolar tenha tido um incremento significativo, esse nível é ainda muito baixo, quando comparado com o dos demais cidadãos dos países da União Europeia, o que pode querer dizer que o perfil de baixa instrução escolar das pessoas beneficiárias dos serviços das organizações de apoio social a pessoas idosas, em que a maioria dos Animadores Socioculturais trabalha, não conhecerá grandes alterações nos próximos anos.

Os valores respeitantes à população que atingiu os níveis secundário e superior de escolaridade, quando equacionados em termos internacionais, deixam entrever um longo caminho a vencer. Basta, para isso, tomar por referência o grupo etário dos 25 aos 64 anos, no período de 2005 a 2013, para verificar que Portugal não deixou de estar no patamar inferior do elenco de países que compõem a União Europeia como mostram os dois quadros seguintes:

**QUADRO V**  
**POPULAÇÃO COM ENSINO SECUNDÁRIO DE EDUCAÇÃO**  
**(12.º ANO) NO GRUPO DE IDADE 25-64 ANOS**  
**(%)**

<b>HOMENS E MULHERES</b>									
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>UE</b>	69,4	69,9	70,7	71,4	72,0	72,4	72,7	73,2	73,7
<b>PORTUGAL</b>	26,5	27,6	27,5	28,2	29,9	31,9	32,1	32,3	32,3

Fonte: EUROSTAT, 2015

**QUADRO VI**  
**POPULAÇÃO COM ENSINO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**  
**NO GRUPO DE IDADE 25-64 ANOS**  
**(%)**

<b>HOMENS E MULHERES</b>									
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>UE</b>	22,5	23	23,5	24,3	25,2	25,9	26,2	26,7	27,1
<b>PORTUGAL</b>	12,8	13,5	13,7	14,3	14,7	15,4	15,8	15,9	16,1

Fonte: EUROSTAT, 2015

Sabe-se que o baixo nível de escolaridade e de qualificação profissional constituem uma causa estrutural do atraso de Portugal. Ao ter desperdiçado as oportunidades de desenvolvimento proporcionadas pelas três primeiras revoluções industriais (carvão, petróleo, computação e internet), importaria que as oportunidades conferidas pela quarta revolução industrial em curso (digitalização, robotização, nanotecnologia, biotecnologia) fossem aproveitadas de modo a que o país pudesse ser colocado na linha da frente do desenvolvimento. Para isso, impunha-se um esforço acrescido em matéria educacional, traduzido, segundo Carneiro, Caraça e São Pedro (2000), em recuperar em vinte anos – 2000 a 2020 – vinte décadas de atraso educativo. Ora, os indicadores existentes sobre o estado da educação dos jovens e adultos em Portugal, fornecidos pelas instâncias nacionais e internacionais, permitem concluir que esse objectivo ficará por alcançar, com todas as consequências que tal incumprimento acarretará em matéria de desenvolvimento. Esta mesma preocupação é exposta no relatório da OCDE de 2017 sobre a economia portuguesa ao apontar o aumento das qualificações escolares dos portugueses como a chave para alcançar níveis mais elevados de bem-estar e de prosperidade, recomendando uma

*“avaliação rigorosa a todos os programas de ensino e formação vocacional/profissional”; [a] “unificação dos diferentes sistemas de formação vocacional criando um único sistema dual de ensino e formação vocacional, que inclua uma componente de aprendizagem em contexto laboral nas empresas”; [um maior] “apoio individualizado e uma forma mais atempada aos estudantes em risco de repetir o ano a fim de reduzir a taxa de reprovção escolar”; [a necessidade de] “melhorar a formação dos professores e direccionar os recursos para o ensino básico e pré-escolar”; [a necessidade de] “aumentar a educação de adultos e os*

*programas de regresso à escola com o intuito de ajudar os desempregados e as pessoas que têm a necessidade de adquirir qualificações relevantes.” (Portugal 2017 OECD Economic Survey – Aumentar o Crescimento e o bem estar from OECD, Economics Department).*

#### **V.1 – Em síntese:**

A Animação Sociocultural conheceu profundas mudanças nas últimas quatro décadas. Evoluiu de uma formação iminentemente prática nos anos 70 e 80 para um modelo teórico-prático com a criação dos cursos de Animação de nível técnico-profissional e superior. Conheceu uma mudança no campo da sua intervenção, de um Animador militante e polivalente evoluiu para um perfil técnico de Animador. Em termos género, passou de uma actividade predominantemente masculina para uma actividade em que se assiste a um domínio feminino. Relativamente às idades, trata-se de uma população jovem. Em termos da sua distribuição, segundo a zona do país em que trabalha, a Área Metropolitana de Lisboa é a zona de maior concentração, seguindo-se as zonas Centro e Norte. A crescente oferta formativa ao nível do ensino superior, verificada a partir dos anos 90 do século passado, passou a contemplar especificações várias e acabou por exceder em muito as necessidades do mercado, o que fez com que o emprego dos Animadores Socioculturais ficasse quase exclusivamente circunscrito às Instituições Particulares de Solidariedade Social. Continua a prevalecer o trabalho por conta de outrem, integrando, porém, conceitos associados ao modelo do “*novo espírito do capitalismo*”, como sejam os conceitos de polivalência, mobilidade, adaptabilidade e colaboração. No que respeita à origem social dos inquiridos, grande parte provém de famílias com escassos recursos escolares e profissionais.

#### **V.2 – Curso de Animação Sociocultural e vida profissional**

É de uma maneira positiva que os inquiridos avaliam os vários contributos que o curso de Animação Sociocultural lhes proporcionou em termos da vida profissional (*gráfico III, apêndice C*), pondo em causa as declarações pessimistas de alguns dos porta-vozes da Animação Sociocultural retiradas dos documentos analisados na fase exploratória da investigação. Dão especial destaque aos que se prendem com: a) a

integração na vida activa, actuando como um importante mecanismo de inclusão, particularmente no contexto actual em que os níveis de desemprego são elevados; b) a aquisição de métodos de trabalho profissional, contribuindo para o desenvolvimento profissional e pessoal dos Animadores, dotando-os de conhecimentos, habilidades e atitudes exigidas para o exercício da Animação Sociocultural; c) a capacidade de tomar decisões em contextos que requerem soluções para situações não previsíveis; d) a capacidade de expressão e comunicação, o desenvolvimento de sentido crítico; e) a capacidade de análise e de síntese.

Pese embora a avaliação seja positiva, não deixa de ser contrastante que a opção de 43% dos inquiridos, caso tivessem de escolher novamente, não voltasse a recair no curso de Animação Sociocultural (*gráfico IV, apêndice C*), sendo apresentadas para esta não opção razões relacionadas com a fraca estabilidade profissional que se faz sentir ao nível da relação contratual, com o baixo nível de remuneração praticado, com as escassas oportunidades de promoção e, ainda, com a dificuldade em fixar a “*jurisdição profissional*” (Abbott, 1988), o que se traduz numa indefinição das fronteiras da sua acção e, sendo assim, numa ausência de protecção quanto à possibilidade de qualquer pessoa, mesmo não estando certificada, poder exercer a actividade.

Muito embora a opção de 43% dos inquiridos não voltasse a recair no curso de Animação Sociocultural, é curioso que a avaliação da importância do curso em termos profissionais, medida através da sua recomendação a outrem, permite verificar que 65% dos Animadores recomendariam o curso aos filhos ou a pessoas importantes na sua vida, contra 35% que não fariam tal recomendação (*gráfico V, apêndice C*).

A recomendação do curso é apresentada com recurso a um vasto conjunto de justificações. Porém, em todas elas são realçadas as questões da “*justiça e do bem comum*” e da “*proximidade/intimidade*” (Thévenott, 2006). Na verdade, as justificações apresentadas pelos inquiridos para a recomendação do curso, quase todas recaindo sobre a problemática dos afectos, do estar próximo e das das emoções, põem em relevo a sua “*grande abrangência na área social e o seu grande interesse para quem se preocupa com os problemas da sociedade*”, o seu trabalho “*muito próximo das pessoas e da comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social*”, o que “*implica, mais do que uma formação académica adequada, uma forma de estar na vida*

*que obriga a uma actividade, energia e paixão constantes (...)*”, a sua “*ligação humana e social*”, a sua “*maneira diferente de ver o mundo e a vontade de mudar alguma coisa*” e, ainda, o fornecimento de “*ferramentas para a participação enquanto cidadão/ã na sociedade e na organização de respostas colectivas de cariz social, cultural, educativo com potencial participativo e transformador.*”

Por seu turno, as justificações encontradas pelos inquiridos para não recomendar o curso agrupam-se em três grandes categorias. A primeira, relacionada com o emprego: *(...) profissão sem carreira, estagnada e sem margem de progressão*”. A segunda, relacionada com o reconhecimento: “*não é um curso com reconhecimento, nem saída profissional (...), o animador sociocultural ainda é visto como um ‘palhaço’ que anima as pessoas*”, o que aliás é confirmado por um dos Animadores entrevistados ao afirmar:

*“Muitas vezes o Animador é contratado para uma instituição para animar e aqui a palavra, logo à partida, na minha opinião, tem um cariz muito ligado à alegria, à festividade, enquanto a Animação Sociocultural, neste momento, não tem esse cariz. Animar é desenvolver competências nas pessoas... trabalhar com as pessoas.”*  
(entrevista n.º 1, Setembro de 2018: apêndice D).

A terceira, que decorre da falta de reconhecimento, relacionada com o ganho mensal: “*ganhamos o salário mínimo ou o mesmo que um animador de um curso profissional*”, é indicada pelo mesmo Animador entrevistado ao afirmar que “*(...) o ordenado também é (...), por vezes, abaixo do valor atribuído a outros profissionais... com o mesmo grau académico... com licenciatura.*” (entrevista n.º 1 Setembro de 2018: apêndice D), situação de precariedade salarial que, por corresponder a uma desigualdade de tratamento, gera um sentimento de injustiça.

Para os Animadores que apresentam esta postura crítica, o curso só passaria de não recomendável a recomendável caso conhecesse “*inovação no seu reconhecimento, na sua prática, no seu currículo académico e na sua área científica (...), se posicionasse e se diferenciasse de outros agentes de intervenção social, educativa e comunitária*”, exigindo, para isso, que os “*próprios animadores sejam agentes/multiplicadores do seu próprio desenvolvimento, inovação e reconhecimento*”, bem como de um “*maior trabalho de campo, mais contexto prático e teoria científica*



*mais adaptada ao trabalho de animação” e, ainda, de “professores com mais conhecimentos na área”, requisitos que alguns dos Animadores Socioculturais também apontam nas entrevistas que concederam:*

*“O que não gosto é a falta de reconhecimento, (...) esta profissão (...) muitas vezes é vista..., pelos outros e por algumas pessoas, com pouca dignidade, com pouca unidade” (entrevista n.º 1, Setembro de 2018: apêndice D). “(...) estou a lembrar-me de [referência à organização de trabalho] em que em detrimento do Animador Sociocultural colocaram uma Assistente Social e tinham uma Animadora Sociocultural que trabalhou lá sete anos e fez um trabalho notável na comunidade (...)” (entrevista n.º 2, Setembro de 2018: apêndice D). “(...) acho que nós deveríamos ter mais professores Animadores, que não tínhamos assim tantos, acho que só tínhamos um ou dois. Todos os outros eram formados e professores de outras áreas (...)” (entrevista n.º 3, Setembro de 2018: apêndice D). “(...) ao nível do nosso curso, porque lá está, está muito focado na prática e um curso superior não deve ser tão focado na prática, deve ter uma base teórica que nos permita intervir de uma maneira diferente. (...) esta focagem na prática é comum a todos os cursos de Animação. A componente teórica, científica deveria ter maior peso nos planos de estudos, ficaríamos melhor preparados para desenvolver o trabalho enquanto Animadores.” (entrevista n.º 4, Setembro de 2018: apêndice D).*

## **V.2 – Em síntese:**

Os Animadores avaliam de forma positiva os vários contributos que o curso de Animação Sociocultural lhes proporcionou em termos da vida profissional. Dão especial destaque aos que se prendem com a integração na vida activa, a aquisição de métodos de trabalho profissional, a capacidade de tomar decisões, a capacidade de expressão, o desenvolvimento de sentido crítico e, ainda, a capacidade de análise e de síntese. Esta avaliação positiva é reforçada por dois terços dos Animadores que recomendariam o curso aos filhos com a justificação de que se trata de um curso que realça as questões da “*justiça e do bem comum*” e da “*proximidade/intimidade*”. Como que a contrastar com a recomendação feita, está a opção de uma parte significativa dos Animadores de não voltar a escolher o curso de Animação Sociocultural caso tivesse de decidir novamente. As razões apresentadas para não voltar a escolher o curso estão relacionadas com a fraca estabilidade profissional que se faz sentir ao nível da relação

contratual, com o baixo nível de remuneração praticado, com as escassas oportunidades de promoção e, ainda, com a dificuldade em fixar a “*jurisdição profissional*”, o que se traduz numa indefinição das fronteiras da sua acção e, sendo assim, numa ausência de protecção quanto à possibilidade de qualquer pessoa, mesmo não estando certificada, poder exercer a actividade.

### ***V.3 – Emprego em Animação Sociocultural***

Sendo diversos os planos de observação do emprego proporcionado pelo curso de Animação nas suas diferentes designações<sup>139</sup>, recorreu-se à identificação das “*posições ocupadas [pelos Animadores] ao longo da sua dinâmica de incorporação no mercado de trabalho*” (Chaves & Morais, 2016), tendo-se posto em evidência os resultados relacionados com: a relação entre o emprego e a formação obtida; o sector da economia onde a actividade é exercida; a correspondência entre a classificação profissional e a formação superior alcançada; a situação perante o trabalho; os vínculos contratuais e a estabilidade de emprego; as contrapartidas salariais pelo trabalho prestado; as oportunidades de participação em acções de formação profissional; a satisfação no trabalho; o tempo de obtenção do primeiro emprego; a relevância atribuída ao trabalho por parte dos outros significativos.

Assim, nota-se, por um lado, que é elevada a taxa de empregabilidade (*gráfico VI, apêndice C*), o que parece não coincidir com algumas declarações de alguns dos porta-vozes da Animação Sociocultural, obtidas por via documental na fase exploratória da investigação, que apontam para uma excessiva oferta de formação em relação às necessidades do mercado da Animação Sociocultural, com tradução no desemprego declarado que excede largamente a média nacional. Ao mesmo tempo, que o emprego actual ou está directamente relacionado com a formação obtida ou numa área próxima (*gráfico VII, apêndice C*) e, ainda, que é o terceiro sector da economia, constituído pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras instituições de Apoio Social sem fins lucrativos, que concentra grande parte do trabalho dos Animadores, seguindo-se o 1.º e 2.º sectores, constituídos, respectivamente, pelo Estado central e local e pelas

---

<sup>139</sup> Sociocultural, Cultural e Educação Comunitária, Socioeducativa, Intervenção Sociocultural, Cultural e Educativa e Sociocultural.

empresas privadas a operarem no mercado (*gráfico VIII, apêndice C*). Por outro lado, muito embora a maior parte dos Animadores aponte a relação directa ou próxima entre o emprego actual e a formação obtida, o que ressalta, por contraste, é que a maneira como estes se encontram classificados profissionalmente nas organizações onde exercem a actividade não corresponde, em 47% dos casos, à formação superior alcançada (*gráfico IX, apêndice C*), situação que, de acordo com uma das entrevistadas, é comum a muitos Animadores:

*“O que é que eu acho de estar classificada como Monitora?... Bom, isto dava para um... A situação em que me encontro é a situação de muitas outras pessoas, quer nesta instituição, quer em muitas outras instituições.” (entrevista n.º 6, Setembro de 2018: apêndice D).*

Em matéria de trabalho, assiste-se, nos tempos que correm, a uma mudança de paradigma em que a lógica do “*trabalho em rede*”, traduzida na crescente importância que o trabalho de projecto parece estar a ganhar, tende a difundir-se e, sendo assim, a flexibilidade, a capacidade empreendedora, a capacidade de adaptação e a aprendizagem ao longo da vida, ao ter em conta que o conhecimento se encontra em mudança acelerada, são apontados como activos importantes. A avaliar pelos dados obtidos por via do questionário, a tendência que acompanha a Animação Sociocultural parece ser a da adopção de algumas das inovações organizacionais associadas ao “*terceiro espírito do capitalismo*” (Boltanski & Chiapello, 1999). Na verdade, o que prevalece, na quase totalidade dos casos, é uma relação de trabalho incerta, baseada em vínculos contratuais instáveis, em que os Animadores Socioculturais se obrigam, mediante retribuição, a prestar a sua actividade no âmbito de uma organização e sob a autoridade e direcção desta, o que os coloca num quadro de vulnerabilidade perante o risco de não ser dada continuidade à relação de trabalho. Concomitantemente, em termos da organização do trabalho, a Animação Sociocultural tem vindo a adoptar muitos dos dispositivos que constituem o modelo do “*novo espírito do capitalismo*” (*ibid.*, 1999), em que a polivalência, a mobilidade, a adaptabilidade e a colaboração constituem requisitos considerados indispensáveis para lidar com os riscos e as oportunidades do mercado.

A representação das formas instáveis de empregar, à semelhança do que sucede num plano social mais alargado, é, pois, o que caracteriza presentemente a Animação

Sociocultural<sup>140</sup>. Com efeito, a regra que prevalece na relação de trabalho no actual emprego dos Animadores inquiridos – em cerca de 50% dos casos – é o recurso à contratação a termo certo e incerto, aos recibos verdes e à *medida estágios emprego/profissionais*<sup>141</sup> (gráfico X, apêndice C). É esta instabilidade prevalecente na Animação Sociocultural que é alvo das operações críticas por parte de um dos Animadores entrevistados e que, no seu entender, põe em causa a qualidade do trabalho prestado:

*“(...) em termos de necessidades e de oportunidades de trabalho, prendem-se com part-times de 20 horas semanais em lares de terceira idade. A necessidade de construir planos de desenvolvimento individuais e que não é possível, de todo, concluir em 20 horas. Pedem também, habitualmente, Animadores que possam ser “pau para toda a colher”, não só exercer a função de Animadores, mas também de recepção e outras funções que nada têm a ver com a Animação.” (entrevista n.º 6, Setembro de 2018: apêndice D).*

No que respeita ao primeiro emprego (gráfico XIX, apêndice C), é ainda maior a prevalência das formas instáveis de emprego: somente 11% dos Animadores são contratados sem termo. Os restantes, iniciam a actividade ou como contratados a termo incerto e a termo certo ou com contrato de trabalho temporário ou com recibos verdes ou, ainda, na condição de estágio profissional (gráfico XIX, apêndice C), situações que até há relativamente pouco tempo eram consideradas excepcionais e que, tal como atrás é referido, parecem ter ganho o estatuto de regra com a alteração significativa do peso relativo daquilo a que, em matéria de dimensões típicas do emprego tradicional, Dubar (1997, p. 164) chama o “*sector central*” e o “*sector periférico*” do mercado de trabalho: o primeiro, incluindo os trabalhadores que à organização interessaria conservar como forma de assegurar a sua produção normal; o segundo, incluindo os trabalhadores que

---

<sup>140</sup> O Censo Nacional de Animadores com formação superior, promovido pela *Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural (APDASC)*, indica que, dos 313 Animadores recenseados, cerca de 40% possuem um estatuto profissional não permanente.

<sup>141</sup> *Medida Estágios Emprego*, regulada pela Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de Junho, alterada pelas Portarias n.º 375/2013, de 27 de Dezembro, n.º 20-A/2014, de 30 de Janeiro, n.º 149-B/2014, de 24 de Julho e n.º 86/2015, de 20 de Março. A *Medida Estágios Emprego* foi substituída pela nova *Medida Estágios Profissionais*, regulada pela Portaria n.º 131/2017, de 7 de Abril, tendo todas as Portarias da *Medida Estágios Empregos* sido revogadas.

reforçariam o primeiro grupo e recrutados de acordo com as oscilações do volume de trabalho.

Os salários praticados geram um sentimento de injustiça entre os Animadores inquiridos. Na verdade, 60% destes afirmam viver uma experiência comum em que o seu salário não se ajusta ao trabalho que desenvolvem (*gráfico XIX, apêndice C*). Aludem ao conhecimento que possuem e que implica uma compreensão crítica de teorias e princípios, às aptidões que revelam na resolução de problemas complexos e, ainda, à capacidade de gerir actividades ou projectos, assumindo a responsabilidade da tomada de decisões em contextos de trabalho de uma enorme imprevisibilidade, levando-os, por isso, a partilhar em conjunto a sua indignação e a clamar publicamente por mais justiça em matéria de contrapartida salarial. Consideram que o trabalho desenvolvido, enquanto técnicos com formação superior, requerendo um “*conjunto de conhecimentos especializados*” e apresentando um “*nível de responsabilidade muito elevado, não é reconhecido financeiramente*”. O montante do salário médio mensal auferido pelos Animadores Socioculturais inquiridos, de acordo com as indicações do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia para 2016, situa-se abaixo do salário médio dos trabalhadores por conta de outrem em Portugal. Se a comparação for feita em termos de actividades económicas<sup>142</sup>, considerando somente as actividades de apoio social<sup>143</sup>, uma vez que são estas as actividades exercidas por mais do que 50% dos inquiridos (*gráfico VIII, apêndice C*), a diferença acentua-se. Diferença que se torna ainda mais assinalável se porventura a comparação for feita, em termos do rendimento médio mensal indicado para os quadros superiores para 2016, em função dos níveis de qualificação profissional inscritos no Quadro Nacional de Qualificações<sup>144</sup>.

Nota-se, ao mesmo tempo, um desfasamento entre o salário médio auferido pelos Animadores inquiridos e os valores indicados no Contrato Colectivo de Trabalho, negociado entre a *CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade* e a *Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e*

---

<sup>142</sup> CAE – Classificação Portuguesa das Actividades Económicas Rev.3 - Instituto Nacional de Estatística.

<sup>143</sup> No âmbito do apoio social estão incluídas as actividades dos serviços dos equipamentos sociais, públicos ou privados – Divisão Q, grupos 87 e 88 da CAE Rev.3.

<sup>144</sup> Portaria n.º. 782/2009, de 23 de Julho - regula o Quadro Nacional de Qualificações e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais.

*Sociais*<sup>145</sup>, em que o enquadramento do *Técnico Superior de Animação Sociocultural*<sup>146</sup> nesta convenção colectiva de trabalho é feito por quatro níveis de remuneração: Técnico Superior de Animação Sociocultural Principal, Técnico Superior de Animação Sociocultural de 1ª, Técnico Superior de Animação Sociocultural de 2ª e Técnico Superior de Animação Sociocultural de 3ª.

A acumulação do actual emprego com outros trabalhos corresponde a uma experiência vivida por um 1/3 do total dos Animadores inquiridos (*gráfico XIII, apêndice C*). A avaliar pelas razões apontadas para a acumulação, o que sobressai é a necessidade de ordem económica:

**Inquérito por questionário** – “o salário que usufruo não é suficiente (...); “(...) mais alguma remuneração, pois as coisas não estão fáceis hoje em dia (...); “(...) necessidade financeira (...); (...) complemento ao meu salário (...); (...) obter um salário que me permita viver com dignidade (...); “(...) o salário como Assistente Técnica na Câmara é relativamente baixo (...).”

A actualização dos conhecimentos, medida pelas oportunidades de participação em acções de formação profissional, parece constituir uma prática nas organizações em que os Animadores exercem a actividade: 69% destes afirmam ter frequentado acções de formação no último ano de trabalho (*gráfico XIV, apêndice C*). Esta prática está consignada no Código do Trabalho, no seu artigo 131.º n.º 1, alínea b), ao estabelecer que o empregador deve assegurar “a cada trabalhador o direito individual à formação, através de um número mínimo anual de horas de formação, mediante acções desenvolvidas na empresa ou a concessão de tempo para frequência de formação por iniciativa do trabalhador”, especificando que cada trabalhador, de acordo com o

---

<sup>145</sup> Publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 31, 22/8/2015.

<sup>146</sup> “*Técnico superior de animação sociocultural - É o trabalhador que investiga, integrado em equipas multidisciplinares, o grupo alvo e o seu meio envolvente, diagnosticando e analisando situações de risco e áreas de intervenção sob as quais actuar. Planeia e implementa projectos de intervenção comunitária. Planeia, organiza e promove/desenvolve actividades de carácter educativo, cultural, desportivo, social, lúdico, turístico e recreativo, em contexto institucional, na comunidade ou ao domicílio, tendo em conta o serviço em que está integrado e as necessidades do grupo e dos indivíduos, com vista a melhorar a sua qualidade de vida e a qualidade da sua inserção e interacção social. Incentiva, fomenta e estimula as iniciativas dos indivíduos para que se organizem e decidam o seu projecto lúdico ou social, dependendo do grupo alvo e dos objectivos da intervenção. Acompanha as alterações que se verifiquem na situação dos utentes que afectem o seu bem-estar e actua de forma a ultrapassar possíveis situações de isolamento, solidão e outras.*”

disposto no n.º 2 do mesmo artigo, “*tem direito, em cada ano, a um número mínimo de trinta e cinco horas de formação contínua ou, sendo contratado a termo por período igual ou superior a três meses, um número mínimo de horas proporcional à duração do contrato nesse ano.*” Ora, tendo em conta o número significativo de inquiridos que diz ter frequentado acções de formação, isso sugere que o que se encontra consagrado na legislação está a ser respeitado numa boa parte das organizações em que os Animadores exercem a sua actividade.

É globalmente positiva a avaliação que os Animadores fazem do seu emprego actual: 71% consideram-se satisfeitos ou completamente satisfeitos (*gráfico XV, apêndice C*). É também essa a tónica que prevalece ao pedir-se a avaliação em relação a um conjunto de aspectos que caracteriza o trabalho actual. As únicas avaliações que divergem dizem respeito ao nível de remuneração e às oportunidades de promoção (*gráfico XVI, apêndice C*). Estas são, aliás, as dimensões do trabalho a que fazem menção 35% dos inquiridos para não recomendarem o curso a pessoas importantes na sua vida (*gráfico V, apêndice C*) e, ao mesmo tempo, referidas por 33% para afirmarem a necessidade de acumularem o seu emprego actual com outros trabalhos (*gráfico XIII, apêndice C*).

A estabilidade de emprego não constitui, a avaliar pelas respostas dadas, fonte de preocupação para os Animadores inquiridos. Não obstante as relações de trabalho assentarem, em grande medida, em regimes contratuais não permanentes, a interpretação dada ao conceito de estabilidade de emprego parece não passar pela estrita relação com os vínculos contratuais, mas assumir um significado de sentido mais alargado relacionado com outras dimensões que, aos olhos dos próprios e aos olhos dos outros, constituem uma prova de valorização do exercício profissional, nomeadamente a autonomia profissional, a autoridade profissional, as oportunidades de aprendizagem, a utilidade social do trabalho, bem como o reconhecimento do trabalho desenvolvido por parte das chefias, dos colegas e das entidades empregadoras (*gráfico XVI, apêndice C*).

Ao procurar aferir da grandeza dos Animadores a partir da opinião dos outros, isto é, das pessoas que lhes concedem crédito, valor e estima, conclui-se que o seu trabalho é alvo de um expressivo enaltecimento (Boltanski & Thévenot, 1991). De

facto, a consideração que é atribuída ao seu trabalho por parte de familiares e amigos é reconhecida por 66% dos Animadores inquiridos (*gráfico XVII, apêndice C*).

O tempo de inserção profissional dos Animadores de formação superior, considerando o intervalo temporal entre a conclusão do curso e a obtenção de um emprego, não excede os seis meses. Os dados obtidos por via do questionário revelam que 39% dos Animadores começaram imediatamente a trabalhar e que para 40% o período de transição entre a conclusão da formação e o primeiro emprego não se prolongou para além dos seis meses (*gráfico XVIII, apêndice C*).

A avaliar pelo número de vezes que os inquiridos mudaram de emprego após o termo do curso, isso dá conta de um acentuado fluxo de entradas e saídas de Animadores Socioculturais das organizações onde é exercida a actividade. Na verdade, 53% dos Animadores, após a conclusão da formação, mudou de emprego entre duas e mais de seis vezes (*gráfico XX, apêndice C*). Esta elevada rotatividade encontra explicação no facto da Animação Sociocultural, constituindo uma área de actividade em que os empregos alcançados são em grande parte transitórios, se encontrar afectada pelo novo paradigma, em que estudar, fazer um curso superior, arranjar um emprego para a vida e fazer carreira dentro da mesma organização é um cenário cada vez mais distante. Nestas circunstâncias, dada a insegurança que se faz sentir (Castel, 2003), traduzida na diversidade de experiências de trabalho com que os Animadores se vão deparando, a capacidade de adaptação e a flexibilidade constituem requisitos indispensáveis seja para aceder ao mercado de trabalho, seja para se manter nesse mesmo mercado.

Dando atenção à comparação que os Animadores fazem entre a sua situação de trabalho actual e as situações de trabalho anteriores, fica claro que a mudança não lhes trouxe melhores condições. O que ressalta é que mais de 50% dos Animadores inquiridos consideram que nenhum dos aspectos avaliados<sup>147</sup>, embora apresentando algumas diferenças, conheceu melhorias significativas em resultado das mudanças de

---

<sup>147</sup> Estabilidade de emprego; nível de remuneração; oportunidades de promoção; autonomia profissional reconhecida na maneira de exercer a actividade; autoridade profissional reconhecida em termos de domínio, afirmação e aplicação de conhecimentos técnicos; oportunidades de aprendizagem; oportunidades de frequentar acções de formação; reconhecimento da profissão por parte das entidades empregadoras; reconhecimento da profissão por parte das outras profissões; profissão protegida, isto é, exercida somente por pessoas certificadas/com diploma; prestígio profissional.



emprego (*gráfico XXI, apêndice C*). A rotatividade que se faz sentir não conduz a uma melhoria efectiva das condições de trabalho. Ela parece reflectir, isso sim, as formas instáveis de emprego (*gráficos X e XIX, apêndice C*) a que a Animação Sociocultural se encontra sujeita no mercado de trabalho. Isto faz com que seja posta de parte a hipótese de uma gestão controlada dos percursos profissionais que garanta a melhoria das condições de exercício da actividade profissional, muito embora não pareça ser esse o entendimento dos Animadores inquiridos quando questionados sobre a segurança no emprego (*gráfico XXI, apêndice C*).

### V.3 – Em síntese:

O emprego actual ou está directamente relacionado com a formação obtida ou numa área próxima. É o terceiro sector da economia, constituído pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras instituições de apoio social sem fins lucrativos, que concentra grande parte do trabalho dos Animadores. A maneira como estes se encontram classificados profissionalmente nas organizações onde exercem a actividade não corresponde, em grande parte, à formação superior alcançada. A regra que prevalece na relação de trabalho no actual emprego dos Animadores inquiridos é o recurso à contratação a termo certo e incerto, aos recibos verdes e à medida estágios emprego/profissionais. Os salários praticados geram um sentimento de injustiça entre os Animadores. Consideram que o trabalho desenvolvido, enquanto técnicos com formação superior, não é reconhecido financeiramente. A estabilidade de emprego não constitui, a avaliar pelas respostas dadas, fonte de preocupação para os Animadores inquiridos. A interpretação dada ao conceito de estabilidade de emprego parece não passar pela estrita relação com os vínculos contratuais, mas assumir um significado de sentido mais alargado relacionado com outras dimensões que constituem uma prova de valorização do exercício profissional, nomeadamente a autonomia profissional, a autoridade profissional, as oportunidades de aprendizagem, a utilidade social do trabalho, bem como o reconhecimento do trabalho desenvolvido por parte das chefias, dos colegas e das entidades empregadoras.

#### ***V.4 – Garantias acerca da Animação Sociocultural***

A garantia que os Animadores fornecem sobre a Animação Sociocultural, a quem esteja a ponderar trabalhar nesta área (*gráfico XXII, apêndice C*), parece contradizer o grau de satisfação que estes manifestam em relação a um conjunto de aspectos que caracteriza o trabalho actual (*gráfico XVI, apêndice C*). Efectivamente, na avaliação sobre o emprego actual, somente o nível de remuneração e as oportunidades de promoção são considerados aspectos menos positivos, ao passo que, na garantia fornecida sobre a Animação, mais de 50% dos Animadores inquiridos consideram que a decisão de trabalhar em Animação deve ser equacionada em função da fraca estabilidade profissional que se faz sentir ao nível da relação contratual, do baixo nível de remuneração praticado, das escassas oportunidades de promoção e, ainda, da dificuldade em fixar a “*jurisdição profissional*” (Abbott, 1988), o que se traduz numa indefinição das fronteiras da sua acção e, sendo assim, numa ausência de protecção quanto à possibilidade de qualquer pessoa poder exercer a actividade, mesmo não estando certificada.

##### **V.4 – Em síntese:**

Os Animadores consideram que a decisão de trabalhar em Animação deve ser equacionada em função da fraca estabilidade profissional que se faz sentir ao nível da relação contratual, do baixo nível de remuneração praticado, das escassas oportunidades de promoção e, ainda, da indefinição das fronteiras da sua acção.

#### ***V.5 – Vida associativa***

O associativismo constitui um dos indicadores utilizados para aferir da disposição dos indivíduos em assumir e exercer os direitos, as liberdades e as garantias que as sociedades democráticas proporcionam e que, no caso português, se encontram consagrados na Constituição da República<sup>148</sup>. Acontece que os resultados sobre a vida associativa dos Animadores Socioculturais inquiridos, dando conta de um nível de

<sup>148</sup> Direitos, liberdades e garantias pessoais (artigos 24.º a 47.º); Direitos, liberdades e garantias de participação política (artigos 48.º a 52.º); Direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores (artigos 53.º a 57.º); Direitos e deveres económicos, sociais e culturais (artigos 58.º a 79.º).

participação que não vai além dos 33% (*gráfico XXII, apêndice C*), constituem um indicador da sua frágil capacidade de coordenar um levantamento comum para dar visibilidade às injustiças profissionais a que dizem estar sujeitos, situação que encontra explicação, nas palavras de dois dos Animadores entrevistados, na falta de “*estabilidade*” e de “*reconhecimento*” a que se encontra votada a Animação Sociocultural:

*“(...) Animação Sociocultural enquanto actividade de passagem, de transição... precisamente porque as pessoas não se sentem com estabilidade nesta profissão, passa a ser... digamos, os jovens fazem a sua licenciatura, e mesmo que encontrem um lugar no mercado de trabalho, não lhes é reconhecida muitas vezes a sua formação e, sendo assim, tentam, mais tarde ou mais cedo, ir para uma outra área, as pessoas não se sentem profissionais, por isso estão de passagem, não assumem a sua profissão.” (entrevista n.º 1, Setembro de 2018: apêndice D). “(...) por não verem reconhecido o seu trabalho e cada vez menos as pessoas querem ser Animadores de formação superior, porque não vale a pena. Talvez o problema passe pela falta de força associativa (...)” (entrevista n.º 4, Setembro de 2018: apêndice D).*

Estes resultados não são surpreendentes, não se diferenciando dos que, em matéria de associativismo em Portugal, se encontram em diferentes investigações (Carvalho, 2002; Coelho, 2008; Leitão, Pereira, Ramos & Silva, 2009; Nunes, 2015). A participação dos portugueses nas actividades associativas é bastante reduzida. O aumento do associativismo em Portugal, em resultado da mudança de regime político ocorrida após o 25 de Abril de 1974, parece encontrar explicação num processo de transição democrática e não tanto numa mudança de valores, atitudes e comportamentos que pudesse servir de base a um nível de participação sustentável ao longo do tempo:

*“As dificuldades do associativismo, apesar das suas características próprias, são muitas vezes a expressão de dificuldades sociais. É possível encontrar na sociedade portuguesa, comparando-a com outras sociedades europeias, um conjunto de constrangimentos que influenciam as suas dinâmicas associativas: os seus poucos recursos educativos e económicos, os níveis mais baixos de desenvolvimento, as reduzidas confiança interpessoal e institucional, a não adesão a atores colectivos e respectiva incapacitação organizacional. Revela-se enorme a distância entre a formalização de direitos sociais, económicos, políticos e culturais e*

*o seu exercício real e concreto. As classes mais desfavorecidas, aquelas que são também as mais dominadas socialmente, são precisamente as que se mobilizam menos, com óbvias consequências sobre as suas condições de vida, materiais e outras. A acção colectiva, na qual se inclui o associativismo, é duplamente condicionada pelas desigualdades sociais e pelo desenvolvimento humano. Quer isto dizer que os países europeus com mais intensa acção colectiva são aqueles que apresentam desigualdades sociais mais reduzidas, sendo também aqueles cujos níveis de desenvolvimento humano são dos mais elevados na Europa. Portugal, em termos de exercício de acção colectiva, encontra-se muito longe dos padrões europeus mais avançados.” (Nunes, 2015).*

Portugal apresenta ainda, em termos europeus, um dos mais baixos índices de confiança nas suas instituições (parlamento nacional, sistema jurídico, polícia, políticos e partidos políticos), a que se junta o baixo interesse pela política, entendida esta em sentido amplo (incluindo, para além dos partidos políticos, os grupos ecológicos, os grupos de intervenção cívica, os novos movimentos sociais, entre muitos outros) e que, podendo funcionar como barómetro da preocupação dos cidadãos pela “coisa pública”, pode também encontrar explicação, como deixa perceber a declaração de Coelho (2008, pp. 1-2), nos formatos disponíveis para a intervenção pública, nas formas de mobilização pública, no modo como as associações trabalham:

*“(…) não é possível existir democracia sem participação directa do povo. E a verdade é que, actualmente, assistimos a uma alienação política por parte das populações, que se sentem iminentemente distanciadas face ao poder político. É urgente envolver as populações num processo de cidadania activa, de participação e envolvimento democráticos, uma vez que uma sociedade verdadeiramente democrática é aquela que o é na sua lei e nas suas instituições, mas sobretudo na prática democrática do quotidiano dos indivíduos.” (Coelho, 2008, pp. 1-2).*

#### **V.5 – Em síntese:**

Os resultados sobre a vida associativa dos Animadores Socioculturais, dando conta de um baixo nível de participação, constituem um indicador da sua frágil capacidade de coordenar uma acção comum em torno dos problemas que afectam a actividade.

## **V.6 – Certificação**

Sobre a maneira como são encarados os vários aspectos relacionados com a Animação Sociocultural (*gráfico XXIII, apêndice C*), nota-se que os Animadores se mostram críticos nas suas tomadas de posição, denunciando aquilo que consideram ser uma desigualdade de tratamento e de respeito de que são alvo nos contextos de trabalho em que actuam.

Concretamente, denunciam como injusto o reduzido valor atribuído aos diplomas pelos empregadores. Esta desvalorização tem de ser entendida, porém, num plano mais alargado em que o valor sancionado pelos diplomas, pelos concursos e pela antiguidade dá lugar, segundo Martuccelli (2006), a um valor de carácter subjectivo baseado na comunicação, na adaptação, na colaboração, na disponibilidade, na flexibilidade, na inovação, na iniciativa e na polivalência, em suma, nas competências comportamentais e sociais que passaram a constituir um recurso importante para aceder a determinados trabalhos. Enquanto as promoções ou recompensas, até algum tempo atrás, dependiam, sobretudo, dos conhecimentos técnicos ensinados no âmbito da formação escolar, podendo estes ser medidos e testados, com alguma facilidade, em provas de selecção e/ou em entrevistas de emprego, presentemente ficam dependentes, em larga medida, das chamadas “*soft skills*” que, muito embora não sejam tão fáceis de mensuração, passaram a ser muito valorizadas em vários contextos de trabalho. Nestas circunstâncias, está-se perante, no entender do mesmo autor, uma nova forma de envolvimento do trabalhador com o seu trabalho, ou seja, uma exigência de identificação que passa por ele ser o seu próprio trabalho.

Ao mesmo tempo, estabelecendo a relação entre o valor dos diplomas e o exercício da actividade, os Animadores denunciam situações em que a Animação é exercida por quem não se encontra licenciado para o seu exercício, mencionando que os Animadores de formação superior são muitas vezes preteridos nos processos de selecção por Animadores de formação não superior ou até mesmo por pessoas sem qualquer tipo de certificação na área da Animação Sociocultural, situações que são confirmadas por alguns dos entrevistados ao fazerem menção aos seus atributos profissionais e à responsabilidade que o exercício da sua actividade implica:

*“(…) Não se pode comparar uma licenciatura com um curso técnico-profissional, então aí algo está a falhar. (...) O Animador licenciado tem uma responsabilidade e competências ao nível... do diagnóstico, do planeamento de projectos e das actividades, (...) tem uma responsabilidade diferente, uma responsabilidade acrescida.” (entrevista n.º 1, Setembro de 2018: apêndice D). “(…) se não somos nada ou se somos Animadores tal e qual como o técnico-profissional, que nos adianta ter um diploma superior de Animação?” (entrevista n.º 4, Setembro de 2018: apêndice D). “(…) uma pessoa que não esteja certificada como enfermeiro pode ser enfermeiro? Uma pessoa que não tenha feito formação de ensino pode dar aulas? E a resposta é não. Então porque é que uma pessoa que não tenha feito uma formação certificada na área da Animação pode ser um técnico de Animação? (...)” (entrevista n.º 6, Setembro de 2018: apêndice D).*

Denunciam, ainda, a ausência de um tratamento equivalente em matéria salarial, com tradução numa desvantagem dos licenciados em Animação em relação a outros licenciados, situação que, comprometendo o princípio da comum dignidade humana (Boltanski & Thévenot, 1991), é confirmada no dizer de um dos Animadores entrevistados:

*“Em questões de remuneração... não há uma legislação muito clara sobre esta área, cada instituição vê..., trata o Animador ou não trata o Animador consoante aquilo que lhe convém naquele momento (...) o ordenado também é conforme o que a instituição define e, por vezes, abaixo do valor atribuído a outros profissionais... com o mesmo grau académico... com licenciatura (...)” (entrevista n.º 1, Setembro de 2018: apêndice D).*

Já quanto ao Estatuto Profissional do Animador Sociocultural, nota-se que há uma pluralidade de formas de entender a sua necessidade enquanto condição para o exercício da actividade. Esta pluralidade de entendimentos é suscitada pelas dúvidas sobre os requisitos necessários para exercer Animação Sociocultural: se só os indivíduos com formação certificada academicamente ou se também aqueles cuja formação tem por base a experiência.

Se é verdade que, perante a questão de saber a quem deve estar cometido o exercício da actividade, a resposta dada por 73% dos Animadores inquiridos aponta para que esta deva ser entregue a quem estiver devidamente licenciado, constituindo a homologação do Estatuto um passo indispensável para alcançar a regularização do mercado, também é verdade que é precisamente este carácter exclusivista do exercício da actividade que inspira receios, parecendo traduzir, por isso, um estado de ambivalência resultante da imprevisibilidade quanto às consequências que o Estatuto poderá comportar. Os mesmos Animadores que entendem que a Animação deve ser exercida exclusivamente por quem esteja devidamente licenciado, são os mesmos que admitem o efeito limitador que o Estatuto poderá ter no exercício desta actividade, ao mostrarem-se apreensivos quanto à possibilidade da sua homologação se traduzir no afastamento de pessoas que há muito tempo fazem Animação, muito embora não se encontrem certificadas para tal. Ora, é este estado de ambivalência que mais uma vez parece estar patente nas posições assumidas por alguns dos Animadores entrevistados:

*“(...) Não se compreenderia que o estatuto do Animador não considerasse a experiência acumulada de pessoas que já trabalham em Animação há muito tempo, pese embora não tenham passado por uma formação formal..., mas também é compreensível que só as pessoas formadas possam exercer Animação Sociocultural.” (entrevista n.º 1, Setembro de 2018: apêndice D). “(...) quando nós aqui insistimos um pouco que as pessoas têm que ter formação para o fazer, não significa que quem não tem formação não o possa fazer com qualidade (...)” (entrevista n.º 2, Setembro de 2018: apêndice D). “É certo que poderão ter uma grande experiência, mas e, então, as pessoas que concluem a sua formação superior, que gastaram muitas horas a estudar e que, do ponto de vista económico, tiveram muitas despesas e não arranjam trabalho porque muitos dos lugares estão ocupados por pessoas que não estão certificadas como Animadoras? É uma questão de justiça. Em todo o caso, tendo em conta a experiência acumulada, talvez seja possível, para essas pessoas, definir um período de transição que lhes possibilite a passagem por uma formação que as habilite como Animadoras, é uma questão de justiça.” (entrevista n.º 6, Setembro de 2018: apêndice D).*

#### **V.6 – Em síntese:**

Os Animadores denunciam o reduzido valor atribuído aos diplomas por parte dos

empregadores. Denunciam, ao mesmo tempo, situações em que a Animação é exercida por quem não se encontra licenciado para o seu exercício, mencionando que os Animadores de formação superior são muitas vezes preteridos nos processos de selecção por Animadores de formação técnico-profissional ou até mesmo por pessoas sem qualquer tipo de certificação na área da Animação Sociocultural. Denunciam, ainda, a ausência de um tratamento equivalente em matéria salarial, com tradução numa desvantagem dos licenciados em Animação em relação a outros licenciados. Quanto ao Estatuto Profissional do Animador Sociocultural, nota-se que há uma pluralidade de formas de entender a sua necessidade enquanto condição para o exercício da actividade. Esta pluralidade de entendimentos é suscitada pelas dúvidas sobre os requisitos necessários para exercer Animação Sociocultural: se só os indivíduos com formação certificada academicamente ou se também aqueles cuja formação tem por base a experiência.

### ***V.7 – Dilemas de ordem profissional***

Como forma de orientar a investigação, mobilizou-se, tal como é dito no capítulo III, uma perspectiva sociológica que considera, em termos analíticos, os motivos morais invocados pelos Animadores para justificarem a sua acção quando se encontram envolvidos em disputas em torno de situações apontadas como injustas em resultado de desigualdades de tratamento e de respeito de que são alvo, sendo levados a avaliar a Animação Sociocultural com base em ordens de grandeza plurais em torno de questões que o exercício da actividade profissional comporta. São essas ordens de grandeza que se encontram presentes quer nos juízos críticos que os Animadores produzem sobre a Animação Sociocultural, sempre que a ela se referem em termos de concepções de justiça sobre o bem comum, quer na maneira como se qualificam, qualificam os outros e qualificam as situações e problemas em que se envolvem ou que os interpelam.

Como forma de apreender, através da acção, as dinâmicas das diferentes situações em que os Animadores se encontram e a pluralidade dos seus envolvimentos em torno dessas situações – tendo em conta que o curso da acção não é uniforme, toma por vezes direcções imprevistas, saindo do rumo das expectativas dos actores, ora



levando-os a assumir uma tomada de posição, ora colocando-os numa situação de ambivalência, o que é resultante, segundo Cefaï (2009), do preço da liberdade de agir repousar na imprevisibilidade dos seus resultados e das suas consequências –, foram incluídos no inquérito por questionário sete cenários contendo dilemas de ordem profissional. Para cada um desses cenários foram apresentadas quatro soluções, tendo os Animadores assumido várias tomadas de posição em relação a cada uma delas, dando assim conta dos “*diferentes mundos*” justificativos (cités) em que assentam essas várias tomadas de posição e que, desse modo, servem para fazer o comum na Animação Sociocultural enquanto actividade social, educativa e cultural (Boltanski & Thévenot, 1991; Boltanski, 2001; Thévenot, 2006).

**Cenário A – *Mas tu queres mesmo Animação?*** (apêndice C): Após a conclusão do 12º ano de escolaridade, o Bruno apresentou a sua candidatura para ingresso no ensino superior, tendo indicado como primeira opção, entre as várias hipóteses de escolha, o curso de licenciatura em Animação Sociocultural. A família do Bruno, constituída há várias gerações por médicos e advogados, não se mostrou agradada com a sua decisão: “*Animação?!... Mas tu queres mesmo animação? Queres fazer da tua vida uma palhaçada? Não percebes que isso só serve para trabalhar com os ‘pobrezinhos’ e não te garante o futuro...*”. A reacção dos seus familiares colocou o Bruno num dilema: “*Será que é mesmo assim? Será que tomei a melhor decisão ou será que devo reconsiderar a opção que tomei e escolher uma outra via?*”

Perante este cenário, os Animadores inquiridos coincidem nas suas posições em relação a três das soluções apresentadas: 92% consideram que “*a família devia ter respeitado a opção académica do Bruno*”, 86% entendem que “*o Bruno devia manter a opção de ingressar na licenciatura de Animação Sociocultural*” e 65% são contrários à solução de que “*o Bruno devia reconsiderar a sua opção e escolher uma outra área de estudos*”.

Nas justificações apresentadas, é realçada, por um lado, a reivindicação de uma liberdade individual, entendida, de acordo com Mateus (2011, pp. 98, 100) não como o postulado individualista de considerar o “*(...) indivíduo à margem da sociedade onde esta é somente um amontoado inócuo de outros indivíduos (...)*”, [mas sim como

indivíduoação, o que implica] “(...) pensar o indivíduo e a sociedade em simbiose enquanto processos inacabados que reagem mutuamente entre si, numa readaptação constante. A indivíduoação indica-nos o modo como o indivíduo se constitui, forma e reelabora à medida de cada época ou contexto social”, o que o coloca perante o desafio de desenhar o seu próprio projecto de vida profissional, optando e ponderando por si mesmo os diversos obstáculos com que eventualmente se poderá deparar, o que parece configurar um envolvimento na acção em plano (Thévenot, 2006) em que o indivíduo é dotado de autonomia e capaz, de forma racional, de decidir sobre o seu projecto profissional futuro:

**Inquérito por questionário** – “(...) todos devem ter oportunidade de escolher a área profissional com a qual se identificam (...) a decisão cabe a cada indivíduo (...) a opção de escolha é do Bruno, pois tem vontade e opinião própria (...) é dever dos que nos são próximos compreender e respeitar as nossas decisões (...) respeitar aquilo que o Bruno gostaria de fazer no futuro, mesmo que seja errado (...) o Bruno deve reflectir sobre o que é melhor para a sua formação académica e futura vida profissional (...)”.

Nestas circunstâncias, a existência apresenta-se como um projecto reflexivo, um conjunto aberto de possibilidades múltiplas que requerem decisões constantes significando isso que cada indivíduo “*não só ‘tem’ como vive uma biografia organizada reflexivamente em termos de informação social e psicológica*” (Giddens, 2005: 13 e 27). É precisamente a reivindicação de uma liberdade individual, colocando os Animadores perante o desafio de desenharem o seu próprio projecto de vida profissional, que parece estar evidenciada nas justificações apresentadas por alguns dos entrevistados para a escolha do curso de Animação Sociocultural, o que revela a importância das experiências e dos acontecimentos que marcam as experiências (Quéré & Terzi, 2015):

“(...) muito cedo comecei a trabalhar com crianças e jovens na área cultural, na Animação e chegou uma altura em que senti necessidade de consolidar toda esta informação, todas estas minhas experiências e achei que o curso que estava mais adequado à minha experiência era o curso de Animação Sociocultural.” (**entrevista n.º 1**, Setembro de 2018: apêndice D). “(...) fiz o meu 12.º ano em Teatro e queria seguir Teatro, mas não entrei no Conservatório e... dentro das cadeiras que tinha a

*Animação Sociocultural tinha algumas áreas de cultura, teatro e tal e eu então achei que podia complementar de alguma forma... e tive muita sorte, porque... porque adorei o curso.” (entrevista n.º 3, Setembro de 2018: apêndice D). “Por toda a experiência que tinha enquanto jovem. Pertenci a diversos grupos, pertenci a diversas instituições, como voluntária, muitas vezes em trabalho em parceria com o IPJ na altura e, portanto, este “bichinho” do fazer e do criar...” (entrevista n.º 4, Setembro de 2018: apêndice D). “(...) quando repeti o 12.º ano eu... pensei: ‘não, eu quero mais alguma coisa para a minha vida e quero alguma coisa que tenha a ver com a área social’, porque este meu interesse tinha a ver com o meu passado, eu fui escuteiro durante muitos anos ... e para isso escolhi Animação porque achei que era o curso que mais se ajustava aquilo que eu gostaria de fazer (...)”. (entrevista n.º 5, Setembro de 2018: apêndice D).*

Por outro lado, a Animação Sociocultural é considerada com “tanto ou mais valor” que outras áreas de actividade a operarem no mercado, bem como é enaltecida a “forma apaixonada” que deve presidir ao exercício da actividade e, ao mesmo tempo, denunciada a maneira distorcida como, muitas vezes, é encarada:

**Inquérito por questionário** – “(...) a ASC tem tanto ou mais valor que outras áreas (...) as pessoas devem fazer aquilo de que gostam (...) animação não é uma palhaçada, a família é que estava ser preconceituosa (...) é muito importante fazer-se o que se gosta, exercendo de forma apaixonada a actividade profissional (...) ainda existe o “mito” que Animação são palhaçadas/pinturas faciais/modelagem de balões, estas ideias são muito vincadas por algumas pessoas sem formação (...)”

Já quanto à quarta solução – “a reacção da família do Bruno justifica-se por considerar que a Animação Sociocultural não garante o futuro de ninguém” –, as posições dos Animadores inquiridos apontam para uma pluralidade de formas de fazer o comum: por um lado (37%), os que, a partir da experiência resultante das situações vividas (Dewey, citado por Quéré & Terzi, 2015), corroboram da reacção da família por considerarem que a Animação, pela imprecisão, a ambiguidade e a incerteza que a caracterizam, não é garantia de futuro, mencionando a associação que socialmente é feita entre o Animador Sociocultural, a imagem do palhaço e o entretenimento. Referem que “os cursos profissionais de Animação Sociocultural contribuem para que essa visão se mantenha, não havendo conhecimento e reconhecimento das competências,

*capacidades e tarefas a desenvolver pelo licenciado em ASC*”. Denunciam, ainda, que “*alguns politécnicos e cursos superiores não preparam bons profissionais e isso faz com que algumas empresas já coloquem em dúvida a real necessidade de ter um Técnico Superior de Animação Sociocultural, isso fez com que se desacreditasse o curso de Animação Sociocultural*”. Ao mesmo tempo, fazem menção à saturação que se faz sentir no mercado da Animação, atribuindo essa saturação ao “*número elevado de profissionais formados em cursos de formação e cursos profissionais*”, problema a que se faz alusão no capítulo II.3 através de vários testemunhos de Animadores, testemunhos que a referência feita por Conde sintetiza (2015, pp. 53-60), chamando a atenção para a massificação da oferta formativa – quer ao nível do ensino superior, quer ao nível do ensino secundário profissional – que não teve em conta nem as necessidades do mercado, nem os constrangimentos vividos à contratação dos Animadores Socioculturais:

**Inquérito por questionário** – “*Que a animação não garante grande futuro, isso é verdade. (...) pode abrir algumas portas, mas a nível profissional não garante futuro (...) a visão que a sociedade tem do licenciado em ASC ainda está muito presa à imagem do palhaço e do entretenimento (...) os cursos profissionais de Animação Sociocultural contribuem para que essa visão se mantenha, não havendo conhecimento e reconhecimento das competências, capacidades e tarefas a desenvolver pelo licenciado em ASC (...) trabalhar reconhecidamente e bem remunerado nesta área é muito difícil (...) alguns politécnicos e cursos superiores não preparam bons profissionais e isso faz com que algumas empresas já coloquem em dúvida a real necessidade de ter um Técnico Superior de Animação Sociocultural, isso fez com que se desacreditasse o curso de Animação Sociocultural (...) a área de animação está saturada no mercado de trabalho, dado o número elevado de profissionais formados em cursos de formação e cursos profissionais (...)*”.

Do outro lado (37%), os que se mostram incisivos nas suas operações críticas à reacção da família, entendendo que o futuro da Animação se encontra, em grande medida, nas mãos dos Animadores, ou seja, que a garantia de futuro dependerá da forma como estes encararem e exercerem a actividade:

**Inquérito por questionário** – “(...) considerar que a Animação Sociocultural não garante o futuro de ninguém é um erro! Um bom profissional que acredita e investe na sua profissão, em ASC ou outra, está a garantir e a afirmar o futuro da ASC (...) a Animação Sociocultural em todas as suas vertentes garante o futuro profissional (...) cada vez mais a nossa profissão é valorizada e essencial para complementar outras áreas profissionais (...) é o bom profissional, com formação académica, que vai garantir o futuro da Animação Sociocultural e, desta forma, será uma profissão com garantia para o futuro (...)”.

É nesta mesma linha que podem ser interpretadas as palavras de dois dos entrevistados: de que o poder de ditar o conteúdo, os termos e as condições do seu trabalho tem que resultar da maneira como os Animadores Socioculturais encararem e exercerem a actividade:

“(...) ‘quer-se um Animador para trabalhar três horas por semana’, uma pessoa que trabalhe três horas não vai fazer nada, porque não vai ter tempo para fazer um trabalho em condições. Temos que mudar aqui um bocadinho as mentalidades, também, dos empregadores e nós próprios fazer-nos ouvir (...) no que é que nós podemos inovar, talvez por aí nós podemos sempre... pegar e ser diferentes” (entrevista n.º 2, Setembro de 2018: apêndice D). “(...) a afirmação da Animação implica uma conquista de espaço. (...) Os Psicólogos, por exemplo, têm muito mais facilidade em... toda a gente perceber o que um Psicólogo faz. Um Animador ainda tem de explicar o que é que faz e qual é o seu papel..., explicar o que é que é o Animador Sociocultural e o que é que o diferencia (...) eu vejo o futuro da minha profissão com muito optimismo (...) Em relação ao contexto nacional..., ao contexto português da Animação, se calhar já não sou tão optimista... e tem a ver com a culpa de nós todos, Animadores Socioculturais, de não conseguirmos finalmente definir um caminho claro daquilo que queremos, como é que queremos, mas a culpa é de todos.” (entrevista n.º 5, Setembro de 2018: apêndice D).

**Cenário B – Afinal de contas de que me vale a formação superior?** (apêndice C): A Isabel, recém-licenciada em Animação Sociocultural, tem procurado activamente emprego na área da sua formação académica. Não se tem cansado de apresentar candidaturas espontâneas dirigidas a organizações nas áreas da cultura, da educação e do apoio social a crianças, jovens, idosos e pessoas portadoras de deficiência. São raras as respostas obtidas. As que tem recebido

repetem invariavelmente o mesmo: *“Acusamos e agradecemos o envio da sua candidatura. Se viermos a necessitar de profissionais nesta área, tê-la-emos, seguramente, em conta.”* Há dias, porém, tinha no seu correio electrónico uma mensagem de uma organização de apoio social a convocá-la para uma entrevista de emprego. No dia e hora indicados, Isabel dirigiu-se à organização que a tinha convocado. Foi recebida pela Directora que, depois de lhe ter colocado várias perguntas relacionadas com a sua formação académica, lhe disse o seguinte: *“Apreciámos o seu curriculum e estamos certos que a Isabel poderá desenvolver um importante trabalho de animação junto dos nossos utentes, mas só temos condições para a admitir como Ajudante de Acção Directa”*. Perante esta oferta, a Isabel pondera: *“Não era isto que eu esperava!... ‘galinha gorda por pouco dinheiro’, é o que é... Afinal de contas de que me vale a formação superior?... Aceito o lugar?... Não aceito? Custa-me aceitar um trabalho que está muito abaixo das minhas qualificações!... Mas, a verdade, é que preciso de ganhar a vida!...”*

Relativamente a este cenário, chama a atenção a elevada percentagem de Animadores que “nem discorda, nem concorda” com qualquer uma das quatro soluções apresentadas: 37% no que toca à solução A – *“A Isabel não devia aceitar a oferta, uma vez que a classificação que lhe foi proposta desprestigia a sua formação em Animação Sociocultural”*; 52% no que diz respeito à solução B – *“A Isabel devia aceitar a oferta, pois o que importa é ter um emprego”*; 44% no que se refere à solução C – *“A Isabel devia ingressar numa outra formação superior, uma vez que está arrependida da escolha que fez pela Animação Sociocultural”*; 48% no que concerne à solução D – *“A Isabel não devia aceitar a oferta e insistir na procura de um emprego em que seja respeitada a formação superior em Animação Sociocultural”*.

Esta situação parece dar conta de um estado de ambivalência em que se encontra parte dos Animadores. Este clima de ambivalência não é, porém, exclusivo da Animação Sociocultural. Ele terá de ser entendido num plano mais alargado, pois parece encontrar explicação na complexidade e incerteza que caracteriza o mundo de hoje e que se alastra ao mundo do trabalho. Na verdade, o gradual desmantelamento dos mecanismos de protecção social, nomeadamente ao nível das relações de trabalho, coloca o indivíduo perante a dificuldade de se projectar no futuro. Esta dificuldade

expressa a experiência de um mundo flexível em que o indivíduo muda de acordo com as situações que vai encontrando. Um mundo que, contrapondo-se a normas que valorizam o que se mantém ao longo do tempo (e que caracterizam os *mundos doméstico e industrial*), impõe a cada indivíduo o dever exclusivo de se ocupar de si mesmo, deparando-se com um futuro que, tendo deixado de estar pré-estabelecido, requer uma organização reflexiva no presente. Contando apenas consigo mesmo para lidar com os riscos e as oportunidades, ele é confrontado com a necessidade de tomar decisões – pessoais e profissionais – que o colocam, muitas vezes, numa situação de ambivalência e, não raras vezes, em estado de sofrimento, pois sabe que, em caso de insucesso, não poderá remeter a culpa para uma qualquer instância fora de si. Esta sensação de culpa, que aflige o indivíduo e que resulta da deslocação da ambivalência da esfera pública para a esfera privada, leva a que este, numa tentativa de libertação, recorra ansiosamente aos serviços de conselheiros especialistas autorizados, sejam eles psicólogos, psiquiatras ou outros:

*“Não admira que os ‘relacionamentos’ estejam entre os principais motores do actual ‘boom de aconselhamento’. A complexidade é demasiado densa, persistente e difícil para que possa ser decifrada ou esmiuçada sem auxílio”* (Bauman, 2006b, p. 11).

O mundo do trabalho confronta os indivíduos com uma série de desafios de natureza moral. A linha entre o aceitável e o inaceitável dá origem a dilemas de ordem profissional resultantes da dificuldade em fazer corresponder as decisões ao que é considerado justo. Neste caso, se é verdade que a obtenção de um emprego se impõe, muitas vezes, como uma absoluta necessidade, é também verdade que a dignidade profissional é entendida no sentido de ver respeitada a formação superior obtida, o que torna complexa a apreciação e o julgamento sobre a “acção que convém” (Thevenot, 1990), agindo assim em “vários mundos”, que se compõem uns com os outros, por forma a conferir à acção, em momentos de tensão em torno de situações problemáticas, pertinência e coerência:

**Inquérito por questionário** – *“A Isabel encontra-se na mesma situação com que eu me deparei depois de ter acabado o curso. Eu aceitei ser ajudante de acção directa, mas se tivesse meios de sobrevivência não teria aceitado; (...) só a Isabel saberá a*

*necessidade que tem e se pode continuar a procurar trabalho reconhecido como Licenciado em ASC (...); tudo depende da história pessoal de Isabel. Se tem dificuldades financeiras e necessita mesmo de trabalhar, deverá aceitar. Por outro lado, se puder prolongar um pouco mais a procura assim deveria fazer (...); (...) é muito difícil fazer uma avaliação destas, porque é uma situação à qual não se sabe o contexto do indivíduo que procura emprego e a sua própria opinião/convicção em relação à sua área de formação. (...) Tudo depende da situação económica em que o trabalhador se encontra, depende das necessidades de cada um (...) ao ingressar num outro curso está a desistir da Animação Sociocultural. Se está arrependida possivelmente não foi o curso que mais desejou fazer (...) O facto de fazer nova formação superior num curso diferente, não significa que tenha emprego imediato na nova área de formação (...) cada pessoa tem que ponderar o que realmente quer e/ou precisa (...).”*

Sobre as posições assumidas em relação a este cenário, salientam-se, por um lado, as que consideram inaceitável a proposta feita à Isabel. Ao afirmarem a sua grandeza, os inquiridos apresentam razões para considerarem que a proposta, pecando por falta de equidade, “*é humilhante do ponto de vista profissional*”, injusta, desprestigiante e descredibiliza a Animação Sociocultural. Esta é uma proposta que põe em causa o respeito que a pessoa tem por si mesma, o que representa uma violação da dignidade humana, gerando um sentimento de “*humilhação*” e, por consequência, contrariando os preceitos de funcionamento de uma sociedade “*decente*” (Margalit, 2007). Uma proposta que, por falta de igualdade de tratamento, parece traduzir um desrespeito pelo “*princípio comum da dignidade*” (Boltanski & Thévenot, 1991) que deveria ser aplicado à Isabel:

**Inquérito por questionário** – “*(..) não se pergunta a um médico se quer trabalhar numa clínica como enfermeiro... (...) Será que fazem esse tipo de propostas aos assistentes sociais? (...) a rejeição por parte da Isabel devia centrar-se na justiça profissional. Ou seja no respeito por cada categoria e funções laborais. Já passei por uma situação destas. O que decidi foi o seguinte: não concordei com o facto da instituição querer um profissional com habilitação superior a executar tarefas da categoria inferior e "pisar o olho" ao conhecimento adquirido na licenciatura. (...) as entidades empregadoras abusam um pouco das necessidades de quem procura emprego... Se não precisam de pessoas qualificadas em determinada área não deviam sequer de colocar esta questão. (...) a proposta é humilhante do ponto de*



*vista profissional (...) ao aceitar a proposta desprestigia a sua formação que tem em Animação Sociocultural e por sua vez está a contribuir para que a ASC e os Licenciados em ASC não venham a ter no futuro o prestígio que merecem e devem ter (...) o que importa é ter um emprego adequado à formação, não vale tudo (...), ter um emprego, mas com dignidade (...) A Isabel não devia aceitar a oferta e insistir por duas razões. Primeiro como questão de Ética e Deontologia Profissional e respeito pela sua profissão e de todos os profissionais e uma forma de se insurgir contra a proposta que lhe é feita, em segundo uma forma de afirmação e credibilidade pela sua formação académica e elevar o prestígio da ASC (...)*”.

Por outro lado, as posições que, realçando a importância de ter um emprego – não importando que emprego e em que condições –, consideram a proposta, apesar de não estar à altura da formação superior em Animação Sociocultural, não como “*um desprestígio, mas sim uma oportunidade*” que se abre, caso a Isabel decida aceitar, de poder alcançar um lugar ajustado às habilitações superiores que detém, não ficando, por isso, prejudicado o respeito que possa ter por si mesma:

**Inquérito por questionário** – “*(...) apesar de não ser na sua área poderá abrir portas para mostrar o seu trabalho, aconteceu comigo. (...) Apesar de não estar como animadora tem uma oportunidade de desenvolver o seu trabalho na área de formação. (...) Temos de começar por algum lado. O facto de aceitar o trabalho não impede de continuar a lutar. (...) Tenho uma colega que iniciou como Ajudante de Acção Directa e dois anos depois foi requalificada para técnica superior (...) Eu não considero um desprestígio, mas sim uma oportunidade. Pode ser que futuramente consiga integrar na mesma instituição enquanto Animadora, ou surja outra oportunidade em outro local, mas por enquanto estava empregada (...) Poderá um dia conseguir ser reclassificada (...) o que é importante, hoje em dia, é ter emprego (...) nos dias que correm, ninguém se pode dar ao luxo de recusar um trabalho por estar abaixo da sua formação (...) Se a Isabel estava há tanto tempo à procura de emprego e tem uma oportunidade de emprego, não devia recusar (...) devemos ter a humildade de aceitar no início da nossa carreira todos os desafios que se cruzam no nosso caminho.*”

#### **Cenário C – Quanto valem as “responsabilidades” de um Animador? (apêndice C):**

Muito embora a Filomena, após a conclusão da licenciatura em Animação Sociocultural, tenha enviado centenas de currículos a várias organizações, só

muito tempo depois da conclusão dessa formação foi seleccionada para trabalhar como Animadora numa organização de apoio a pessoas idosas. Depois de admitida, constatou que a sua remuneração não acompanhava a remuneração de outros licenciados. Após alguma hesitação, decidiu questionar a Direcção da organização no sentido de perceber melhor a razão da diferença remuneratória. Recebeu como resposta que *“as responsabilidades de um Animador não podem ser equiparadas às de outros profissionais com formação superior, pelo que tal diferença se justifica”*. Esta resposta acentuou ainda mais as dúvidas que a Filomena já tinha sobre as responsabilidades cometidas a um Animador possuidor de uma formação superior.

A larga percentagem dos Animadores inquiridos, no que a este cenário diz respeito, coincide nas suas posições em relação a três das soluções apresentadas: 82% “discordam completamente” ou “discordam” da solução A – *“A Filomena devia conformar-se com a resposta, pois as responsabilidades cometidas a um Animador Sociocultural não são comparáveis à de outros profissionais com formação superior”*; 76% “concordam completamente” ou “concordam” com a solução B – *“A Filomena não devia conformar-se com a resposta e provar que o seu trabalho de Animadora Sociocultural é merecedor de um tratamento igual ao dos outros profissionais com formação superior”*; 82% “discordam completamente” ou “discordam” da solução D – *“A Filomena devia conformar-se com a resposta, pois a luta pelo reconhecimento do trabalho do Animador Sociocultural é uma luta inglória”*.

A remuneração constitui, entre outros, um claro critério de avaliação e a primeira forma de recompensa pelo trabalho prestado. Nessa medida, o tratamento desigual de que os Animadores de formação superior são objecto em comparação com outros profissionais, igualmente com formação superior, no que respeita a esta matéria, não se devendo apenas à ambiguidade semântica do conceito de Animação Sociocultural, mas fundamentalmente por designar actividades muito diferentes e, deste modo, ser difícil delimitar os seus contornos (Pattaroni, 2005), é recorrentemente testemunhado e criticado, tal como é referido no capítulo II.4, como uma injustiça. Na verdade, ao estabelecerem a relação entre a formação obtida e o exercício da actividade, os Animadores Socioculturais fazem notar que se situam *“num nível salarial claramente abaixo das qualificações, assumindo funções de monitor de tempos livres (ou*

*actividades de enriquecimento curricular) e mesmo de assistentes operacionais em escolas”* (Figueiredo & Cordeiro, 2015, p. 185).

Se porventura quiséssemos fazer uma leitura meramente normativista, diríamos que esta situação colide com o princípio da igualdade previsto no artigo 23.º, n.º 1, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que consagra o direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho e a condições justas e satisfatórias de trabalho. Colide, ao mesmo tempo, com o que se encontra definido nos artigos 13.º, n.º 1, e 59.º, n.º1, alínea a), da Constituição da República Portuguesa, que consagram, respectivamente, o princípio de que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei e de que todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, têm direito à retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade desse mesmo trabalho, de forma a garantir uma existência condigna. Nestas circunstâncias, ao serem relegados para segundo plano, aos Animadores Socioculturais é negada a aplicação do direito a um tratamento de igualdade que, sendo reconhecido a outros profissionais, é motivo para se sentirem injustiçados, colocando, assim, em causa uma condição básica do funcionamento de uma sociedade decente: a de que a cidadania – legal, política, social, simbólica – deve ser igualitária para não ser humilhante (Margalit, 2007). Este sentimento de injustiça é reiterado pelos inquiridos ao denunciarem, a partir de dispositivos de compromisso entre justificações de grandeza mercantil, industrial e cívica (Boltanski & Thévenot, 1991), o facto do valor de mercado conferido à Animação Sociocultural não corresponder, em muitos casos, aos seus atributos e à sua eficácia junto da população sénior, explicando que esta diferença de tratamento, de que são alvo os Animadores Socioculturais, é agravada *“pela existência de cursos profissionais”*, o que fere o princípio geral de equivalência como critério de igualdade e terá, ao mesmo tempo, uma vez que *“os empregadores tomam todos por igual”*, de ser remetida para as questões da governação das instituições:

**Inquérito por questionário** – *“As responsabilidades do Técnico Superior de ASC têm de ser tão válidas como as dos restantes técnicos (...) Se são todos com o mesmo nível académico devem ter todos o mesmo índice remuneratório (...) há muitos empregadores que não diferenciam os Animadores licenciados dos Animadores técnico-profissionais e aproveitam-se disso para pagar pelo mais baixo (...) ao*

*conformar-se com a resposta está a contribuir para a falta de afirmação e credibilidade da ASC (...) A Filomena tem de desenvolver trabalho directo com os idosos, definir um projecto para a Instituição e por idoso. Tem de realizar diagnósticos, avaliações, relatórios... (...) este problema dos licenciados em ASC terem um vencimento abaixo do vencimento dado a outros profissionais é agravado pela existência de cursos profissionais, ...os empregadores tomam todos por igual (...) Só é uma luta inglória se não nos conseguirmos unir em torno da nossa profissão. Para mim esse é o grande problema, os animadores estão desanimados (...) O trabalho de um animador é tão ou mais merecedor que os restantes pois nós é que acabamos por reportar os casos para as diversas áreas, uma vez que somos as pessoas a seguir às auxiliares de acção directa que mais tempo passámos com os idosos, sendo nós os primeiros a verificar as alterações nos utentes (...)*”.

Esta mesma desigualdade de tratamento é sublinhada por um dos Animadores entrevistados como sendo desrespeitadora, denunciando como uma injustiça *“ter uma licenciatura não é muitas vezes considerado em termos salariais”* e que *“embora seja obrigatório o quadro de pessoal contemplar um técnico de animação, a legislação... é tudo muito vago... e isso dá lugar a muitas injustiças”*:

*“(...) os Animadores Socioculturais não estão a ser respeitados, digamos assim, na sua... carreira profissional como técnicos superiores, ter uma licenciatura não é muitas vezes considerado em termos salariais. Infelizmente, e em todo o país de norte a sul, nos vários contextos de trabalho (lares, centros de dia e outros), muito embora seja obrigatório o quadro de pessoal contemplar um técnico de animação, a legislação... é tudo muito vago... e isso dá lugar a muitas injustiças (...)”* (entrevista n.º 1, Setembro de 2018: apêndice D).

Ao contrário das três soluções anteriores, a solução C – *“A resposta da Direcção justifica-se dada a grande indefinição que o trabalho do Animador Sociocultural encerra”* – não é objecto da mesma coincidência de posições: 47% dos inquiridos “discordam completamente” ou “discordam”, 27% “não discordam, nem concordam” e 26% “concordam completamente” ou “concordam”.

Entre as várias posições assumidas, chama a atenção a percentagem de inquiridos que considera que a resposta dada à Filomena encontra explicação na

*“indefinição que existe sobre o trabalho do Animador Sociocultural”, não se percebendo “qual é o espaço que o Animador deve ocupar nas instituições em que trabalha”:*

**Inquérito por questionário** – *“A indefinição que existe sobre trabalho do Animador Sociocultural proporciona que as instituições também não a reconheçam como uma profissão de formação académica superior (...) é um facto que existe indefinição, muitas vezes não se percebe qual é o espaço que o Animador deve ocupar nas instituições em que trabalha (...) Aquilo que os animadores fazem é aquilo que outros técnicos também podem fazer, refiro-me por exemplo ao Educador Social (...) os Animadores têm que definir qual é o seu campo de actuação, as suas fronteiras, sem que isso aconteça ficam à mercê de empregadores menos escrupulosos (...) uma coisa são os ensinamentos que o curso de Animação proporciona, outra coisa é impormo-nos no terreno e aí somos alvo de muitas injustiças (...)”.*

Ao ser assumida por um quarto dos inquiridos, esta posição parece confirmar a indefinição do “*mandato*” (Hughes, 1993; Strauss, 1992) que caracteriza o trabalho do Animador Sociocultural e que se traduz na ampla gama de concepções, tendências e perspectivas defendidas, tal como é referido no capítulo 1.2, pelos vários autores. Caracterizando-se a Animação Sociocultural pela imprecisão e pela ambiguidade (Ventosa, 2011, 2015; Sousa, 2015), seja pelo seu incipiente campo teórico, seja pela falta de especificação dos princípios, protocolos e procedimentos metodológicos, seja ainda pelas dúvidas que as suas práticas suscitam em termos de delimitação e diferenciação do seu campo do de outras actividades ou profissões – *“aquilo que os animadores fazem é aquilo que outros técnicos também podem fazer”* –, fica comprometido o processo de profissionalização dos Animadores e, nessa medida, a afirmação do seu trabalho.

Tal posição é igualmente partilhada por um dos entrevistados ao assumir que *“há muito caminho a fazer a respeito do trabalho que um Animador deve fazer”*, daí a importância que teria um trabalho em torno da delimitação e estabilização do “*mandato*” do Animador Sociocultural de modo a que as experiências de intervenção deixassem de ser caracterizadas pela incerteza, a inconstância e com problemas de

difícil enquadramento e, por essa via, obter o reconhecimento por parte das entidades empregadoras enquanto actividade de nível de formação superior:

*“(...) há muito caminho a fazer a respeito do trabalho que um Animador deve fazer... este caminho, este trabalho, esta definição..., o que é que compete a um Animador Sociocultural, é muito importante para que não haja dúvidas sobre o seu espaço de intervenção nos vários locais de trabalho...” (entrevista n.º 1, Setembro de 2018: apêndice D).*

**Cenário D – Bom trabalho, mas...** (apêndice C): A Beatriz, mestre em Animação Cultural e Educação Comunitária, esteve contratada a termo numa organização educativa durante três anos. No final dos três anos, ao contrário do que a Beatriz esperava, o contrato de trabalho foi rescindido por iniciativa da entidade empregadora. Estando certa da qualidade do trabalho que prestou ao longo de três anos e da necessidade de dar continuidade a esse trabalho, a Beatriz não se conformou e, mesmo sabendo da dificuldade em reverter a medida tomada, procurou obter explicações. Depois de alguma insistência por parte de Beatriz, a entidade empregadora resolveu finalmente justificar a rescisão do contrato: *“Reconhecemos o valor do trabalho que desenvolveu ao longo de três anos e a importância de lhe dar continuidade. Decidimos, por isso, admitir um novo Animador Sociocultural com formação secundária técnico-profissional.”*

Na sua maioria, os Animadores inquiridos coincidem nas suas posições em relação às quatro soluções apresentadas para este cenário: 83% “discordam completamente” ou “discordam” da solução A – *“A entidade empregadora devia ter respondido da maneira que respondeu, pois aquilo que um Animador com formação superior faz, pode ser feito por um Animador com formação secundária”*; 58% “concordam completamente” ou “concordam” com a solução B – *“A Beatriz devia recorrer às instâncias legais para provar que a medida de por termo ao contrato para admitir um Animador com formação do ensino secundário viola o que a lei estabelece e tem como objectivo a obtenção de ganhos económicos em desfavor dos ganhos de qualidade”*; 62% “discordam completamente” ou “discordam” da solução C – *“A entidade empregadora, ao admitir um Animador de formação secundária, está a contribuir para aumentar o interesse dos jovens pelas questões da cidadania”*; 65%

“discordam completamente” ou “discordam” da solução D – *“A entidade empregadora, ao admitir um Animador de formação secundária, está a contribuir para prestigiar a Animação Sociocultural”*.

Nas posições críticas que assumem, os inquiridos questionam novamente a formação técnico-profissional em Animação. São incisivos em considerar, no que respeita à solução A, que a grandeza de um Animador de formação superior, provada pelos seus atributos e pela sua eficácia no trabalho que desenvolve na área educativa, não é comparável aos atributos e à eficácia (Boltanski e Thévenot, 1991), de um Animador de formação técnico-profissional, daí que o trabalho desenvolvido pelo primeiro não possa ser desenvolvido pelo segundo:

**Inquérito por questionário** – *“Um profissional com formação superior e com especialização fará um trabalho muito mais direccionado e técnico do que um profissional com formação secundária (...) a qualidade exige formação adequada (...) o tipo de trabalho é diferente, as competências são diferentes (...) o trabalho de um licenciado é bastante mais completo (...) a qualificação é diferente, logo a responsabilidade é diferente (...) a formação superior oferece uma melhor preparação profissional (...) os/as animadores/as com formação superior são capazes de coordenar projectos, elaborar candidaturas, mobilizar recursos locais, compreender a complexidade dos contextos e propor intervenções para a mudança social, liderar processos participativos, definir planeamentos participados, liderar equipas multidisciplinares, ao passo que os/as animadores/as com formação profissional só realizam actividades, compreendendo-as no âmbito dos projectos e programas concebidos e desenvolvidos pelos Animadores de formação superior (...)”*.

Em seguida, sobre a solução B, os inquiridos, ao questionarem a legalidade da decisão da entidade empregadora e, ao mesmo tempo, ao considerarem que esta decisão não tem outro propósito que não seja a obtenção de ganhos económicos, mostram-se contrários à subalternização da Animação Sociocultural, traduzida na preferência que é dada pelas entidades empregadoras, em matéria de recrutamento e selecção, aos Animadores de formação técnico-profissional em desfavor dos Animadores de formação superior, retirando, por isso, valor de mercado à Animação Sociocultural (Boltanski & Thévenot, 1991) e contribuindo para que esta não constitua um produto

vendável e seja encarada como dispensável e, sendo assim, não cobiçada por aqueles que poderiam ser os seus beneficiários:

**Inquérito por questionário** – “(...) a Beatriz deve manifestar o seu desagrado, pois ela está mais habilitada e formada para exercer as suas funções na Organização Educativa em questão (...) a entidade empregadora, ao substituir uma pessoa de formação superior em Animação Sociocultural por outra com formação técnico-profissional, está a desvalorizar o papel do Animador (...) o trabalho do Animador é importante, mas é muito desvalorizado (...) a decisão é uma despromoção da Animação enquanto profissão (...)”.

No que respeita às soluções C e D, os inquiridos, mobilizando de forma compósita dispositivos de solidariedade cívica e de *notoriedade* (Boltanski & Thévenot, 1991), assumem que a decisão da entidade empregadora não tem como propósito um objectivo de cidadania, aumentando o interesse dos jovens pelas questões da cidadania, nem contribuir para o enaltecimento público da Animação Sociocultural, desrespeitando, por isso, o princípio da igualdade de tratamento e condicionando negativamente a maneira como a sociedade encara a grandeza dos Animadores:

**Inquérito por questionário** – “A contratação de um Animador com formação do ensino secundário não está relacionada com o aumento do interesse dos jovens pelas questões da cidadania (...) A entidade empregadora ao admitir um animador de formação secundária está apenas e só a pensar em questões económicas (...) O interesse desta Organização é apenas angariar mais lucro e não apostar na qualidade (...) A entidade reconhece o trabalho desenvolvido no âmbito da ASC, no entanto, não distingue o perfil, as competências e responsabilidades do Animador com formação do ensino secundário e do Técnico Superior em ASC (...) A opção por um animador técnico-profissional contribui para que seja difícil o reconhecimento da profissão (...) Não está a prestigiar em nada a animação sociocultural uma vez que está a apostar em mão de obra não qualificada (...)”.

Também os entrevistados, no que diz respeito às razões que levam muitas vezes as organizações a preterir um Animador de formação superior em favor de um Animador técnico-profissional, assentam a sua tomada de posição em dispositivos de



*ordem industrial* ao referirem que os atributos profissionais de uns e de outros não são comparáveis:

*“(...) A preparação de um licenciado em Animação não é comparável com a preparação que um curso técnico-profissional proporciona, mas muitas vezes as entidades empregadoras não estão preocupadas com isso, preferem um Animador técnico-profissional porque lhes sai barato... ou então admitem um licenciado mas pagam-lhe como se fosse um técnico-profissional” (entrevista n.º 1, Setembro de 2018: apêndice D). “Não me faz peso saber que poderei ter como colega um Animador técnico-profissional, não me faz diferença nenhuma, embora muitas vezes as organizações confundam os dois níveis de formação e, tendo que seleccionar um Animador, prefiram o Animador técnico-profissional por razões económicas. (...)” (entrevista n.º 5, Setembro de 2018: apêndice D).*

**Cenário E – Quanto vale a experiência?** (apêndice C): Depois de longas negociações, o Estatuto do Animador Sociocultural foi finalmente reconhecido oficialmente. Na sequência deste reconhecimento, a Direcção da “*Idade Maior e Qualidade de Vida*”, entidade responsável por vários equipamentos de apoio a idosos, comunicou, através de circular, que todos os trabalhadores classificados como Animadores Socioculturais teriam de apresentar o certificado de habilitações comprovativo em como podem exercer essas funções. E como nas negociações não foi acautelada a situação das pessoas que fazem animação, mas que não se encontram certificadas como tal, isso preocupou o Pedro e a Margarida, dois Animadores formados pela experiência: ele a exercer a actividade há doze anos, ela há oito. O receio destes dois Animadores em perder o seu posto de trabalho não era infundado. Mesmo tendo feito menção aos longos anos de experiência, a Direcção da “*Idade Maior e Qualidade de Vida*” não atendeu ao argumento da experiência invocado pelos dois Animadores e, recorrendo ao disposto no Estatuto do Animador – “*o exercício da actividade de Animador Sociocultural é limitado a pessoas devidamente certificadas*” –, comunicou-lhes a cessação do contrato.

Relativamente ao cenário E, sobressai a elevada percentagem de inquiridos que “nem discorda, nem concorda” com qualquer uma das quatro soluções apresentadas:

38% no que respeita à solução A – “A Direcção fez bem em aplicar o Estatuto, pois só dessa forma se impede, de uma vez por todas, que pessoas não certificadas possam exercer Animação Sociocultural”; 44% no que concerne à solução B – “Para a Direcção da “Idade Maior e Qualidade de Vida” o que importa é que o Estatuto do Animador tenha sido reconhecido oficialmente e não tanto as consequências desse reconhecimento”; 37% no que se refere à solução C – “A Direcção não devia ter aplicado o Estatuto antes de dar a oportunidade ao Pedro e à Margarida de requererem a certificação das suas experiências através de um processo de Reconhecimento e Validação de Competências”; 50% no que toca à solução D – “A Direcção fez mal em aplicar o Estatuto, pois dessa maneira está a deitar fora a experiência acumulada pelo Pedro e pela Margarida”.

Este elevado número de Animadores, não assumindo uma posição sobre as várias soluções, parece confirmar as dúvidas que existem e sempre existiram acerca da necessidade de um estatuto como condição para o reconhecimento do trabalho do Animador Sociocultural e da possibilidade da sua homologação. Dúvidas que se adensam ao ponto:

- a) de Conde (2015) considerar dispensável a publicação de um estatuto como condição de construção e afirmação da Animação Sociocultural enquanto actividade profissional;
- b) de Bento (2015) entender que a falta de entendimento sobre a forma como se vê a Animação e o trabalho do Animador impedir a definição e a homologação do Estatuto Profissional, reduzindo, assim, o seu espaço formal de empregabilidade e fragilizando a sua imagem social;
- c) de Lopes (2015a, p. 357) ser levado a constatar, volvidas quatro décadas desde o primeiro projecto de estatuto<sup>149</sup>, que este “*não existe nem em Portugal nem em nenhum país do mundo*” e, desta maneira, a interrogar-se se

---

<sup>149</sup> Projecto do FAOJ – Fundo de Apoio a Organismos Juvenis – 1976/1977.

*“não será este o tempo oportuno para em vez de um estatuto ligado à realidade portuguesa o estender à dimensão europeia?”.*

Em termos de posições assumidas, os inquiridos agem em dois “mundos” distintos. Para uns, com base num *mundo cívico de envolvimento* (Boltanski & Thévenot, 1991), há a expectativa de que o estatuto, ao regular a actividade da Animação Sociocultural e, dessa maneira, ao constituir um factor disciplinador do mercado, indicando e impondo os requisitos necessários para o seu exercício, impeça situações de arbitrariedade, nomeadamente ao nível de ser permitido o desenvolvimento da actividade a quem não se encontre devidamente certificado:

**Inquérito por questionário** – *“A aplicação do Estatuto permite o reconhecimento e dignificação da profissão do ASC (...) É justo que a animação seja exercida por quem esteja certificado (...) Se a medicina só pode ser exercida por quem esteja formado, porque é que não há-de suceder o mesmo com a animação (...) Fez bem em aplicar o estatuto, por isso se lutou por ele (...) É compreensível a decisão da direcção, pois é necessário restringir a actividade de asc a quem recebe formação para tal (...) O reconhecimento e validação de competências é um processo que pode atribuir um grau de animador de nível secundário, mas nunca a um nível superior, por isso concordo com a decisão da direcção (...) Experiência calcada no erro é erro sistematizado (...).*

Indo mais longe na defesa desta linha reguladora do mercado, conferindo à Animação Sociocultural a possibilidade de se autogerir, excluindo pessoas que não possuem formação superior em Animação Sociocultural, é o que se percebe da tomada de posição assumida por um dos entrevistados:

*“(...) eu acho que o que faz muita falta na Animação em Portugal é (...) uma Ordem. (...) acho que é preciso, em termos políticos e governamentais, darem-nos a possibilidade de nós também nos sabermos autogerir, como é o caso de uma Ordem. (...) a Ordem é um sonho, eu acho que a Ordem é um sonho (...) se nós queremos ser uma associação, uma ordem ou o que lhe quiserem chamar, de pessoas que fazem Animação Sociocultural, então que sejamos, mas que isso se defina uma vez por todas, porque acho que, mais uma vez digo, se tiver que ser só com Animadores Socioculturais técnicos superiores, então que seja e será um mal menor ter que*

*excluir todas as outras pessoas, por muito válidas que elas sejam.” (entrevista n.º 5, Setembro de 2018: apêndice 5).*

Para outros, numa combinação do mundo *cívico* (Boltanski & Thévenot, 1991) e do mundo assente numa *rede de projectos* (Boltanski & Chiapello, 1999), não pondo em causa o estatuto, consideram que *“A direcção devia dar a estes trabalhadores a hipótese de se formarem, pois a sua experiência não deve ser desperdiçada”*, evitando, por isso, a exclusão de pessoas com larga experiência de trabalho na Animação Sociocultural, pese embora não tenham formação formal:

**Inquérito por questionário** – *“A direcção devia dar a estes trabalhadores a hipótese de se formarem, pois a sua experiência não deve ser desperdiçada (...) Se as pessoas não certificadas tiverem experiência não devem ser impedidas de exercer (...) Creio que a certificação deve ser aplicada, no entanto tentando aproveitar as pessoas que têm experiência, mesmo não tendo certificação (...) As pessoas podem continuar a exercer o trabalho de Animador mas integrados numa equipa com um licenciado em ASC pois a sua experiência será uma mais-valia para o trabalho do animador diplomado (...) deve ser dada atenção à experiência e não só ao certificado de licenciatura... é importante saber estar, saber ser... (...) Acho que importa tanto a aplicação do estatuto como as suas consequências (...) A experiência de doze/oito anos do Pedro e da Margarida é importante e não deve ser desperdiçada (...) Devia ter sido dada a oportunidade de tornar os anos de experiência em formação efectiva (...)”*.

É precisamente no sentido de evitar a exclusão, que um dos entrevistados é levado a considerar a importância da experiência e a considerar a oportunidade que deve ser dada as pessoas de poderem investir em formação de modo a serem certificadas:

[O estatuto] *“(...) poderá excluir, mas eu acredito que as pessoas vão fazer valer o facto de terem essa experiência profissional e vão querer saber mais e se calhar vão investir na formação. (...) até para as pessoas terem uma remuneração mais justa para o trabalho que fazem, porque muitas vezes fazem Animação há tantos anos e trabalham tanto e acabam por ter uma remuneração miserável. (...) não acredito que um Animador que tem um canudo, só porque tem um canudo, seja melhor Animador e faça melhor o trabalho do que uma pessoa que já trabalhe há imensos anos (...)” (entrevista n.º 2, Setembro de 2018: apêndice D).*

Ao mesmo tempo, por sujeitar o Animador a um conjunto de normas estatutárias que poderão restringir a sua acção em termos de participação e liberdade de movimentos, considerando que o estatuto, segundo um dos inquiridos, “*poderá até ser um empecilho à minha participação nos mais variados projectos*” e, segundo um outro inquirido, “*são tantas as áreas em que o Animador pode actuar que um estatuto pode limitar essa actuação*”:

**Inquérito por questionário** – “*Não sou defensor do Estatuto por si só e acredito que a diferença deveria estar nas práticas (...) Pela minha experiência profissional, não sinto que o estatuto seja necessário, ele poderá até ser um empecilho à minha participação nos mais variados projectos (...) São tantas as áreas em que o Animador pode actuar que um estatuto pode limitar essa actuação (...) o futuro da Animação não passa por um estatuto, passa pela capacidade dos Animadores mostrarem a sua competência para ganharem espaço nos projectos sociais, ou com crianças, ou com idosos, ou com outras populações (...) é preciso medir bem os prós e os contras de um estatuto, não vá o estatuto comprometer a nossa actuação enquanto Animadores (...) embora ache que é necessária alguma ordem na Animação e nesse sentido o estatuto poderia ajudar, pois é preciso acabar com a ideia de que toda a gente pode ser animadora, mas também é preciso pensar que o mercado de trabalho está a mudar e se está a mudar não se sabe o que vai ser o trabalho em animação no futuro (...)*”.

**Cenário F – Trabalhar ou não num lar de idosos?** (apêndice C): Após ter terminado a licenciatura em Animação Sociocultural, o Pedro chegou à conclusão de que os conhecimentos obtidos ficavam muito aquém das suas expectativas no que respeita à vertente da “cultura, educação e intervenção comunitária”. Uma vez que foi sempre esta a área ambicionada em termos de um futuro profissional, decidiu ingressar no mestrado em Intervenção Comunitária e Desenvolvimento Local, tendo, no final, defendido a tese “A Educação de Adultos como Espaço de Promoção da Cidadania”. Durante algum tempo, esteve convencido que esta formação especializada lhe permitiria exercer a actividade profissional numa perspectiva de transformação social, o que acabou por não acontecer. As ofertas de trabalho que foram surgindo privilegiavam as vertentes do cuidar e do entretenimento, pelo que o Pedro trabalha hoje num lar de idosos.

No que diz respeito ao cenário F, é elevada a percentagem de inquiridos que não assumem qualquer posição sobre as quatro soluções apresentadas, podendo esta ausência de posição estar relacionada com dúvidas quanto à possibilidade de exercer a actividade profissional de Animação Sociocultural, numa linha de transformação social, num lar de idosos: 39% no que toca à solução A – “*O Pedro devia continuar a procurar trabalho numa área em que pudesse por em prática as aprendizagens que fez, coisa que não é possível num lar de idosos*”; 49% relativamente à solução B – “*O Pedro devia continuar a trabalhar no lar, pois a Animação de idosos tem sempre como objectivo introduzir transformações nas suas vidas*”; 35% no que concerne à solução C – “*O Pedro, com as habilitações que tem na área da Animação Sociocultural, devia ser mais exigente e rejeitar ofertas de trabalho do tipo “lar de idosos”, em que só se dispensam cuidados alimentares e de higiene*”; 26% em relação à solução D – “*O Pedro devia encarar o seu actual trabalho com idosos como um desafio à sua competência como Animador Sociocultural*”.

Por seu turno, dando atenção às tomadas de posição assumidas, parece haver alguma concordância sobre possibilidade da Animação Sociocultural poder ser exercida num lar de idosos. Tratando-se de um trabalho que implica um envolvimento próximo, familiar, afectivo do Animador para com as pessoas e as situações em que estas se encontram, isso não impede que se trabalhe numa linha de transformação social, uma vez que, como refere um dos inquiridos, “*no trabalho com idosos a animação é vista como ‘dar vida’ e, por isso, implica transformações na sua vida e na sua maneira de viver o envelhecimento (...)*”<sup>150</sup>, sendo que o reconhecimento não deixa de estar, no dizer de Axel Honneth (2011, p. 129), no estado das relações primárias em que os benefícios mantidos são localizados e personalizados:

1. em relação à solução A, 30% dos inquiridos, mobilizando dispositivos do “*mundo industrial*” e do “*mundo cívico*”, “discordam completamente” ou “discordam” que “*o Pedro devia continuar a procurar trabalho numa área em que pudesse por em prática as aprendizagens que fez, coisa que não é possível num lar de idosos*”, pois o trabalho de Animação num lar, de acordo com o testemunho de alguns dos inquiridos, não impede, por um lado, a

---

<sup>150</sup> Posição que parece contrariar Montez (2015) ao afirmar que a Animação passou a privilegiar a vertente “cuidadora” e de “entretenimento” e a pôr de parte a vertente “transformadora”.

aplicação dos conhecimentos que o Pedro obteve no mestrado e, por outro lado, permite que se estabeleçam parcerias com organizações locais de modo a promover a qualidade do trabalho com idosos.

**Inquérito por questionário** – *“Num lar de idosos é possível colocar em prática os conhecimentos adquiridos (...); deve continuar a trabalhar no lar, pois também aí poderá fazer animação na vertente em que obteve a formação; mesmo trabalhando num lar, o Pedro não está impedido de procurar estabelecer parcerias com instituições locais com o objectivo de promover a qualidade do trabalho com idosos e, desta maneira, pôr em prática os seus conhecimentos na área da intervenção comunitária e desenvolvimento local (...)”.*

2. em relação à solução B, 40% dos inquiridos, voltando a mobilizar dispositivos do *mundo industrial* e do *mundo cívico*, “concordam completamente” ou “concordam” que “*o Pedro devia continuar a trabalhar no lar, pois a Animação de idosos tem sempre como objectivo introduzir transformações nas suas vidas*”, uma vez que consideram que “*(...) é uma experiência de vida que só ajudará o Pedro a ‘crescer’ cada vez mais a nível profissional*” e, ao mesmo tempo, “*no trabalho com idosos a animação é vista como ‘dar vida’ e por isso implica transformações na sua vida e na sua maneira de viver o envelhecimento*”:

**Inquérito por questionário** – *“No trabalho com idosos a animação é vista como “dar vida” e por isso implica transformações na sua vida e na sua maneira de viver o envelhecimento (...); Todo o tipo de trabalho em animação pretende criar transformações nas pessoas com quem se trabalha (...); enquanto animador sociocultural irá com certeza transformar os dias desses idosos. Não é por ser um lar que a passividade irá ter lugar. Cabe a ele e aos outros profissionais tornar o dia-a-dia dessas pessoas digno, feliz, respeitoso e activo (...) É uma experiência de vida que só ajudará o Pedro a “crescer” cada vez mais a nível profissional e pessoal. A Animação de Idosos é muito gratificante, pois tem sempre como objectivo introduzir transformações nas suas vidas.”*

3. em relação à solução C, 58% dos inquiridos “discordam completamente” ou “discordam” que “*O Pedro, com as habilitações que tem na área da*

*Animação Sociocultural, devia ser mais exigente e rejeitar ofertas de trabalho do tipo 'lar de idosos', em que só se dispensam cuidados alimentares e de higiene".* Numa composição de dispositivos justificativos do mundo industrial e do mundo cívico e, ao mesmo tempo, centrando a sua acção em práticas de envolvimento que requerem "tacto" na gestão da proximidade (Viot, Pattaroni & Berthoud, 2010), de modo a evitar uma intervenção que interfira nas dimensões da vida privada que só aos idosos dizem respeito, os Animadores admitem: que *"há muito bom trabalho que um animador poderá fazer num lar, mesmo com um mestrado em educação de adultos"*, que *"o trabalho de um animador num lar de idosos não é prestar cuidados e alimentação, mas sim mudar vidas e mentalidades (...)"* e que deve haver *"o cuidado de respeitar a vida privada e de não invadir dimensões da vida que só aos idosos dizem respeito (...)"*.

**Inquérito por questionário** – *"As experiências são sempre válidas para o nosso crescimento pessoal e profissional. Trabalhar num lar, não significa que se esteja fechado para a comunidade. Pode explorar outros projectos (...); o trabalho de um animador num lar de idosos não é prestar cuidados e alimentação, mas sim mudar vidas e mentalidades (...); não deve rejeitar, uma vez que está na sua área de formação base, tendo, porém, o cuidado de respeitar a vida privada e de não invadir dimensões da vida que só aos idosos dizem respeito (...); Há muito bom trabalho que um animador poderá fazer num lar, mesmo com um mestrado em educação de adultos. Educação de adultos não é ensinar matemática, mas sim a aprendizagem e estimulação e consciência do saber até ao fim da vida, porque a vida não acaba no lar, o lar é sim uma outra fase da vida"*.

4. em relação à solução D, 67% dos inquiridos, fazendo apelo aos atributos profissionais, assumem que "concordam completamente" ou "concordam" que *"o Pedro devia encarar o seu actual trabalho com idosos como um desafio à sua competência como Animador Sociocultural"*, sendo isto ilustrado por dois dos inquiridos que entendem que o trabalho de projecto desenvolvido num Lar é desafiante do ponto de vista profissional e poderá constituir uma base impulsionadora de um trabalho de âmbito mais alargado em termos de parcerias com organizações de carácter social situadas na comunidade envolvente: *"o Pedro deve perceber o que pode desenvolver no*



*Lar e saber se pode estender esse projecto à comunidade. Poderá desenvolver projectos complementares ao Lar ou paralelos” e que “o trabalho do animador sociocultural num lar tem de ser desafiante e os desafios estão nas dificuldades e não nas facilidades. O animador com formação superior tem ferramentas a que pode recorrer para esses desafios que lhe são lançados”:*

**Inquérito por questionário** – *“O Pedro deve perceber o que pode desenvolver no Lar e saber se pode estender esse projecto à comunidade. Poderá desenvolver projectos complementares ao Lar ou paralelos (...); Um desafio é com certeza. Penso nos tempos actuais, desafios são todas as oportunidades de emprego. Não é um contexto descabido na formação dele (...); O trabalho do animador sociocultural num lar tem de ser desafiante e os desafios estão nas dificuldades e não nas facilidades. O animador com formação superior tem ferramentas a que pode recorrer para esses desafios que lhe são lançados (...) Claro que sim!...O "desafio" a nível profissional é uma competência crucial no Animador.”*

**Cenário G – Projecto aliciante, mas...** (apêndice C): A Carla, doutorada em Animação Sociocultural e já com alguns anos de experiência de trabalho nesta área, recebeu duas propostas de trabalho: a primeira, para participar num projecto de combate à pobreza; a segunda, para trabalhar num equipamento de apoio a pessoas idosas, com as valências de Centro de Dia, Lar e Apoio Domiciliário. Sobre a primeira proposta, a Carla sabe que o projecto terá uma duração de três anos, que é promovido pela Câmara Municipal e que é subsidiado com fundos europeus. Sabe também, que a equipa será composta por um Sociólogo, um Economista, um Técnico de Serviço Social, um Jurista e dois Animadores Socioculturais. Sobre a segunda proposta, a informação prestada à Carla é que se trata de um trabalho com contrato sem termo e de apoio directo a pessoas idosas. No momento em que recebeu as duas propostas, a Carla encontrava-se desempregada, sem direito a subsídio de desemprego. Tinha concluído o doutoramento há relativamente pouco tempo e deixado de ser bolseira. As duas propostas não podiam ter surgido em melhor altura. O percurso profissional da Carla era tudo menos linear. Tinha já participado em vários projectos, mas sempre de forma angustiada: ora porque o valor da bolsa não

chegava a tempo e horas de pagar as despesas, ora porque no final de cada projecto surgia sempre a dúvida de como seria a sua vida futura. O que a Carla não queria, de todo, era ter de regressar a casa dos pais, tal como sucedera a muitos dos seus colegas Animadores. Perante as duas propostas, a Carla ficou indecisa em relação à escolha a fazer: se o projecto, aliciente pelo desafio profissional que lhe proporcionaria, mas, a avaliar pela sua própria experiência, de uma grande instabilidade; se o equipamento de apoio a idosos, pela segurança que lhe asseguraria. Ponderadas as duas propostas, a Carla acabou por escolher o equipamento de apoio a idosos pela maior segurança que provavelmente este trabalho lhe proporcionaria na sua vida.

No que se refere ao cenário G, chama a atenção a expressiva percentagem de inquiridos que não toma posição sobre as quatro soluções apresentadas. Esta ausência de posição parece ser reveladora de um estado de tensão na decisão a tomar entre, por um lado, participar num trabalho de projecto que, podendo ser mais desafiante em termos de autonomia e desenvolvimento profissional, se apresenta instável a vários títulos, nomeadamente em termos de prazo limitado da sua duração; e, por outro lado, aceitar um trabalho que, podendo não ser tão desafiante, proporciona uma maior segurança, seja pela previsível regularidade do pagamento do salário, seja por não haver termo na sua duração contratual. Dos inquiridos, 51% não assumem posição em relação à solução A – *“A Carla devia ter arriscado o trabalho no projecto de combate à pobreza ”*; 53% relativamente à solução B – *“A Carla fez bem em ter privilegiado a segurança que o trabalho no equipamento de apoio a idosos lhe vai proporcionar”*; 53% no que concerne à solução C – *“A Carla fez bem em escolher o equipamento de apoio a idosos, pois é também aí que os resultados do trabalho do Animador se fazem sentir”*; 46% em relação à solução D – *“A Carla errou na escolha que fez, pois o trabalho no equipamento de apoio a idosos é um trabalho que assenta numa vertente “cuidadora” e não lhe abrirá portas em termos de futuro profissional”*.

Já quanto aos inquiridos que se pronunciam criticamente em relação às soluções A e B, nota-se que os argumentos dos 32% que “concordam completamente” ou “concordam” com a solução A – que *“A Carla devia ter arriscado o trabalho no projecto de combate à pobreza ”* –, apontam que um projecto *“pode abrir portas para outras áreas de interesse do animador”*, que o *“projecto seria uma excelente*

*oportunidade de desenvolvimento profissional e uma experiência diferente” e, ainda, que “a estabilidade a médio/longo prazo não é suficiente hoje em dia, pelo que a Carla devia ter arriscado o trabalho de projecto”:*

**Inquérito por questionário** – *“Devia ter arriscado no projecto. Por vezes temos de correr riscos e mostrar que o projecto podia ser sustentável (...); É um projecto que pode abrir portas para outras áreas de interesse do animador, estabilidade na nossa área não existe. Por isso tendo trabalho por 3 anos vale a pena arriscar e ir procurando outros; (...) O projecto seria uma excelente oportunidade de desenvolvimento profissional e uma experiência diferente (...); O projecto é uma experiência benéfica que proporcionaria à Carla um verdadeiro desafio (...) a estabilidade a médio/longo prazo não é suficiente hoje em dia, pelo que a Carla devia ter arriscado o trabalho de projecto (...)”.*

Por sua vez, os 34% de inquiridos que “concordam completamente” ou “concordam” com a solução B – que *“A Carla fez bem em ter privilegiado a segurança que o trabalho no equipamento de apoio a idosos lhe vai proporcionar”* –, assumem a sua tomada de posição com base nos seguintes argumentos:

**Inquérito por questionário** – *“A Carla fez bem em aceitar para ter mais estabilidade na vida (...); Nos dias que correm é sempre uma mais-valia um contrato sem termo, embora também já não seja garantia de futuro (...); Como o Mercado de Trabalho se encontra, não se pode arriscar assim muito... por isso acho que a Carla decidiu acertadamente (...)”.*

A partir dos juízos emitidos em relação às soluções A e B, o que se nota é a pluralidade de formas de fazer o comum – vinculando os Animadores Socioculturais a diferentes regimes de envolvimento na acção que não só o dos mundos da justiça – na abordagem a trabalhos que proporcionam experiências profissionais e condições de segurança diferentes. A escolha entre trabalhar num projecto de luta contra a pobreza ou num equipamento de apoio a idosos requer, antes de mais, ter que decidir, com base num regime de envolvimento em *plano*, entre uma *“excelente oportunidade de desenvolvimento profissional”* que o projecto proporciona e a maior *“estabilidade na vida”* que o equipamento de apoio a idosos assegura. Ao mesmo tempo, numa perspectiva de *ordem familiar*, ter que optar por um envolvimento de maior ou menor

proximidade que é exigido, respectivamente, pelo trabalho de apoio directo a pessoas idosas e pelo trabalho de projecto. E ainda, numa perspectiva da *justeza* das contrapartidas pelo trabalho prestado, ter que encarar o risco que os trabalhos de projecto e de apoio a idosos comportam, nomeadamente em termos do pagamento ser feito a tempo e horas e da expectativa quanto ao futuro: querer saber se o trabalho – seja exercido num projecto de combate à pobreza ou seja exercido num equipamento de apoio a idosos – terá ou não continuidade.

Em relação à solução C, nota-se que o trabalho do Animador Sociocultural num equipamento de apoio a idosos gera controvérsias: se, por um lado, 23 % dos inquiridos “concordam completamente” ou “concordam” que *“A Carla fez bem em escolher o equipamento de apoio a idosos, pois é também aí que os resultados do trabalho do Animador se fazem sentir”*, por outro lado, 24% dos inquiridos assumem uma posição contrária, ou seja, “discordam completamente” ou “discordam” que *“A Carla fez bem em escolher o equipamento de apoio a idosos, pois é também aí que os resultados do trabalho do Animador se fazem sentir”*.

Para a tomada de posição dos 23% de inquiridos que “concordam completamente” ou “concordam” que *“A Carla fez bem em escolher o equipamento de apoio a idosos, pois é também aí que os resultados do trabalho do Animador se fazem sentir”*, são mobilizados, em simultâneo, dispositivos justificativos do *mundo industrial* e do *mundo inspirado*. Fazendo menção aos atributos profissionais do Animador Sociocultural e à sua eficácia, bem como ao seu espírito de missão, consideram que o trabalho do Animador *“faz-se sentir em qualquer lado”* e *“mesmo num lar de idosos há possibilidade do animador por em prática a sua criatividade e inovação”*:

**Inquérito por questionário** – *“Um animador tem um papel fundamental num lar de idosos no bem-estar e na qualidade do envelhecimento da pessoa idosa, conseguirá sentir-se mais satisfeito com os resultados a curto prazo do que no projecto (...); Quando o trabalho do animador é bem feito, faz-se sentir em qualquer lado (...); Mesmo num lar de idosos há possibilidade do animador por em prática a sua criatividade e inovação (...);*

Esta mesma tomada de posição, de que o trabalho social num lar de idosos é desafiante, permitindo ao Animador, de forma autónoma, por em prática os seus conhecimentos, é assumida nas palavras de dois dos entrevistados:

*“(...) desenvolver projectos com as pessoas que nasçam da vontade e da necessidade das pessoas e com elas construir projectos (...) dentro desta instituição, comecei por trabalhar num projecto de desenvolvimento comunitário (...) Neste momento (...) estou a trabalhar numa equipa e (...) passei a ter o cargo de coordenador da equipa, o que quer dizer que passei a ter um trabalho acrescido, mais responsabilidades, a coordenação dos projectos (...)” (entrevista n.º 1, Setembro de 2018: apêndice D)*

*“(...) o entretenimento faz parte da Animação, mas o entretenimento pelo entretenimento não é Animação Sociocultural (...) Animação Sociocultural é muito mais do que isso. É trabalhar com princípio, meio e fim, conhecendo bem o terreno, conhecendo bem as pessoas com quem trabalhamos, as suas necessidades..., pensar num projecto de desenvolvimento global e individual para cada uma dessas pessoas e isso é que é a Animação... (...) temos que puxar um bocadinho mais pela parte científica, pela parte do conhecimento e (...) pensar porque é que aquela actividade faz sentido, conhecer o grupo, saber elaborar projectos, tudo isso, em termos científicos, é muito importante e isso faz a diferença do Animador Sociocultural.” (entrevista n.º 5, Setembro de 2018: apêndice D).*

Relativamente à tomada de posição dos 24 % dos inquiridos que “discordam completamente” ou “discordam” que “A Carla fez bem em escolher o equipamento de apoio a idosos, pois é também aí que os resultados do trabalho do Animador se fazem sentir”, são mobilizados dispositivos do mundo industrial, considerando que “a Carla teria mais oportunidades de por em prática os seus conhecimentos no trabalho de projecto que lhe foi proposto” e que “por ser mais abrangente, daria à Carla uma outra perspectiva sobre a Animação Sociocultural”, pois possibilitaria o contacto “com técnicos de outras áreas, coisa que o trabalho com idosos muitas vezes não permite”:

**Inquérito por questionário** – “A afirmação das práticas da Animação Sociocultural não é fácil num lar de idosos, a Carla teria mais oportunidades de por em prática os seus conhecimentos no trabalho de projecto que lhe foi proposto (...); o projecto por ser mais abrangente daria à Carla uma outra perspectiva sobre a Animação Sociocultural (...) é claro que o trabalho num projecto contra a

*pobreza tem outra visibilidade, é mais desafiante e permite que o animador contacte com técnicos de outras áreas, coisa que o trabalho com idosos muitas vezes não permite e, sendo assim, a Carla ficaria melhor servida se tivesse escolhido o trabalho de projecto (...)*”.

Em relação à solução D, se é certo que 47% dos inquiridos discordam completamente ou discordam que “A Carla errou na escolha que fez, pois o trabalho no equipamento de apoio a idosos é um trabalho que assenta numa vertente ‘cuidadora’ e não lhe abrirá portas em termos de futuro profissional”, também é certo, numa multiplicidade de *nuances* de que são feitos os envolvimento dos actores, que são os mesmos Animadores a considerarem, numa composição de posições, que, independentemente do trabalho ser exercido num projecto de combate à pobreza ou num equipamento de apoio a idosos, “*tudo nos abrirá portas e dará ‘frutos’ em termos de futuro profissional, o esforço será recompensado (...); O trabalho com idosos, para além de ser mais seguro, pode também abrir portas em termos profissionais*”:

**Inquérito por questionário** – “*Tudo nos abrirá portas e dará “frutos” em termos de futuro profissional, o esforço será recompensado (...); O trabalho com idosos, para além de ser mais seguro, pode também abrir portas em termos profissionais (...) tenho conhecimento de experiências muito interessantes de Animadores a trabalharem em centros de dia e lares de idosos e que estabelecem parcerias que permitem um trabalho com outros resultados que não podem ser alcançados se o trabalho for desenvolvido isoladamente (...)*”

**V.7 – Em síntese:**

**Cenário A – *Mas tu queres mesmo Animação?***

Nas justificações apresentadas, é colocada em destaque a reivindicação de uma liberdade individual, entendida não como o postulado individualista de considerar o indivíduo à margem da sociedade, onde esta é somente um amontoado inócuo de outros indivíduos, mas sim pensar o indivíduo e a sociedade em simbiose enquanto processos inacabados que reagem mutuamente entre si, numa readaptação constante. O indivíduo é colocado perante o desafio de desenhar o seu próprio projecto de vida profissional,

optando e ponderando por si mesmo os diversos obstáculos com que eventualmente se poderá deparar, o que parece configurar um envolvimento na acção em que o indivíduo é dotado de autonomia e capaz de decidir racionalmente sobre o seu projecto profissional futuro. Na sua maioria, os Animadores inquiridos coincidem nas suas posições, considerando que o ingresso no curso de Animação Sociocultural é uma decisão que só ao Bruno cabe tomar. Já quanto à solução que indica que a Animação não garante o futuro de ninguém, as posições não são coincidentes. Trata-se de uma solução que divide os Animadores em dois campos distintos: de um lado, os que, a partir da experiência resultante das situações vividas, consideram que a Animação, pela imprecisão, a ambiguidade e a incerteza que a caracterizam, não é garantia de futuro, mencionando a associação que socialmente é feita entre o Animador Sociocultural, a imagem do palhaço e o entretenimento; do outro lado, os que entendem que o futuro da Animação se encontra, em grande medida, nas mãos dos Animadores, ou seja, que a garantia de futuro dependerá da forma como estes encararem e exercerem a actividade.

#### **Cenário B – *Afinal de contas de que me vale a formação superior?***

O ter que decidir entre aceitar ou não uma proposta de emprego que não respeita a formação superior obtida, coloca os Animadores num estado de ambivalência. Se é verdade que a obtenção de um emprego se impõe, muitas vezes, como uma absoluta necessidade, é também verdade que a dignidade profissional, entendida no sentido de ver respeitada a formação, parece colocar os Animadores num estado de indecisão. Esta indecisão não é, porém, exclusiva da Animação Sociocultural. El terá de ser entendida num plano mais alargado, pois parece encontrar explicação na complexidade e incerteza que caracteriza o mundo de hoje e que se alastra ao mundo do trabalho. O mundo do trabalho confronta os indivíduos com uma série de desafios de natureza moral. A linha entre o aceitável e o inaceitável dá origem a dilemas de ordem profissional resultantes da dificuldade em fazer corresponder as decisões ao que é considerado justo. Neste caso, se é verdade que a obtenção de um emprego se impõe, muitas vezes, como uma absoluta necessidade, é também verdade que a dignidade profissional é entendida no sentido de ver respeitada a formação superior obtida, o que torna complexa a apreciação e o julgamento sobre a “*acção que convém*”, agindo assim em “*vários mundos*”, que se compõem uns com os outros, por forma a conferir à acção, em momentos de tensão em torno de situações problemáticas, pertinência e coerência.

Sobre as posições assumidas em relação a este cenário, elas assumem duas grandes categorias: por um lado, as que consideram inaceitável a proposta feita à Isabel. Ao afirmarem a sua grandeza, os inquiridos apresentam razões para considerarem que a proposta, pecando por falta de equidade, “*é humilhante do ponto de vista profissional*”, injusta, desprestigiante e descredibiliza a Animação Sociocultural. Esta é uma proposta que põe em causa o respeito que a pessoa tem por si mesma, o que representa uma violação da dignidade humana, gerando um sentimento de “*humilhação*” e, por consequência, contrariando os preceitos de funcionamento de uma sociedade “*decente*”. Uma proposta que, por falta de igualdade de tratamento, parece traduzir um desrespeito pelo “*princípio comum da dignidade*” que deveria ser aplicado à Isabel. Por outro lado, as posições mais conciliadoras que, realçando a importância de ter um emprego – não importando que emprego e em que condições –, consideram a proposta, apesar de não estar à altura da formação superior em Animação Sociocultural, não como “*um desprestígio, mas sim uma oportunidade*” que se abre, caso a Isabel decida aceitar, de poder alcançar um lugar ajustado às habilitações superiores que detém, não ficando, por isso, prejudicado o respeito que possa ter por si mesma.

### **Cenário C – Quanto valem as “responsabilidades” de um Animador?**

A remuneração constitui, entre outros, um claro critério de avaliação e a primeira forma de recompensa pelo trabalho prestado. Nessa medida, o tratamento desigual de que os Animadores de formação superior são objecto em comparação com outros profissionais, igualmente com formação superior, no que respeita a esta matéria, não se devendo apenas à ambiguidade semântica do conceito de Animação Sociocultural, mas fundamentalmente por designar actividades muito diferentes e, deste modo, ser difícil delimitar os seus contornos (Pattaroni, 2005), é recorrentemente testemunhado e criticado como uma injustiça. Ao serem relegados para segundo plano, aos Animadores Socioculturais é negada a aplicação do direito a um tratamento de igualdade que, sendo reconhecido a outros profissionais, é motivo para se sentirem injustiçados, colocando, assim, em causa uma condição básica do funcionamento de uma sociedade decente: a de que a cidadania – legal, política, social, simbólica – deve ser igualitária para não ser humilhante. Este sentimento de injustiça é reiterado pelos inquiridos ao denunciarem, a partir de dispositivos de compromisso entre justificações de grandeza mercantil, industrial e cívica, o facto do valor de mercado conferido à



Animação Sociocultural não corresponder, em muitos casos, aos seus atributos e à sua eficácia junto da população sénior, explicando que esta diferença de tratamento, de que são alvo os Animadores Socioculturais, sendo agravada pela existência de cursos profissionais, fere o princípio geral de equivalência como critério de igualdade. A justificação encontrada pelos inquiridos para este tratamento desigual prende-se com a indefinição que caracteriza trabalho do Animador Sociocultural

#### **Cenário D – Bom trabalho, mas...**

Nas posições críticas que assumem, os inquiridos questionam a formação técnico-profissional em Animação. São incisivos em considerar que a grandeza de um Animador de formação superior, provada pelos seus atributos e pela sua eficácia no trabalho que desenvolve na área educativa, não é comparável aos atributos e à eficácia de um Animador de formação técnico-profissional, daí que o trabalho desenvolvido pelo primeiro não possa ser desenvolvido pelo segundo. Mostram-se contrários à subalternização da Animação Sociocultural, traduzida na preferência que é dada pelas entidades empregadoras, em matéria de recrutamento e selecção, aos Animadores de formação técnico-profissional em desfavor dos Animadores de formação superior, retirando, por isso, valor de mercado à Animação Sociocultural e contribuindo para que esta não constitua um produto vendável e seja encarada como dispensável e, sendo assim, não cobiçada por aqueles que poderiam ser os seus beneficiários:

#### **Cenário E – Quanto vale a experiência?**

Em termos de posições assumidas, os inquiridos agem em dois “*mundos*” distintos. Para uns, com base num *mundo cívico de envolvimento*, há a expectativa de que o estatuto, ao regular a actividade da Animação Sociocultural e, dessa maneira, ao constituir um factor disciplinador do mercado, indicando e impondo os requisitos necessários para o seu exercício, impeça situações de arbitrariedade, nomeadamente ao nível de ser permitido o desenvolvimento da actividade a quem não se encontre devidamente certificado. Para outros, com base numa combinação do mundo *cívico* e do mundo assente numa *rede de projectos*, há o receio de que o estatuto possa limitar a actividade de Animação Sociocultural de duas maneiras diferentes: desde logo por constituir um factor de exclusão, afastando pessoas com larga experiência de trabalho na Animação Sociocultural, pese embora não tenham formação formal. Ao mesmo

tempo, por sujeitar o Animador a um conjunto de normas estatutárias que poderão restringir a sua acção em termos de participação e liberdade de movimentos, considerando que o estatuto poderá ser um empecilho à participação nos mais variados projectos e, sendo tantas as áreas em que o Animador pode actuar, podendo limitar essa actuação.

#### **Cenário F – Trabalhar ou não num lar de idosos.**

É elevada a percentagem de inquiridos que não assumem qualquer posição sobre o trabalhar ou não num lar de idosos, podendo esta ausência de posição estar relacionada com dúvidas quanto à possibilidade de poder exercer a actividade profissional de Animação Sociocultural numa linha de transformação social. Dando atenção às tomadas de posição assumidas, parece haver alguma concordância sobre possibilidade da Animação Sociocultural poder ser exercida num lar de idosos. Tratando-se de um trabalho que implica um envolvimento próximo, familiar, afectivo do Animador para com as pessoas e as situações em que estas se encontram, isso não impede que se trabalhe numa linha de transformação social, uma vez que no trabalho com idosos a animação é vista como "dar vida" e, por isso, implica transformações na sua vida e na sua maneira de viver o envelhecimento.

#### **Cenário G – Projecto aliciante, mas...**

Chama a atenção a expressiva percentagem de inquiridos que não toma posição sobre as quatro soluções apresentadas. Esta ausência de posição parece ser reveladora de um estado de tensão na decisão a tomar entre, por um lado, participar num trabalho de projecto que, podendo ser mais desafiante em termos de autonomia e desenvolvimento profissional, se apresenta instável a vários títulos, nomeadamente em termos de prazo limitado da sua duração; e, por outro lado, aceitar um trabalho que, podendo não ser tão desafiante, parece proporcionar uma maior segurança, seja pela previsível regularidade do pagamento do salário, seja por não haver termo na sua duração contratual. A partir dos juízos emitidos em relação às várias soluções relacionadas com este cenário, o que se nota é a pluralidade de formas de fazer o comum – vinculando os Animadores Socioculturais a diferentes regimes de envolvimento na acção que não só o dos mundos da justiça – na abordagem a trabalhos que proporcionam experiências profissionais e

condições de segurança diferentes. A escolha entre trabalhar num projecto de luta contra a pobreza ou num equipamento de apoio a idosos requer, antes de mais, ter que decidir entre as oportunidades de desenvolvimento profissional que o projecto proporciona e a maior estabilidade na vida que o equipamento de apoio a idosos assegura. Ao mesmo tempo, ter que optar por um envolvimento de maior ou menor proximidade que é exigido, respectivamente, pelo trabalho de apoio directo a pessoas idosas e pelo trabalho de projecto. E ainda, ter que encarar o risco que os trabalhos de projecto e de apoio a idosos comportam, nomeadamente em termos do pagamento ser feito com regularidade e pontualidade e de futuro profissional. O trabalho do Animador Sociocultural num equipamento de apoio a idosos gera controvérsias: de um lado, os inquiridos que estão de acordo que é também no apoio a idosos que os resultados do trabalho do Animador se fazem sentir, tendo, para esta tomada de posição, sido mobilizados, em simultâneo, dispositivos justificativos do mundo industrial e do mundo inspirado; do outro lado, os inquiridos que discordam que ao Animador seja possível por em prática os seus conhecimentos numa instituição de apoio a idosos, considerando que o trabalho de projecto confere mais oportunidades de desenvolvimento profissional, tendo, para esta tomada de posição, sido mobilizados dispositivos do mundo industrial. Nota-se, porém, que são muitas vezes os mesmos Animadores, numa multiplicidade de nuances de que são feitos os envolvimento dos actores, a considerarem, numa composição de posições, que todo o trabalho, independentemente de ser exercido num projecto de combate à pobreza ou num equipamento de apoio a idosos, proporciona oportunidades em termos de futuro profissional.

## CONCLUSÕES

A origem da Animação Sociocultural, enquanto actividade de intervenção social, educativa e cultural, situa-se, conforme indicação dada pelos vários autores, a partir de meados do século XX. Esta actividade encontra-se relacionada com as transformações sociais resultantes do crescimento da sociedade industrial e da desintegração da sociedade tradicional, com todos os problemas que estas transformações provocaram ao nível dos “*modos de vida*” (Guerra, 1993).

Tendo como denominador comum, em vários países da Europa, a intervenção nos domínios político, económico, educativo e cultural, a Animação Sociocultural assume uma dimensão “*transformadora*”, realçando, para o efeito, a sua vertente cívica como prova de grandeza (Boltanski & Thévenot, 1991), com vista à emancipação individual e colectiva.

Não obstante a projecção ganha a partir de meados do século XX nas áreas social, educativa e cultural, a imprecisão, a ambiguidade e a incerteza não deixaram de constituir traços caracterizadores do processo de profissionalização da Animação Sociocultural. Imprecisão, por ser difícil delimitar os seus contornos. Ambiguidade, pelos múltiplos sentidos atribuídos ao conceito e que resultam de diferentes posicionamentos ideológicos e, ao mesmo tempo, da grande diversidade de âmbitos, de contextos e de públicos a quem se dirige, bem como da grande variedade de instrumentos que utiliza e de actividades que desenvolve. Incerteza, pelo carácter transitório de muitos dos seus empregos.

Em Portugal, a Animação Sociocultural ganha alguma consistência, à semelhança do que sucedeu nalguns países europeus, a partir de meados do século XX, fruto das mudanças resultantes de um processo de industrialização, urbanização e terciarização que foi ganhando forma ao longo das décadas de 50 e 60. Este processo foi gerando novas dinâmicas económicas e sociais que provocariam, pese embora a ideia nacionalista da cultura nacional tivesse perdurado até ao 25 de Abril de 1974, um reajustamento na linha de orientação do corporativismo, perdendo importância a perspectiva ruralista e ganhando expressão a linha industrialista através da implementação dos vários Planos de Fomento.

Após o 25 de Abril de 1974, a Animação Sociocultural em Portugal, de acordo com Lopes (2006), passa por várias fases: a “*fase revolucionária*”, a “*fase constitucionalista*”, a “*fase patrimonialista*”, a “*fase da deslocação da Animação Sociocultural do poder central para o poder local*”, a “*fase da dimensão multicultural*”, a “*fase de ampliação dos perfis dos Animadores Socioculturais*”.

Na “*fase revolucionária*”, que decorre entre 1974 e 1976, assiste-se a uma intensa actividade de animação, coordenada pela *Comissão Interministerial para a Animação Sociocultural (CIASC)*, instituição que promove as “*campanhas de dinamização cultural e de alfabetização*” em várias regiões do país.

Na “*fase constitucionalista*”, entre 1977 e 1980, a Animação Sociocultural é promovida por instituições que assumiram a centralidade da mesma, constituindo exemplos o *Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ)* e o *Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL)*.

Na “*fase patrimonialista*”, entre 1981 e 1985, o Estado mantém-se ainda como o grande impulsionador da actividade, através da *Secretaria de Estado da Cultura*, do *FAOJ* e da *Junta Central das Casas do Povo*, caracterizando-se esta fase por uma intervenção centrada na preservação e recuperação do património cultural.

Na “*fase da deslocação da Animação Sociocultural do poder central para o poder local*”, de 1986 a 1990, o poder local passa a assumir um crescente interesse e um papel relevante na Animação Sociocultural, encarando-a como uma maneira de mobilizar vontades e recursos e, desta forma, privilegiando o desenvolvimento de acções no sentido de serem os próprios indivíduos a construírem a sua cultura.

Na “*fase da dimensão multicultural*”, compreendida entre 1991 e 1995, assiste-se ao crescimento do fenómeno da imigração e em que a intervenção da Animação Sociocultural se prende com formas de aprendizagem/convívio relacionadas com a alteridade cultural e social.

Na “*fase de ampliação dos perfis dos Animadores Socioculturais*”, a partir de meados dos anos 90, assiste-se, em resultado das transformações sociais geradas pela

crescente globalização, a uma multiplicação dos perfis de intervenção dos Animadores Socioculturais.

Por sua vez, Montez (2015), ao dar conta da importância de tirar proveito das oportunidades conferidas pelo tempo presente, complementa as fases identificadas por Lopes, colocando a Animação Sociocultural na “*fase dos novos espaços da animação*”, apresentando “*sete paisagens possíveis para uma acção militante e consciente da animação sociocultural no contexto contemporâneo*”, de modo a preservar a dimensão “*transformadora*” que se encontra na génese da actividade e que, segundo este autor, corre o risco de desaparecer ao ser privilegiada uma acção assente na vertente do “*entretenimento*” e do seu carácter “*cuidador*”,

Ao mesmo tempo, Moriche e Badesa (2015), fazendo referência às competências dos Animadores Socioculturais para o século XXI, dão conta da importância da Animação Sociocultural tirar proveito das oportunidades que a sociedade virtual proporciona, tendo em vista a promoção de uma “*cidadania digital*”.

A incerteza que caracteriza o mundo moderno de hoje, ao tornar difícil prever os resultados das decisões tomadas, sejam pessoais ou profissionais, requer a aquisição de novas capacidades que tornem os indivíduos adaptáveis, flexíveis, polivalentes, empreendedores, activos, autónomos, inovadores, disponíveis, mediadores, líderes e conectores, tornando-os assim aptos a conceber a vida como uma sucessão de projectos que, podendo ser realizados simultaneamente, assentam num dispositivo transitório. Esta transitoriedade, conferindo aos projectos um carácter efémero, é acompanhada da expectativa – por vezes não concretizada – de que novos projectos sucedam àqueles que estão a finalizar. Por ser uma forma transitória, é precisamente por isso que o projecto se ajusta, segundo Boltanski e Chiapello (1999), a um mundo em rede em que a sucessão de projectos, com a multiplicação das conexões e a proliferação dos links, faz ampliar as redes.

É a valorização destas novas capacidades que ressalta da análise dos discursos justificativos proferidos por alguns dos porta-vozes da Animação Sociocultural, permitindo colocar a hipótese da lógica de projecto (Boltanski & Chiapello, 1999; Boltanski, 2001) estar a ganhar importância. A ter correspondência na realidade, a

empregabilidade dos Animadores passará a estar condicionada pela capacidade destes se movimentarem na rede e, nessa medida, a prova da sua grandeza passará a ser testada pela capacidade de adaptação, pela flexibilidade e pelo espírito empreendedor que permitam enfrentar novas experiências de trabalho que tendem a apresentar um carácter transitório e uma grande diversidade em termos de competências exigidas.

O que parece estar a acontecer na Animação Sociocultural, nas várias vertentes da sua intervenção, inscreve-se numa tendência mais alargada de profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas. Transformações que traduzem, de acordo com Boltanski e Chiapello (1999), a passagem do “*segundo espírito do capitalismo*” ao “*terceiro espírito do capitalismo*”, em que, por um lado, a autonomia ganha importância em relação à segurança e, por outro lado, a mobilidade e a adaptabilidade constituem requisitos que permitem fazer frente ao crescente recurso a formas flexíveis de trabalho.

A Animação Sociocultural conheceu profundas mudanças nas últimas quatro décadas em Portugal. Evoluiu de uma formação iminentemente prática nos anos 70 e 80 do século XX para um modelo teórico-prático com a criação dos cursos de nível secundário e superior. Esta mudança traduziu-se, também, pela passagem de uma intervenção militante e polivalente para uma intervenção de perfil técnico. Ao mesmo tempo, a Animação Sociocultural conheceu uma alteração em termos de género, tendo passado de uma actividade predominantemente masculina para uma actividade em que se assiste a um domínio do feminino.

A massificação da oferta formativa, verificada a partir dos anos 90, quer ao nível do ensino superior, quer ao nível do ensino técnico-profissional, acabou por conduzir à saturação do mercado da Animação, tendo o exercício da actividade ficado, quase exclusivamente, circunscrito às Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras instituições de apoio social.

O trabalho por conta de outrem é, porém, a modalidade que continua prevalece em Animação Sociocultural, integrando, contudo, conceitos importados do modelo do “*novo espírito do capitalismo*” (Boltanski & Chiapello, 1999). Na verdade, a tendência que acompanha a Animação Sociocultural em Portugal parece ser a da adopção de

algumas das inovações organizacionais associadas ao “*novo espírito do capitalismo*”, em que a polivalência, a mobilidade, a adaptabilidade e a colaboração constituem requisitos considerados indispensáveis para lidar com os riscos e as oportunidades do mercado. Neste mercado, destacam-se as relações de trabalho incertas, baseadas em vínculos contratuais instáveis, em que os Animadores Socioculturais se obrigam, mediante retribuição, a prestar a sua actividade no âmbito de uma organização e sob a autoridade e direcção desta.

Colocados perante o desafio de desenhar o seu próprio projecto de vida profissional, os Animadores inquiridos, com base na experiência das situações vividas, ponderando os diversos obstáculos com que eventualmente teriam de se deparar caso tivessem de proceder a uma nova escolha, não voltariam a optar pelo curso de Animação Sociocultural, mencionando que se trata de uma actividade, pela imprecisão, a ambiguidade e a incerteza que a caracterizam, que não oferece garantias em matéria de futuro profissional, o que parece configurar um envolvimento na acção em plano (Thévenot, 2006) em que o indivíduo é dotado de autonomia e capaz, de forma racional, de tomar decisões.

Não deixam, todavia, de avaliar positivamente os vários contributos que o curso lhes tem proporcionado em termos de vida profissional, com destaque especial para os que se prendem com a integração na vida activa, a aquisição de métodos de trabalho profissional, a capacidade de tomar decisões, o desenvolvimento de sentido crítico e, ainda, a capacidade de análise e de síntese. Como que a reforçar esta avaliação positiva, a maioria dos Animadores refere que recomendaria o curso de Animação Sociocultural aos filhos ou a pessoas importantes na sua vida, sendo assinaladas como justificações para esta recomendação as questões da “*justiça e do bem comum*” e, ao mesmo tempo, da relação de “*proximidade/intimidade*” que o seu trabalho implica.

Por contraste a esta avaliação positiva, as justificações dadas para não haver recomendação prendem-se com as “*poucas oportunidades de emprego*”, com uma “*profissão sem carreira, estagnada e sem margem de progressão*” e, ainda, com uma associação largamente difundida em que o Animador “*é visto como um ‘palhaço’ que anima as pessoas*”, sendo mencionado que para esta associação entre o Animador Sociocultural, a imagem do palhaço e o entretenimento contribuem, por um lado, os



cursos profissionais e, por outro lado, alguns cursos superiores que não preparam bons profissionais.

Não obstante as relações de trabalho assentarem, em grande medida, em vínculos contratuais instáveis, a interpretação dada ao conceito de estabilidade pelos Animadores Socioculturais parece não passar pela estrita relação com os regimes contratuais, mas assumir uma significação de sentido mais alargado, relacionada com outras dimensões que, na opinião dos próprios e na opinião dos outros, constituem uma prova de aferição da grandeza profissional, nomeadamente dimensões respeitantes à autonomia profissional, à autoridade profissional, às oportunidades de aprendizagem e à utilidade social do trabalho desenvolvido.

O mundo do trabalho confronta os indivíduos com uma série de desafios de natureza moral. Ao realçarem a importância de ter um emprego, os Animadores Socioculturais debatem-se com o dilema de aceitarem um emprego que, mesmo não estando à altura da sua formação superior, não deixa de ser entendido, mesmo assim, como uma oportunidade que se abre a outras oportunidades ou, ao invés, de só considerarem as propostas que sejam respeitadoras da sua dignidade profissional em termos de valorização da formação obtida. Se é verdade que, por um lado, a obtenção de um emprego se impõe, muitas vezes, como uma absoluta necessidade, é também verdade que, por outro lado, a dignidade profissional é alguma coisa de que não querem abdicar. É esta linha entre o aceitável e o inaceitável que dá origem a dilemas de ordem profissional com que os Animadores se confrontam, o que torna complexa a apreciação e o julgamento sobre a “acção que convém” (Thevenot, 1990) e os leva a agir em “vários mundos”, que se compõem uns com os outros, por forma a conferir à acção, em momentos de tensão em torno de situações problemáticas, pertinência e coerência.

A avaliar pelo elevado número de vezes que os Animadores mudam de emprego após o termo do curso, isso dá conta de um acentuado fluxo de entradas e saídas das organizações onde é exercida a actividade. Esta elevada rotatividade encontra explicação no facto da Animação Sociocultural, constituindo uma área de actividade em que os empregos alcançados são em grande parte transitórios, se encontrar afectada pelo novo paradigma, em que estudar, fazer um curso superior, arranjar um emprego para a vida e fazer carreira dentro da mesma organização é um cenário cada vez mais distante. Nestas circunstâncias, dada a grande instabilidade, traduzida na diversidade de

experiências de trabalho com que os Animadores se vão deparando, a capacidade de adaptação e a flexibilidade revelam-se requisitos indispensáveis seja para aceder ao mercado de trabalho, seja para se manter nesse mesmo mercado.

A garantia que os Animadores fornecem sobre a Animação Sociocultural, a quem esteja a ponderar trabalhar na área, parece contradizer o grau de satisfação que estes manifestam em relação a um conjunto de aspectos que caracteriza o trabalho actual. Na avaliação sobre o trabalho actual, somente o nível de remuneração e as oportunidades de promoção são considerados aspectos menos positivos. Por sua vez, na garantia fornecida sobre a Animação, a decisão de trabalhar nesta área deve ser equacionada em função da fraca estabilidade profissional que se faz sentir ao nível da relação contratual, do baixo nível de remuneração praticado, das escassas oportunidades de promoção e, ainda, da indefinição das fronteiras da sua acção.

Entre as posições críticas que assumem, os Animadores questionam a formação técnico-profissional em Animação por considerarem que a grandeza de um Animador de formação superior, provada pelos seus atributos e pela sua eficácia no trabalho que desenvolvem, não é comparável à grandeza de um Animador de formação técnico-profissional, pelo que o trabalho desenvolvido pelo primeiro não possa ser desenvolvido pelo segundo.

Em matéria salarial, os Animadores afirmam que o seu salário não se ajusta ao trabalho desenvolvido, o que, aludindo ao conhecimento que possuem e que implica uma compreensão crítica de teorias e princípios, bem como às aptidões que revelam na resolução de problemas e, ainda, à capacidade de gerir actividades ou projectos, assumindo a responsabilidade da tomada de decisões em contextos de trabalho imprevisíveis, gera um sentimento de injustiça.

Ainda em matéria salarial, denunciam a ausência de uma igualdade de tratamento, situação que se traduz numa desvantagem dos licenciados em Animação em relação a outros licenciados, o que, ao gerar um sentimento de humilhação, contraria o funcionamento de uma sociedade decente (Margalit, 2007 e Resende & Martins, 2017) e compromete o princípio da comum dignidade humana (Boltanski & Thévenot, 1991).

Ao mesmo tempo, denunciavam também situações em que a Animação é exercida por quem não se encontra licenciado para o seu exercício, mencionando que os Animadores de formação superior são muitas vezes preteridos nos processos de selecção por Animadores de formação não superior ou até mesmo por pessoas sem qualquer tipo de certificação na área da Animação Sociocultural.

Todas estas situações não ocorreriam se a estrutura de classe profissional dos Animadores não fosse tão frágil – o baixo nível de vida associativa registado é bem demonstrativo desta fragilidade –, o que dificulta a coordenação de uma acção comum em torno dos problemas que afectam a actividade e leva a que seja assinalável a diferença entre aquilo que os Animadores Socioculturais gostariam que fosse a Animação e as situações de tratamento e de respeito desigual com que são confrontados em matérias relacionadas com o exercício da sua actividade profissional. Esta diferença faz-se notar em relação às “*licenças*” e ao “*mandato*”, ao “*poder profissional*”, à “*jurisdição profissional*” e ao “*estatuto profissional*”, constituindo problemáticas que dificultam a construção e afirmação da Animação Sociocultural enquanto actividade profissional.

No que respeita às “*licenças*”, sendo muitas vezes favorecidos, em matéria de recrutamento e selecção, os Animadores de formação técnico-profissional e, por vezes, pessoas sem qualquer tipo de certificação na área da Animação Sociocultural em detrimento dos Animadores de formação superior, isso é revelador do reduzido valor atribuído aos diplomas em termos de exercício da actividade. Esta desvalorização inscreve-se num processo que tem vindo a atingir, de forma generalizada, as várias certificações de formação superior, tendo como explicação o facto do valor sancionado pelos diplomas, pelos concursos e pela antiguidade ter dado lugar, segundo Martuccelli (2006), a um valor de carácter subjectivo nas competências comportamentais e sociais. Enquanto há uns tempos atrás as promoções ou recompensas dependiam, sobretudo, das competências técnicas ensinadas no âmbito da formação escolar, podendo estas ser facilmente medidas e testadas em provas de selecção e/ou em entrevistas de emprego, presentemente dependem, em larga medida, das chamadas “*soft skills*” que, muito embora não sejam tão fáceis de mensuração, passaram a ser muito valorizadas em vários contextos de trabalho. De acordo com o mesmo autor (2006), está-se perante uma nova forma de envolvimento do trabalhador com o seu trabalho, ou seja, uma exigência de

identificação que passa por ele ser o seu próprio trabalho, o que leva, por um lado, a que o tempo de trabalho passe a não ter limite, uma vez que toda a vida passa a estar subjectivamente invadida pelo trabalho e, por outro lado, com esta nova forma de identificação, há o risco da identidade do indivíduo ficar reduzida unicamente à dimensão do trabalho.

Relativamente ao “*mandato*”, não se encontrando delimitado, compromete a autonomia e a autoridade profissionais, tornando ambíguo o espaço de actuação dos Animadores Socioculturais, daí a importância que teria um trabalho em torno da sua delimitação e estabilização do “*mandato*” de modo a que as experiências de intervenção deixassem de ser caracterizadas pela incerteza, a inconstância e com problemas de difícil enquadramento e, por essa via, obter o reconhecimento por parte das entidades empregadoras enquanto actividade de nível de formação superior:

Em matéria de “*poder profissional*”, a sua fragilidade traduz-se numa ausência de controlo sobre a relação com os clientes, a organização do trabalho, o mercado e o conhecimento, o que incapacita os Animadores Socioculturais em definir o conteúdo, os termos e as condições do seu trabalho.

Sobre a “*jurisdição profissional*”, a sua vulnerabilidade, resultante da ausência de um corpo teórico de conhecimentos que sirva de ligação entre os problemas diagnosticados e a actuação sobre esses problemas (Abbott, 1988), impede que a Animação Sociocultural detenha condições de exigir o reconhecimento de direitos exclusivos, designadamente a monopolização do exercício profissional, a aplicação da disciplina, as condições de acesso à profissão, o recrutamento e o licenciamento, tornando difícil a transição entre ocupação e profissão. Esta dificuldade em fixar a jurisdição conduz a uma indefinição das fronteiras da acção da Animação Sociocultural, o que impede, por um lado, a delimitação e diferenciação do seu campo do de outras actividades, possibilitando a intromissão de profissionais de outras áreas e gerando, por outro lado, diferenças de enquadramento profissional dos Animadores nas várias organizações onde se encontram a trabalhar, o que leva Caride (2004), advertindo para as imprecisões, contradições e ambiguidades da Animação Sociocultural, a apontar a necessidade de esclarecer a função da Animação Sociocultural, promovendo um amplo debate sobre os modelos da sua racionalidade teórica e em resultado do qual sejam

transferidos para o campo da teoria os resultados que vai obtendo a partir do diálogo que vai estabelecendo com a realidade social.

Quanto ao “*estatuto*”, nota-se que há uma pluralidade de formas de entender a sua necessidade enquanto condição para o exercício da actividade. Esta pluralidade de entendimentos é suscitada pelas dúvidas sobre os requisitos necessários para exercer Animação Sociocultural: se só os indivíduos com formação certificada academicamente ou se também aqueles cuja formação tem por base a experiência. Se é verdade que, perante a questão de saber a quem deve estar cometido o exercício da actividade de Animação, a grande maioria dos Animadores considera que esta deve ser entregue a quem esteja devidamente licenciado, constituindo a homologação do Estatuto, numa composição “*cívica*” e “*doméstica*” de envolvimento (Boltanski & Thévenot, 1991), um passo indispensável para alcançar a regularização da actividade em matéria de direitos e deveres profissionais, para o estabelecimento de um regime sancionatório aplicável a situações que violem o cumprimento desses mesmos deveres e, ainda, para a definição dos requisitos necessários para o exercício da actividade, também é verdade que é precisamente este carácter exclusivista que gera apreensões entre os Animadores Socioculturais, uma vez que, mobilizando de forma compósita dispositivos do mundo “*cívico*” (*ibid.*, 1991) e do mundo assente numa “*rede de projectos*” (Boltanski & Chiapello, 1999), há o receio de que o estatuto possa limitar a actividade a pessoas que há muitos anos fazem Animação, pese embora não tenham formação certificada; ao mesmo tempo, por sujeitar o Animador a um conjunto de normas estatutárias que poderão restringir a sua acção em termos de participação e liberdade de movimentos entre projectos.

Não estando delimitado o “*mandato*” dos Animadores Socioculturais, o que torna ambíguo o espaço da sua actuação nas várias organizações de trabalho, sendo o seu “*poder profissional*” frágil em matéria de definição do conteúdo, dos termos e das condições de trabalho, fragilidade acentuada pela exígua vida associativa, havendo dificuldade em fixar uma “*jurisdição*” que permita a definição das fronteiras da sua acção e, simultaneamente, apresentando-se a homologação do “*estatuto*” como uma possibilidade que se afigura cada vez mais longínqua, é de admitir que o processo de construção e afirmação da Animação Sociocultural enquanto actividade profissional esteja seriamente comprometido e, nessa medida, posta de parte a hipótese da sua

profissionalização, traduzida esta na possibilidade de haver reconhecimento de direitos exclusivos, nomeadamente ao nível da monopolização do exercício profissional, das condições de acesso à actividade profissional, da aplicação da disciplina, do recrutamento e do licenciamento, condições necessárias para garantir a transição entre ocupação e profissão.

### ***LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO***

Sabe-se que o número de estabelecimentos de ensino superior a oferecer cursos na área da Animação Sociocultural cresceu significativamente nas últimas três décadas. Este crescimento não teve em conta as necessidades do mercado e acabou por conduzir à sua saturação, ficando o exercício da actividade circunscrito quase que exclusivamente às Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras organizações de apoio social a crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência.

Não se conhece, porém, o número de Animadores Socioculturais de formação superior em Portugal. O único dado disponível resulta do Censo Nacional de Animadores de formação superior, promovido pela *APDASC-Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural* e que indica um total de 313 Animadores. Tendo em conta o número de estabelecimentos de ensino superior que nas últimas três décadas passaram a incluir na sua oferta formativa o curso de licenciatura em Animação Sociocultural, admite-se que o total de Animadores recenseados esteja muito aquém do seu universo.

A determinação deste universo ter-se-ia revelado importante na medida em que teria ajudado a perceber melhor os efeitos da crescente oferta formativa em termos da empregabilidade na área da Animação Sociocultural. Porém, um apuramento desta natureza requer tempo, pois exige um levantamento do número de diplomados junto de cada estabelecimento de ensino superior. Não tendo sido desenvolvido este trabalho, isso constitui uma limitação da presente investigação.

Ao mesmo tempo, afigurar-se-ia importante perceber como é que as justificações apresentadas pelos Animadores Socioculturais, no que toca às situações de tratamento e de respeito desigual de que dizem ser alvo no exercício da sua actividade profissional,

são encaradas pelas entidades empregadoras, pelos Técnicos de Serviço Social, pelos Educadores Sociais e por outros profissionais. Se as concepções de justiça e do bem comum das entidades empregadoras e dos outros profissionais estão de acordo ou em desacordo com as concepções de justiça e do bem comum dos Animadores Socioculturais.

### ***FUTURAS LINHAS DE PESQUISA***

Intervenção das sociedades de cultura e recreio no período do Estado Novo, a forma como resistiram a serem incorporadas na moral do Estado Novo (exemplo: Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul).

Intervenção dos movimentos de acção católica que, contrariando a relação estreita entre a Igreja e o Estado Novo, agem na promoção do desenvolvimento social e pessoal da população portuguesa.

## **FONTES**

### **Referências bibliográficas**

- Abbott, A. (1988). *The System of Professions – An Essay on the Division of Expert Labor*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Almeida, J. F. de & Pinto, J. M. (1980). *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Lisboa: Editorial Presença, 2ª edição, pp. 61-114 (I – Condições e Problemas Genéricos da Investigação Empírica).
- Alves, V. M. (2007). “ ‘A poesia dos simples’: arte popular e nação no Estado Novo”. *Etnográfica*, vol. XI, n.º 1, CEAS – Centro de Estudos de Antropologia Social, pp. 63-89.
- Ander-Egg, E. (1986). *Metodologia y Practica de la Animacion Sociocultural*. Buenos Aires: Humanitas.
- Ander-Egg, E. (1999). *O Léxico do Animador*. Amarante: ANASC - Associação Nacional dos Animadores Socioculturais.
- Ander-Egg, E. (2008). “A Animação Sociocultural e as Perspectivas para o Século XXI”. In J. D. L. Pereira, M. F. Vieites & M. S. Lopes. *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI* (pp. 19-32). Chaves: Intervenção- Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Arendt, H. (2006). *As Origens do Totalitarismo*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Associação Regional dos Animadores Socioculturais de Tondela (2010). Conclusões do debate sobre o “Estatuto dos Animadores Socioculturais”. Ciclo de Debates preparatórios do *I Congresso Nacional sobre Profissão e Profissionalização dos Animadores*, 18 a 20 de Novembro.
- Auray, N. (2002). “Ethos technicien et information: Simondon reconfiguré par les hackers”. In J. Roux (ed.), G. Simondon. *Une pensée opérative*, Presses Universitaires de Saint-Etienne, pp. 109-125.
- Auray, N., (2011), “La consommation en régime d’abondance. La confrontation aux offre culturelles dites illimitées”, *Revue française de socio-économie*, n°8, 85-102.
- Auray, N. (2017). *L’Alert ou l’Enquête – Une Sociologie Pragmatique du Numérique*. Paris: Presses de Mines.
- Azevedo, C. A. S. (2008a). “Sobre a Definição de Animação Sociocultural”. *Práticas de Animação*, Ano 2, n.º 1, APDASC – Associação para o



- Azevedo, C. A. S. (2009). “O Animador Empreendedor”. *Práticas de Animação*, Ano 3, n.º 2, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Outubro (consultado em: <https://sites.google.com/site/revistapraticasdeanimação/>).
- Azevedo, J. (2008b). “*Ensino profissional em Portugal, 1989-2014: os primeiros vinte e cinco anos de uma viagem que trouxe o ensino profissional da periferia para o centro das políticas educativas*” (uma primeira versão deste texto foi publicada em 2008 na revista *Propuesta Educativa*, da FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) (consultado em [http://www.joaquimazevedo.com/Images/BibTex/Escolas\\_profissionais\\_Livro\\_VFinal.pdf](http://www.joaquimazevedo.com/Images/BibTex/Escolas_profissionais_Livro_VFinal.pdf)).
- Badesa, S. M. (2008). *Perfil del Animador Sociocultural*. Madrid: Narcea, S.A. de Ediciones, 2ª. edición.
- Badesa, S. M. & Moriche, P. R. (2015). “Metodologias e Projectos de Intervenção Sociocultural”. In J. D. L. Pereira, M. S. Lopes & M. A. Maciel, (coords.). *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 199-211). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Barreto, A. (1998). “A Política é cada vez mais ineficaz”. *Jornal Expresso* de 11 de Julho de 1998, entrevista a Maria João Avillez.
- Bauman, Z. (2006a). *Confiança e Medo na Cidade*. Lisboa: Relógio d’Água Editores.
- Bauman, Z. (2007). *Modernidade e Ambivalência*. Lisboa: Relógio d’Água Editores.
- Berger, P. L. & Luckman, T., A (1999). *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Dinalivro, 1.ª edição.
- Bento, A. (2007), “Afinal que Animadores devemos formar?”. *Práticas de Animação*, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, ano 1, n.º 0, Outubro de 2007 (consultado em: <https://sites.google.com/site/revistapraticasdeanimação/>).
- Bento, A. (2015). “Animadores (as) Socioculturais: formação diversificada e/ou formações específicas para um futuro cada vez mais imprevisível”. In J. D. L. Pereira, M. S. Lopes & M. A. Maciel, (coords.). *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 289-294). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Bívar, M<sup>a</sup>. F. (1971). *Ensino Primário e Ideologia*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

- Boltanski, L. (2001). “A Moral da Rede? Críticas e Justificações nas Recentes Evoluções do Capitalismo”. *Fórum Sociológico* n.º 5/6 (nova série), pp. 13-35.
- Boltanski, L. & Thévenot, L. (1991). *De la Justification : les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.
- Boltanski, L. & Chiapello, È. (1999). *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, Coleção Memória e Sociedade.
- Bourdieu, P. & Passeron, J.-C. (1964). *Les héritiers: les étudiants et la culture*. Paris : Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. & Passeron, J.-C. (1978). *La Reproduction: éléments pour une théorie du système d’enseignement*. Paris: Éditions de Minuit.
- Branco, António (1968). *O Novo Livro de Leitura da Quarta Classe*. Porto: Editora Educação Nacional de Adolfo Machado, 1.ª edição.
- Breviglieri, M. (2016). “Pensar a dignidade sem falar a linguagem da capacidade de agir: uma discussão crítica sobre o pragmatismo sociológico e a teoria do reconhecimento de Axel Honneth”. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia*. Vol. 6, número 1, Janeiro a Junho de 2016, pp. 11-34.
- Breviglieri, M. (1999). *L’Usage et l’habiter. Contribution à une sociologie de la proximité*, thèse de doctorat. Paris, EHESS
- Campos, A. & Soeiro, J. (2016). *A Falácia do Empreendedorismo*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Campos, J. (2015). “Animadores Socioculturais e Animação Sociocultural: Desafios e Dilemas Profissionais nas Sociedades Contemporâneas”. In J. D. L. Pereira, M. S. Lopes & M. A. Maciel, (coords.). *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 125-132). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Campos, J., Dias, A., Hortas, M<sup>a</sup>. J., Martins, C., Rocha, C. & Simões, A., (2010). “Da Iniciação Profissional à Inserção Profissional em ASC: Projecto de Formação na ESE de Lisboa”. In C. S. Costa (coord.), *Animação Sociocultural – Profissão e Profissionalização dos Animadores* (pp. 57-72), Oliveira de Azeméis, Livpsic.
- Campos, J., Dias, A., Hortas, M<sup>a</sup>. J., Martins, C. & Carvalho (2011). “Da Iniciação Profissional à Inserção Profissional: Projecto de Formação em Animação Sociocultural na Escola Superior de Educação de Lisboa”. *Actas do V Encontro do CIED – Escola e Comunidade*, Escola Superior de

Educação do Instituto Politécnico de Lisboa, 18 e 19 de Novembro de 2011, pp. 147-162.

- Campos, J., Martins, C., Dias, A. & Vohlgemuth, L. (2014), “O Processo Formativo de Animadores Socioculturais na ESE de Lisboa e a Transição para o Mercado de Trabalho”. *First International Meeting of ISSOW (Integrated Safe System of Work) – Work, Social Change and Economic Dynamics: Challenges for Contemporary Societies*, 27-28 November 2014. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa.
- Caride, J. A. (2004). “Paradigmas Teóricos na Animação Sociocultural”. In Trilla, J. (coord.). *Animação Sociocultural – Teorias, Programas e Âmbitos* (pp. 45-63). Lisboa: Instituto Piaget, Coleção Horizontes.
- Carneiro, M.<sup>a</sup> de L. S. R (2013). “Custos no Sistema de Segurança Social: Repartição versus Capitalização”. *XIII Congresso do Instituto Internacional de Custos*, organizado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e realizado na Alfândega do Porto nos dias 18 e 19 de Abril de 2013 (consultado em: <http://www.otoc.pt/news/PENCUSTOS/pdf/112.pdf>).
- Carneiro, R. (Dir. e Coord.), Caraça, J. M. G. & São Pedro, M.<sup>a</sup> E. (Coord. Adjuntos) (2000). *O Futuro da Educação em Portugal – Tendências e Oportunidades: um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Ministério da Educação, 4 volumes.
- Carneiro, R. (2003), *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem – 21 Ensaio para o Século 21*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2.<sup>a</sup> Edição.
- Carvalho, A. M. de (2002). *Associativismo, Inovação Social e Desenvolvimento*. Algés: Confederação do Desporto de Portugal.
- Castel, R. (2003). *L'Insécurité Sociale. Qu'est-ce qu'être protégé*. Paris: Seuil/La République des Idées.
- Cefai, D. (2009). “Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da acção colectiva”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 4.
- *Censo Nacional de Animadores com Formação Superior – APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural*.
- Certeau, M. (1995). *A Cultura no Plural*. São Paulo: Papirus.
- Certeau, M. (1998). *A Invenção do Quotidiano – Artes de Fazer*. Petrópolis: Editora Vozes.

- Chaves, A. R. (2008.). “*Salazarismo e Literatura*”. In L. Trindade. O Estranho Caso do Nacionalismo Português – o salazarismo entre a literatura e a política. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- Chaves, M. & Morais, C. (2016). “Quanto tempo para aceder ao mercado de trabalho? A inserção profissional dos diplomados do ensino superior no dealbar da recessão”. *Configurações*, vol. 17, pp. 231-251.
- CNP – *Classificação Nacional das Profissões*, IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, versão 1994.
- Coelho, S C. L. (2008). “*Participação Social e Associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção de Comércio Justo*”. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Repositório Aberto da Universidade do Porto – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, IS Working Papers, n.º 29, 2008 (<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/54835>).
- Conde, J. (2015). “A Formação dos Animadores Socioculturais em Portugal: a massificação de uma oferta formativa inadequada, desqualificada, sem sustentação e os reflexos negativos na profissão dos Animadores Socioculturais”. In J. D. L. Pereira, M. S. Lopes & M. A. Maciel, (coords.). *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 53-60). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Correia, P. S. (2008). “O Perfil do Animador/Investigador”. *Práticas de Animação*, Ano 2, n.º 1, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Outubro (consultado em: <https://sites.google.com/site/revistapraticasdeanimacao/>).
- Costa, C. S. (coord.) (2010). *Animação Sociocultural – Profissão e Profissionalização dos Animadores*. Oliveira de Azeméis: Livpsic.
- CPP – *Classificação Portuguesa das Profissões*, INE – Instituto Nacional de Estatística, 2010.
- Dinis, E. (2007). “Animação, Animadores e Metáforas”. In A. N. Peres e M. S. Lopes. *Animação Sociocultural – Novos Desafios* (pp. 47-61). Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia.
- Dinis, E. (2010). “Princípios Éticos e Deontológicos da Animação Sociocultural e dos Animadores – Algumas Pistas”. In Santos Costa, C. (coord.), *Animação Sociocultural – Profissão e Profissionalização dos Animadores* (pp. 179-193). Oliveira de Azeméis: Livpsic.
- Diogo, F. (2006). Para uma Crítica dos Conceitos de Pobreza e Exclusão social em Contexto Português. *Forum Sociológico*, n.ºs 15/16 (II Série), 2006, pp. 261-276.

- Diogo, F. (2007). *Pobreza, Trabalho e Identidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Dionísio, B. (2012). “O trabalho e o lugar dos profissionais do social em escolas TEIP”. In J. T. Lopes (Ed.), *Escolas Singulares. Estudos Locais Comparativos* (pp. 83-98). Porto: Afrontamento.
- Duarte, A. M<sup>a</sup>. (2013). “De precário e de empreendedor todos temos (que ter) um pouco? Reflectindo sobre as narrativas de construção da identidade do trabalhador contemporâneo”. *Trabalho, Organizações e Profissões: recomposições conceptuais e desafios empíricos*. Associação Portuguesa de Sociologia, Secção Temática Trabalho, Organizações e Profissões.
- Dubar, C. (1997). *A Socialização – Construção da Identidades Sociais e Profissionais*. Porto: Porto Editora.
- Durkheim, É. (1980), *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Editorial Presença.
- Escola, J. J. J. (2015). “A Ética e Deontologia Profissional na Profissão de Animador Sociocultural”. In J. D. L. Pereira, M. S. Lopes & M. A. Maciel, (coords.). *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 141-147). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Fernandes, A. J. de C. (1947). *Enfrentando o Destino das Casas do Povo*. Lisboa: Junta Central das Casas do Povo.
- Ferreira, F. I. (2008). “A Animação Sociocultural e as Transformações no Mundo do Trabalho”. In J. D. L. Pereira, M. F. Vieites & M. S. Lopes (coords.). *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI* (192-206). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Figueiredo, C. C. & Cordeiro, S. (2015). “Estudantes de Animação Sociocultural: Percursos Traçados Entre a Formação e o Mundo do Trabalho”. In J. D. L. Pereira, M. S. Lopes & M. A. Maciel, (coords.). *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 181-189). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Filipe, I. M<sup>a</sup>. E. & Ribeiro, M<sup>a</sup>. T. P (2014). “Desafios à Profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: Reflexões e Possíveis Direcções”. *Práticas de Animação*, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Ano 8, n.º 9, Outubro de 2014, pp. 108-127 (<http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>).
- FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (1944). *O Aproveitamento do Tempo Disponível dos Trabalhadores pela Cultura Popular*. Pelouro da Actividade Cultural da Fundação Nacional para a

Alegria no Trabalho, apresentação efectuada no 2.º Congresso da União Nacional.

- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. New York: Aldine de Gruyter.
- Fonte, R. (2015). “O Animador Sociocultural e o Formador de Animadores Socioculturais: Contornos e Perfil de Uma Identidade Singular”. In J. D. L. Pereira, M. S. Lopes & M. A. Maciel, (coords.). *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 263-269). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Freidson, E. (1986). *Professional Powers – A Study of Institutionalization of Formal Knowledge*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Freidson, E. (1994). *Professionalism Reborn – Theory, Prophecy and Policy*. Cambridge: Polity Press.
- Gaspar, J. (1968). *Livro de Leitura da Quarta Classe*. Atlântica Editora, 5.<sup>a</sup> edição.
- Giddens, A. (1976). *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, A. (1994). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2005). *As Consequências da Modernidade*. Lisboa: Celta Editora.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1993). *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora, 2.<sup>a</sup> edição.
- Gillett, J.-C. (2015), “Qual o papel mais pertinente para a Animadora ou o Animador: o do militantismo ou o do compromisso ? ”, In J. D. L. Pereira, M. S. Lopes & M. A. Maciel, (coords.). *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 361-369). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Gomes, R. T. (2010). “Emprego, Democratização Cultural e Formação de Públicos”. In M.<sup>a</sup>. de L. L. Santos & J. M. Pais (orgs.). *Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas* (pp. 115-120). Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- Gomes, R. T., & Martinho, T. D. (2009). *Trabalho e Qualificação nas Actividades Culturais. Um Panorama em Vários Domínios*. OAC – Observatório das Actividades Culturais ([www.oac.pt](http://www.oac.pt)).

- Gonzalez, M. V. (2008). “La Animación Ante los Retos de la Sobremodernidade”. *Práticas de Animação, Ano 2 (1)*, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Outubro, pp. 1-12 (consultado em: <https://sites.google.com/site/revistapraticasdeanimação/>).
- Gonzalez, M. V. (2008a). “A Ciberanimação”. In J. D. L Pereira, M. F. Vieites & M. S. Lopes (coords.). *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI* (pp. 92-102). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural..
- Guerra, I. (1993). “Modos de Vida – Novos Percursos e Novos Conceitos”. *Sociologia – Problemas e Práticas n.º 13*, pp. 59-74.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e Formas de Uso*. Cascais: Princípia Editora, Lda.
- Guerreiro, M.<sup>a</sup> D. & Abrantes, P. (2004). *Transições Incertas: os Jovens Perante o Trabalho e a Família*. Lisboa: DGEEP – Direcção Geral Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.
- Hespanha, P. & Carapinheiro, G. (2002). “A Globalização do Risco Social: Uma Introdução”. In P. Hespanha, P. & G. Carapinheiro (orgs.). *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais?* (pp. 13-23). Porto: Edições Afrontamento.
- Hespanha, P., Damas, A. *et al.* (2002). “Globalização Insidiosa e Excludente. Da Incapacidade de Organizar Respostas à Escala Local”. In P. Hespanha & G. Carapinheiro (orgs.). *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais?* (25-54). Porto: Edições Afrontamento.
- Honneth, A. (2011). *Luta pelo Reconhecimento. Para uma Gramática Moral dos Conflitos Sociais*. Lisboa: Edições70.
- Hughes, E. C. (1993). *The Sociological Eye*. USA, Transaction Publishers.
- Idáñez, M. J. A. (2015). “A Animação Sociocultural na ‘Família Profissional’ da Intervenção Social”. In J. D. L. Pereira, M. S. Lopes & M. A. Maciel, (coords.). *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 271-277). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Kline, P. (1993). *The Handbook of Psychological Testing*. London and New York: Routledge.
- Lahire, B. (2003). *O Homem Plural: as Molas da Acção*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Lebon, F. & Lescure, E. (2007). *Les animateurs Socioculturels et de Loisirs: Morphologie d'un Groupe Professionnel (1982-2005)*. Paris : Institut National de la Jeunesse et de l'Education Populaire.
- Leitão, S. C. , Pereira, G. , Ramos, J. & Silva, A. (2009). *Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal*. Lisboa : Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (2008). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Piaget, 3.<sup>a</sup> edição.
- Lima, A. P. & Lima, A. P. (1966), *Leituras para o Ensino Primário, Quarta Classe*. Porto: Editora Educação Nacional de Adolfo Machado, 28.<sup>a</sup> edição.
- Lopes, J. T. (1993). *Animação no Espaço Escolar Urbano – um estudo sobre políticas autárquicas de Animação Sociocultural* (consultado em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiro/1310.pdf>).
- Lopes, J. T. (2009). “Da democratização da Cultura a um conceito e prática alternativos de Democracia Cultural”. *Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, Cadernos de Estudo 14* (pp. 2-13) (consultado em: <http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/121/90>).
- Lopes, M. S. (2006). *Animação Sociocultural em Portugal*. Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Lopes, M. S. (2008a). “Os Perfis Profissionais da Animação Sociocultural em Portugal”. In V. Ventosa (2008). *Los Agentes de la Animación Sociocultural: el Papel de las Instituciones, de la Comunidad y de los Profesionales* (pp. 457-485). Madrid: Editorial CCS.
- Lopes, M. S. (2008b). “A Animação Sociocultural: os velhos e os novos desafios”. In J. D. L. Pereira, M. F. Vieites & M. S. Lopes (coords.). *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI* (pp. 147-158). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Lopes, M. S. (2011) (coord.). *Metodologias de Investigação em Animação Sociocultural*. Chaves: Intervenção – Intervenção para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Lopes, M. S. (2012). “A Animação Sociocultural: democracia, cidadania, participação e o dédalo do real com o virtual”. In C. Cebolo, J. D. L. Pereira & M. S. Lopes (coords.). *Animação Sociocultural. Intervenção e Educação Comunitária: Democracia, Cidadania e Participação*. Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Lopes, M. S. (2015). “Que Animadores Socioculturais e que formação para o século XXI”. In J. D. L. Pereira, M. S. Lopes & M. A. Maciel (coords.). *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos*,



*metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 61-74). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

- Lopes, M. S. (2015a). “Breve Apontamento da História do Estatuto de Animador Sociocultural”. In J. D. L. Pereira, M. de S. Lopes & M. A. Maciel (coords.). *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 351-358). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Lopes, M. S. & Peres, M. S. (2010). *Animação Sociocultural e Necessidades Educativas Especiais*. Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Magano, O. & Mendes, M. M. (2016). “Constrangimentos e oportunidades para a continuidade e sucesso educativo das pessoas ciganas em Portugal”. *Configurações*. 18, pp. 8-26.
- Maia, M<sup>a</sup>. F. R. (2014). “Lógicas empresariais no limiar do século XXI”, *First International Meeting of ISSOW (Integrated Safe System f Work) – Work, Social Change and Economic Dynamics: Challenges for Contemporary Societies*, 27-28 November 2014. Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Lisboa.
- Mariot, N. (2001). “Les formes élémentaires de l'effervescence collective, ou l'état d'esprit prêté aux foules”. *Revue Française de Science Politique* 2001/5 (Vol. 51), pp. 707 à 738 (consultado em <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-science-politique-2001-5-page-707.htm?contenu=article>).
- Margalit, A. (2007). *La Société Décente*. Paris: Flammarion.
- Marques, A. P. (2013). “Empregabilidade e (novos) riscos profissionais”. In A. M. Brandão & A. P. Marques. *Jovens, Trabalho e Cidadania: Que Sentido(s)?* Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Martinho, T. D. (2008). *Agentes e profissões Culturais – balanço de um levantamento bibliográfico*. Lisboa: CIES-ISCTE e-Working Paper n.º 53/2008.
- Martinho, T. D. (2010). “Trabalho no Sector Cultural – Dois Tópicos em Foco: Flexibilidade e Regulação”. In M<sup>a</sup>. de L. L. Santos, & J. M. Pais (orgs.). *Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas* (243-247). Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- Martucceli, D. (2006). *Forgé par l'épreuve. L'individu dans la France contemporaine*. Paris: Armand Colin.
- Mateus, S. (2011). “O Indivíduo Pensado como Forma de Individuação”. *Estudos em Comunicação*, n.º 10, pp. 93-106.

- Maurício, C. (2005). *A Invenção de Oliveira Martins – Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Melo, D. (2001). *Salazarismo e Cultura Popular (1933 – 1958)*. Lisboa: ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Mendes, M. M. (2012). *Identidades, Racismo e Discriminação: ciganos da AML*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Mendes, M. M. & Magano, O. (2013) (orgs.). *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Ministério da Educação Nacional (1958). *O Livro da Primeira Classe*. Porto: Editorial Domingos Barreira, 8.<sup>a</sup> edição.
- Ministério da Educação Nacional (1958). *O Livro da Segunda Classe*. Porto: Editora Educação Nacional de Adolfo Machado, 6.<sup>a</sup> edição.
- Ministério da Educação Nacional (1958). *O Livro da Terceira Classe*. Porto: Editorial Domingos Barreira, 4.<sup>a</sup> edição.
- Montez, M. (2015). “Paisagens Contemporâneas para uma Possível Animação Militante”. *quadernsanimacio.net*, n.º 22, Julio de 2015.
- Moriche, P. R. & Badesa, S. M. (2015). “Competências dos Animadores Socioculturais para o Século XXI – A Perspectiva Tecnológica”. In J. D. L. Pereira, M. S. Lopes & M. A. Maciel, (coords.). *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 281-288). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Morrow, R. A. & Torres, C. A. (1997). *Teoria Social e Educação – Uma Crítica das Teorias da Reprodução Social e Cultural*. Porto: Edições Afrontamento.
- Nunes, A. S. (1981). *Sobre o Problema do Conhecimento em Ciências Sociais – Materiais de uma Experiência Pedagógica*. Lisboa: GIS – Gabinete de Investigações Sociais, 5.<sup>a</sup> edição.
- Nunes, N. (2015). “Crise Associativismo e Desenvolvimento Humano”. *Plataforma Barómetro Social – Instituto de Sociologia da Universidade do Porto* (consultado em: <http://www.barometro.com.pt/2015/04/03/crise-associativismo-e-desenvolvimento-humano/>).
- OECD (2017). *Portugal 2017 OECD Economic Survey – Aumentar o Crescimento e o bem estar*, OECD, Economics Department
- Oliveira, J. F. (2015). “Desemprego e Qualidade do Emprego: Círculo Vicioso ou Virtuoso?”. *Jornal Público* de 4 de Agosto de 2015, p. 46.

- Quéré, L. & Terzi, C. (2015). “Pour une sociologie pragmatiste de l’expérience publique-Quelques apports mutuels de la philosophie pragmatiste et de l’ethnométhodologie”. *SociologieS*, [En ligne], Dossiers, *Pragmatisme et sciences sociales: explorations, enquêtes, expérimentations* (URL : <http://sociologies.revues.org/4949>).
- Pais, J. M. (2005). *Ganchos, Tachos e Biscates – Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Ambar.
- Pattaroni, L. (2005). “Le *care* est-il institutionnalisable? Quand la ‘politique du *care*’ émousse son éthique”. In P. Paperman & S. Laugier (direction). *Le Souci des Autres – Étique et Politique du Care* (pp. 177-197). Éditions de l’École de Hautes Études en Sciences Sociales.
- Pereira, R. S. (1994). “Adérito Sedas Nunes: no final do século”. *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), (1.º e 2.º), pp. 5-8.
- Peres, A. N. (2004b). “A Animação Sociocultural no centro do desenvolvimento pessoal e comunitário”. *A Página da Educação*, ano 13, nº 130, Janeiro 2004, p. 27
- Pires, M.<sup>a</sup> T., Baptista, F. L. & Morais, G. G. (1967). *Livro de Leitura da Primeira Classe*. Empresa Nacional de Publicidade, 1.<sup>a</sup> edição.
- Pocinho, R., Belo, P., Santos, G. & Madeira, R. (2015). “Animador Sociocultural na Terceira Idade – Uma Profissão com Futuro?”. In J. D. L. Pereira, M. S. Lopes & M. A. Maciel, (coords.). *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 191-196). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Quintas, S. & Castaño, M. (1998). *Animación Sociocultural. Nuevos enfoques*. Salamanca: Amaru Ediciones.
- Ramos do Ó, J. M. N. (1993). *O Dispositivo Cultural nos Anos da “Política do Espírito” (1933-1949)*. Mestrado de História dos Séculos XIX e XX (secção do século XX). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Ramos do Ó, J. M. N. (1999). *Os Anos de Ferro: O Dispositivo Cultural Durante a ‘Política do Espírito’ (1933-1949)*. Lisboa: Editorial Estampa, Lisboa.
- Resende, J. M. & Martins, A. (2017) (cood.). (Con) *Vivemos numa Sociedade Justa e Decente? Críticas, Envolvimentos e Transformações*. Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Resende, J. M. & Dionísio, B. (2016). “Itinerários à luz da Sociologia Pragmática: o que os lugares comuns trazem à comunalidade escolar”.

- Rodrigues, E. V. (2008). Modos e dinâmicas de exclusão social em contexto urbano e periurbano. *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Exclusões*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M. & Januário, S. (2017). *A Pobreza e a Exclusão Social. Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal* (<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1468.pdf>).
- Rodrigues, M<sup>a</sup>. J. (1988). *O Sistema de Emprego em Portugal: Crise e Mutações*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Rosas, F. (1994). “O Estado Novo nos Anos 30”. In J. Mattoso (Dir.). *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*. (Vol. 7, pp. 243-300). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, F. (2012). *Salazar e o Poder – A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- Salazar, A. O. (1939). *Discursos (1928 a 1934)*. Coimbra: Coimbra Editora, vol. I.
- Salazar, A. O. (1945). *Discursos. Notas Políticas (1935-1937)*. Coimbra: Coimbra Editora, vol. II.
- Santos, M.<sup>a</sup> de L. (coord.), Antunes, L. et al., (1998). *As Políticas Culturais em Portugal*. OAC – Observatório das Actividades Culturais.
- Serrano, M. P. (2011). “Desafios da Investigação Qualitativa em Animação Sociocultural”. In M. S. Lopes (coord.). *Metodologias de Investigação em Animação Sociocultural* (pp. 325-349). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Silva, A. (2016). “Um Olhar Sobre o Passado da Animação Sociocultural para um Futuro Menos Tecnológico e Mais Humano” (<http://quadersanimacio.net> n.º 23, enero de 2016, ISSN: 1698-4404).
- Silva, A. S. & Pinto, J. M. (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sousa, J. G (2015). “O Estágio Curricular: o derradeiro ‘tubo de ensaio’ na formação do animador”. In J. D. L. Pereira, M. de S. Lopes & M. A. Maciel (coords.). *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 45-51). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

- Strauss, A. (1992). *La Trame de la Négociation – Sociologie Qualitative et Interactionnisme*. Paris: Éditions L'Harmattan.
- Thévenot, L. (1986). "Les investissements de forme". In L. Thévenot, L. (ed.) *Conventions économiques* (pp. 21-71). Paris: Presses Universitaires de France (Cahiers de Centre d'Etude de l'Emploi).
- Thévenot, L. (1990). "L'action qui convient". In P. Pharo & L. Quéré (orgs.). *Les formes de l'action* (pp. 39-69). Paris : Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Thévenot, L. (2006). *L'Accion au Pluriel – Sociologie des Régimes d'Engagement*. Paris : Gallimard.
- Thevenot, L. (2014), "Voicing concern and difference: from public spaces to commonplaces", *European Journal of Cultural and Political Sociology*, 1:1, 7-34, DOI: 10.1080/23254823.2014.905749.
- Thiry-Cherques, H. R. (2009). "Saturação em Pesquisa Qualitativa: Estimativa Empírica de Dimensionamento". *Af-Revista PMKT – Revista Brasileira de Pesquisa de Marketing, Opinião e Mídia*, pp. 20-27 (consultado em [http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista\\_PMKT\\_003\\_02.pdf](http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_003_02.pdf)).
- Tracana, M.<sup>a</sup> E. (2006). "A importância do Animador na Sociedade Actual". *Anim'arte: Revista de Animação Sociocultural*, XIV, 61, 2006, pp.12-13.
- Trilla, J. (coord.) (2004). *Animação Sociocultural – Teorias, Programas e Âmbitos*. Tradução de Ana Rabaça. Lisboa: Instituto Piaget (obra original publicada em 1997).
- Trindade, L. (2008). *O Estranho Caso do Nacionalismo Português – o salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- Valente, J. C. (1999). *Estado Novo e Alegria no Trabalho: Uma História Política da FNAT (1935-1958)*. Lisboa: Edições Colibri – INATEL.
- Ventosa, V. J. (coord.) (2006). *Perspectivas Actuales de la Animación Sociocultural: cultura, tiempo libre y participación social*. Madrid: Editorial CCS.
- Ventosa, V. J. (2007), "Animação Sociocultural na Europa". In Peres, A. N. & Lopes, M. de S., *Animação Sociocultural – Novos Desafios*, Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia (APAP), pp. 201-220.
- Ventosa, V. J. (2012). "A Animação Sociocultural e a Educação para o Tempo Livre". In J. Pereira, J. & M. de S. Lopes (coords.). *As Fronteiras da Animação Sociocultural* (pp. 160-166). Amarante: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

- Ventosa, V. J. (2015). “A Identidade do Animador Sociocultural Face a Profissões Limítrofes”. In J. D. L. Pereira, M. de S. Lopes & M. A. Maciel (coords.), *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 251-262). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Vieira & Vieira (2015). “Éticas Plurais, Perfil e Competências do Animador Sociocultural”. In J. D. L. Pereira, M. de S. Lopes & M. A. Maciel (coords.), *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 149-155). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Viot, P., Pattaroni, L. & Berthoud, J. (2010). “Voir et analyser le gouvernement de la foule en liesse. Eléments pour l’étude des rassemblements festifs à l’aide de matériaux sonores et visuels”. *Ethnographiques.org*, *numéro 21* – novembre 2010 (<http://www.ethnographiques.org/2010/Viot-Pattaroni-Berthoud>)
- Viveiros, A. L. N. (2008). “O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios”. *Quaderns d' Animació i Educació Social*, 8, julho de 2008 (consultado em: <http://quadernanimacio.net/ANTERIORES/ocho/Desenvolvimiento.pdf>)
- Wagner, P. (1996). *Liberté et Discipline. Les Deux Crises de la Modernité*. Paris: Métailié.
- Weber, M. (2001). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Žižek, Slavoj (2007). *Le Sujet qui Fâche – Le Centre Absent de l’Ontologie Politique*. Paris: Flammarion.

### ***Outra bibliografia consultada***

- Almeida, J. G. (2013). “Trajectórias de incerteza: a instabilidade laboral como modo de vida”. *Cabo dos Trabalhos*, n.º 9, CES-Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e FEUC- Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, pp. 103-123 (<http://cabodos.trabalhos.ces.uc.pt/n9/index.php>).
- Ameal, J. (1940). *História de Portugal – das origens até 1940*. Porto: Livraria Tavares Martins.
- Bauman, Z. (1998). *O Mal-Estar da Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- Bauman, Z. (2006b). *Amor Líquido – Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Beck, U. (2010). *Sociedade de Risco – rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.
- Beck, U. (2015). *Sociedade de Risco Mundial: em busca da segurança perdida*. Lisboa: Edições70.
- Boltanski, L. (1982). *Les Cadres – La Formation d'un Groupe Social*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Boltanski, L. (1990). *L'Amour e la Justice comme compétences*. Paris: Éditions Métailié.
- Boltanski, L. (1993). *La Souffrance à distance*. Paris : Éditions Métailié.
- Bloker, P. (2011). “Pragmatic sociology: theoretical evolvement and empirical application”. *European Journal of Social Theory*, 14(3), 251-261.
- Campos, J., Dias, A., Hortas, M<sup>a</sup>. J., Martins, C., Rocha, C. & Simões, A., (2010). “Da Iniciação Profissional à Inserção Profissional em ASC: Projecto de Formação na ESE de Lisboa”. In C. S. Costa (coord.), *Animação Sociocultural – Profissão e Profissionalização dos Animadores* (pp. 57-72), Oliveira de Azeméis, Livpsic.
- Campos, J., Dias, A., Hortas, M<sup>a</sup>. J., Martins, C. & Carvalho (2011). “Da Iniciação Profissional à Inserção Profissional: Projecto de Formação em Animação Sociocultural na Escola Superior de Educação de Lisboa”. *Actas do V Encontro do CIED – Escola e Comunidade*, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa, 18 e 19 de Novembro de 2011, pp. 147-162.
- Campos, J., Martins, C., Dias, A. & Vohlgemuth, L. (2014), “O Processo Formativo de Animadores Socioculturais na ESE de Lisboa e a Transição para o Mercado de Trabalho”. *First International Meeting of ISSOW (Integrated Safe System of Work) – Work, Social Change and Economic Dynamics: Challenges for Contemporary Societies*, 27-28 November 2014. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa.
- Castro, A. de (1940). *A Exposição do Mundo Português e a Sua Finalidade Nacional*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Costa, C. S. (2012). *Animação Sociocultural, Voluntariado e Cidadania Activa*. Porto: Livpsic.
- Costa, C. S. (2015). “Estatuto e Deontologia do Animador Sociocultural: A Problemática do Estatuto dos Animadores em Portugal”. In J. D. L. Pereira,

- M. S. Lopes & M. A. Maciel, (coords.). *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 345-350). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Diogo, F. (2012). *Precariedade no emprego em Portugal e desigualdades sociais: alguns contributos*. CIES: Observatório das Desigualdades.
  - Dornelas, A. (2009). “Relações laborais na empresa”. In Freira, J. (org.). *Trabalho e Relações de Trabalho* (pp. 155-192). Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais.
  - Duarte, H. & Lopes, D. (2010). “Percursos de vida profissional, satisfação e motivações perante o trabalho: integrando os modelos de desenvolvimento de carreiras com os modelos de ocupações profissionais”. In Pais, J. M. & Ferreira, V. S. (orgs.). *Tempos e Transições de Vida: Portugal ao Espelho da Europa* (pp. 185-221). Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais.
  - Durkheim, É. (1977), *A Divisão do Trabalho Social*. Volumes 1.º e 2.º. Lisboa: Editorial Presença.
  - Elias, N. (2006). *O Processo Civilizacional*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2.ª edição.
  - Eloy, J. (2009). *Histoire de l'Animation Globale* (<http://ain.centres-sociaux.fr/files/2013/05/Histoire-de-lanimation-globale.pdf>).
  - Fernández, J. F. T. (2008). “De la Ciudadanía Asistida a la Ciudadanía Emancipada. Apuntes para la Lectura del Aporte del Ocio en Contextos de Exclusión”. *Revista Iberoamericana*, vol.(1), out.2008/abr.2008 (consultado em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural/pdf/ac505.pdf>).
  - Ferreira, F. I. (2015). “Da Carreira às Trajectórias Profissionais: Desafios do Trabalho em Animação Sociocultural”. In J. D. L. Pereira, M. S. Lopes & M. A. Maciel, (coords.). *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 173-179). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
  - Gama, A., Simões, A., Teodoro, A., Carimentrand, A. & Greffier, L. (2011). “Perspectives on Formation of Sociocultural Animators: Escola Superior de Educação de Lisboa vs. IUT Michel de Montaigne Bordeaux”. *Actas do V Encontro do CIED – Escola e Comunidade*. Escola Superior de Educação de Lisboa, 18 e 19 de Novembro, pp. 221-235.
  - Giddens, A. (1976). *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. Lisboa: Editorial Presença.



- Giddens, A. (2000). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Gollett, J.-C. (1995). *Animation et Animateurs. Le sens de l'action*. Paris: L'Harmattan.
- Gomes, R. T., Lourenço, V. & Matinho, T. Duarte (2006). *Entidades Culturais e Artísticas em Portugal*. OAC – Observatório das Actividades Culturais ([www.oac.pt](http://www.oac.pt)).
- Gonçalves, C. M. (2006). “Profissões e Mercados: Notas de Reflexão”. *Fórum Sociológico*, Lisboa, Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica/Fórum Sociológico – Centro de Estudos, n.ºs 15/16 (2ª série), FCSH da Universidade Nova de Lisboa, pp. 15-32.
- Gonzalez, M. V. (2014). “La Calidad en las Prácticas de la Educación Sociocultural”. *Práticas de Animação, Ano 8 (7)*, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Outubro, pp. 86-102 (consultado em: <https://sites.google.com/site/revistapraticasdeanimação/>).
- Gonzalez, M. V. (2016). “La Animación Sociocultural y la Sostenibilidad Comunitaria” (<http://quadersanimacio.net> n.º 23, enero de 2016, ISSN: 1698-4404).
- Gonzalez, M. V. (2016b). “Retos de la Educación Sociocultural en la Sociedad Digital”. *Práticas de Animação, Ano 10, n.º 9*, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Ano 10, n.º 9, Outubro de 2016, pp. 77-88 (consultado em: <https://sites.google.com/site/revistapraticasdeanimação/>).
- Hespanha, P. & Valadas, C. (2002). “Globalização dos Problemas Sociais, Globalização das Políticas. O Caso da Estratégia Europeia para o Emprego”. In P. Hespanha & G. Carapinheiro (orgs.). *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais?* (pp. 123-175). Porto: Edições Afrontamento.
- Informa D&B - Serviço de Gestão de Empresas Sociedade Unipessoal, Lda (2015). *O Sector Associativo em Portugal*. Informa D&B, Setembro de 2015/1.ª edição.
- Lahire, B. (2005). “Patrimónios Individuais de Disposições – Para uma Sociologia à Escala Individual”. *Sociologia, Problemas e Práticas* n.º 49, 2005, pp. 11-42.
- Lapa, T. (2006). *Quadros e trabalhadores no capitalismo flexível: uma abordagem cultural e sócio-cognitiva*. Lisboa: CIES-ISCTE e-Working Paper n.º 15/2006.
- Leal, J. (2006). *Antropologia em Portugal: Mestres, Percursos, Tradições*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Lopes, M. S. (2007). “Animação Sociocultural em Portugal”. *Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana*, vol. 1, n.º 1, Outubro de 2006 a Fevereiro de 2007 (consultado em: [www.lazer.eefd.ufrr.br/animadorsociocultural/pdf/ac105.pdf](http://www.lazer.eefd.ufrr.br/animadorsociocultural/pdf/ac105.pdf)).
- Lopes, M. de S. & Peres, M. S. (2010). *Animação Sociocultural e Necessidades Educativas Especiais*. Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Maia, M<sup>a</sup>. F. R. (2014), “Lógicas empresariais no limiar do século XXI”, *First International Meeting of ISSOW (Integrated Safe System f Work) – Work, Social Change and Economic Dynamics: Challenges for Contemporary Societies*, 27-28 November 2014. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa.
- Marchioni, M. (2015). “Las profisiones sociales y la animación socio-cultural frente a los câmbios globales”. *Práticas de Animação*, Ano 9, n.º 8, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Outubro (<http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>).
- Martinho, T. D. (2013). “Mediadores Culturais em Portugal: perfis e trajetórias de um novo grupo ocupacional”. *Análise Social*, 206, XLVIII (2.º). Lisboa: ICS-UL – Instituto de Ciências Sociais das Universidade de Lisboa, pp. 422-444.
- Montez, M. (2014). “Animação socio... quê? – Mitos e angústias em torno da denominação e do conceito de Animação Sociocultural”. *Práticas de Animação*, Ano 8, n.º 9, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Outubro, pp. 7-18 (<http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>).
- Ocelli Costa, K. T. e Toledo Silva, L. (2008). “Um Estudo sobre a Construção e Realização de uma Rua de Lazer Desenvolvida pelo Programa ‘Recrear’ da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte”. *Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana*, 3 (1), out.2008/abr.2008 (consultado em: <http://www.lazer.eefd.ufrr.br/animadorsociocultural/pdf/ac502.pdf>).
- Pereira, J. C. S. (1988). *O Trabalho Temporário – Excepção ou Regra na Prática Contratual*. Coleção Estudos, Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- Pereira, J. L. & Bernardes, T. D. (2008). “Animação Sociocultural nas Autarquias”. In J. D. L Pereira, M. F. Vieites & M. S. Lopes (coords.). *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI* (pp. 62-68). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

- Pereira, J. L. & Lopes, M. de S. (2011). *As Fronteiras da Animação Sociocultural*. Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Pereira, J. L., Vieites, M. F. & Lopes, M. de S. (2007). *Animação, Artes e Terapia*. Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural
- Pereira, J. L., Vieites, M. F. & Lopes, M. de S. (2008). *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI*. Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Peres, A. N. & Lopes, M. de S. (coords.) (2007). *Animação Sociocultural – Novos Desafios*. Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia.
- Peres, A. N. & Lopes, M. S. (2008). “Reflexão sobre a Formação em Animação Sociocultural na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro”. In J. D. L. Pereira, M. F. Vieites & Lopes, M. de S. (coords.). *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI* (pp. 299-302). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Pestana, M<sup>a</sup>. H & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de Dados para Ciências Sociais—A Complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda, 4.<sup>a</sup> edição.
- Pimentel, I. F. & Ninhos, C. (2013). *Salazar, Portugal e o Holocausto*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.
- Pinto, J. M. (1991). “Escolarização, Relação com o Trabalho e Práticas Sociais”. In Stoer, S. (org.). *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa – Uma Abordagem Pluridisciplinar* (pp. 15-32). Porto: Edições Afrontamento.
- Pinto, J. M. (2007). *Indagação científica, aprendizagens escolares, reflexividade social*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ramos, R. (1994). “A Invenção de Portugal”. In J. Mattoso (Dir.) *História de Portugal: A Segunda Fundação (1890-1926)* (Vol. 6 pp. 565-595). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rodrigues, M<sup>a</sup>. J. & Ribeiro, J. F. (2000). “Inovação, Tecnologia e Globalização: o Papel do Conhecimento e o Lugar do Trabalho na Nova Economia”. In R. Carneiro (dir-coord.), J. Caraça & M<sup>a</sup>. E. S. Pedro (coords-adjuntos). *O Futuro da Educação em Portugal – Tendências e Oportunidades: Um Estudo de Reflexão Prospectiva* (pp. 33-104). Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação, Tomo II, Capítulos I a IV.

- Rodrigues, M<sup>a</sup>. L. (1997). *Sociologia das Profissões*. Oeiras: Celta.
- Salgado, F. (2008). “A Acção Formativa no Campo da Animação Sociocultural na Escola Superior de Educação de Coimbra”. In J. D. L. Pereira, M. F. Vieites & M. de S. Lopes (coords.). *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI* (pp. 308-311). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Salgado, L. (1990). “O Outro Lado da Educação – Para Além do Instituído”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 29, pp. 105-119.
- Saraiva, C. (2008). “Recensão à obra *Antropologia em Portugal: Mestres, Percursos e Tradições* de João Leal”. *Etnográfica*, vol. XII, n.º 1, 2007. CEAS – Centro de Estudos de Antropologia Social, pp. 265-277.
- Sérgio, A. (1974). “Sobre a Cultura Portuguesa”. In *Ensaio* (Tomo VII, pp. 111-113). Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Serra, F. S. (2008). “A Formação Graduada em Animação Sociocultural e a Construção da Profissão de Animador Sociocultural. O Exemplo da Escola Superior de Educação de Lisboa”. In J. D. L. Pereira, M. F. Vieites & M. de S. Lopes (coords.), *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI* (pp. 303-307). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Silva, A. (2007). “Bolonha: uma Oportunidade de Reflexão sobre a Animação Sociocultural e de Revisão da Formação em Animação no Ensino Superior em Portugal”. *Práticas de Animação*, 1 (0), APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, 1 (0), (consultado em: <https://sites.google.com/site/revistapraticasdeanimacao/>).
- Silva, A. (2009). “Um Reencontro com os Estatutos Profissionais da Animação Sociocultural em Portugal”. *Práticas de Animação*, 3 (2), APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, (consultado em: <https://sites.google.com/site/revistapraticasdeanimacao/>).
- Silva, A. F. (s/d). “Reflexões em Torno da Cultura Popular”. *Recensio – Revista de Recensões de Comunicação e Cultura*. Recensão da Obra *Tempos Cruzados: um Estudo Interpretativo da Cultura Popular* de Augusto Santos Silva, [www.recensio.ubi.pt](http://www.recensio.ubi.pt).
- Silva, A. S. (2007). “Como Abordar as Políticas Culturais Autárquicas? Uma Hipótese de Roteiro”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º. 54, 2007, pp. 11-33.
- Silva, A. S. (1993). *Tempos Cruzados: um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Porto: Edições Afrontamento.

- Sobral, J. M. (1996). “Nações e Nacionalismo: algumas teorias recentes sobre a sua génese e persistência na Europa (ocidental) e o caso português”. *Inforgeo*, n.º 11, pp. 13-41.
- Sobral, J. M. (1999). “Da Casa à Nação: passado, memória, identidade”, *Etnográfica*, vol. III, n.º 1, 1999, CEAS – Centro de Estudos de Antropologia Social, pp. 63-89.
- Teodoro, A. & Maurício, P. (2011), “O Animador Sociocultural na ESELx: em Direcção a uma Formação Qualificante”. *Actas do V Encontro do CIED – Escola e Comunidade* (pp. 207-219). Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa, 18 e 19 de Novembro de 2011.
- Théry, H. & Garrigou-Lagrange, M. (1966). *Equiper e Animer la Vie Sociale*. Editions du Centurion, pp. 14-15.
- Thévenot, L. (1985). “Les investissements de forme”, *Conventions économiques*. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 21-65.
- Vieites, A. (2015). “A Animação Sociocultural e os Seus Adjectivos. Contributos para uma Problemática do Campo numa Perspectiva Profissional, Ética e Deontológica”. In J. D. L. Pereira, M. de S. Lopes & M. A. Maciel (coords.), *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 133-140). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Viveiros, A. L. N. (2007). “Os Desafios que se Colocam à Animação Sociocultural. Uma Visão a Partir da Região Autónoma da Madeira”. Animador Sociocultural: *Revista Ibero-Americana de Animação Sociocultural*, 1 (2), Maio-Setembro de 2007 (consultado em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural/pdf/ac209.pdf>).
- Viveiros, A. L. N. (2010). “Acheegas para a reflexão sobre a Formação e o Estatuto dos Animadores”. *Quaderns d' Animació i Educació Social*, 10, julho de 2010 (consultado em: <http://quadernanimacio.net/ANTERIORES/ocho/Desenvolvimiento.pdf>).
- Viveiros, A. L. N. (2015). “A Identidade Socioprofissional dos Animadores Socioculturais”. In J. D. L. Pereira, M. de S. Lopes & M. A. Maciel (coords.), *O Animador Sociocultural no Século XXI – perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projectos de intervenção* (pp. 241-249). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Weber, M. (1999). *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Volumes 1 e 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- Weber, M. (n.d.). *Fundamentos da Sociologia*. Porto: Rés Editora.

### **Legislação**

- Constituição Política da República Portuguesa de 1933 – entrada em vigor em 11 de Abril de 1933.
- Constituição da República Portuguesa de 1976 – entrada em vigor em 25 de Abril de 1976.
- Decreto-Lei n.º 18570, de 8 de Julho de 1930 – diploma que aprova, durante o período da Ditadura Nacional que antecedeu o Estado Novo, o Acto Colonial, republicado aquando da entrada em vigor da Constituição Política da República Portuguesa de 1933 e alterado pela Lei n.º 1900, de 21 de Maio de 1935.
- Decreto-Lei n.º 22992, de 29 de Agosto de 1933 – diploma que cria a *PVDE-Polícia de Vigilância e Defesa do Estado*.
- Decreto-Lei n.º 23051, de 23 de Setembro de 1933 – diploma que cria as *Casas do Povo*.
- Decreto-Lei n.º 23054, de 25 de Setembro de 1933 – diploma que cria o *SPN-Secretariado de Propaganda Nacional*.
- Decreto-Lei n.º 25495, de 13 de Junho de 1935 – diploma de criação da *FNAT-Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho*.
- Decreto-Lei n.º 26611, de 19 de Maio de 1936 – diploma que cria a *Mocidade Portuguesa*.
- Decreto-Lei n.º 27058, de 30 de Setembro de 1936 – diploma que cria a *Legião Portuguesa*.
- Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 1940 – assinada em 7 de Maio de 1940.
- Decreto-Lei n.º 34134, de 24 de Novembro de 1944 – diploma que cria o *SNI-Secretariado Nacional de Informação*.
- Decreto-Lei n.º 34373, de 10 de Janeiro de 1945 – diploma que cria a *Junta Central das Casas do Povo*.
- Decreto-Lei n.º 35046, de 23 de Outubro de 1945 – Diploma que cria a *PIDE-Polícia Internacional de Defesa do Estado*.
- Decreto-Lei n.º 179, de 30 de Abril de 1974 – diploma que cria o *FAOJ-Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis*.

- Decreto-Lei n.º 781, de 28 de Outubro de 1976 – diploma que regulamenta a contratação de trabalho a prazo.
- Decreto-Lei n.º 220, de 30 de Novembro de 2006 – diploma que estabelece as condições do recebimento do subsídio de desemprego.
- Decreto-Lei n.º 244, de 5 de Novembro de 2002 – diploma que estabelece os níveis de Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos.
- Lei n.º 7, de 12 de Fevereiro de 2009 – Código do Trabalho.
- Portaria n.º 782, de 23 de Julho de 2009 – diploma que regula o Quadro Nacional das Qualificações.

## **APÊNDICES**



***Apêndice A – Inquérito por Questionário***

**Caro/a Animador/a,**

O meu nome é António Manuel Rodrigues Ricardo Baptista, sou investigador no *CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa* e, no âmbito do projecto de doutoramento em Sociologia, encontro-me a desenvolver um estudo que tem como objectivo dar conta da experiência dos Animadores Socioculturais ao nível da formação académica, bem como ao nível da sua inserção no mercado de trabalho.

Dirijo-me a si, enquanto pessoa com formação em Animação Sociocultural, pedindo-lhe o grande favor de colaborar comigo, preenchendo o questionário que se segue, com a garantia de que todas as informações que entender prestar serão anónimas, confidenciais e destinadas exclusivamente a tratamento estatístico.

Caso tenha alguma dúvida, não hesite em contactar-me através número de telemóvel 936291065 ou através do e-mail *aricardo1959@gmail.com*.

Agradeço-lhe antecipadamente toda a sua disponibilidade e apresento-lhe as minhas melhores saudações.

António Manuel Rodrigues Ricardo Baptista

## QUESTIONÁRIO

1 – Qual a designação do curso que concluiu na área da Animação Sociocultural?

2 – Indique o estabelecimento de ensino superior em que concluiu o curso:

3 – Indique o ano lectivo em que concluiu o curso:

4 – Indique a zona do país em que trabalha:

- Norte-----☐
- Centro-----☐
- Área Metropolitana de Lisboa-----☐
- Alentejo-----☐
- Algarve-----☐
- Região Autónoma da Madeira-----☐
- Região Autónoma dos Açores-----☐

<p><b>COMEÇO POR LHE COLOCAR ALGUMAS PERGUNTAS DE ORDEM PESSOAL E FAMILIAR</b></p>
--

5 – Sexo

- Masculino -----☐
- Feminino -----☐

6 – Que idade tem?

anos

7 – Assinale com um X o grau de instrução que os seus pais concluíram.

- |  | 4.1 – Pai                | 4.2 – Mãe                |
|--|--------------------------|--------------------------|
| • Nunca frequentou a escola -----                                  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| • Frequentou mas não completou o primeiro ciclo (4.ª classe) ----- | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| • Primeiro ciclo (4.ª classe) -----                                | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| • Segundo ciclo (6.º ano) -----                                    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| • Terceiro ciclo (9.º ano) -----                                   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| • Ensino secundário (antigo 7.º ano ou 12.º ano) -----             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| • Bacharelato -----  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

- Licenciatura ----- ☐ ☐
- Mestrado ----- ☐ ☐
- Doutoramento ----- ☐ ☐

**8 – Qual é ou era a profissão do seu pai? (indique apenas a última actividade, descrevendo-a da forma mais detalhada possível)**

Ocupação actual ou última:

- Nunca exerceu uma profissão ----- ☐

**9 – Qual é ou era a profissão da sua mãe? (indique apenas a última actividade, descrevendo-a da forma mais detalhada possível)**

Ocupação actual ou última:

- Nunca exerceu uma profissão ----- ☐

**COLOCO-LHE AGORA ALGUMAS PERGUNTAS RELACIONADAS COM O CURSO DE ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL**

**10 – Indique em que grau o curso de Animação Sociocultural o/a preparou para a vida profissional:**

	Mau (1)	Medíocre (2)	Suficiente (3)	Bom (4)	Muito Bom (5)
• Desenvolveu a capacidade para explorar oportunidades de emprego -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Desenvolveu a capacidade de integração na vida activa -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Adquiriu métodos de trabalho profissional ----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Desenvolveu a capacidade de resolver problemas concretos -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Desenvolveu a capacidade de tomar decisões-	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Desenvolveu a capacidade de expressão -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Desenvolveu o sentido crítico ----- ----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Desenvolveu as capacidades de análise e de síntese -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### Outras Preparações

- 
- 
- 

**11 – Com base no conhecimento que possui hoje do curso de Animação Sociocultural, se voltasse atrás que faria?**

- Inscrevia-se no mesmo curso----- ☐
- Inscrevia-se noutro curso----- ☐
- Não se inscrevia em nenhum curso----- ☐

**12 – Recomendaria o curso de Animação Sociocultural aos seus filhos ou a pessoas importantes na sua vida?**

- Sim ----- ☐
- Não ----- ☐

**SEGUEM-SE ALGUMAS PERGUNTAS RELACIONADAS COM A SUA ACTIVIDADE PROFISSIONAL APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO DE ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL**

### SOBRE O SEU EMPREGO ACTUAL

**13 – Encontra-se a trabalhar?**

- Não----- ☐
- Sim----- ☐

*Se respondeu **não** e caso já tenha trabalhado após a conclusão do curso de Animador Sociocultural passe à pergunta 24; **se nunca trabalhou** após a conclusão do curso passe à pergunta 28.*

**13.1 – Se sim, qual a relação entre o seu emprego actual e a formação obtida no curso de Animação Sociocultural?**

- É um emprego directamente relacionado com o curso----- ☐
- É um emprego numa área próxima do curso----- ☐
- É um emprego numa área totalmente diferente do curso----- ☐

**14 – O seu trabalho actual é exercido:**

- Na Administração Central----- ☐
  - Na Administração Local (Câmara Municipal/Junta de Freguesia)----- ☐
  - No Terceiro Sector (instituições de apoio e solidariedade social)----- ☐
  - Numa Empresa Privada----- ☐
  - Outro tipo de organização----- ☐
- Qual?

**15– Como se encontra classificado profissionalmente no seu emprego actual?**  
(indique a categoria que consta na sua folha de salário/recibo verde/outro)

**16 – Que tipo de vínculo tem no seu emprego actual?**

- Contrato a termo certo----- ☐
  - Contrato a termo incerto----- ☐
  - Contrato sem termo/efectivo (por tempo indeterminado)----- ☐
  - Contrato de trabalho temporário<sup>151</sup>----- ☐
  - Recibos verdes ----- ☐
  - Outra situação ----- ☐
- Qual?

**17 – Qual o seu rendimento bruto (antes de retirados os descontos) mensal?**

**18 – Acha que o seu salário está de acordo com o trabalho que faz?**

- Sim----- ☐
- Não----- ☐

**19 – Acumula o seu emprego actual com outros trabalhos?**

- Sim----- ☐
- Não----- ☐

---

<sup>151</sup> Contrato de trabalho estabelecido entre o trabalhador e uma empresa de trabalho temporário, cedendo esta o trabalhador a outras entidades.

**20 – Frequentou alguma(s) acção/acções de formação profissional no último ano?**

- Sim----- ☐
- Não----- ☐

**21 – Em termos globais, que grau de **satisfação** nutre pelo seu trabalho actual?**

- Completamente insatisfeito(a)----- ☐
- Insatisfeito(a)----- ☐
- Pouco satisfeito----- ☐
- Satisfeito(a)----- ☐
- Completamente satisfeito(a)----- ☐

**22 – Qual o grau de satisfação que sente em relação a cada um dos seguintes aspectos do seu trabalho actual?**

	Completa- mente insatisfeito (1)	Insatisfeito (2)	Pouco satisfeito (3)	Satisfeito (4)	Completa- mente satisfeito (5)
• Estabilidade de emprego -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Nível de remuneração -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Oportunidades de promoção -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Autonomia profissional reconhecida na maneira de exercer a actividade ----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Autoridade profissional reconhecida em termos de domínio, afirmação e aplicação de certos conhecimentos técnicos -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Oportunidades de aprendizagem -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Relação com as chefias -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Relação com os colegas -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Trabalho útil do ponto de vista social--	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Reconhecimento por parte das chefias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Reconhecimento por parte dos colegas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Reconhecimento por parte das entidades empregadoras ----- ☐ ☐ ☐ ☐ ☐
- Prestígio profissional ----- ☐ ☐ ☐ ☐ ☐
- Horário de trabalho ----- ☐ ☐ ☐ ☐ ☐
- Oportunidades de frequentar acções de formação profissional ----- ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

**23 – Como é que os outros (familiares e amigos) encaram o trabalho que faz em Animação Sociocultural?**

- Consideram relevante o que faz----- ☐
- Consideram que deveria mudar de profissão----- ☐
- Consideram que é uma maneira de ganhar a vida sem especial interesse----- ☐

**SOBRE O SEU PRIMEIRO EMPREGO**

**24 – Após a conclusão do curso de Animador Sociocultural, quanto tempo demorou a encontrar seu primeiro emprego?**

*Responda, mesmo que o seu primeiro emprego seja o seu actual emprego.*

- Começou imediatamente a trabalhar----- ☐
- Entre 1 e 6 meses----- ☐
- Entre 7 e 12 meses----- ☐
- Mais de 12 meses----- ☐

*Se porventura o seu primeiro emprego é o seu actual emprego, passe à pergunta 28.*

**25 – Que tipo de vínculo tinha no seu primeiro emprego?**

- Contrato a termo certo----- ☐
- Contrato a termo incerto----- ☐
- Contrato sem termo/efectivo (por tempo indeterminado)----- ☐
- Contrato de trabalho temporário (empresa de trabalho temporário)----- ☐
- Recibos verdes----- ☐
- Outra situação----- ☐

Qual?



## SOBRE AS MUDANÇAS DE EMPREGO

### 26 – Quantas vezes já mudou de emprego após a conclusão do curso de Animador Sociocultural?

- Nenhuma-----☐
- Uma vez-----☐
- Duas a quatro vezes-----☐
- Quatro a seis vezes-----☐
- Mais de seis vezes-----☐

*Se nunca mudou de emprego passe à pergunta 28.*

### 27 – No caso de ter mudado de emprego, que avaliação faz da sua situação de trabalho actual em relação aos seguintes aspectos:

	Baixou de nível (1)	Manteve o mesmo nível (2)	Melhorou de certo modo (3)	Melhorou muito (4)
• Estabilidade de emprego -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Nível de remuneração -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Oportunidades de promoção -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Autonomia profissional reconhecida na maneira de exercer a actividade ---	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Autoridade profissional reconhecida em termos de domínio, afirmação e aplicação de certos conhecimentos -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Oportunidades de aprendizagem -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Oportunidades de frequentar acções de formação -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Reconhecimento da profissão por parte das entidades empregadoras ----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Reconhecimento da profissão por parte das outras profissões -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Profissão protegida, isto é, exercida somente por pessoas certificadas/com diploma ----- ☐ ☐ ☐ ☐
- Prestígio profissional ----- ☐ ☐ ☐ ☐

**COLOCO-LHE, DE SEGUIDA, ALGUMAS PERGUNTAS SOBRE ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL**

**28 – O que é que garantiria a pessoas que estivessem a ponderar trabalhar na área da Animação Sociocultural?**

	Nenhuma garantia (1)	Baixa garantia (2)	Média garantia (3)	Alta garantia (4)	Muito Alta garantia (5)
• Estabilidade de emprego -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Nível de remuneração -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Oportunidades de promoção -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Autonomia profissional reconhecida na maneira de exercer a actividade -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Autoridade profissional reconhecida em termos de domínio, afirmação e aplicação de certos conhecimentos técnicos -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Oportunidades de aprendizagem -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Oportunidades de frequentar acções de formação -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Reconhecimento da profissão por parte das entidades empregadoras -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Reconhecimento da profissão por parte das outras profissões -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Profissão protegida, isto é, exercida somente por pessoas certificadas/com diploma -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Associativismo profissional -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Prestígio profissional -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**29 – É membro de alguma associação profissional?**

- Sim----- ☐
- Não----- ☐

**PEÇO AGORA A SUA OPINIÃO EM RELAÇÃO A ALGUNS ASPECTOS DA ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL**

**30 – Indique o grau de concordância em relação a cada um dos aspectos abaixo indicados:**

	Discordo completamente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo completamente
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
• A Animação Sociocultural deve ser exercida exclusivamente por quem estiver devidamente licenciado-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Os diplomas de licenciatura em Animação Sociocultural são, regra geral, considerados pelas várias entidades empregadoras para classificar os seus portadores como Animadores Socioculturais-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Em termos de selecção, nos vários contextos de trabalho, regra geral, é dada preferência aos Animadores com formação superior -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Em matéria remuneratória, o tratamento dado aos licenciados em Animação nas várias organizações de trabalho é o mesmo que é dado aos restantes licenciados -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• No exercício da actividade de Animação devem ser considerados preferencialmente os Animadores formados pela experiência-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• O curso de Animação Sociocultural confere ao aluno uma noção clara sobre aquilo que o Animador deve fazer nas várias organizações de trabalho -----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• A existência de um estatuto profissional do Animador Sociocultural reconhecido pelo Estado é factor de exclusão de pessoas que,					

muito embora não tenham formação formal, há muitos anos fazem Animação -----

☐
☐
☐
☐
☐

**FINALMENTE, PEÇO QUE TOME POSIÇÃO EM RELAÇÃO A CADA UMA DAS SITUAÇÕES EXPOSTAS EM BAIXO**

31 – Após a conclusão do 12º ano de escolaridade, o Bruno apresentou a sua candidatura para ingresso no ensino superior, tendo indicado como primeira opção, entre as várias hipóteses de escolha, o curso de licenciatura em Animação Sociocultural. A família do Bruno, constituída há várias gerações por médicos e advogados, não se mostrou agradada com a sua decisão: “*Animação?!... Mas tu queres mesmo animação? Queres fazer da tua vida uma palhaçada? Não percebes que isso só serve para trabalhar com os ‘pobrezinhos’ e não te garante o futuro...*”. A reacção dos seus familiares colocou o Bruno num dilema: “*Será que é mesmo assim? Será que tomei a melhor decisão ou será que devo reconsiderar a opção que tomei e escolher uma outra via?*”

**Sobre a situação exposta, indique o grau de concordância em relação às soluções referidas em baixo.**

	Discordo completamente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo completamente
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
a) A família devia ter respeitado a opção académica do Bruno.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O Bruno devia manter a opção de ingressar na licenciatura de Animação Sociocultural.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O Bruno devia reconsiderar a sua opção e escolher uma outra área de estudos.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) A reacção da família do Bruno justifica-se por considerar que a Animação Sociocultural não garante o futuro de ninguém-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Se entender:**

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução a):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução b):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução c):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução d):

32 – A Isabel, recém-licenciada em Animação Sociocultural, tem procurado activamente emprego na área da sua formação académica. Não se tem cansado de apresentar candidaturas espontâneas dirigidas a organizações nas áreas da cultura, da educação e do apoio social a crianças, jovens, idosos e pessoas portadoras de deficiência. São raras as respostas obtidas. As que tem recebido repetem invariavelmente o mesmo: *“Acusamos e agradecemos o envio da sua candidatura. Se viermos a necessitar de profissionais nesta área, tê-la-emos, seguramente, em conta.”* Há dias, porém, tinha no seu correio electrónico uma mensagem de uma organização de apoio social a convocá-la para uma entrevista de emprego. No dia e hora indicados, Isabel dirigiu-se à organização que a tinha convocado. Foi recebida pela Directora que, depois de lhe ter colocado várias perguntas relacionadas com a sua formação académica, lhe disse o seguinte: *“Apreciámos o seu curriculum e estamos certos que a Isabel poderá desenvolver um importante trabalho de animação junto dos nossos utentes, mas só temos condições para a admitir como Ajudante de Acção Directa”*. Perante esta oferta, a Isabel pondera: *“Não era isto que eu esperava!... ‘galinha gorda por pouco dinheiro’, é o que é... Afinal de contas de que me vale a formação superior?... Aceito o lugar?... Não aceito? Custa-me aceitar um trabalho que está muito abaixo das minhas qualificações!... Mas, a verdade, é que preciso de ganhar a vida!...”*

**Sobre a situação exposta, indique o grau de concordância em relação às soluções referidas em baixo.**

	Discordo completamente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo completamente
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
a) A Isabel não devia aceitar a oferta, uma vez que a classificação que lhe foi proposta desprestigia a sua formação em Animação Sociocultural.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) A Isabel devia aceitar a oferta, pois o que importa é ter um emprego.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) A Isabel devia ingressar numa outra formação superior, uma vez que está arrependida da escolha que fez pela Animação Sociocultural.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) A Isabel não devia aceitar a oferta e insistir na procura trabalho de um emprego em que seja respeitada a formação em Animação Sociocultural.-	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Se entender:**

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução a):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução b):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução c):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução d):

- 33 – Muito embora a Filomena, após a conclusão da licenciatura em Animação Sociocultural, tenha enviado centenas de currículos a várias organizações, só muito tempo depois da conclusão dessa formação foi seleccionada para trabalhar como Animadora numa organização de apoio a pessoas idosas. Depois de admitida, constatou que a sua remuneração não acompanhava a remuneração de outros licenciados. Após alguma hesitação, decidiu questionar a Direcção da organização no sentido de perceber melhor a razão da diferença remuneratória. Recebeu como resposta que “*as responsabilidades de um Animador não podem ser equiparadas às de outros profissionais com formação superior, pelo que tal diferença se justifica*”. Esta resposta acentuou ainda mais as dúvidas que a Filomena já tinha sobre as responsabilidades cometidas a um Animador possuidor de uma formação superior.

**Sobre a situação exposta, indique o grau de concordância em relação às soluções referidas em baixo.**

	Discordo completamente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo completamente
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
a) A Filomena devia conformar-se com a resposta, pois as responsabilidades cometidas a um Animador Sociocultural são comparáveis à de outros profissionais com formação superior.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) A Filomena não devia conformar-se com a resposta e provar que o seu trabalho de Animadora Sociocultural é merecedor de um tratamento igual ao dos outros profissionais com formação superior.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) A resposta da Direcção justifica-se dada a grande indefinição que o trabalho do Animador Sociocultural encerra.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) A Filomena devia conformar-se com a resposta, pois a luta pelo reconhecimento do trabalho do Animador Sociocultural é uma luta inglória.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Se entender:**

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução a):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução b):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução c):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução d):

- 34 - A Beatriz, mestre em Animação Cultural e Educação Comunitária, esteve contratada a termo numa organização educativa durante três anos. No final dos três anos, ao contrário do que a Beatriz esperava, o contrato de trabalho foi rescindido por iniciativa da entidade empregadora. Estando certa da qualidade do trabalho que prestou ao longo de três anos e da necessidade de dar continuidade a esse trabalho, a Beatriz não se conformou e, mesmo sabendo da dificuldade em reverter a medida tomada, procurou obter explicações. Depois de alguma insistência por parte de Beatriz, a entidade empregadora resolveu finalmente justificar a rescisão do contrato: *“Reconhecemos o valor do trabalho que desenvolveu ao longo de três anos e a importância de lhe dar continuidade. Decidimos, por isso, admitir um novo Animador Sociocultural com formação secundária técnico-profissional.”*

**Sobre a situação exposta, indique o grau de concordância em relação às soluções referidas em baixo.**

	Discordo completamente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo completamente
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
a) A entidade empregadora devia ter respondido da maneira que respondeu, pois aquilo que um Animador com formação superior faz pode ser feito por um Animador com formação secundária.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) A Beatriz devia recorrer às instâncias legais para provar que a medida de por termo ao contrato para admitir um Animador com formação do ensino secundário viola o que a lei estabelece e tem como objectivo a obtenção de ganhos económicos em desfavor dos ganhos de qualidade.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) A entidade empregadora, ao admitir um Animador de formação secundária, está a contribuir para aumentar o interesse dos jovens pelas questões da cidadania.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) A entidade empregadora, ao admitir um Animador de formação secundária, está a contribuir para prestigiar a Animação Sociocultural.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Se entender:**

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução a):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução b):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução c):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução d):

- 35 – Depois de longas negociações, o Estatuto do Animador Sociocultural foi finalmente reconhecido oficialmente. Na sequência deste reconhecimento, a Direcção da “*Idade Maior e Qualidade de Vida*”, entidade responsável por vários equipamentos de apoio a idosos, comunicou, através de circular, que todos os trabalhadores classificados como Animadores Socioculturais teriam que apresentar o certificado de habilitações comprovativo em como podem exercer essas funções. E como nas negociações não foi acautelada a situação das pessoas que fazem animação, mas que não se encontram certificadas como tal, isso preocupou o Pedro e a Margarida, dois Animadores formados pela experiência: ele a exercer a actividade há doze anos, ela há oito. O receio destes dois Animadores em perder o seu posto de trabalho não era infundado. Mesmo tendo feito menção aos longos anos de experiência, a Direcção da “*Idade Maior e Qualidade de Vida*” não atendeu ao argumento da experiência invocado pelos dois Animadores e, recorrendo ao disposto no Estatuto do Animador – “*o exercício da actividade de Animador Sociocultural é limitado a pessoas devidamente certificadas*” –, comunicou-lhes a cessação do contrato.

**Sobre a situação exposta, indique o grau de concordância em relação às soluções referidas em baixo.**

	Discordo completamente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo completamente
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
a) A Direcção fez bem em aplicar o Estatuto, pois só dessa forma se impede, de uma vez por todas, que pessoas não certificadas possam exercer Animação Sociocultural.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) Para a Direcção da “Idade Maior e Qualidade de Vida” o que importa é que o Estatuto do Animador tenha sido reconhecido oficialmente e não tanto as consequências desse reconhecimento.--	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) A Direcção não devia ter aplicado o Estatuto antes de dar a oportunidade ao Pedro e à Margarida de requererem a certificação das suas experiências através de um processo de Reconhecimento e Validação de Competências.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) A Direcção fez mal em aplicar o Estatuto, pois dessa maneira está a deitar fora a experiência acumulada pelo Pedro e pela Margarida.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Se entender:**

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução a):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução b):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução c):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução d):



- 36 – Após ter terminado a licenciatura em Animação Sociocultural, o Pedro chegou à conclusão que os conhecimentos obtidos ficavam muito aquém das suas expectativas no que respeita à vertente da “cultura, educação e intervenção comunitária”. Uma vez que foi sempre esta a área ambicionada em termos de um futuro profissional, decidiu ingressar no mestrado em Intervenção Comunitária e Desenvolvimento Local, tendo, no final, defendido a tese “A Educação de Adultos como Espaço de Promoção da Cidadania”. Durante algum tempo, esteve convencido que esta formação especializada lhe permitiria exercer a actividade profissional numa perspectiva de transformação social, o que acabou por não acontecer. As ofertas de trabalho que foram surgindo privilegiavam as vertentes do cuidar e do entretenimento, pelo que o Pedro trabalha hoje num lar de idosos.

**Sobre a situação exposta, indique o grau de concordância em relação às soluções referidas em baixo.**

	Discordo completamente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo completamente
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
a) O Pedro devia continuar a procurar trabalho numa área em que pudesse por em prática as aprendizagens que fez, coisa que não é possível num lar de idosos.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O Pedro devia continuar a trabalhar no lar, pois a Animação de idosos tem sempre como objectivo introduzir transformações nas suas vidas.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O Pedro, com as habilitações que tem na área da Animação Sociocultural, devia ser mais exigente e rejeitar ofertas de trabalho do tipo “lar de idosos”, em que só se dispensam cuidados alimentares e de higiene.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) O Pedro deve encarar o seu actual trabalho com idosos como um desafio à sua competência como Animador Sociocultural.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Se entender:**

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução a):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução b):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução c):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução d):

- 37 – A Carla, doutorada em Animação Sociocultural e já com alguns anos de experiência de trabalho nesta área, recebeu duas propostas de trabalho: a primeira, para participar num projecto de combate à pobreza; a segunda, para trabalhar num equipamento de apoio a pessoas idosas, com as valências de Centro de Dia, Lar e Apoio Domiciliário. Sobre a primeira proposta, a Ângela sabe que o

projecto terá uma duração de três anos, que é promovido pela Câmara Municipal e que é subsidiado com fundos europeus. Sabe também, que a equipa será composta por um Sociólogo, um Economista, um Técnico de Serviço Social, um Jurista e dois Animadores Socioculturais. Sobre a segunda proposta, a informação prestada à Ângela é que se trata de um trabalho com contrato sem termo e de apoio directo a pessoas idosas. No momento em que recebeu as duas propostas, a Carla encontrava-se desempregada, sem direito a subsídio de desemprego. Tinha concluído o doutoramento há relativamente pouco tempo e deixado de ser bolsista. As duas propostas não podiam ter surgido em melhor altura. O percurso profissional da Carla era tudo menos linear. Tinha já participado em vários projectos, mas sempre de forma angustiada: ora porque o valor da bolsa não chegava a tempo e horas de pagar as despesas, ora porque no final de cada projecto surgia sempre a dúvida de como seria a sua vida futura. O que a Carla não queria, de todo, era ter que regressar a casa dos pais, tal como sucedera a muitos dos seus colegas Animadores. Perante as duas propostas, a Carla ficou indecisa em relação à escolha a fazer: se o projecto, aliciante pelo desafio profissional que lhe proporcionaria, mas, a avaliar pela sua própria experiência, de uma grande instabilidade; se o equipamento de apoio a idosos, pela segurança que lhe asseguraria. Ponderadas as duas propostas, a Ângela acabou por escolher o equipamento de apoio a idosos pela maior segurança que provavelmente este trabalho lhe proporcionaria na sua vida.

**Sobre a situação exposta, indique o grau de concordância em relação às soluções referidas em baixo.**

	Discordo completamente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo completamente
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
a) A Carla devia ter arriscado o trabalho no projecto de combate à pobreza.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) A Carla fez bem em ter privilegiado a segurança que o trabalho no equipamento de apoio a idosos lhe vai proporcionar.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) A Carla fez bem em escolher o equipamento de apoio a idosos, pois é também aí que os resultados do trabalho do Animador se fazem sentir.--	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) A Carla errou na escolha que fez, pois o trabalho no equipamento de apoio a idosos é um trabalho que assenta numa vertente “cuidadora” e não lhe abrirá portas em termos de futuro profissional.-----	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Se entender:**

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução a):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução b):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução c):

Explique o grau de concordância manifestado em relação à solução d):

**MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!**

**Para aprofundar algumas das questões suscitadas pelo questionário, gostaria de entrevistar algumas das pessoas inquiridas. Nesse sentido, e caso esteja de acordo, peço-lhe que me deixe o seu número de telefone para um futuro contacto:**

**MAIS UMA VEZ, MUITO OBRIGADO!**

## ***Apêndice B – Guião de Entrevista***

## **Guião de Entrevista**

### **A. Sobre o mercado de trabalho da animação sociocultural**

1. Como é que caracteriza actualmente o mercado de trabalho da Animação Sociocultural em Portugal?
2. Que razões o(a) levaram a tomar a decisão de frequentar um curso superior de Animação Sociocultural?
3. Marcelino Lopes, na sua obra “Animação Sociocultural em Portugal”, refere que “para a maioria dos Animadores, a Animação em regime profissional passou a ser uma actividade de transição, quase se diria, um acidente de percurso”. O que pensa desta situação?

### **B. Sobre o espaço de intervenção do animador sociocultural nas organizações de trabalho ou nos projectos em que participa**

4. Do que é que gosta e do que é que não gosta no seu trabalho?
5. Enquanto Animador Sociocultural, sente-se reconhecido(a) no seu actual contexto de trabalho? Porquê?
6. O tratamento que lhe é dado enquanto Animador(a) Sociocultural é equivalente ao tratamento que é dado a pessoas com outras profissões de nível superior?
7. No seu actual contexto de trabalho tem espaço de intervenção? Conquistou-o? Foi-lhe cedido?
8. Como gostaria de ver recompensado o seu trabalho?
9. Pretende manter-se como Animador(a) Sociocultural? Porquê?

### **C. Sobre os diplomas, o modelo de formação e o mercado da Animação Sociocultural**

10. No seu trabalho encontra-se classificado como Animador Sociocultural?
11. O valor atribuído ao seu diploma é o mesmo que é atribuído aos diplomas de outros profissionais com formação superior?

12. O que terá de acontecer para que ao seu diploma seja atribuído mais valor?
13. Como é que encara a formação de Animadores Socioculturais ao nível do ensino secundário profissional?

#### **C – Sobre o estatuto profissional do Animador Sociocultural**

14. Como é que se explica que o problema do Estatuto Profissional do Animador Sociocultural se encontre por resolver há mais de quatro décadas?
15. Sente-se afectado(a) no seu trabalho por esta situação?
16. No seu entender, a homologação do Estatuto do Animador por parte do Estado terá vantagens ou desvantagens?

#### **D – Futuro Profissional**

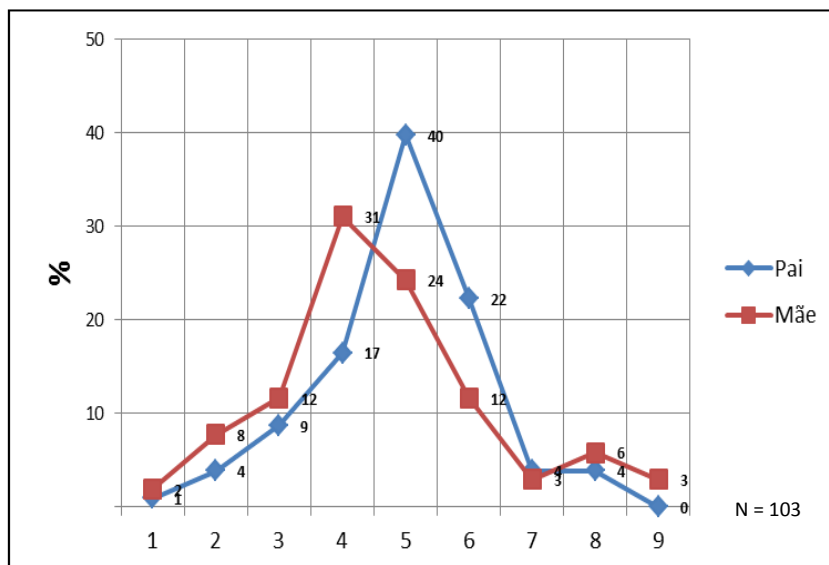
17. Como é que encara o seu futuro profissional?

**Muito obrigado pela sua colaboração!**

*Apêndice C – Gráficos e cenários profissionais*

GRÁFICO I

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE CONCLUÍDOS PELO PAI E PELA MÃE



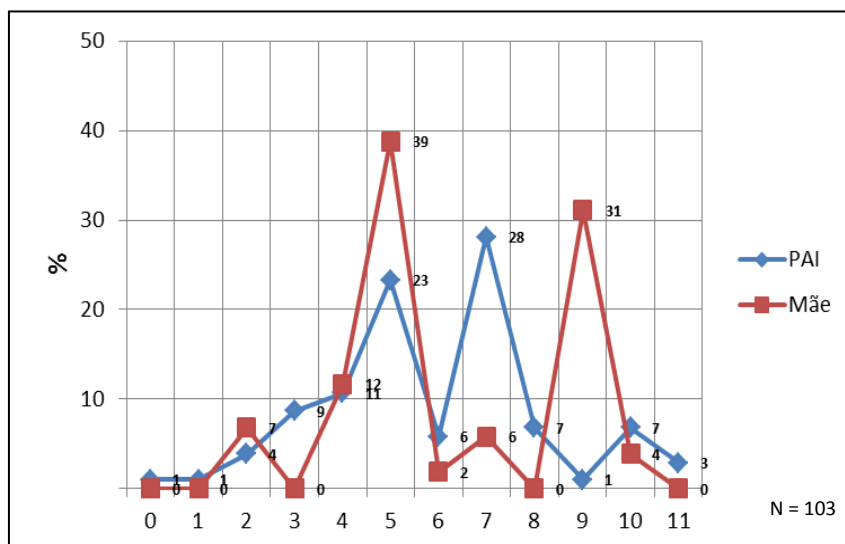
Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

ISCED -International Standard Classification of Education

1 – NUNCA FREQUENTOU A ESCOLA; 2 – PRIMEIRO CICLO INCOMPLETO (4.ª CLASSE);  
 3 – PRIMEIRO CICLO (4.ª CLASSE); 4 – SEGUNDO CICLO (6.º ANO); 5 – TERCEIRO CICLO (9.º ANO);  
 6 – ENSINO SECUNDÁRIO (ANTIGO 7.º ANO OU 12.º ANO);  
 7 – BACHARELATO; 8 – LICENCIATURA; 9 - MESTRADO

GRÁFICO II

NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO PAI E DA MÃE

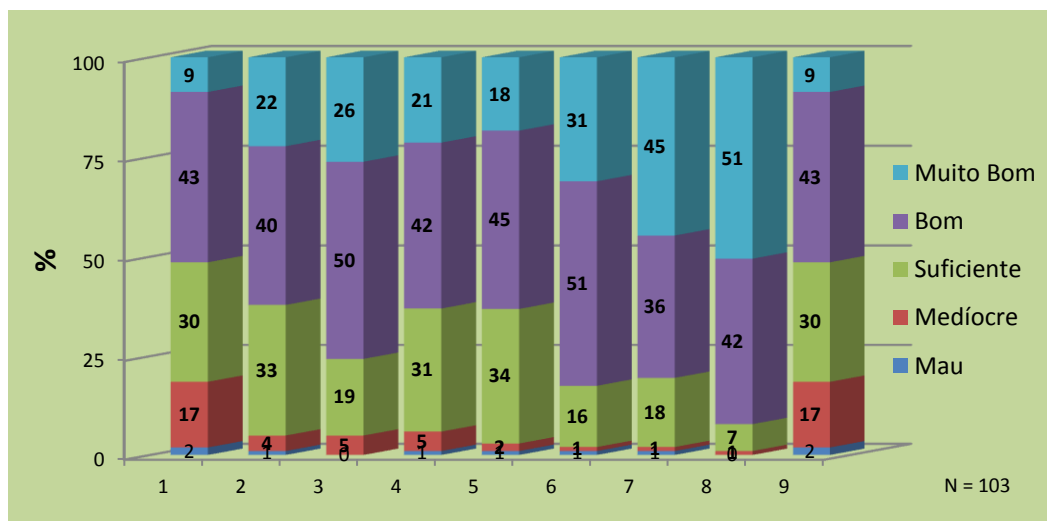


Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

0 – Profissões das Forças Armadas; 1 – Dirigentes, Directores e Gestores Executivos; 2 – Especialistas das Actividades Intelectuais e Científicas; 3 – Técnicos e Profissões de Nível Intermediário; 4 – Pessoal Administrativo; 5 – Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores; 6 – Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta; 7 – Trabalhadores Qualificados da Indústria, Construção e Artífices; 8 – Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem; 9 – Trabalhadores Não Qualificados; 10 – Nível Desconhecido; 11 – Não Responde



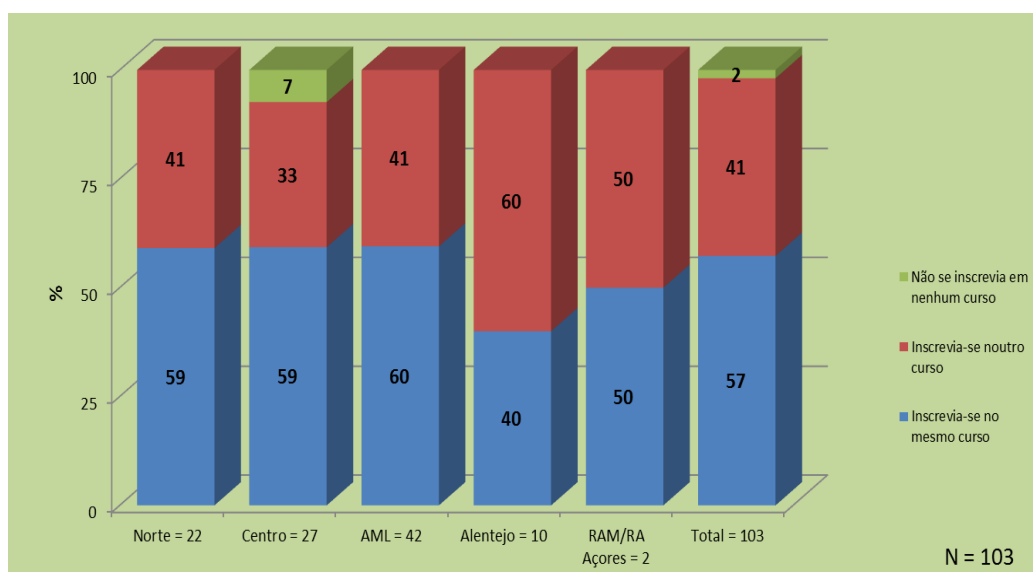
**GRÁFICO III**  
**ANIMADORES SEGUNDO OS CONTRIBUTOS DO CURSO PARA A**  
**SUA VIDA PROFISSIONAL**



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

- 1 - Capacidade para explorar oportunidades de emprego; 2 - Capacidade de integração na vida activa;  
 3 - Aquisição de métodos de trabalho profissional; 4 - Capacidade de resolver problemas concretos;  
 5 - Capacidade de tomar decisões; 6 - Capacidade de expressão; 7 - Desenvolvimento do sentido crítico;  
 8 - Capacidade de análise e de síntese; 9 – Total

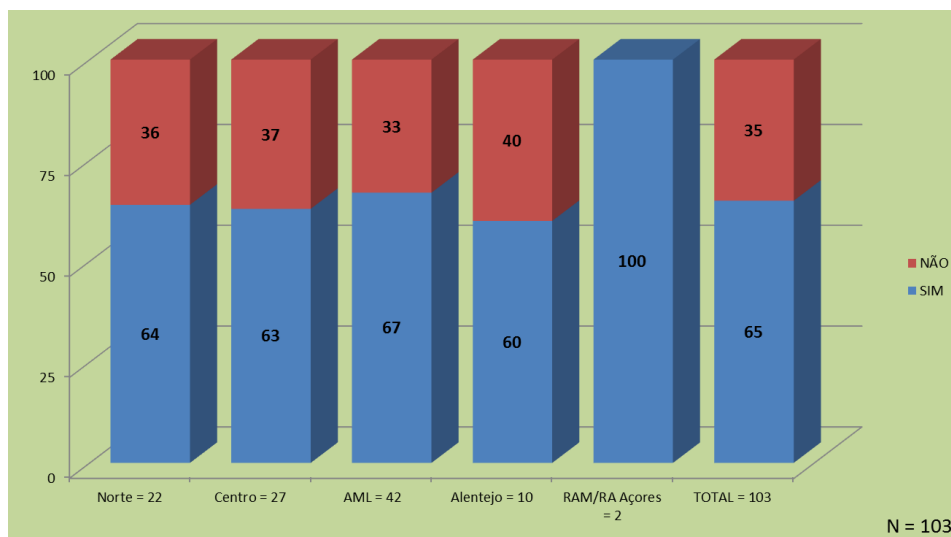
**GRÁFICO IV**  
**COM BASE NO CONHECIMENTO QUE TEM HOJE DO CURSO QUE FREQUENTOU,**  
**SE VOLTASSE ATRÁS O QUE FARIA?**



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

**GRÁFICO V**

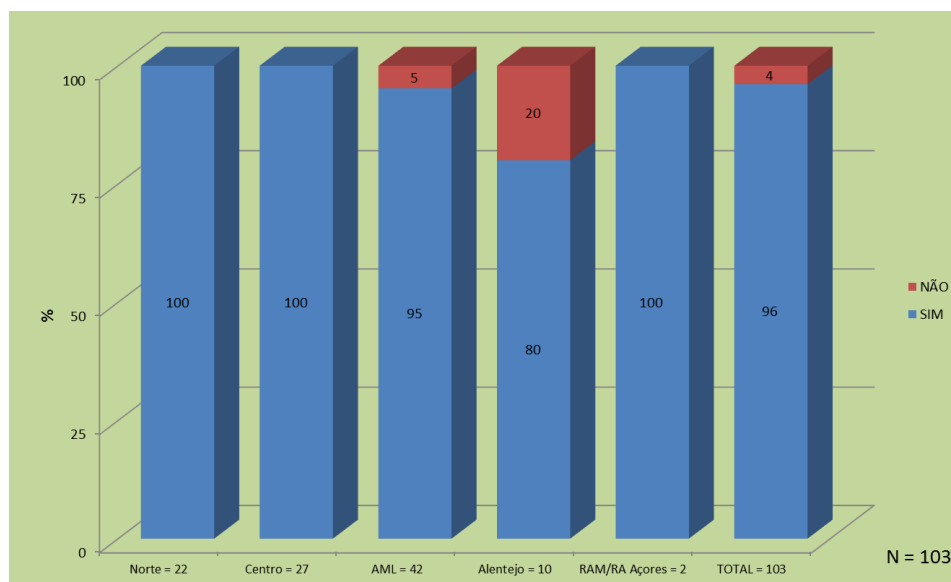
**ANIMADORES SEGUNDO A RECOMENDAÇÃO DO CURSO DE ANIMAÇÃO  
SOCIOCULTURAL AOS FILHOS OU A PESSOAS IMPORTANTES NA SUA VIDA**



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

**GRÁFICO VI**

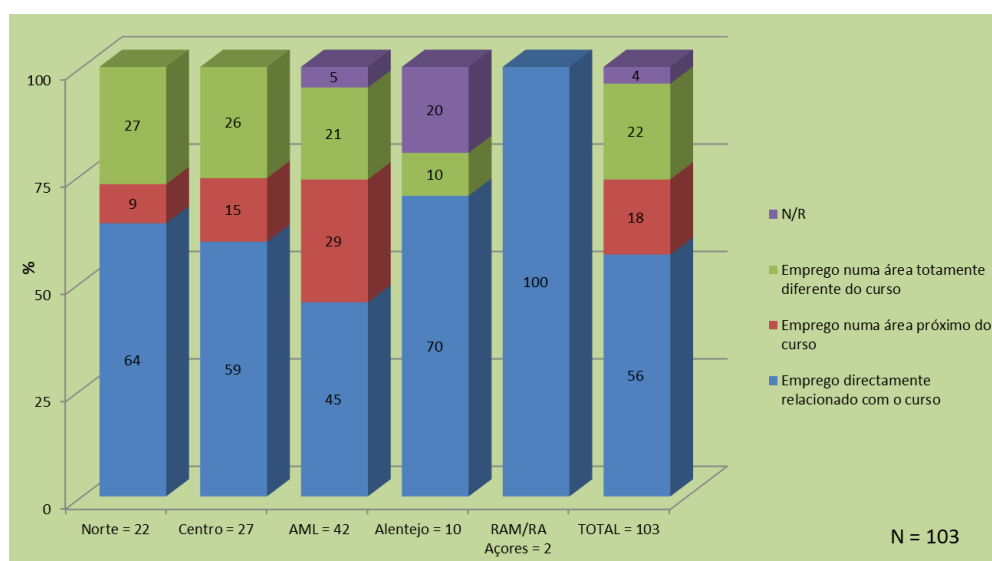
**ENCONTRA-SE A TRABALHAR?**



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

**GRÁFICO VII**

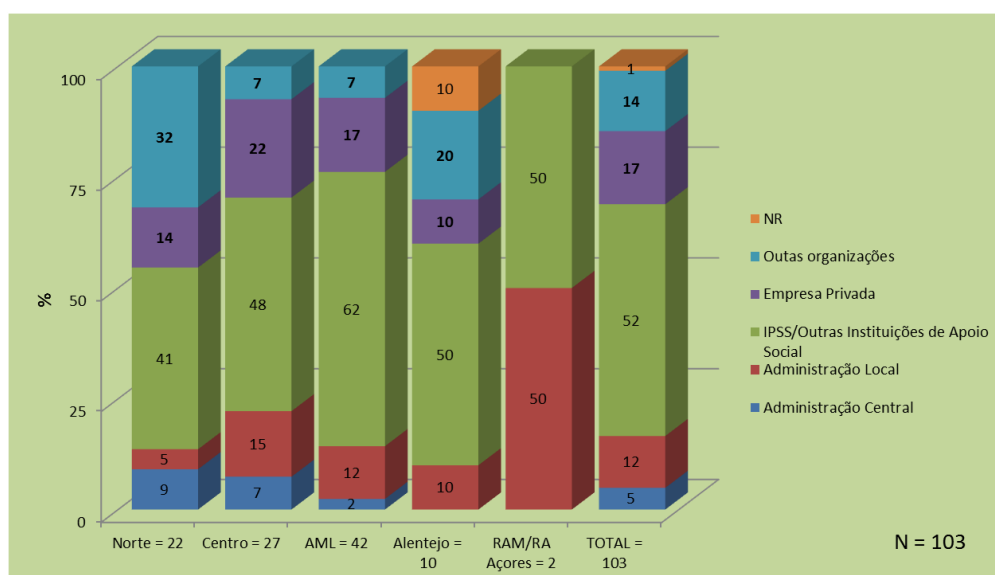
**ANIMADORES SEGUNDO A RELAÇÃO ENTRE O EMPREGO ACTUAL E A FORMAÇÃO OBTIDA NO CURSO DE ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL**



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

**GRÁFICO VIII**

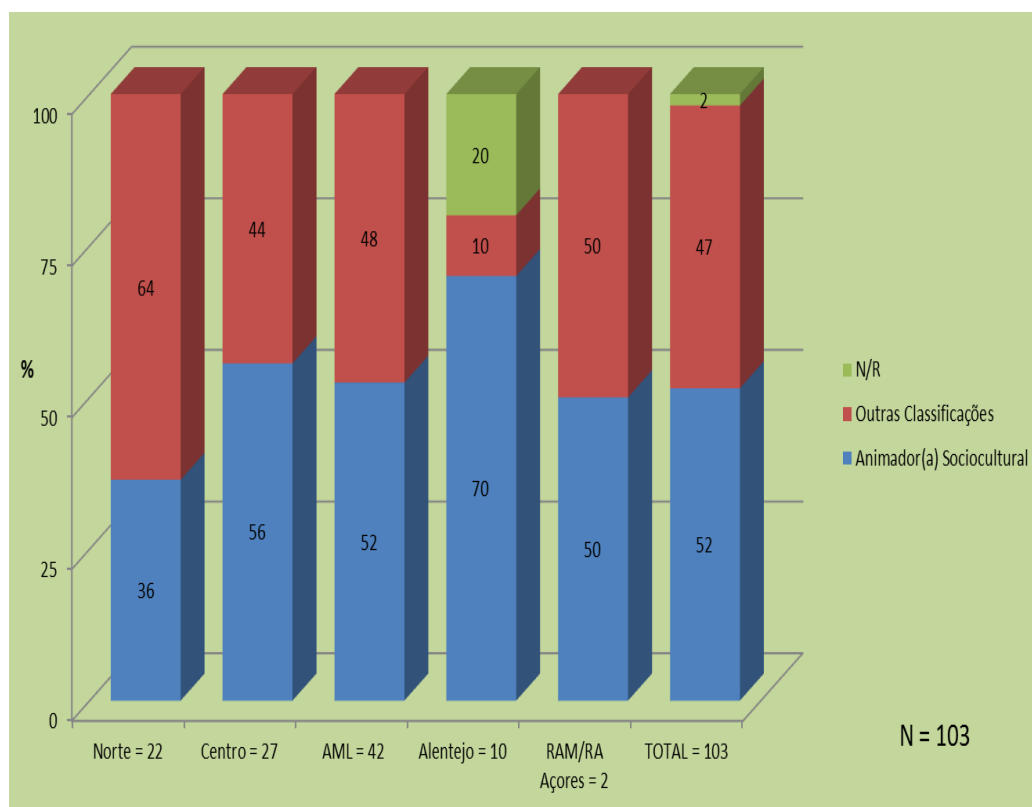
**ANIMADORES SEGUNDO O TIPO DE ORGANIZAÇÃO ONDE É EXERCIDO O TRABALHO**



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

**GRÁFICO IX**

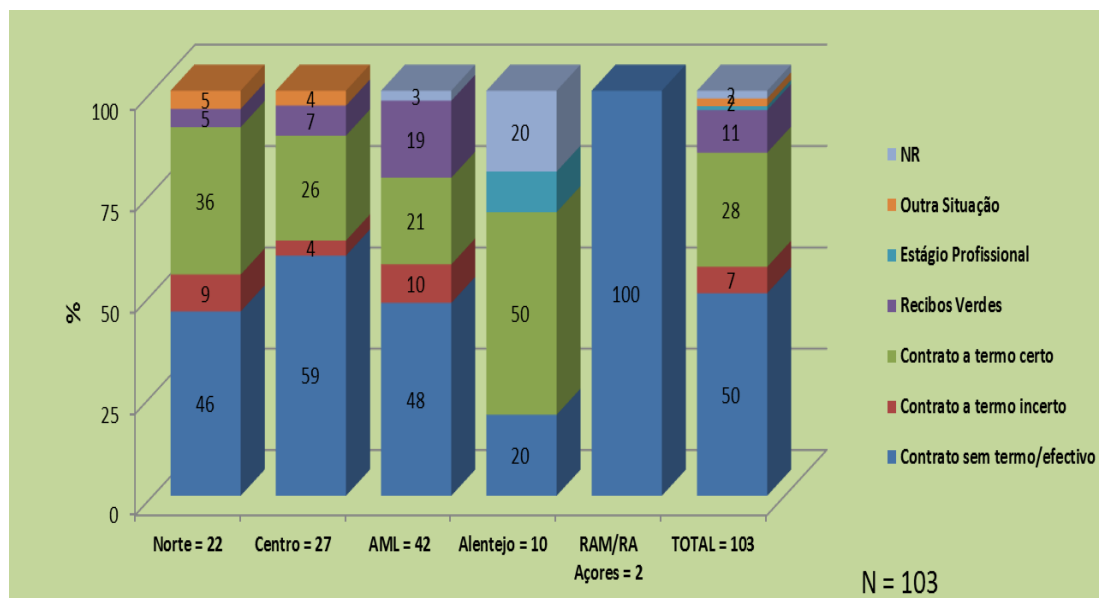
**ANIMADORES SEGUNDO A MANEIRA COMO SE ENCONTRAM CLASSIFICADOS  
PROFISSIONALMENTE NAS ORGANIZAÇÕES ONDE TRABALHAM**



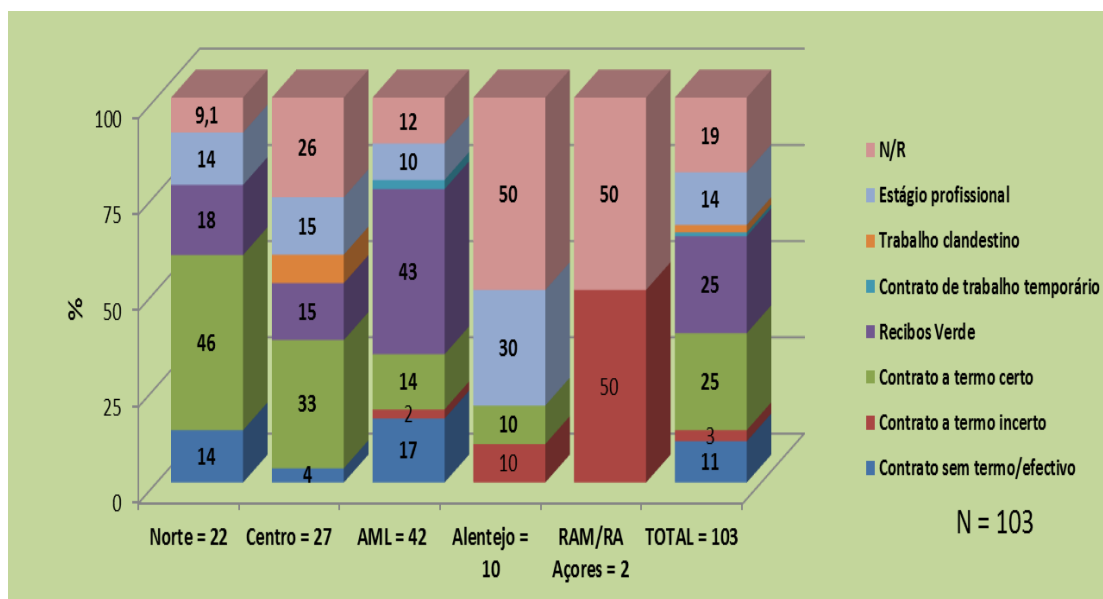
Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

**GRÁFICO X**

**ANIMADORES SEGUNDO O VÍNCULO CONTRATUAL NO ACTUAL EMPREGO**



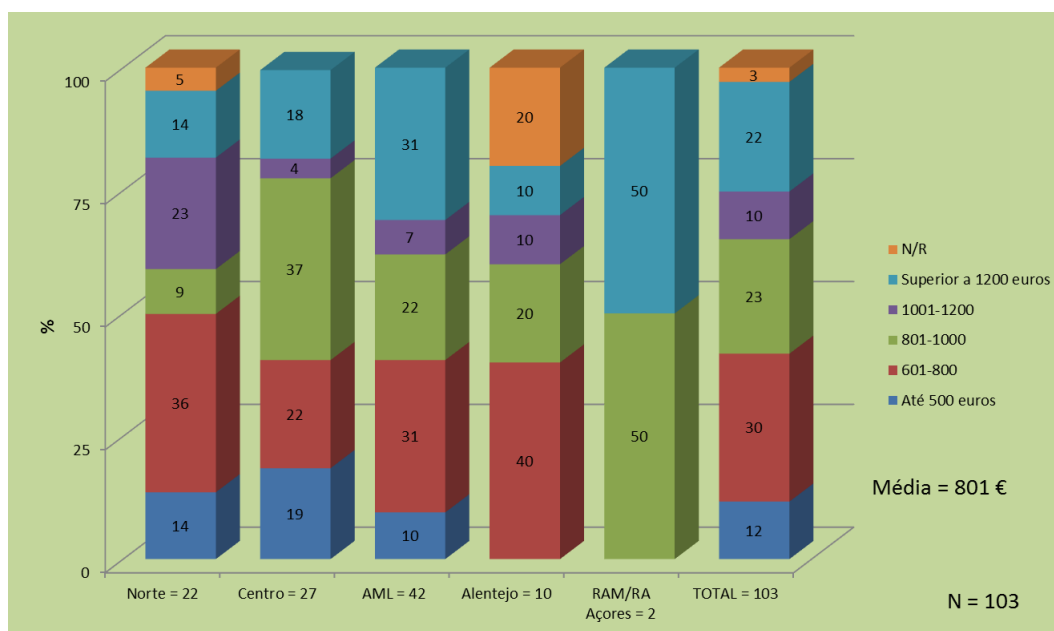
**ANIMADORES SEGUNDO O VÍNCULO CONTRATUAL QUE TINHAM NO PRIMEIRO EMPREGO**



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

**GRÁFICO XI**

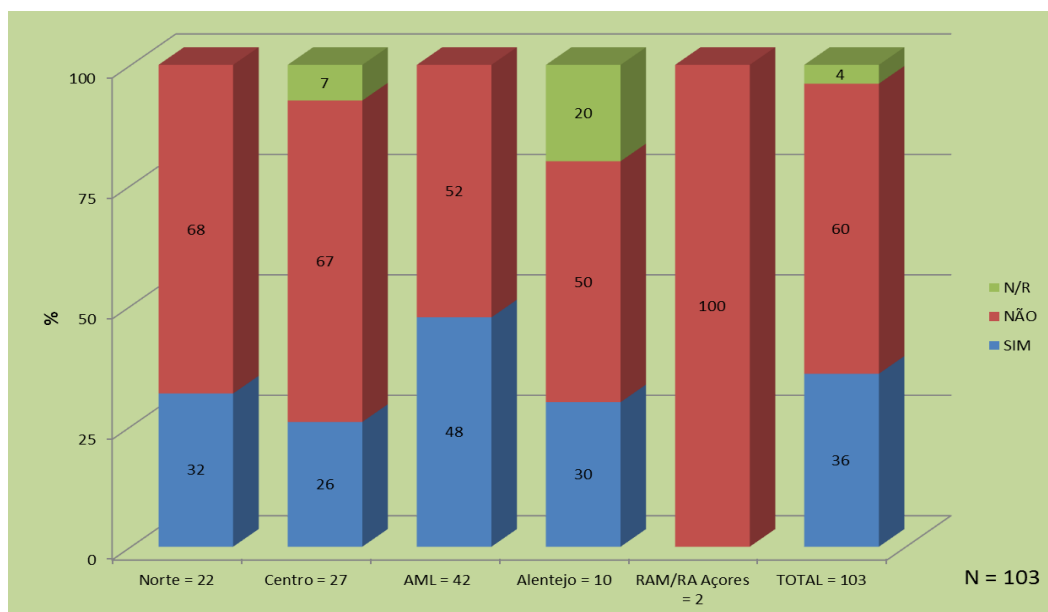
**ANIMADORES SEGUNDO O VENCIMENTO BRUTO MENSAL**



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

**GRÁFICO XII**

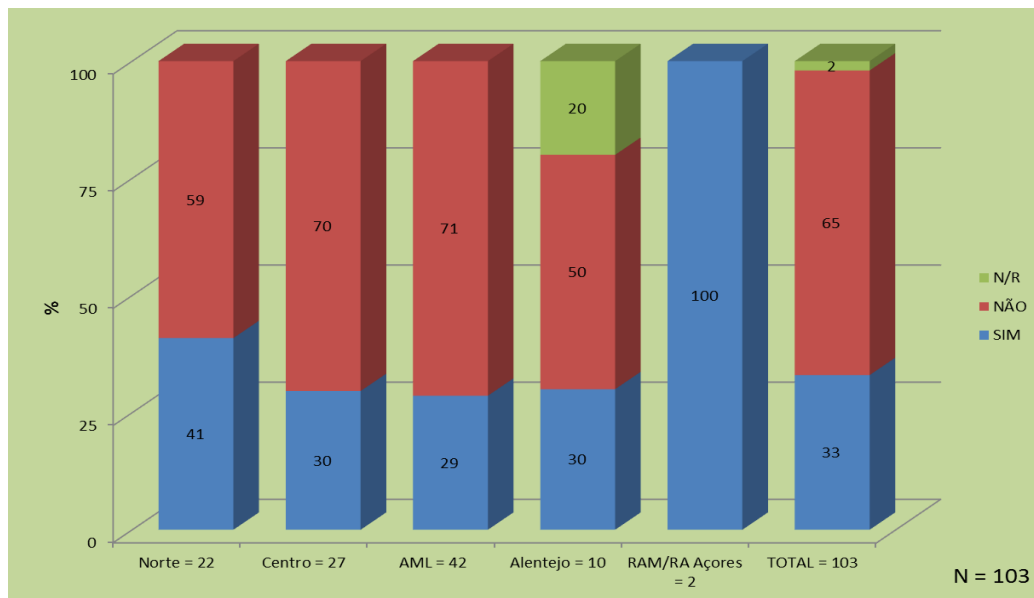
**ACHA QUE O SEU SALÁRIO ESTÁ DE ACORDO COM O TRABALHO QUE FAZ?**



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

**GRÁFICO XIII**

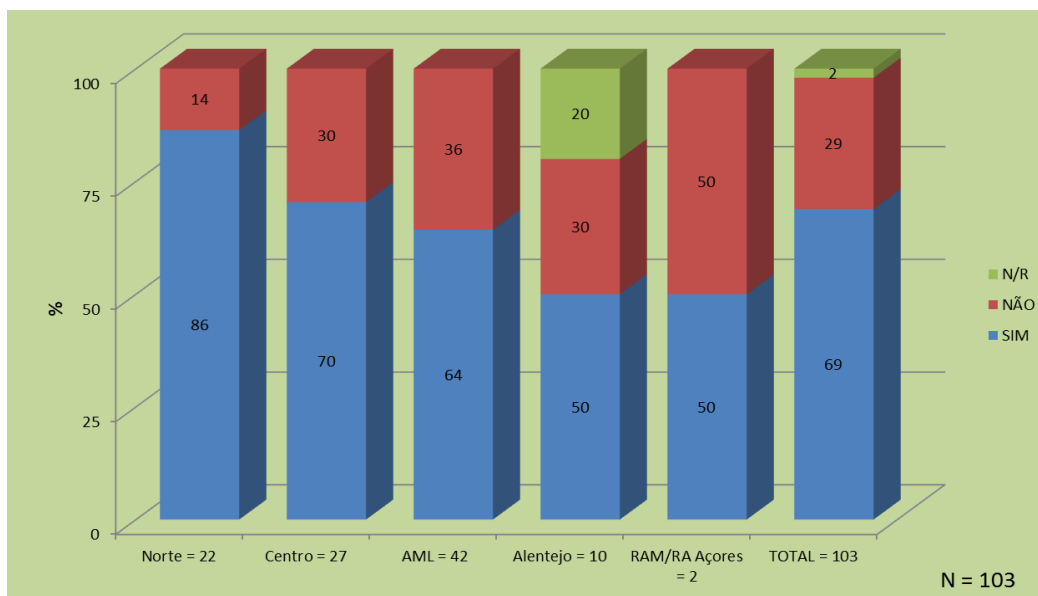
**ACUMULA O SEU EMPREGO ACTUAL COM OUTROS TRABALHOS?**



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

**GRÁFICO XIV**

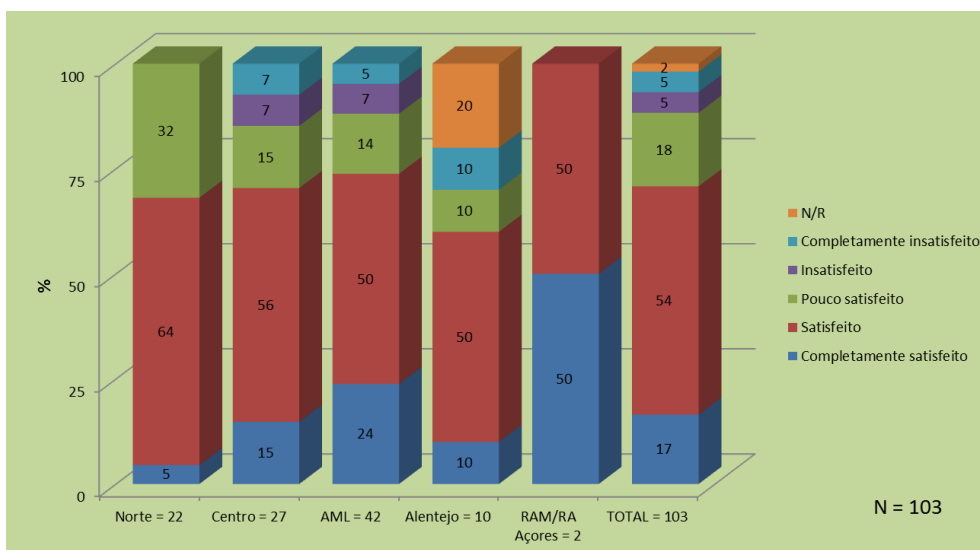
**FREQUENTOU ALGUMA(S) ACÇÃO/ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ÚLTIMO ANO?**



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

GRÁFICO XV

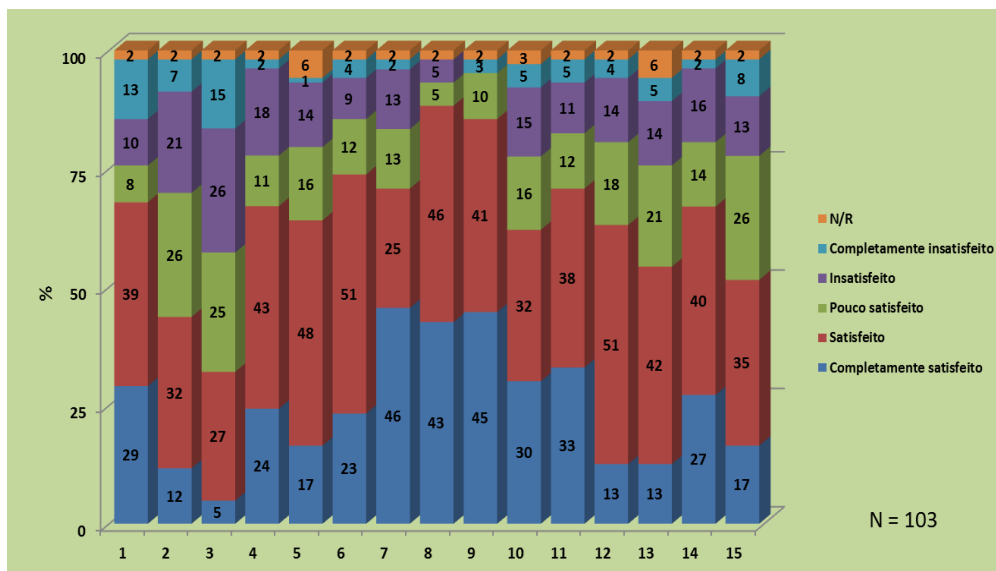
ANIMADORES SEGUNDO O GRAU DE SATISFAÇÃO QUE NUTREM  
PELO SEU TRABALHO ACTUAL



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

GRÁFICO XVI

ANIMADORES SEGUNDO O GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO A VÁRIOS  
ASPECTOS DO TRABALHO ACTUAL



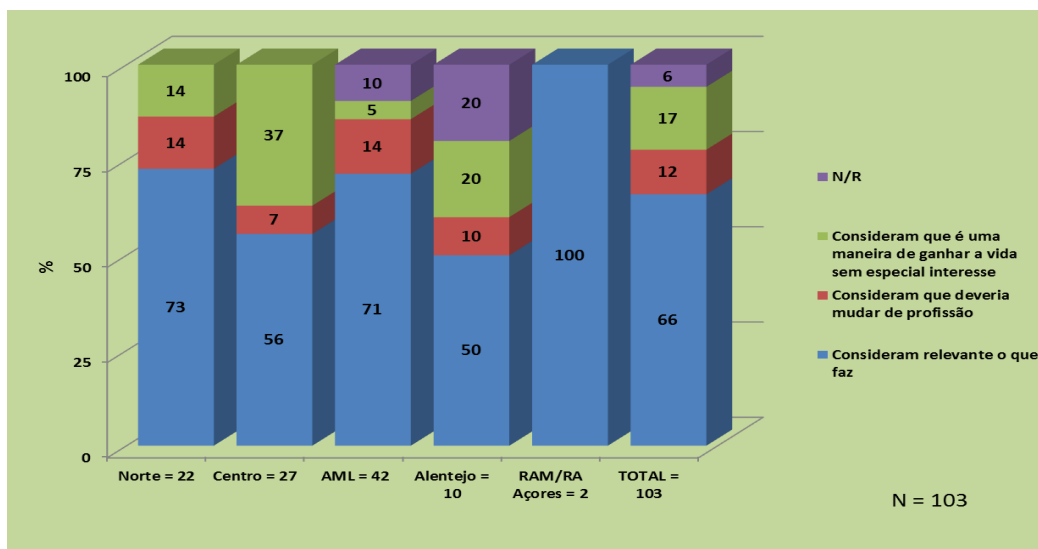
Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

1 – ESTABILIDADE DE EMPREGO; 2 – NÍVEL DE REMUNERAÇÃO; 3 – OPORTUNIDADES DE PROMOÇÃO; 4 – AUTONOMIA PROFISSIONAL RECONHECIDA NA MANEIRA DE EXERCER A ACTIVIDADE; 5 – AUTORIDADE PROFISSIONAL RECONHECIDA EM TERMOS DE DOMÍNIO, AFIRMAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS; 6 – OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM; 7 – RELAÇÃO COM AS CHEFIAS; 8 – RELAÇÃO COM OS COLEGAS; 9 – TRABALHO ÚTIL DO PONTO DE VISTA SOCIAL; 10 – RECONHECIMENTO POR PARTE DAS CHEFIAS; 11 – RECONHECIMENTO POR PARTE DOS COLEGAS; 12 – RECONHECIMENTO POR PARTE DAS ENTIDADES EMPREGADORAS; 13 – PRESTÍGIO PROFISSIONAL; 14 – HORÁRIO DE TRABALHO; 15 – OPORTUNIDADES DE FREQUENTAR ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL



GRÁFICO XVII

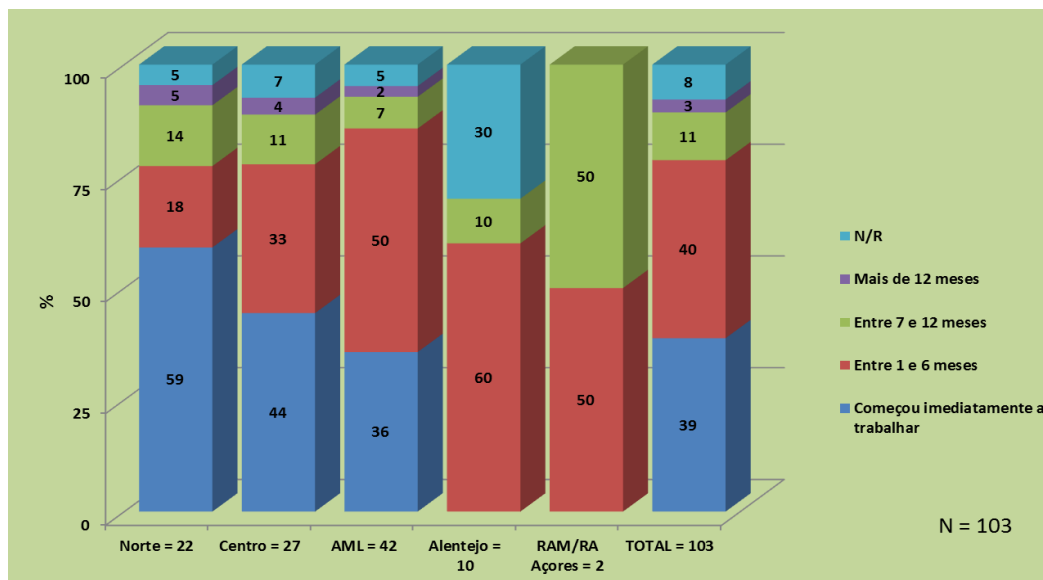
ANIMADORES SEGUNDO A MANEIRA COMO FAMILIARES E AMIGOS CONSIDERAM O QUE FAZEM EM ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

GRÁFICO XVIII

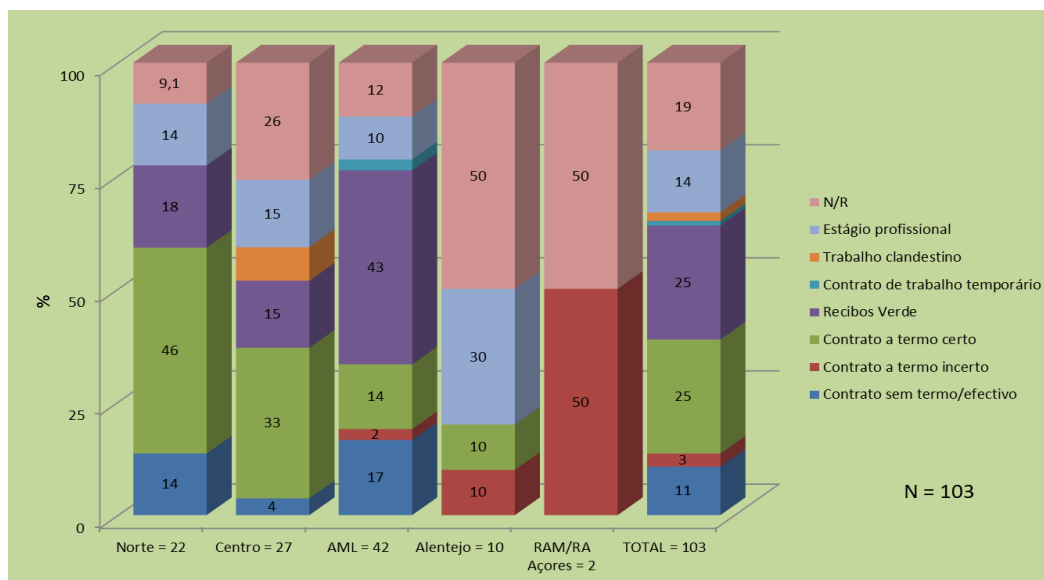
ANIMADORES SEGUNDO O TEMPO QUE DEMORARAM A ENCONTRAR O PRIMEIRO EMPREGO



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

GRÁFICO XIX

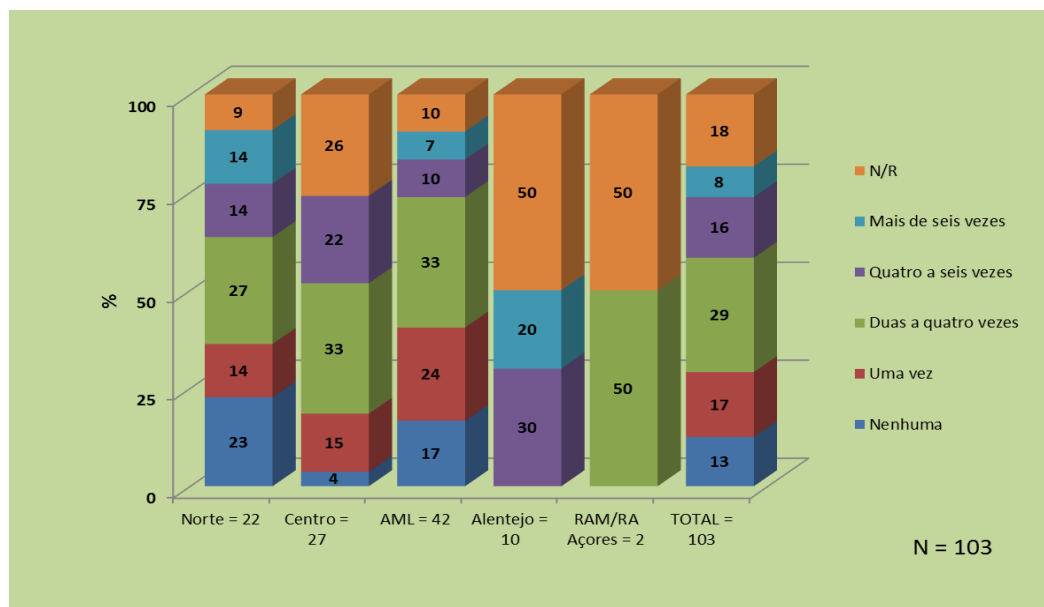
ANIMADORES SEGUNDO O VÍNCULO CONTRATUAL QUE TINHAM NO PRIMEIRO EMPREGO



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

GRÁFICO XX

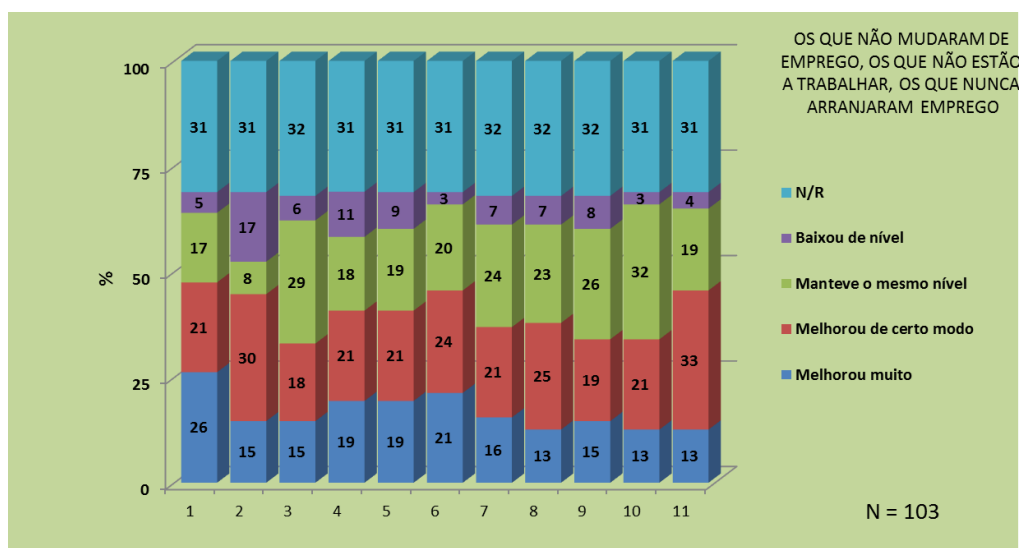
ANIMADORES SEGUNDO O NÚMERO DE VEZES QUE MUDARAM DE EMPREGO



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

GRÁFICO XXI

ANIMADORES SEGUNDO A AVALIAÇÃO QUE FAZEM DO SEU EMPREGO ACTUAL  
EM COMPARAÇÃO COM EMPREGOS ANTERIORES

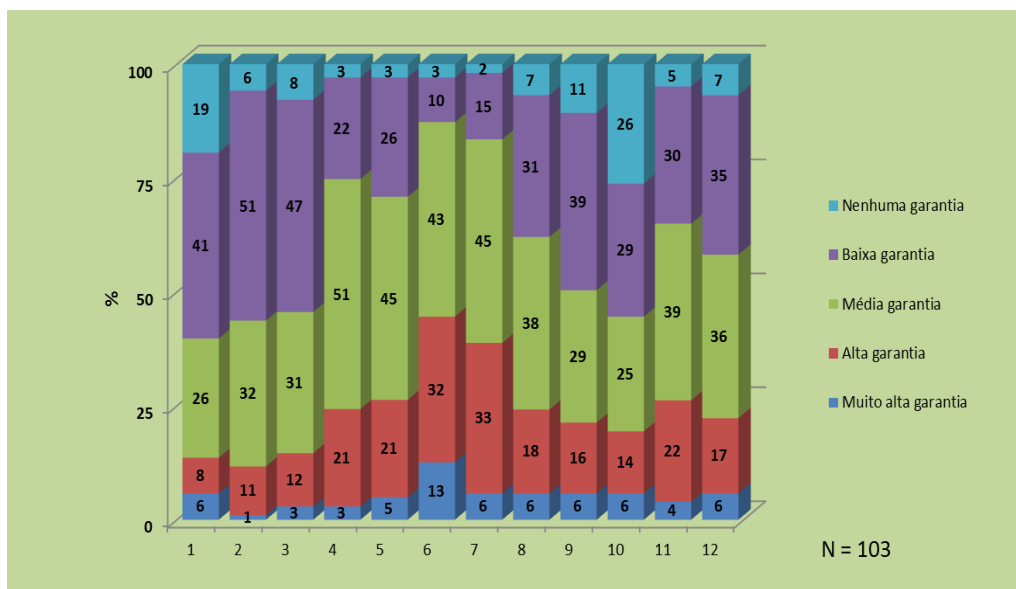


Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

1 – ESTABILIDADE DE EMPREGO; 2 – NÍVEL DE REMUNERAÇÃO; 3 – OPORTUNIDADES DE PROMOÇÃO; 4 – AUTONOMIA PROFISSIONAL RECONHECIDA NA MANEIRA DE EXERCER A ACTIVIDADE; 5 – AUTORIDADE PROFISSIONAL RECONHECIDA EM TERMOS DE DOMÍNIO, AFIRMAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS; 6 – OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM; 7 – OPORTUNIDADES DE FREQUENTAR ACÇÕES DE FORMAÇÃO; 8 – RECONHECIMENTO DA PROFISSÃO POR PARTE DAS ENTIDADES EMPREGADORAS; 9 – RECONHECIMENTO DA PROFISSÃO POR PARTE DAS OUTRAS PROFISSÕES; 10 – PROFISSÃO PROTEGIDA, ISTO É, EXERCIDA SOMENTE POR PESSOAS CERTIFICADAS/COM DIPLOMA; 11 – PRESTÍGIO PROFISSIONAL

GRÁFICO XXII

ANIMADORES SEGUNDO O NÍVEL DE GARANTIA DADO A PESSOAS QUE ESTEJAM A PONDERAR  
TRABALHAR NA ÁREA DA ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL

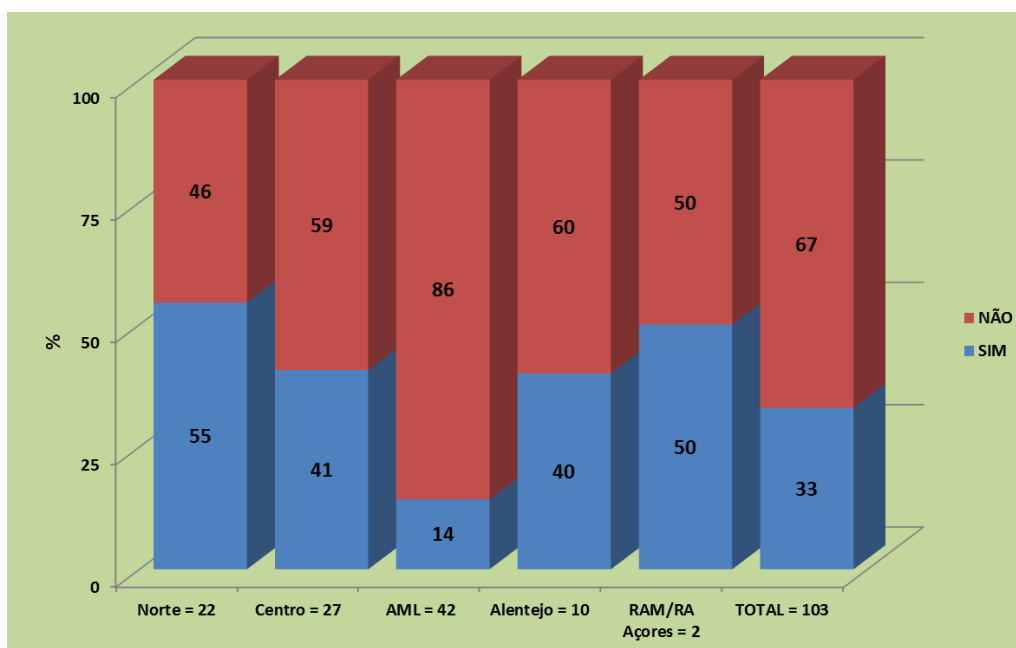


Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

1 – ESTABILIDADE PROFISSIONAL; 2 – NÍVEL DE REMUNERAÇÃO; 3 – OPORTUNIDADES DE PROMOÇÃO; 4 – AUTONOMIA PROFISSIONAL RECONHECIDA NA MANEIRA DE EXERCER A ACTIVIDADE; 5 – AUTORIDADE PROFISSIONAL RECONHECIDA EM TERMOS DE DOMÍNIO; AFIRMAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS; 6 – OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM; 7 – OPORTUNIDADES DE FREQUENTAR ACÇÕES DE FORMAÇÃO; 8 – RECONHECIMENTO DA PROFISSÃO POR PARTE DAS ENTIDADES EMPREGADORAS; 9 – RECONHECIMENTO DA PROFISSÃO POR PARTE DAS OUTRAS PROFISSÕES; 10 – PROFISSÃO PROTEGIDA, ISTO É, EXERCIDA SOMENTE POR PESSOAS CERTIFICADAS/COM DIPLOMA; 11 – ASSOCIATIVISMO PROFISSIONAL; 12 – PRESTÍGIO PROFISSIONAL

GRÁFICO XXIII

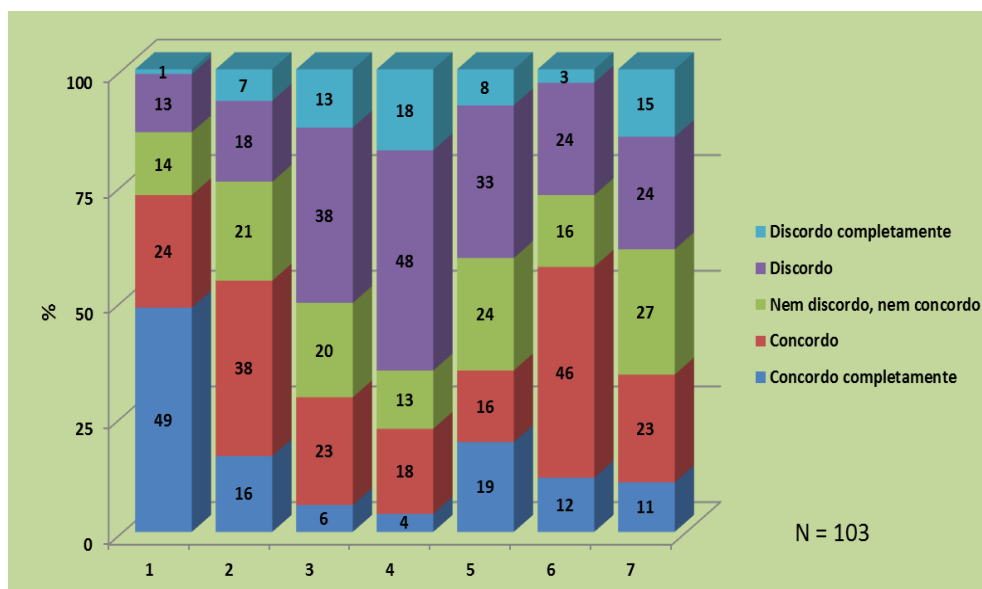
É MEMBRO DE ALGUMA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL?



Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

GRÁFICO XXIV

ANIMADORES SEGUNDO A OPINIÃO EM RELAÇÃO A VÁRIOS ASPECTOS DA ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL



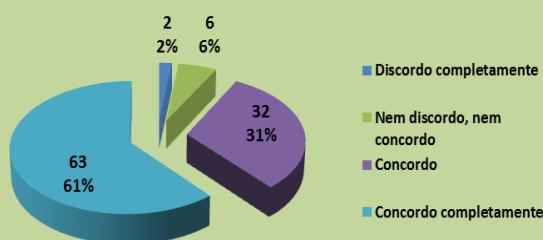
Fonte: Inquérito por Questionário – 2017

- 1 – A ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL DEVE SER EXERCIDA EXCLUSIVAMENTE POR QUEM ESTIVER DEVIDAMENTE LICENCIADO;
- 2 – OS DIPLOMAS DE LICENCIATURA SÃO, REGRA GERAL, CONSIDERADOS PELAS VÁRIAS ENTIDADES EMPREGADORAS PARA CLASSIFICAR OS SEUS PORTADORES COMO ANIMADORES SOCIOCULTURAIS;
- 3 – EM TERMOS DE SELECÇÃO, NOS VÁRIOS CONTEXTOS DE TRABALHO, REGRA GERAL, É DADA PREFERÊNCIA AOS ANIMADORES DE FORMAÇÃO SUPERIORES;
- 4 – EM MATÉRIA REMUNERATÓRIA, O TRATAMENTO DADO AOS LICENCIADOS EM ANIMAÇÃO NAS VÁRIAS ORGANIZAÇÕES É O MESMO QUE É DADO AOS RESTANTES LICENCIADOS;
- 5 – NO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE ANIMAÇÃO DEVEM SER CONSIDERADOS PREFERENCIALMENTE OS ANIMADORES FORMADOS PELA EXPERIÊNCIA;
- 6 – O CURSO DE ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL CONFERE AO ALUNO UMA NOÇÃO CLARA SOBRE AQUILO QUE O ANIMADOR DEVE FAZER NAS VÁRIAS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHO;
- 7 – A EXISTÊNCIA DE UM ESTATUTO PROFISSIONAL DO ANIMADOR SOCIOCULTURAL RECONHECIDO PLO ESTADO É FACTOR DE EXCLUSÃO DE PESSOAS QUE, MUITO EMBORA NÃO TENHAM FORMAÇÃO FORMAL, HÁ MUITOS ANOS FAZEM ANIMAÇÃO

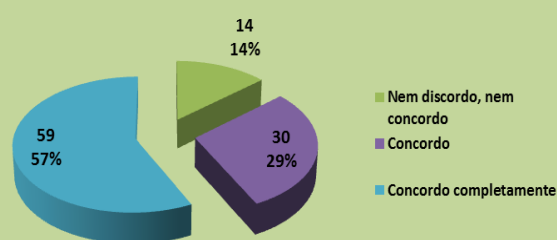
## CENÁRIO A

31 – Após a conclusão do 12º ano de escolaridade, o Bruno apresentou a sua candidatura para ingresso no ensino superior, tendo indicado como primeira opção, entre as várias hipóteses de escolha, o curso de licenciatura em Animação Sociocultural. A família do Bruno, constituída há várias gerações por médicos e advogados, não se mostrou agradada com a sua decisão: “Animação?!... Mas tu queres mesmo animação? Queres fazer da tua vida uma palhaçada? Não percebes que isso só serve para trabalhar com os ‘pobrezinhos’ e não te garante o futuro...”. A reacção dos seus familiares colocou o Bruno num dilema: “Será que é mesmo assim? Será que tomei a melhor decisão ou será que devo reconsiderar a opção que tomei e escolher uma outra via?” Sobre a situação exposta, indique o grau de concordância em relação às soluções referidas em baixo.

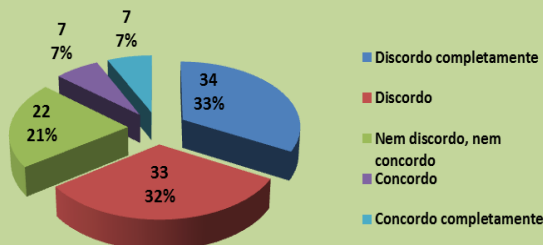
Solução A - A família devia ter respeitado a opção académica do Bruno



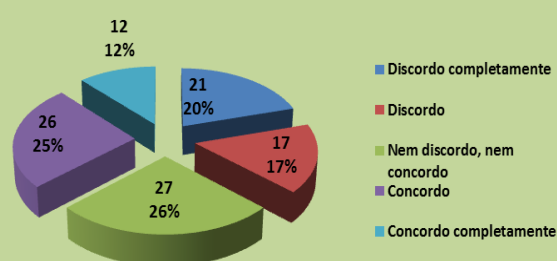
Solução B - O Bruno devia manter a opção de ingressar na licenciatura de Animação Sociocultural



Solução C - O Bruno devia reconsiderar a sua opção e escolher uma outra área de estudos

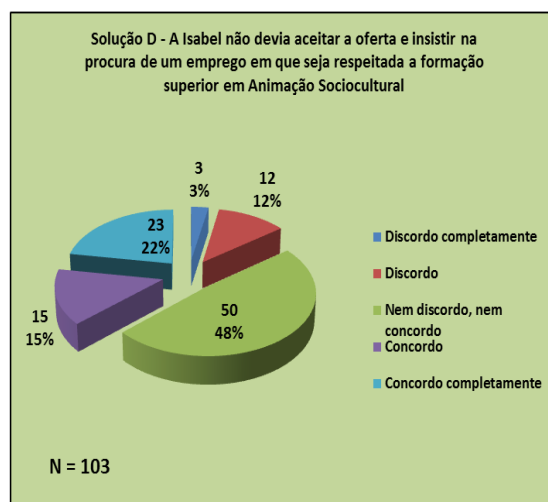
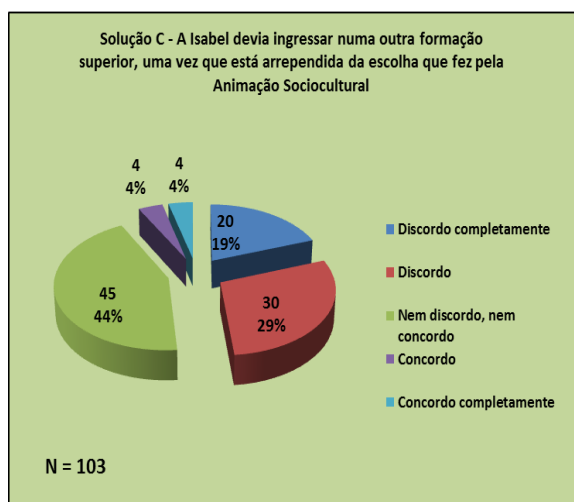
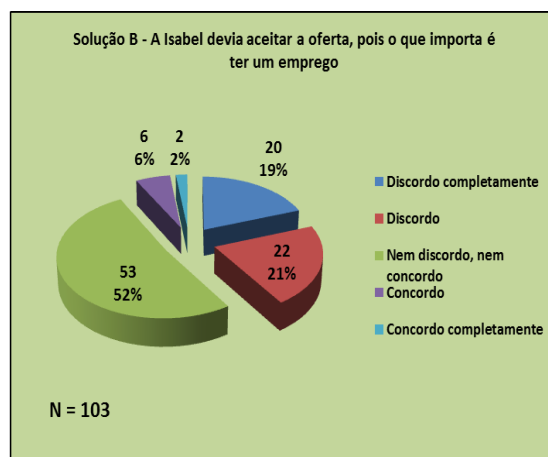
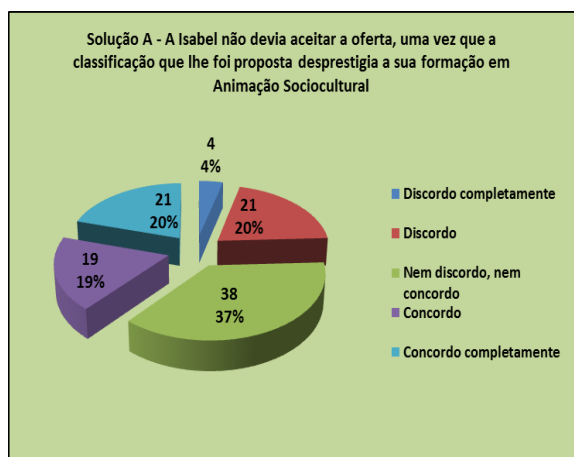


Solução D - A reacção da família do Bruno justifica-se por considerar que a Animação Sociocultural não garante o futuro de ninguém



## CENÁRIO B

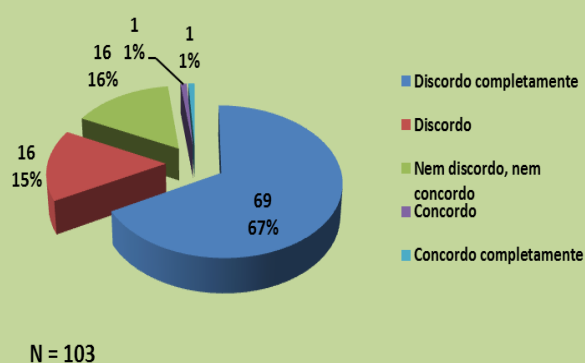
32 – A Isabel, recém-licenciada em Animação Sociocultural, tem procurado activamente emprego na área da sua formação académica. Não se tem cansado de apresentar candidaturas espontâneas dirigidas a organizações nas áreas da cultura, da educação e do apoio social a crianças, jovens, idosos e pessoas portadoras de deficiência. São raras as respostas obtidas. As que tem recebido repetem invariavelmente o mesmo: “Acusamos e agradecemos o envio da sua candidatura. Se viermos a necessitar de profissionais nesta área, tê-la-emos, seguramente, em conta.” Há dias, porém, tinha no seu correio electrónico uma mensagem de uma organização de apoio social a convocá-la para uma entrevista de emprego. No dia e hora indicados, Isabel dirigiu-se à organização que a tinha convocado. Foi recebida pela Directora que, depois de lhe ter colocado várias perguntas relacionadas com a sua formação académica, lhe disse o seguinte: “Apreciamos o seu curriculum e estamos certos que a Isabel poderá desenvolver um importante trabalho de animação junto dos nossos utentes, mas só temos condições para a admitir como Ajudante de Acção Directa”. Perante esta oferta, a Isabel pondera: “Não era isto que eu esperava!... ‘galinha gorda por pouco dinheiro’, é o que é... Afinal de contas de que me vale a formação superior?... Aceito o lugar?... Não aceito? Custa-me aceitar um trabalho que está muito abaixo das minhas qualificações!... Mas, a verdade, é que preciso de ganhar a vida!...”



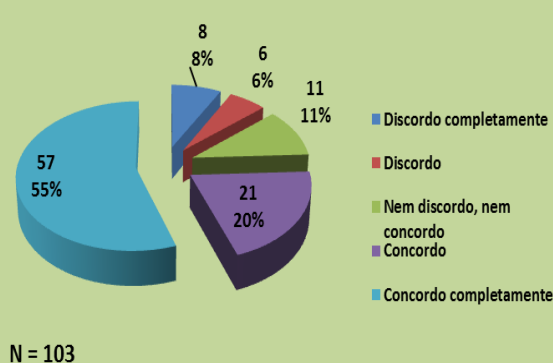
## CENÁRIO C

33 – Muito embora a Filomena, após a conclusão da licenciatura em Animação Sociocultural, tenha enviado centenas de currículos a várias organizações, só muito tempo depois da conclusão dessa formação foi seleccionada para trabalhar como Animadora numa organização de apoio a pessoas idosas. Depois de admitida, constatou que a sua remuneração não acompanhava a remuneração de outros licenciados. Após alguma hesitação, decidiu questionar a Direcção da organização no sentido de perceber melhor a razão da diferença remuneratória. Recebeu como resposta que “as responsabilidades de um Animador não podem ser equiparadas às de outros profissionais com formação superior, pelo que tal diferença se justifica”. Esta resposta acentuou ainda mais as dúvidas que a Filomena já tinha sobre as responsabilidades cometidas a um Animador possuidor de uma formação superior.

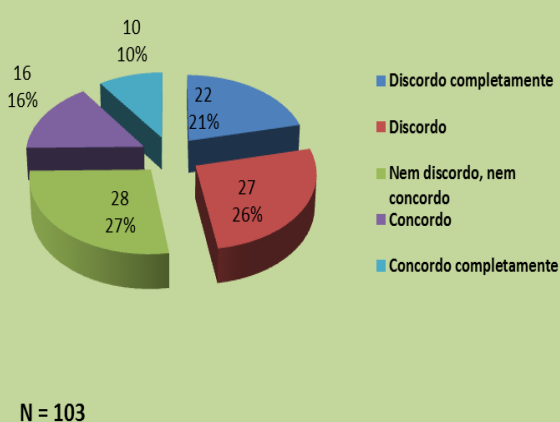
Solução A - A Filomena devia conformar-se com a resposta, pois as responsabilidades cometidas a um Animador Sociocultural não são comparáveis à de outros profissionais com formação superior



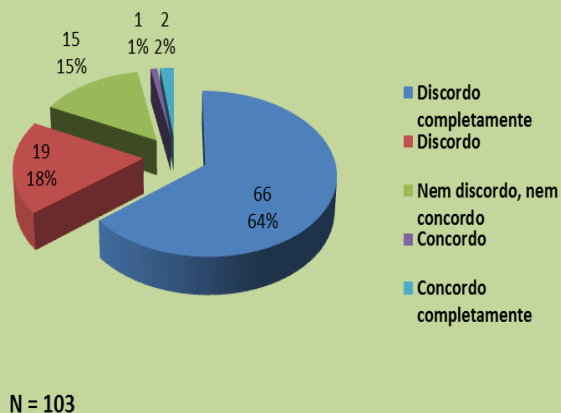
Solução B - A Filomena não devia conformar-se com a resposta e provar que o seu trabalho de Animadora Sociocultural é merecedor de um tratamento igual ao dos outros profissionais com formação superior



Solução C - A resposta da Direcção justifica-se dada a grande indefinição que o trabalho do Animador Sociocultural encerra



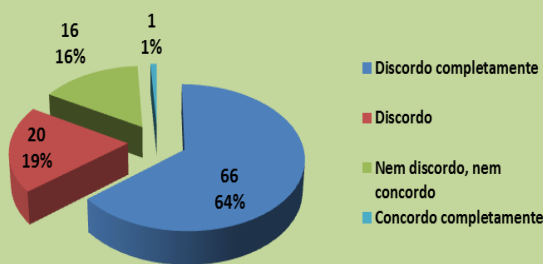
Solução D - A Filomena devia conformar-se com a resposta, pois a luta pelo reconhecimento do trabalho do Animador Sociocultural é uma luta inglória



## CENÁRIO D

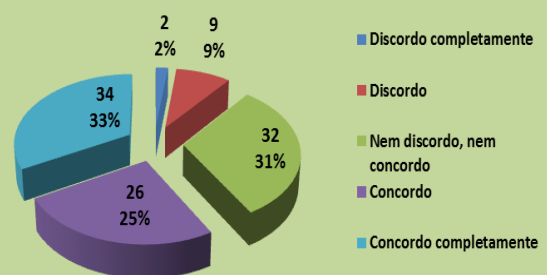
34 - A Beatriz, mestre em Animação Cultural e Educação Comunitária, esteve contratada a termo numa organização educativa durante três anos. No final dos três anos, ao contrário do que a Beatriz esperava, o contrato de trabalho foi rescindido por iniciativa da entidade empregadora. Estando certa da qualidade do trabalho que prestou ao longo de três anos e da necessidade de dar continuidade a esse trabalho, a Beatriz não se conformou e, mesmo sabendo da dificuldade em reverter a medida tomada, procurou obter explicações. Depois de alguma insistência por parte de Beatriz, a entidade empregadora resolveu finalmente justificar a rescisão do contrato: “Reconhecemos o valor do trabalho que desenvolveu ao longo de três anos e a importância de lhe dar continuidade. Decidimos, por isso, admitir um novo Animador Sociocultural com formação secundária técnico-profissional.”

Solução A - A entidade empregadora devia ter respondido da maneira que respondeu, pois aquilo que um Animador de formação superior faz pode ser feito por um Animador de formação secundária



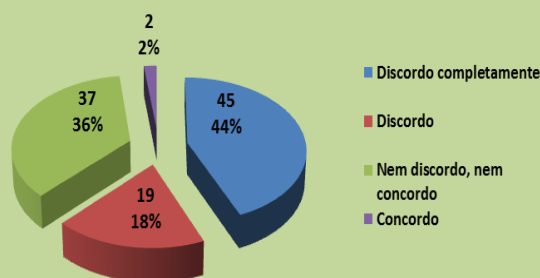
N = 103

Solução B - A Beatriz devia recorrer às instâncias legais para provar que a medida de por termo ao contrato para admitir um Animador com formação do ensino secundário viola o que a lei estabelece e tem como objectivo a obtenção de ganhos económicos em des



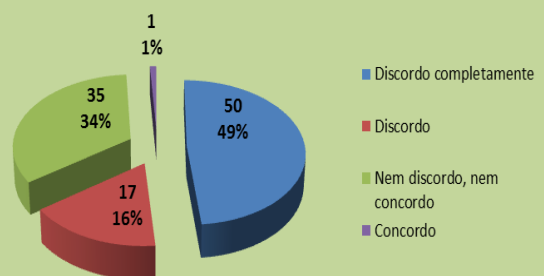
N = 103

Solução C - A entidade empregadora, ao admitir um Animador de formação secundária, está a contribuir para aumentar o interesse dos jovens pelas questões da cidadania



N = 103

Solução D - A entidade empregadora, ao admitir um Animador de formação secundária, está a contribuir para prestigiar a Animação Sociocultural



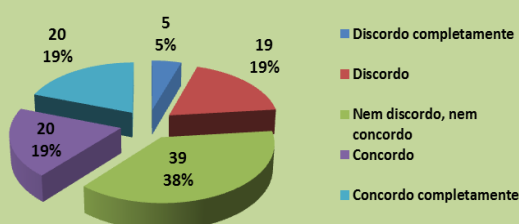
N = 103



## CENÁRIO E

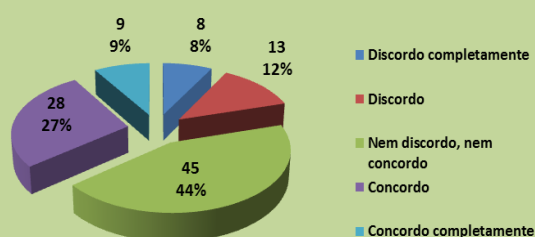
35 – Depois de longas negociações, o Estatuto do Animador Sociocultural foi finalmente reconhecido oficialmente. Na sequência deste reconhecimento, a Direcção da “Idade Maior e Qualidade de Vida”, entidade responsável por vários equipamentos de apoio a idosos, comunicou, através de circular, que todos os trabalhadores classificados como Animadores Socioculturais teriam que apresentar o certificado de habilitações comprovativo em como podem exercer essas funções. E como nas negociações não foi acautelada a situação das pessoas que fazem animação, mas que não se encontram certificadas como tal, isso preocupou o Pedro e a Margarida, dois Animadores formados pela experiência: ele a exercer a actividade há doze anos, ela há oito. O receio destes dois Animadores em perder o seu posto de trabalho não era infundado. Mesmo tendo feito menção aos longos anos de experiência, a Direcção da “Idade Maior e Qualidade de Vida” não atendeu ao argumento da experiência invocado pelos dois Animadores e, recorrendo ao disposto no Estatuto do Animador – “o exercício da actividade de Animador Sociocultural é limitado a pessoas devidamente certificadas” –, comunicou-lhes a cessação do contrato.

Solução A - A Direcção fez bem em aplicar o Estatuto, pois só dessa forma se impede, de uma vez por todas, que pessoas não certificadas possam exercer Animação Sociocultural



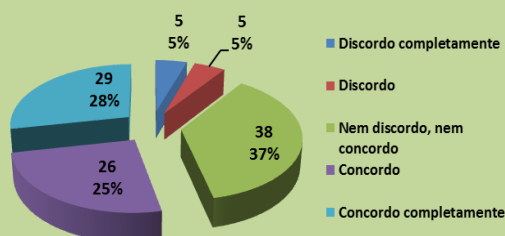
N = 103

Solução B - Para a Direcção da "Idade Maior e Qualidade de Vida" o que importa é que o Estatuto do Animador Sociocultural tenha sido reconhecido oficialmente e não tanto as consequências desse reconhecimento



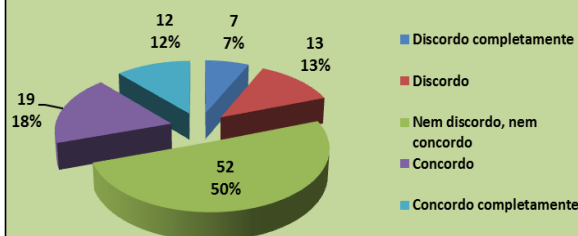
N = 103

Solução C - A Direcção não devia ter aplicado o Estatuto antes de dar a oportunidade ao Pedro e à Margarida de requererem a certificação das suas experiências através de um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências



N = 103

Solução D - A Direcção faz mal em aplicar o Estatuto, pois dessa maneira deita fora a experiência acumulada pelo Pedro e pela Margarida

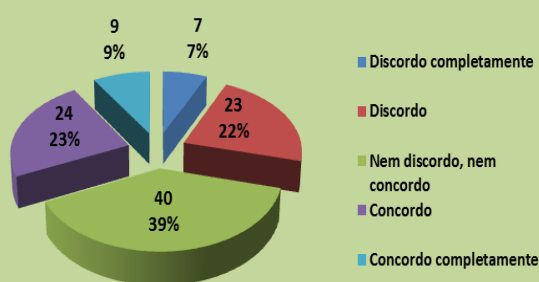


N = 103

## CENÁRIO F

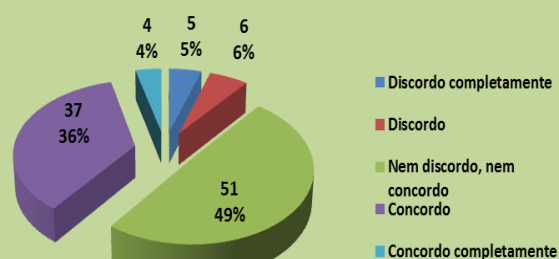
36 – Após ter terminado a licenciatura em Animação Sociocultural, o Pedro chegou à conclusão que os conhecimentos obtidos ficavam muito aquém das suas expectativas no que respeita à vertente da “cultura, educação e intervenção comunitária”. Uma vez que foi sempre esta a área ambicionada em termos de um futuro profissional, decidiu ingressar no mestrado em Intervenção Comunitária e Desenvolvimento Local, tendo, no final, defendido a tese “A Educação de Adultos como Espaço de Promoção da Cidadania”. Durante algum tempo, esteve convencido que esta formação especializada lhe permitiria exercer a actividade profissional numa perspectiva de transformação social, o que acabou por não acontecer. As ofertas de trabalho que foram surgindo privilegiavam as vertentes do cuidar e do entretenimento, pelo que o Pedro trabalha hoje num lar de idosos.

Solução A - O Pedro devia continuar a procurar trabalho numa área em que pudesse por em prática as aprendizagens que fez, coisa que não é possível num lar de idosos



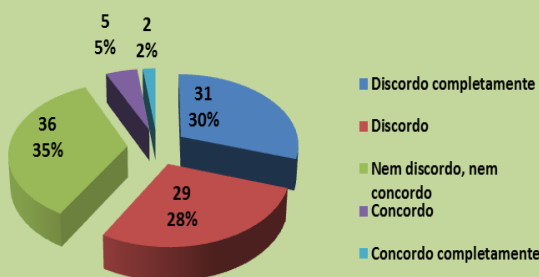
N = 103

Solução B - O Pedro devia continuar a trabalhar no lar, pois a Animação de idosos tem sempre como objectivo introduzir transformações nas suas vidas



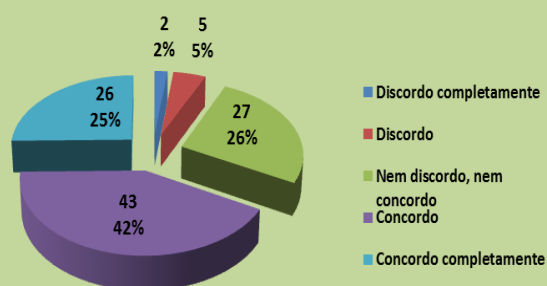
N = 103

Solução C - O Pedro, com as habilitações que tem na área da Animação Sociocultural, devia ser mais exigente e rejeitar ofertas de trabalho do tipo "lar de idosos", em que só se dispensam cuidados alimentares e de higiene



N = 103

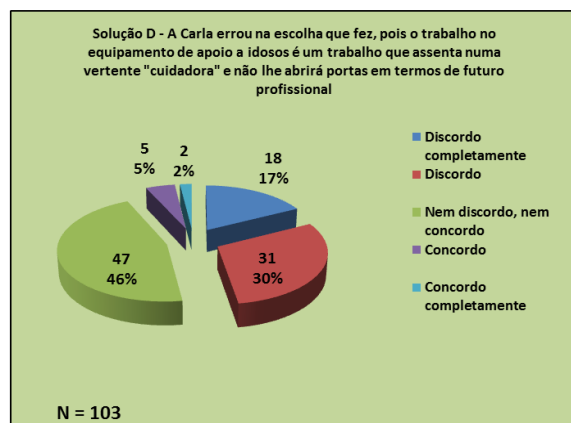
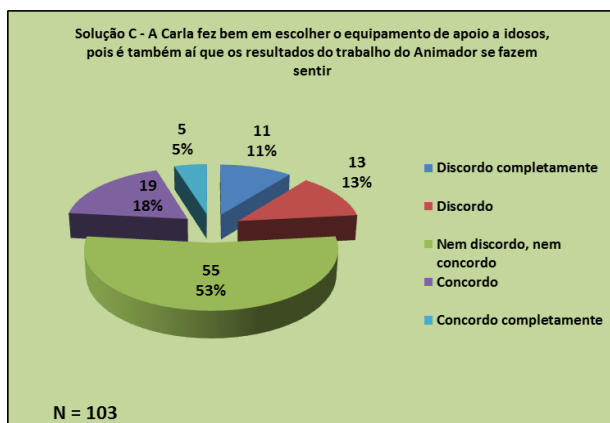
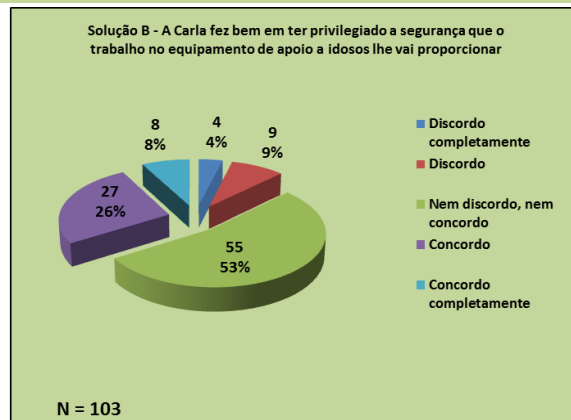
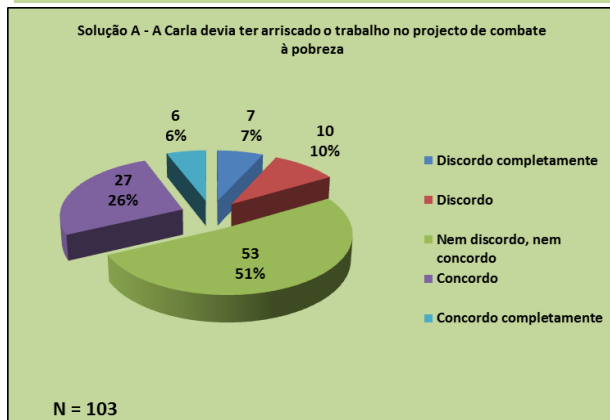
Solução D - O Pedro deve encarar o seu actual trabalho com idosos como um desafio à sua competência como Animador Sociocultural



N = 103

## CENÁRIO G

37 – A Carla, doutorada em Animação Sociocultural e já com alguns anos de experiência de trabalho nesta área, recebeu duas propostas de trabalho: a primeira, para participar num projecto de combate à pobreza; a segunda, para trabalhar num equipamento de apoio a pessoas idosas, com as valências de Centro de Dia, Lar e Apoio Domiciliário. Sobre a primeira proposta, a Carla sabe que o projecto terá uma duração de três anos, que é promovido pela Câmara Municipal e que é subsidiado com fundos europeus. Sabe também, que a equipa será composta por um Sociólogo, um Economista, um Técnico de Serviço Social, um Jurista e dois Animadores Socioculturais. Sobre a segunda proposta, a informação prestada à Carla é que se trata de um trabalho com contrato sem termo e de apoio directo a pessoas idosas. No momento em que recebeu as duas propostas, a Carla encontrava-se desempregada, sem direito a subsídio de desemprego. Tinha concluído o doutoramento há relativamente pouco tempo e deixado de ser bolseira. As duas propostas não podiam ter surgido em melhor altura. O percurso profissional da Carla era tudo menos linear. Tinha já participado em vários projectos, mas sempre de forma angustiada: ora porque o valor da bolsa não chegava a tempo e horas de pagar as despesas, ora porque no final de cada projecto surgia sempre a dúvida de como seria a sua vida futura. O que a Carla não queria, de todo, era ter que regressar a casa dos pais, tal como sucedera a muitos dos seus colegas Animadores. Perante as duas propostas, a Carla ficou indecisa em relação à escolha a fazer: se o projecto, aliciante pelo desafio profissional que lhe proporcionaria, mas, a avaliar pela sua própria experiência, de uma grande instabilidade; se o equipamento de apoio a idosos, pela segurança que lhe asseguraria. Ponderadas as duas propostas, a Carla acabou por escolher o equipamento de apoio a idosos pela maior segurança que provavelmente este trabalho lhe proporcionaria na sua vida.



***Apêndice D – Transcrições das entrevistas efectuadas***

**ENTREVISTA 1**

(pp. 239-245)

Animadora Sociocultural

Entrevista realizada: 14/09/2018

Homem

Idade: 57 anos

Escola onde concluiu a licenciatura: Escola Superior de Educação de Lisboa

Designação do curso: Animação Sociocultural

Ano de conclusão: 2016

Tipo de organização em que trabalha: Apoio Social a Idosos  
Classificação profissional: Técnico Superior de Animação Sociocultural

Área de Actividade: Apoio a Idosos – Lar, Centro de Dia e Centro de Convívio

CAE – Classificação das Actividades Económicas: Saúde Humana e Apoio Social

**ENTREVISTA 3**

(pp. 252-260)

Animadora Sociocultural

Entrevista realizada: 25/09/2018

Mulher

Idade: 27 anos

Escola onde concluiu a licenciatura: Escola Superior de Educação de Lisboa

Designação do curso: Animação Sociocultural

Ano de conclusão: 2014

Tipo de organização em que trabalha: Apoio Social a Pessoas Portadoras de Doença Mental  
Classificação profissional: Técnico Superior de Animação Sociocultural

Área de Actividade: Apoio Social a Pessoas Portadoras de Doença Mental – Lar

CAE – Classificação das Actividades Económicas: Saúde Humana e Apoio Social

**ENTREVISTA 5**

(pp. 267-277)

Entrevista realizada: 26/09/2018

Homem

Idade: 38 anos

Escola onde concluiu a licenciatura: Instituto Piaget

Designação do curso: Animação Sociocultural

Ano de conclusão: 2005

Tipo de organização em que trabalha: Apoio Social a Idosos  
Classificação profissional: Técnico Superior de Animação Sociocultural

Área de Actividade: Lar e Centro de Dia

CAE – Classificação das Actividades Económicas: Saúde Humana e Apoio Social

**ENTREVISTA 2**

(pp. 245-252)

Animador Sociocultural

Entrevista realizada: 19/09/2018

Mulher

Idade: 30 anos

Escola onde concluiu a licenciatura: Escola Superior de Educação de Santarém

Designação do curso: Animação Cultural e Educação Comunitária

Ano de conclusão: 2007

Tipo de organização em que trabalha: Apoio Social a Idosos  
Classificação profissional: Técnico Superior de Animação Sociocultural

Área de Actividade: Apoio a Idosos – Lar, Centro de Dia e Centro de Convívio

CAE – Classificação das Actividades Económicas: Saúde Humana e Apoio Social

**ENTREVISTA 4**

(pp. 260-266)

Animadora Sociocultural

Entrevista realizada: 25/09/2018

Mulher

Idade: 32 anos

Escola onde concluiu a licenciatura: Escola Superior de Educação de Portalegre

Designação do curso: Animação Educativa e Sociocultural  
Ano de conclusão: 2006

Tipo de organização em que trabalha: constituiu uma empresa na área da saúde humana e apoio social

Classificação profissional: Gerente

Área de Actividade: saúde humana e apoio social

CAE – Classificação das Actividades Económicas: Saúde Humana e Apoio Social

**ENTREVISTA 6**

(pp. 277-283)

Entrevista realizada: 03/10/2018

Mulher

Idade: 34 anos

Escola onde concluiu a licenciatura: Escola Superior de Educação de Lisboa

Designação do curso: Animação Sociocultural

Ano de conclusão: 2015

Tipo de organização em que trabalha: Apoio Social a Idosos  
Classificação profissional: Monitora

Área de Actividade: Lar e Centro de Dia

CAE – Classificação das Actividades Económicas: Saúde Humana e Apoio Social

## **ENTREVISTA 1**

### **Animador Sociocultural**

**Entrevista realizada no local de trabalho do entrevistado em 14 de Setembro de 2018**

**Homem**

**Idade: 57**

**Escola onde concluiu a licenciatura:**

**Designação do curso: Animação Sociocultural**

**Ano de conclusão:**

**Tipo de organização em que trabalha:**

**Classificação profissional: Apoio Social a Idosos**

**Área de Actividade: Apoio a Idosos – Centro de Dia e Centro de Convívio**

**CAE – Classificação das Actividades Económicas: Saúde Humana e Apoio Social**

**(explicação do objectivo da entrevista)**

### **A. Sobre o mercado de trabalho da animação sociocultural**

#### **1. Como é que caracteriza actualmente o mercado de trabalho da Animação Sociocultural em Portugal?**

**R:** Essa questão é pertinente porque... neste momento o mercado de trabalho para o Animador Sociocultural ainda é muito precário, mas também tem a ver com a própria actividade em si – a própria profissão – que é muito recente e é vista ainda de uma forma que não será a mais... correcta em termos do que é a Animação Sociocultural. Muitas vezes o Animador é contratado para uma instituição para animar e aqui a palavra, logo à partida, na minha opinião, tem um cariz muito ligado à alegria, à festividade, enquanto a Animação Sociocultural, neste momento, não tem esse cariz. Animar é desenvolver competências nas pessoas... trabalhar com as pessoas. Animar sim, mas em questões territoriais, animar um território, mexer com as pessoas. A palavra Animação para mim é “mexer”... incentivar... mobilizar. E isso tem muito a ver com... o mercado de trabalho... é... nem todas as pessoas... instituições... interpretam isto correctamente, porque consideram que para animar um grupo de idosos, um grupo de jovens, é preciso definir e impor um conjunto de actividades para eles se animarem... e logo aí limita um pouco... o perfil da pessoa. Neste momento o que acontece, e aí, no mercado de trabalho, confunde-se muitas vezes o Animador Sociocultural e o Monitor, que é aquela pessoa que faz

actividades com jovens, idosos ou outros grupos. Em questões de remuneração... não há uma legislação muito clara sobre esta área, cada instituição vê..., trata o Animador ou não trata o Animador consoante aquilo que lhe convém naquele momento..., se é para trabalhar com idosos ou com outros grupos... e o ordenado também é conforme o que a instituição define e, por vezes, abaixo do valor atribuído a outros profissionais... com o mesmo grau académico... com licenciatura. Portanto, neste momento a Animação Sociocultural precisa de algo como têm os Psicólogos, a... Ordem dos Psicólogos. A Animação Sociocultural também tem associações que entram muito na fase da negociação, mas ainda há muito trabalho a fazer... e depois há injustiças. Na instituição onde eu trabalho, os Animadores Socioculturais licenciados têm uma categoria profissional equiparada a um técnico superior, a minha categoria profissional é Técnico Superior de Animação Sociocultural e a minha remuneração é igual à remuneração de um Psicólogo, de um Assistente Social com a licenciatura como eu e isto, infelizmente, as outras instituições não têm esta preocupação que esta instituição tem... A Animação Sociocultural, e como muitas outras profissões, não é... não está... (...) os Animadores Socioculturais não estão a ser respeitados, digamos assim, na sua... carreira profissional como técnico superior, ter uma licenciatura não é muitas vezes considerado em termos salariais Infelizmente, e em todo o país de norte a sul, nos vários contextos de trabalho (lares, centros de dia e outros), muito embora seja obrigatório o quadro de pessoal contemplar um técnico de animação, a legislação... é tudo muito vago... e isso dá lugar a muitas injustiças e, para além do mais, há muito caminho a fazer a respeito do trabalho que um Animador deve fazer...este caminho, este trabalho, esta definição..., o que é que compete a um Animador Sociocultural, é muito importante para que não haja dúvidas sobre o seu espaço de intervenção nos vários locais de trabalho... porque um Animador Sociocultural sabe como é que foi formado e para que foi formado e quando foi formado o que é que o esperava no mercado de trabalho ou que é que ele deveria fazer no mercado de trabalho... que é desenvolver projectos com as pessoas, dentro de uma equipa, mas muitas vezes não é isso que acontece.

**2. Que razões o levaram a tomar a decisão de frequentar um curso superior de Animação Sociocultural?**

**R:** Eu sempre fui desde... em toda a minha vida sempre fui muito ligado a esta área da Animação, trabalho com pessoas, uma relação com... um trabalho diário com as pessoas. Eu venho de uma área artística e muito cedo comecei a trabalhar com crianças e jovens na área cultural, na Animação e chegou uma altura em que senti necessidade de consolidar toda esta informação, todas estas minhas experiências e achei que o curso que estava mais adequado à minha experiência era o curso de Animação Sociocultural.

**3. Marcelino Lopes, na sua obra “Animação Sociocultural em Portugal”, refere que “para a maioria dos Animadores, a Animação em regime profissional passou a ser uma actividade de transição, quase se diria, um acidente de percurso”. O que pensa desta situação?**

**R:** É assim... eu acho que é em parte isso que acontece hoje em dia, porquê? Porque como esta profissão ainda não está... vista como... com a finalidade a que se propõe, tem a ver muito com os olhares de cada instituição que contrata Animadores Socioculturais... é de transição, sim, porque muitas vezes o Animador começa com esta área para passar muitas vezes para outra, porquê? Porque não se sente reconhecido nesta profissão. Concordo com ele...

**B. Sobre o espaço de intervenção do animador sociocultural nas organizações de trabalho ou nos projectos em que participa**

**4. Do que é que gosta e do que é que não gosta no seu trabalho?**

**R:** Do que é que gosto?... Do que gosto é do trabalho com as pessoas, de lidar com as pessoas, gosto de aprender com as pessoas..., gosto muito deste contacto directo com as pessoas, de desenvolver projectos com as pessoas que nasçam da vontade e da necessidade das pessoas e com elas construir projectos. O que não gosto é a falta de reconhecimento, sim, que esta profissão tem e que muitas vezes é vista..., pelos outros e por algumas pessoas, com pouca dignidade, com pouca unidade, digamos assim.

**5. Já disse que o tratamento que é dado ao Animador Sociocultural na organização em que trabalha é o mesmo tratamento que é dado a**



**outros profissionais de formação superior. No seu actual contexto de trabalho, enfim, tem um espaço de intervenção. Esse espaço, conquistou-o ou foi-lhe cedido? Porque quando uma organização selecciona, por exemplo, um Psicólogo, este profissional tem um espaço de intervenção que lhe é cedido, que não suscita dúvidas. No seu caso, o espaço foi conquistado ou foi cedido?**

**R:** Foi conquistado e foi cedido. Eu trabalho nesta área antes de ter a licenciatura, já trabalhava nesta área e aí, sim, o espaço foi claramente conquistado, fui absorvendo o saber e o conhecimento de cada um e de cada área e isso foi conquistado. E dentro desta instituição, comecei por trabalhar num projecto de desenvolvimento comunitário e ainda não tinha a licenciatura e foi a partir daí que fiz a licenciatura. Neste momento, estou a coordenar o “espaço jovem”, estou a trabalhar com jovens, estou a trabalhar numa equipa e sou o coordenador desta equipa. Claro que eu... comecei a trabalhar nesta equipa como Monitor e após a conclusão da licenciatura fui reclassificado e passei a chefia, passei a ter o cargo de coordenador da equipa, o que quer dizer que passei a ter um trabalho acrescido, mais responsabilidades, a coordenação dos projectos. Conquistado, sim, porque se o meu perfil não se adequasse ao cargo de coordenador, mesmo tendo a licenciatura, se calhar não tinha sido nomeado para esse cargo.

## **C. Sobre os diplomas, o modelo de formação e o mercado da Animação Sociocultural**

**6. Presumo, pelo que diz, que pretende manter-se como Animador Sociocultural. Coloco-lhe agora uma questão relacionada com a formação de Animadores Socioculturais ao nível do ensino secundário. Há o Animador de formação superior e há o Animador de formação secundária. Será que as organizações não estarão a privilegiar os Animadores de Formação secundária de modo a obter alguns ganhos económicos? Como é que encara esta situação?**

**R:** Muito bem... Dou como exemplo os Educadores de Infância e os Auxiliares de Educação. O Auxiliar de Educação tem um papel, tal como o nome indica, de auxiliar o Educador de Infância, de trabalhar em parceria.

Claro que o Educador de Infância tem uma formação de nível superior e, por isso, tem, ao nível dos conhecimentos, uma bagagem maior do que o Auxiliar. O mesmo se passa com o Animador que fez uma licenciatura e que, por isso, tem um nível de conhecimentos superior ao de um jovem ou uma jovem que tem uma formação secundária em Animação, uma formação iminentemente prática. Não se pode comparar uma licenciatura com um curso técnico-profissional, então aí algo está a falhar. Esta é uma questão que se tem debatido muito. O Animador licenciado tem uma responsabilidade e competências ao nível... do diagnóstico, do planeamento de projectos e das actividades para trabalhar dentro da equipa, seja com Monitores, seja com estes Animadores com um curso técnico-profissional. Portanto, estes Animadores técnico-profissionais têm um papel importantíssimo para o trabalho de equipa. O Animador de formação superior, podendo ou não coordenar a equipa e também ao estar no directo com as pessoas, tem uma responsabilidade diferente, uma responsabilidade acrescida. Ele é responsável pelo planeamento, pela avaliação dos projectos e, por vezes, por coordenar uma equipa. É este o papel de um Animador de formação superior comparativamente com um Animador técnico-profissional.

## **C – Sobre o estatuto profissional do Animador Sociocultural**

### **7. Como é que se explica que o problema do Estatuto Profissional do Animador Sociocultural se encontre por resolver há mais de quatro décadas?**

**R:** Esta questão está relacionada com aquela que me pôs anteriormente em relação à Animação Sociocultural enquanto actividade de passagem, de transição... precisamente porque as pessoas não se sentem com estabilidade nesta profissão, passa a ser... digamos, os jovens fazem a sua licenciatura, e mesmo que encontrem um lugar no mercado de trabalho, não lhes é reconhecida muitas vezes a sua formação e, sendo assim, tentam, mais tarde ou mais cedo, ir para uma outra área, as pessoas não se sentem profissionais, por isso estão de passagem, não assumem a sua profissão. Quando há interesse e as pessoas lutam e assumem a sua profissão têm tendência para

se juntarem – em encontros, em debates, em seminários – e daí nascer uma associação ou uma ordem como acontece com outros profissionais. Como não há essa... coesão entre as pessoas, precisamente porque estão de passagem, não se sentem confortáveis e partem para outra, o que torna a vida associativa entre os Animadores muito débil. Este é um problema difícil de resolver, por isso é preciso que o Animador Sociocultural tenha a responsabilidade de fazer valer a sua categoria profissional no seu local de trabalho, que é precisamente dizer “não, não, eu podia fazer aquilo, mas não me compete” e fazer ver à entidade patronal que estudou e que não é “pau para toda a colher”. Esta questão do estatuto, que há tanto tempo está por resolver, é explicada por não haver força associativa por parte dos Animadores.

**8. Não receia que o estatuto possa excluir pessoas que, não tendo formação formal em Animação, há muito que fazem Animação Sociocultural?**

**R:** Não, bem pelo contrário, bem pelo contrário..., porque essas pessoas, como eu, eu sou uma dessas pessoas, fiz esse percurso durante muito tempo. Fiz várias formações, tive vários certificados que podiam ser validados através da validação e certificação de competência. E agora, com o novo modelo de Bolonha, essa experiência não se perde, bem pelo contrário, ganha-se. Está-se num tempo em que a experiência das pessoas é valorizada, considerada e certificada. Não se compreenderia que o estatuto do Animador não considerasse a experiência acumulada de pessoas que já trabalham em Animação há muito tempo, pese embora não tenham passado por uma formação formal..., mas também é compreensível que só as pessoas formadas possam exercer Animação Sociocultural.

## **D – Futuro Profissional**

**9. Como é que encara o seu futuro profissional enquanto Animador Sociocultural?**

**R:** Eu espero, tenho como projecto... neste momento estou a fazer o mestrado, já estou a trabalhar a parte da tese. Eu trabalho nesta área há trinta e tal anos e gostaria muito daqui... já não me falta muito para a reforma...

gostaria nos meus últimos anos também... porque há uma altura em que a nossa experiência, tanto académica como profissional, pode ser uma mais-valia para outras áreas e vejo-me muito..., se calhar daqui a uns tempos, poderei estar cansado de trabalhar no directo, num trabalho de consultoria ou de formação ou de acompanhamento de estagiários, porque nós temos que ter a consciência que a idade..., o que é normal, a partir de uma certa idade a pessoa deixa de ter disponibilidade para algumas coisas e passa a estar mais disponível para outras diferentes. E o contacto com o público é muitas vezes desgastante, sobretudo nestes contextos de carência social, de problemas sociais... Eu vejo-me muito, no futuro, a trabalhar nesta área de aconselhamento, de acompanhar projectos ou de... não é a ensinar a, mas sim partilhar a nossa experiência, porque o ser humano nasce, cresce, ao longo da sua vida vai absorvendo informação, conhecimento e depois morre e o conhecimento morre com ele. Desde que há conhecimento que é importante transmiti-lo. Até um simples agricultor, que tem a sua técnica de cavar e de semear e que aos olhos da maioria das pessoas não tem importância nenhuma..., ele criou uma técnica específica, aquela forma de jogar a enxada, que pode ser uma forma importante de deixar algo aos outros. Isto é válido para qualquer profissão. Uma pessoa quando chega a uma certa altura na sua vida, não é, tem quase o dever de transmitir, deixar a sua experiência, não é ensinar os outros com a sua experiência, é transmiti-la, partilhá-la com os outros, depois cada um faz dela o que entender.

**Muito obrigado pela sua colaboração!**

## **ENTREVISTA 2**

**Animador Sociocultural**

**Entrevista realizada no local de trabalho da entrevistada em 19 de Setembro de 2018**

**Mulher**

**Idade: 30 anos**

**Escola onde concluiu a licenciatura: Escola Superior de Educação de Santarém**

**Designação do curso: Animação Cultural e Educação Comunitária**

**Ano de conclusão: 2007**

**Tipo de organização em que trabalha: Apoio Social a Idosos**

**Classificação profissional: Técnico Superior de Animação Sociocultural**

**Área de Actividade: Apoio a Idosos – Lar, Centro de Dia e Centro de Convívio**

**(explicação do objectivo da entrevista)**

**A. Sobre o mercado de trabalho da animação sociocultural**

**1. Como é que caracteriza actualmente o mercado de trabalho da Animação Sociocultural em Portugal?**

**R:** O mercado da Animação Sociocultural em Portugal está em expansão, claramente. No entanto, eu creio que os Animadores ainda têm que expandir um bocadinho mais... os horizontes, também pelas coisas que se vão falando. Não sei..., talvez por não termos o nosso Estatuto... aprovado, por aí também pode ser o caminho, porque enquanto as IPSS têm obrigatoriedade de ter o Animador e, lá está, o Animador a trabalhar em lares de idosos acaba até por ser aquele que vai tendo um bocadinho mais de... visibilidade ou... tudo o que se vê anda um bocadinho à volta da Animação na 3.<sup>a</sup> idade. No entanto, nós podemos trabalhar em n cenários... Nas escolas, então, temos um trabalho para fazer... fenomenal e... não me parece que esteja a ser pegado da melhor maneira... Eu tenho, por exemplo, colegas que já trabalham há alguns anos nos CAF's, mas não trabalham..., não aparece lá que eles são Animadores Socioculturais, na folha de ordenado deles aparecem como docentes..., acaba por não haver aqui um... um reconhecimento do trabalho deles e poderiam ser apontados muitos outros CAF's, porque há outras situações..., por exemplo estou a lembrar-me de Vialonga em que em detrimento do Animador Sociocultural colocaram uma Assistente Social e tinham uma Animadora Sociocultural que trabalhou lá sete anos e fez um trabalho notável na comunidade, portanto... não há reconhecimento. Na área do turismo, também já se vai vendo alguma coisa, mas podemos ainda caminhar... mais além. Nas câmaras municipais, foi sempre... sempre foi..., no fundo até muitas vezes eram outras pessoas que nem sequer tinham o curso de Animadores Socioculturais que... o iam fazendo como tal, mas a Animação Sociocultural tem várias vertentes, a nível teatral..., enfim é um mundo.

**2. Que razões a levaram a tomar a decisão de frequentar um curso superior de Animação Sociocultural?**

**R:** Eu sempre fui uma pessoa que socializava muito, sempre adorei fazer colónias de férias e achava que, enquanto participante e depois mais tarde enquanto monitora..., achava que havia qualquer coisa mais que eu podia fazer. Na altura eu não pensava trabalhar sequer com os mais velhos... Estava muito indecisa sobre o que ia fazer ou não, porque também gostava da parte de ser professora ou educadora de infância e falando com... acabei por falar com os meus próximos... com os meus pais, com os meus tios, se achavam que eu poderia ser uma futura Animadora Sociocultural. Na altura, como é óbvio não sabia muito bem e perguntaram-me “Então, mas vais ser palhaça? O que é que vais fazer?” Recordo-me de ter respondido uma coisa deste género: “Não, eu não vou ser palhaça, eu quero trabalhar com pessoas, desenvolver as competências que têm e que muitas vezes até estão escondidas e também vou tentar saber um bocadinho mais sobre Animação Sociocultural, porque também ainda não sei muito sobre isto.” E na altura fui para Santarém..., para a Escola Superior de Educação de Santarém que infelizmente hoje em dia já não tem o curso.

**3. Na sequência do que disse, Marcelino Lopes, na sua obra “Animação Sociocultural em Portugal”, refere que “para a maioria dos Animadores, a Animação em regime profissional passou a ser uma actividade de transição, quase se diria, um acidente de percurso”. O que pensa desta situação?**

**R:** O Professor Marcelino Lopes é um Animador... nato que, apesar de não ser a sua formação, sempre fez Animação Sociocultural e, no fundo como..., ele tem alguma razão, acabou por acontecer como um acidente no sentido de que alguém pegou e pensou: “não, a Animação pode ser trabalhada e podemos aqui se calhar investir e formar pessoas para o fazer sem ser qualquer um a fazê-lo”..., há aqueles que nascem com a Animação dentro de si e fazem Animação de qualidade e não precisam de ter um canudo, mas também temos aquelas outras pessoas que fazem, por exemplo, uma formação de seis meses e acabam por não saber Animação, não é... No fundo, quando nós aqui insistimos um pouco que as pessoas têm que ter formação para o fazer, não significa que quem não tem formação não o possa fazer com qualidade, não é... Aliás, todas as associações que nós

temos por este país fora são feitas de pessoas que voluntariamente fazem Animação Sociocultural e, muitas vezes, não têm formação na área.

## **B. Sobre o espaço de intervenção do animador sociocultural nas organizações de trabalho ou nos projectos em que participa**

### **4. Do que é que gosta e do que é que não gosta no seu trabalho?**

**R:** Eu sou muito apaixonada pelo que faço, pelo trabalho com as pessoas. Adoro sobretudo que, com o facto de trabalharmos com os mais velhos, temos um reconhecimento muito... imediato. Enquanto com as crianças um bocadinho mais tarde, embora às vezes manifestem, mas um bocadinho mais tarde é que reconhecem alguma coisa que foi trabalhada... Como não sabemos bem o dia de amanhã... acaba por ser muito estimulante. No entanto, a parte de que menos gostamos é trabalhar com tanto amor que depois a perda custa muito.

### **5. Enquanto Animador Sociocultural, sente-se reconhecida no seu actual contexto de trabalho? Porquê?**

**R:** Para além do reconhecimento imediato que me é dado pelos mais velhos, sinto que o meu trabalho é também reconhecido institucionalmente. Esta instituição tem uma raiz que, a meu ver, é uma raiz de Animação Sociocultural, porque a cooperativa foi fundada por um grupo de amigos que decidiram que queriam envelhecer juntos e, portanto, criaram este projecto não para... Inicialmente pensaram que poderiam realmente envelhecer juntos e prestar apoio à comunidade, conseguiram de facto concluir a obra, mas poucos deles vieram para cá viver. Continuam, alguns deles, a estar presentes e a colaborar enquanto voluntários, no entanto... toda a gente da cooperativa é uma gente solidária, em que muitos deles contribuíram com um valor para além, depois, de se candidatarem a parcerias, a projectos..., candidataram-se ao PAZ (?), portanto, a meu ver, há aqui uma essência de Animação Sociocultural e, não foi por acaso, que eu fui a segunda técnica superior a ser contratada. Contrataram a Directora Técnica e contrataram uma Animadora Sociocultural. Quando eu comecei a trabalhar nesta casa... primeiro fiz voluntariado em que só cá estavam três

peças e quando eu comecei efectivamente a trabalhar tinha oito. Hoje em dia a realidade é um bocadinho diferente.

**6. Deduzo, a partir das suas palavras, que o tratamento que lhe é dado enquanto Animadora Sociocultural é equivalente ao tratamento que é dado a pessoas com outras profissões de nível superior?**

**R:** Sim, é verdade. Inclusive, tratam-me, tratam-me..., imagine..., eu não autorizo que nenhum cliente me trate por Dr.<sup>a</sup>, mas... coisa muitas vezes que não acontece noutros locais, mesmo a nível da chefia, quando alguém telefona pergunta pela Dr.<sup>a</sup> Marisa, portanto não há uma... discriminação pelo facto de eu ser Animadora Sociocultural.

**7. No seu actual contexto de trabalho o seu espaço de intervenção foi conquistado ou foi cedido?**

**R:** Eu acredito que eu conquistei o meu lugar e o meu respeito, porque eu comecei aqui com um estágio profissional e, após o estágio profissional, fiquei. Tentei dar o meu máximo durante o ano em que estive a fazer o estágio para que realmente percebessem que a decisão que tomaram em contratar um Técnico Superior de Animação em segundo lugar era uma decisão acertada.

**8. Pelas suas palavras e pelo entusiasmo que manifesta, presumo que pretende manter-se como Animadora Sociocultural? Porquê?**

**R:** Pretendo. Não sei se ficarei nos próximos... sei lá... já tenho trinta e um, não sei se ainda fico cá até aos cinquenta..., às vezes custa-me imaginar, quando eu tiver um bocadinho mais de idade, como é que vai ser, como é que vamos aqui transmitir..., mas logo se vê.

## **C – Sobre o estatuto profissional do Animador Sociocultural**

**9. Como é que se explica que o problema do Estatuto Profissional do Animador Sociocultural se encontre por resolver há mais de quatro décadas?**

**R:** Eu acredito que nunca ninguém teve entusiasmo suficiente dentro da Assembleia da República para poder tomar rédeas desta situação. Nós em... não lhe sei precisar o ano ao certo, tivemos um congresso da APDASC em Aveiro... e foi feito um trabalho espectacular. Nessa mesma altura criou-se



uma equipa para tentar que os Estatutos chegassem à Assembleia da República e que avançassem. Chegámos até a ter o contacto de um dos deputados, mas eu creio que o assunto morreu. Acredito que se um dia, algum de nós, Animador que se preocupa com este assunto, que tenha algum amigo chegado que puxe o assunto talvez se resolva, por enquanto...

**10. Mas acredita que o Estatuto do Animador Sociocultural alguma vez venha a ser homologado, isto é, que os Animadores consigam impor ao Estado um Estatuto, à semelhança do que sucede com os Advogados, com os Psicólogos, com os Enfermeiros, com os Médicos? Acredita nisto?**

**R:** Eu acredito que o caminho para chegarmos à homologação do Estatuto do Animador talvez seja a educação, porque se pegarmos por aí e em que eles tenham um papel directo em que..., porque ao nível das IPSS tudo muito bem, está escrito na lei que têm que ter um Animador no quadro de pessoal, mas são instituições que têm a sua componente privada e aí os Animadores não têm algo muito directo. Com as escolas, o Estado acaba por ter que ter sempre um papel muito decisivo, não é... e o facto de terem um lugar garantido de um Animador numa equipa de CAF – em vez de estarem a considerar que só podem estar um Assistente Social e um Psicólogo – e perceberem que o trabalho do Animador Sociocultural, nos recreios, próximo das crianças, pode resolver muitos problemas de Bullying, de agravamentos de saúde que muitas vezes as crianças, hoje em dia, vêm na internet e fazem as experiências e que depois, muitas vezes, acontecem tragédias, quando perceberem isso, talvez o caminho seja a educação para atribuírem a homologação do Estatuto do Animador Sociocultural.

**11. Ainda em relação ao Estatuto do Animador, não receia que a sua possível homologação possa excluir pessoas que, não tendo formação na área, já fazem Animação há muito tempo? Há colegas seus que entendem que a Animação de ser feita exclusivamente por pessoas com formação na área. Ora, o Estatuto, a sua possível homologação, poderia levar à exclusão de pessoas que, tendo uma grande experiência, não têm uma formação formal.**

**R:** Poderá excluir... Desse ponto de vista... poderá excluir, mas eu acredito que as pessoas vão fazer valer o facto de terem essa experiência profissional

e vão querer saber mais e se calhar vão investir na formação. Eu na altura em que estava a tirar o curso tinha colegas que estavam a trabalhar em Câmaras Municipais, já faziam Animação há imensos anos, mas foram fazer a formação, até para as pessoas terem uma remuneração mais justa para o trabalho que fazem, porque muitas vezes fazem Animação há tantos anos e trabalham tanto e acabam por ter uma remuneração miserável. No fundo, eu acho que também vai equilibrar um bocadinho, vai fazer um bocadinho mais de justiça àquilo que as pessoas fazem, porque, como lhe digo, eu não acredito que um Animador que tem um canudo, só porque tem um canudo, seja melhor Animador e faça melhor o trabalho do que uma pessoa que já trabalhe há imensos anos, porque há pessoas que é inato nelas, têm a Animação dentro delas e conseguem fazer tão bem ou melhor do que quem tem um curso superior, mas é muito importante realmente... e também pelos anúncios de trabalho que se vêem... “quer-se um Animador para trabalhar três horas por semana”, uma pessoa que trabalhe três horas não vai fazer nada, porque não vai ter tempo para fazer um trabalho em condições. Temos que mudar aqui um bocadinho as mentalidades, também, dos empregadores e nós próprios fazer-nos ouvir, não aceitando este tipo de oferta, claro que às vezes a carteira fala mais alto, mas temos que lutar aqui um bocadinho por aquilo que nós queremos para o futuro.

**12. Mas como é que é possível avançar no sentido que está a apontar se a vida associativa dos Animadores Socioculturais é muito reduzida?**

**R:** Eu faço parte da APDASC e é uma verdade é que, se nós formos a ver, com o número de pessoas que são formadas todos os anos, se nós formos analisar a quantidade dos que são sócios percebemos que o número é muito reduzido. Não é... não é fácil, nós através dos congressos, através das formações que vão existindo, vamos tentando explicar que associativismo é importante, porque se nos unirmos e termos uma instituição por trás, com um nome colectivo, é sempre mais fácil alcançar os objectivos..., mas a vida associativa não é só importante naquilo que corresponde à nossa área, porque nós vamos beber tudo o que é feito junto da comunidade. Se não for uns com os outros a trabalhar e a trabalhar voluntariamente..., mas acredito que se calhar... pode ser que a mentalidade vá mudando, não é..., também vamos vendo... cada vez temos mais jovens escuteiros/escoteiros,

portanto... pode ser que vá mudando, mas a verdade é que há aqui uma faixa etária que se desligou um pouco das associações e não é por acaso que tantas associações foram morrendo, não é..., os mais velhos deixam de fazer, os mais novos não pegam, acaba por ser assim e provavelmente o que se passa com os Animadores tem a ver, num plano mais alargado, com a reduzida vida associativa que se faz sentir em geral.

## **D – Futuro Profissional**

### **13. Como é que encara o seu futuro profissional?**

**R:** Eu acho que o segredo é nós querermos sempre aprender mais e estar sempre alerta com outros colegas, tentar perceber quais são as dinâmicas que fazem, o que é que fazem, no que é que nós podemos inovar, talvez por aí nós podemos sempre... pegar e ser diferentes, acaba por assim... A minha motivação é essa, é aprender sempre mais com os outros para poder fazer cada vez melhor o meu trabalho, porque aqueles que pensam que já sabem tudo, que já não há mais nada para aprender, então um dia, se calhar, a entidade patronal também vai achar que “já não fazes cá muita falta”.

**Muito obrigado pela sua colaboração!**

### **ENTREVISTA 3**

**Animadora Sociocultural**

**Entrevista realizada no local de trabalho da entrevistada em 25 de Setembro de 2018**

**Mulher**

**Idade: 27 anos**

**Escola onde concluiu a licenciatura: Escola Superior de Educação de Lisboa**

**Designação do curso: Animação Sociocultural**

**Ano de conclusão: 2014**

**Tipo de organização em que trabalha: Apoio Social a Pessoas Portadoras de Doença Mental**

**Classificação profissional: Técnico Superior de Animação Sociocultural**

**Área de Actividade: Apoio Social a Pessoas Portadoras de Doença Mental – Lar CAE – Classificação das Actividades Económicas: Saúde Humana e Apoio Social**

**(explicação do objectivo da entrevista)**

### **A. Sobre o mercado de trabalho da animação sociocultural**

**1. Como é que caracteriza actualmente o mercado de trabalho da Animação Sociocultural em Portugal?**

**R:** Olhe... eu acho que sou... a minha geração é uma geração que pode classificar bem as alterações do mercado... porque na altura em que eu me formei, que foi em 2014, estávamos na altura do... ainda na altura da crise e era tudo muito mau, era muito difícil arranjar trabalho, a grande maioria das ofertas eram de voluntariado ou de trabalho precário com contratos a prazo ou com recibos verdes. Neste momento, em 2018, as coisas melhoraram... Em 2016 foi o ano em que comecei a trabalhar nesta instituição e acho que... pronto... e desde essa altura tenho vindo a ver que as coisas têm melhorado. Os contratos de trabalho estão um bocadinho melhores, vejo mais Animadores empregados na área... acho que sim, que as coisas estão um bocadinho melhores em comparação com outras profissões..., claro que não é perfeito, mas também não há nenhuma que eu conheça que diga que é... que é fantástica, pronto. Nós temos a vantagem de que há uma... há muitas oportunidades de trabalho, porque pode-se trabalhar em quase todas as áreas e isso é uma vantagem.

**2. Que razões o(a) levaram a tomar a decisão de frequentar um curso superior de Animação Sociocultural?**

**R:** Não foi a minha primeira opção. Eu fiz o meu 12.º ano em Teatro e queria seguir Teatro, mas não entrei no Conservatório e... dentro das cadeiras que tinha a Animação Sociocultural tinha algumas áreas de cultura, teatro e tal e eu então achei que podia complementar de alguma forma... e tive muita sorte, porque... porque adorei o curso. Gosto muito desta área, acho que há imensas coisas a fazer e há aqui muitos..., na minha perspectiva, há aqui muitas pessoas que em parte estragam um bocado a profissão, no sentido em que a licenciatura é muito diferente de... um curso profissional e, nesse sentido, deveria haver aqui uma mudança de nome, ou seja, os licenciados deveriam ter uma designação diferente dos do 12.º ano, do curso técnico-profissional, para não termos que estar a puxar dos galões do Técnico Superior, porque acho que não há necessidade. Como já disse, eu gostei muito imenso do curso, mas não sei se escola que eu frequentei é a melhor ou não, porque acho que nós deveríamos ter mais professores

Animadores, que não tínhamos assim tantos, acho que só tínhamos um ou dois. Todos os outros eram formados e professores de outras áreas, acho que principalmente fui aprendendo após a licenciatura, pela experiência e por conhecer outras pessoas que foram ajudando, workshops que se foram fazendo e outras formações extra que fui frequentando.

**3. Marcelino Lopes, na sua obra “Animação Sociocultural em Portugal”, refere que “para a maioria dos Animadores, a Animação em regime profissional passou a ser uma actividade de transição, quase se diria, um acidente de percurso”. O que pensa desta situação?**

**R:** Não sei se compreendo muito bem o que ele quer dizer. É assim, eu acho que, não sei se é exactamente isto que o Prof. Marcelino Lopes quer dizer, existem muitas pessoas que supostamente exercem Animação e não são Animadores e também há muitas pessoas... que se calhar vieram a ter interesse..., porque eu conheço pessoas assim, que começaram a fazer, principalmente em lares de idosos, foram convidadas para fazer umas animaçõeszitas enquanto estavam lá e depois, como sentiram necessidade de ter mais ferramentas, foram fazer uma formação nessa área, pronto... Se formos a ver o “acidente” por aí..., concordo. Conheço algumas pessoas nessa situação. Eu acho é que a formação que nós recebemos acaba por ser muito..., demasiado, talvez, abrangente e depois não foca concretamente nada, daí eu ter sentido a necessidade de fazer uma pós-graduação a seguir à licenciatura, porque..., pronto, porque depois temos interesse numa área e queremos ficar melhores nessa área específica. Sim, talvez, para muitas pessoas a Animação acabe por ser um... “acidente”, feliz ou não, para alguns, feliz, para outros, não. Infelizmente, nós temos muitas pessoas..., então em lares de idosos é flagrante, a quantidade de pessoas que... são Directores Técnicos ou são Técnicos de Serviço Social e depois têm ali duas horinhas por dia em que vão fazer uma Animação que... que não é nada, não é Animação Sociocultural e eu estou sempre..., e é um bocadinho esse o caminho que eu tento fazer..., é que nós temos de conseguir..., temos de tentar, pelo menos, de combater isso..., de combater esse problema que existe de qualquer pessoa poder fazer Animação..., porque é a Animação..., nesse aspecto acho que... o nosso nome não está bem escolhido, acho que não é..., quase como..., comparando, por exemplo, ... a terapia ocupacional,

parece que é ocupação e não é, não é só o puro e duro de ocupar. Nós, é a mesma coisa, Animador parece..., parece que é o palhaço e a pessoa que faz pinturas faciais..., pronto, não é Animador Sociocultural.

## **B. Sobre o espaço de intervenção do animador sociocultural nas organizações de trabalho ou nos projectos em que participa**

### **4. Do que é que gosta e do que é que não gosta no seu trabalho?**

**R:** Do que é que eu gosto? É mais fácil dizer do que não gosto, porque eu gosto..., na generalidade gosto muito de tudo. Do que é que eu não gosto? ... Engraçado, não sei responder, porque eu tenho imensa sorte de trabalhar no local em que trabalho, que é excepção à regra, eu sei que é, tenho imensa independência e ninguém confunde..., aqui ninguém confunde a minha função com a de outros, o que acontece imenso..., por acaso tenho muita sorte nesse aspecto.

### **5. Significa, então, que o tratamento que lhe é dado enquanto Animadora Sociocultural é equivalente ao tratamento que é dado a pessoas com outras profissões de nível superior?**

**R:** Aqui sim, aqui sim. Já trabalhei noutros sítios em que não, mas aqui, em concreto, sim. Não sei se tem a ver com o facto de ter sido eu a fazer uma proposta e ter vindo para cá com um projecto... já delineado por mim..., querendo oferecer um serviço, se calhar pode ter a ver com isso, não sei.

### **6. Em termos de espaço de intervenção, conquistou-o ou foi-lhe cedido?**

**R:** Conquistei-o. Conquistei-o, porque eu tenho muito interesse na área da saúde mental e vim fazer... Conheci o espaço e vim oferecer o meu trabalho e aí pediram-me para..., fiz uma candidatura espontânea... e aí pediram-me para fazer um projecto para se perceber, pronto..., para quem pagava poder perceber qual era a pertinência da minha função e eu fiz esse projecto e eles aceitaram e desde essa altura, de há dois anos para cá, tenho vindo sempre a fazer novas propostas de intervenção e a mostrar que... e para mim é mesmo importante e até... querer participar neste tipo de estudos e inquéritos é nesse sentido, porque eu acho que é mesmo importante nós – nós, esta classe profissional – mostrar que tem muitas competências, não é andarmos aqui a fazer festinhas e tudo o mais, porque isso não chega, é muito mais do isso.

## **C. Sobre os diplomas, o modelo de formação e o mercado da Animação Sociocultural**

- 7. Referiu que o tratamento que lhe é dado é o mesmo que é dado a outros profissionais com formação superior, mas considera a sua situação uma excepção. O que é que teria de acontecer para que o tratamento dado aos Animadores Socioculturais passasse a ser, generalizadamente, um tratamento de igualdade em relação a outros profissionais de formação superior?**

**R:** Na minha perspectiva, eu acho que..., porque já pensei sobre isso, acho sinceramente, como estava a dizer no princípio, que tem muito a ver com o facto de haver pessoas com o mesmo nome, mas que não fazem o mesmo tipo de trabalho, porque se nós formos ver, sem desmerecer os cursos técnico-profissionais, mas as pessoas que fazem esse tipo de curso têm aptidões para determinadas coisas que não são comparáveis às aptidões de um licenciado, no entanto como o nome é o mesmo, nós não..., eu acho, eu também quando digo que sou Animadora eu não digo que sou Técnica Superior de Animação, porque acho que não há necessidade de o fazer, ou se calhar até há, mas eu não me sinto confortável a dize-lo... e isso pode ser um problema, porque eu já estive em vários sítios em que... tinham Animadores e não diferenciavam os licenciados dos técnico-profissionais..., aquilo que pagavam aos técnico-profissionais era aquilo que pagavam aos licenciados. Recordo-me, antes de chegar ao sítio onde presentemente me encontro a trabalhar, que fui a várias entrevistas em que me perguntaram se eu fazia pinturas faciais ou se eu fazia balões e, ao dizer que não, isso provocava alguma admiração..., como se a Animação pudesse ser resumida pelas pinturas faciais, pelos balões, pelas festinhas e outras coisas no género. Em alguns desses sítios, com o decorrer dos trabalhos, percebia-se que naturalmente os licenciados tinham competências que os técnico-profissionais não tinham... O problema é haver a mesma profissão, ou melhor, haver duas profissões que não são iguais e terem o mesmo nome, acho que é um problema.

**8. Então o que terá de ser feito para que a situação possa ser corrigida? É uma mera mudança de nome?**

**R:** Talvez isso não fosse suficiente. Eu acho é que deveria haver pessoas que...

**9. Reformulo a pergunta, tem sentido haver uma formação de Animadores Socioculturais ao nível do ensino secundário profissional?**

**R:** É uma questão que merece uma séria reflexão. Eu não acho que a formação técnico-profissional deva deixar de existir, eu já trabalhei..., nunca trabalhei concretamente, porque eram duas ou três horas semanais, mas há locais em que existem técnicos superiores a fazer a coordenação do grupo e depois existem técnico-profissionais que fazem..., como nós temos aqui um pouco, que são os Monitores, pronto... e aí eu concordo que haja uma formação, porque, por exemplo, ao ponto que aqui temos Monitores que não têm formação e seria pertinente que tivessem a formação que é dada aos Animadores dos cursos técnico-profissionais. Portanto, respondendo à sua pergunta, eu não acho que esta formação deva acabar, se calhar devia ter uma conotação diferente, um nome diferente.

**C – Sobre o estatuto profissional do Animador Sociocultural**

**10. Como é que se explica que o problema do Estatuto Profissional do Animador Sociocultural se encontre por resolver há mais de quatro décadas? Sente-se afectada no seu trabalho por esta situação?**

**R:** Não lhe sei dizer... No meu trabalho diário não me sinto afectada, porque, como lhe expliquei, felizmente não tenho esse tipo de... de problemas que outros Animadores têm nas organizações em que trabalham..., talvez não tenha porque aqui, esta casa é quase gerida por... também pela área da ocupação, pela terapia ocupacional e, nesse aspecto, nós..., há um companheirismo nesta coisa do... eu não tenho nada aquela síndrome do “coitadinho”, eu não tenho o hábito de andar a dizer “ai, a minha classe é tão, é tão... injustiçada”, não tenho nada. Quando eu cheguei..., há neste local em que trabalho um companheirismo das várias áreas ocupacionais, o que me ajudou muito a elevar a qualidade do meu trabalho..., mas o facto de não termos um estatuto..., nós temos, mas



pronto não é uma coisa oficializada, não está homologado..., eu acho que depois serve para muitas vezes..., há exemplos práticos... para problemas... olhe, eu estou a passar neste momento aqui... para perceber que o meu trabalho felizmente é muito valorizado, estamos agora a contratar um estagiário de Animação para trabalhar comigo, porque eu não consigo dar conta de tudo o que preciso de fazer e, no IEF, há aqui um problema dramático que é quando põem um anúncio para estágio profissional eles escrevem “especialista do trabalho social”, porque não existe Animador Sociocultural. Ora, o que é que acontece, toda a gente se candidata àquilo, porque é o especialista do trabalho social, trabalho social..., até Psicólogos e muitos outros se inscrevem, como deve calcular, é excessivamente abrangente..., e Animadores há poucos a candidatarem-se a esta função, ou seja, há estes momentos em que há situações práticas em que a questão de não haver um estatuto é um problema. O facto de as organizações não saberem o que vão contratar tem a ver com isto mesmo..., não existir, homologado como dizia, um estatuto que nos diga que a pessoa tem que fazer isto, isto e aquilo, é complicado..., porque cabe um mundo inteiro dentro que se designa como “especialista do trabalho social”. Eu acho que sim, que o estatuto faz muita falta, no entanto eu acho que nós, apesar de historicamente sermos uma classe que... que... que se emancipou e que veio para a rua falar e, pronto, nasceu de uma necessidade, como nós costumamos dizer, temos muita necessidade de manifestações..., falar..., fazer-se ouvir..., nós não temos muito essa cultura. Por exemplo, nós vemos os enfermeiros, os psicólogos e outros profissionais..., são pessoas que têm Ordens – eu também não sei se uma Ordem seria uma coisa muito interessante para nós –, pessoas que se movem para fazer alguma coisa e nós não temos, porque também nós somos cem ou duzentos, uma forma de dizer..., e isso também é um problema, somos poucos e somos poucos a mostrar interesse em querer mudar alguma coisa e isso também não ajuda à mudança.

- 11. Depreendo, pelas suas palavras, que o Estatuto faz falta. Não receia, no entanto, que a sua homologação possa excluir muitas pessoas que, não tendo formação certificada na área, têm uma grande experiência pelo facto de já fazerem Animação há muito tempo?**

**R:** Eu tenho dificuldade em responder a essa pergunta, porque... eu conheço pessoas assim..., tenho um grande amigo que é um caso clássico, mas por muito que eu..., por exemplo, podemos pegar neste caso em concreto, por muito que eu lhe... que eu lhe... que lhe reconheça o mérito, eu acho que as pessoas têm de ter..., devem ter uma formação, porque só assim é que nós nos podemos defender... e a verdade é essa, eu acho que... as pessoas... por muito..., claro está que não é porque eu... eu acabei a minha licenciatura há quatro anos, mas este meu amigo sabe muito mais do que eu, isso não oferece dúvidas, mas mesmo assim eu acho que é importante, até para nos fazermos ouvir, formarmo-nos também é uma forma de nós nos afirmarmos. Em todo caso, para evitar que a experiência seja deitada fora, podemos criar uma forma de haver exceções. Embora eu ache que não deve ser permitido a pessoas que não tenham..., podemos, eu não sei se isto é possível, que de leis eu não percebo nada, mas haver aqui apenas duas situações, que é experiência com mais de x tempo ou formação certificada, porque não me faz sentido serem outras pessoas a fazerem..., o saco não pode ser assim tão grande, se a solução for uma coisa deste género eu sou 100% a favor.

## **D – Futuro Profissional**

### **12. Como é que encara o seu futuro profissional?**

**R:** Eu também..., aquilo que lhe estava a dizer há pouco, de estar muito satisfeita com o meu trabalho e tudo o mais, também tem aqui uma questão, que é a pós-graduação, ou seja, há aqui uma especialização após a formação base... e isso também ajuda, porque... pronto, porque sabemos mais. Eu sou uma pessoa que... todos os meses faço formações, porque eu acho que faz... é muito importante, isto para dizer que não é só a Animação que me faz ter as competências que tenho, é também o resto. O meu futuro? Eu vou sempre trabalhar para saber mais, porque a parte do conhecimento é essencial, não consigo... não consigo ver com muito bons olhos as pessoas que acabam a licenciatura e que acham que já não precisam de aprender nada, porque nós saímos da licenciatura... às vezes a não saber nada. Eu não sei se todas as licenciaturas de Animação são

iguais, mas na minha, que é a de Lisboa, há em cada ano um período de estágio e isso é essencial em termos de aprendizagem, mas mesmo assim eu acho que aprenderíamos muito mais se nos locais de estágio a orientação fosse feita por Animadores e a grande maioria dos sítios não tem, nós aprendemos sozinhos, porque... porque não há, não há Animadores a... A orientação deveria ser sempre por Animadores..., no meu caso, nos três estágios que fiz, nunca fui orientada por Animadores, no terceiro estágio a orientação foi inicialmente dada por psicomotricistas que, passado algum tempo, foram-se embora e eu fiquei sozinha. Havia, sim senhor, orientação nos locais de estágio, mas essa orientação era muitas vezes dada pelo Director da instituição ou pelo Assistente Social que... e isto, supostamente, nem sequer é permitido, mas, pronto, mas é o que temos. Provavelmente se houvesse um Estatuto estas coisas não aconteceriam, mas vamos fazendo a acreditar que o futuro será melhor.

**Muito obrigado pela sua colaboração!**

#### **ENTREVISTA 4**

**Animadora Sociocultural**

**Entrevista realizada a 25 de Setembro de 2018**

**Mulher**

**Idade: 32 anos**

**Escola onde concluiu a licenciatura: Escola Superior de Educação de Portalegre**

**Designação do curso: Animação Educativa e Sociocultural**

**Ano de conclusão: 2006**

**Tipo de organização em que trabalha: constituiu uma empresa na área da saúde humana e apoio social**

**Classificação profissional: Gerente**

**Área de Actividade: saúde humana e apoio social**

**CAE – Classificação das Actividades Económicas: Saúde Humana e Apoio Social**

**(explicação do objectivo da entrevista)**

#### **A. Sobre o mercado de trabalho da animação sociocultural**

- 1. Como é que caracteriza actualmente o mercado de trabalho da Animação Sociocultural em Portugal?**

**R:** É um mercado jovem. Infelizmente, pela minha experiência, a partir dos trinta anos já não se consegue qualquer lugar no mercado de trabalho. Nas ofertas de emprego é pedida gente jovem, essencialmente até aos vinte e cinco e depois, se tivermos a sorte de já ficarmos efectivos numa empresa, então tudo bem, mas pelos anúncios que surgem mais que trinta já não são pedidos. É um trabalho, de facto, com muito pouca oferta. Muito pouca oferta essencialmente ligada a instituições públicas e, sobretudo, instituições de âmbito privado como é o caso das IPSS e das ONG's.

**2. Que razões a levaram a tomar a decisão de frequentar um curso superior de Animação Sociocultural?**

**R:** Por toda a experiência que tinha enquanto jovem. Pertenci a diversos grupos, pertenci a diversas instituições, como voluntária, muitas vezes em trabalho em parceria com o IPJ na altura e, portanto, este “bichinho” do fazer e do criar... e depois as pessoas que estavam connosco também eram Animadoras, portanto... para mim foi quase ser aquilo que eu tinha como modelo, o que realmente me identificava nesta parte da intervenção social e no desenvolvimento de todas estas actividades ligadas ao social.

**3. Marcelino Lopes, na sua obra “Animação Sociocultural em Portugal”, refere que “para a maioria dos Animadores, a Animação em regime profissional passou a ser uma actividade de transição, quase se diria, um acidente de percurso”. O que pensa desta situação?**

**R:** Concorde, infelizmente, porque eu licenciiei-me em Animação Educativa e Sociocultural e apenas trabalhei um ano e depois surgiram todos os problemas. E realmente foi quando eu decidi tirar uma outra licenciatura e uma outra pós-graduação... e, portanto, a Animação deixou de ser, de facto, a minha principal escolha e..., mas as escolhas posteriores, o caso da segunda licenciatura e da pós-graduação, surgiram no seguimento da primeira ou como forma de a complementar, mas de facto passou a ser algo como transitório.

**B. Sobre o espaço de intervenção do animador sociocultural nas organizações de trabalho ou nos projectos em que participa**

**4. O que é que faz exactamente? Do que é que gosta e do que é que não gosta no seu trabalho?**

**R:** Então..., de qualquer das formas, com todas estas dificuldades que surgiram na Animação..., como Animadora e depois as posteriores licenciatura e formações, fizeram-me seguir um caminho que não está desligado da Animação. Optei por trabalhar por conta própria. Inicialmente e até aos trinta anos, fiz festas de aniversário, tinha uma empresa de gestão de eventos, fazia e desenvolvia vários tipos de Animação, tinha diversas parcerias. A partir do trinta anos, nem eu me via já em muitas situações de fantasia, porque eu optava mesmo por contar histórias, por dinamizar toda aquela parte da intervenção mais educativa e mais lúdica, mas a verdade é que depois do trinta nem eu própria já me sentia à vontade para conseguir envolver-me nesse tipo de actividades. Deixei essa parte de actividades lúdicas em festas destinadas a crianças e passei para uma parte da Animação, digamos assim, mais envolvente e mais abrangente direccionada para qualquer tipo de empresa e, portanto, neste momento é aquilo que eu faço, a parte da organização e gestão de eventos, dinâmicas de grupo que agora está muito em moda nas empresas..., essa parte da Animação empresarial... foi deixar a parte social, que é realmente a parte de que gosto, e passar para outro caminho, pela idade, pelas circunstâncias, não sei..., mas, de facto, neste momento é isso que eu faço.

**5. Do conhecimento que tem do mercado de trabalho, considera que os Animadores Socioculturais são reconhecidos na actividade que desenvolvem?**

**R:** Se tivermos a sorte de encontrar alguém à frente da instituição que saiba o que é a Animação, pois muito bem, sim, mas eu já tive as duas experiências... que também já estive como Animadora, licenciada, à frente de uma instituição, que realmente pretendia um Animador de formação superior, mas que lamentavelmente só me pagavam €600 mensais, um valor muito baixo para o trabalho que fazia.

**6. Acha que o tratamento que é dado aos Animadores Socioculturais de formação superior é equivalente ao tratamento que é dado a pessoas com outras profissões de nível superior?**

**R:** Não, de maneira nenhuma. Para já, porque há a desvantagem de também haver um curso profissional de Animação que equivale ao 12.º ano. Eu também já fui formadora num curso desses e, portanto, há diferenças

grandes diferenças ao nível do curriculum, ao nível da experiência e da preparação com que os alunos ficam no final em comparação com a preparação dada por uma licenciatura. A preparação de um licenciado em Animação não é comparável com a preparação que um curso técnico-profissional proporciona, mas muitas vezes as entidades empregadoras não estão preocupadas com isso, preferem um Animador técnico-profissional porque lhes sai barato... ou então admitem um licenciado mas pagam-lhe como se fosse um técnico-profissional, o que não é justo tendo em conta o investimento feito em termos de formação e, muito menos, em termos de qualidade do trabalho desenvolvido.

**7. Do que conhece do mercado de trabalho e das organizações por onde foi passando, acha que aos Animadores o espaço de intervenção é cedido ou esse espaço tem que ser conquistado?**

**R:** Tem que ser conquistado... Tem que ser conquistado pelo tipo de trabalho que fazemos, pela muita perseverança... e acima de tudo junto dos responsáveis superiores da instituição, ou seja, lá está, se tivermos a sorte da pessoa responsável por aquela instituição... for conhecedor do que é ser um Animador licenciado não haverá qualquer problema, mas infelizmente ainda há muito poucos que têm esse conhecimento. Querem um profissional que se dedique realmente a intervir junto da público-alvo com que trabalha, a baixo custo, preferencialmente, porque, de facto, estamos ali apenas para fazer.

**C. Sobre os diplomas, o modelo de formação e o mercado da Animação Sociocultural**

**8. No seu entender, o que terá de acontecer para que aos diplomas da Animação Sociocultural seja atribuído mais valor?**

**R:** Nós acabaríamos aqui com este... conflito, digamos assim, se os cursos profissionais e os cursos superiores fossem... tivessem uma nomenclatura diferente, pronto, somos Animadores, é verdade, mas com certeza que há diferenças e, portanto, deixaríamos de ter o mesmo nome...

**9. Faz sentido que haja uma formação técnico-profissional na área da Animação Sociocultural, coisa que não acontece noutras profissões de nível académico superior?**

**R:** Faz sentido... ao contrário de outros cursos superiores de índole muito teórico, o curso de Animação é muito técnico, do fazer, do saber fazer e eu acredito... que todos os anos de experiência que um Animador tem num curso da área técnico-profissional e depois superior com certeza que constitui uma mais-valia, agora... aqui a questão é mesmo o nome, a nomenclatura do curso profissional devia ser diferente, para se conseguir distinguir, porque a experiência faz falta, os Animadores dos cursos profissionais, ao entrarem num curso superior de Animação, têm um know-how prático muito maior e isso tem que ser valorizado e ainda bem que é assim, porque realmente o nosso curso é muito do saber fazer e do estar lá e conseguir resolver os problemas na altura e é com experiência que isso se consegue.

**10. Há colegas seus que consideram que o ensino profissional na área da Animação Sociocultural não devia existir e uma das razões apontadas prende-se com aquilo que referiu há pouco: “quando uma organização tem que seleccionar um Animador, muitas vezes opta pelo menos dispendioso, que é o técnico-profissional”.**

**R:** É verdade, é verdade..., mas se o Animador ao nível superior tiver um curriculum mais ligado, por exemplo, ao social, mais ligado ao desenvolvimento pedagógico, mais ligado ao desenvolvimento psicológico, são áreas diferentes, que apelam a uma componente teórica mais elaborada, e isso também nos abre outro posicionamento dentro de uma instituição, nós não somos apenas um Animador que chega às três horas, desenvolve uma actividade durante duas horas e acaba o trabalho. Se nós formos muito mais interventivos ao nível social, ao nível do desenvolvimento, somos um parceiro para aquela instituição e isso é um handicap ao nível do nosso curso, porque lá está, está muito focado na prática e um curso superior não deve ser tão focado na prática, deve ter uma base teórica que nos permita intervir de uma maneira diferente. Do que eu conheço, esta focagem na prática é comum a todos os cursos de Animação. A componente teórica, científica deveria ter maior peso nos planos

de estudos, ficaríamos melhor preparados para desenvolver o trabalho enquanto Animadores.

## **C – Sobre o estatuto profissional do Animador Sociocultural**

### **11. Como é que se explica que o problema do Estatuto Profissional do Animador Sociocultural se encontre por resolver há mais de quatro décadas?**

**R:** Eu julgo que esse é um dos principais causadores dos nossos problemas como Animadores, porque se não somos nada ou se somos Animadores tal e qual como o técnico-profissional, que nos adianta ter um diploma superior de Animação? Tem que haver diferença e se um Psicólogo é um Psicólogo, um Enfermeiro é um Enfermeiro, se um Médico é um Médico, se um Advogado é um Advogado, porque têm uma Ordem, porque têm um Estatuto definido, porque sabem o seu trabalho e são reconhecidos pelo seu trabalho..., eu entro numa instituição e a pessoa que me contrata tem que saber o que é que eu faço, o que é que eu estou ali a fazer..., é essencial, eu acho que a inexistência de um estatuto é uma das bases dos nossos problemas.

### **12. Acha que alguma vez vai ser possível a homologação do Estatuto do Animador Sociocultural?**

**R:** Cada vez menos, cada vez menos... Para já, porque muitas vezes os Animadores optam ou por outra licenciatura ou por outro serviço ou por outro trabalho... por não verem reconhecido o seu trabalho e cada vez menos as pessoas querem ser Animadores de formação superior, porque não vale a pena. Talvez o problema passe pela falta de força associativa..., eu já sou licenciada há mais de dez anos, já na altura em que eu frequentava o curso ouvia a parte do Estatuto, passados dois ou três anos sei que fui a uma conferência precisamente para falar sobre esta questão do Estatuto, ainda eu andava a tentar entrar no mercado de trabalho com todas as dificuldades e a descobrir... e a aceitar qualquer coisa e muitas vezes a aceitar qualquer coisa que nem era paga, mas não fazia mal, contribuía para aumentar a nossa experiência..., julgo que sim, que a parte associativa é muito



importante, mas, cada vez mais, o verdadeiro Animador, que tem vontade que algo mude, acaba por desistir e enveredar por outras actividades.

**13. Ainda em relação ao Estatuto, não receia que uma possível homologação do Estatuto do Animador possa excluir pessoas que, tendo uma larga experiência no trabalho de Animação, não se encontram certificadas para o seu exercício?**

**R:** Para responder à questão que me está a colocar, eu dou como exemplo a Ordem dos Contabilistas..., há muitos que não são Contabilistas e que fizeram o exame e que passaram a ser TOC's, agora Contabilistas certificados..., porque não? O que nós queremos é cá os Animadores e a pessoa que tem experiência é tão válida como a minha que tenho um diploma e se falarmos numa Ordem ou numa Associação que defenda o ser Animador, porque não arranjar mecanismos para que essas pessoas também possam entrar? Porque a verdade é que cabemos todos, sejamos licenciados ou não. E se realmente se reconhecer a capacidade daquela pessoa, pela experiência que tem, para ser Animador, o que terá de acontecer é que aquela pessoa terá de obter uma formação superior para ser igualada aos... ou então converter a experiência em formação que lhe dê créditos..., acho que é válido, perfeitamente válido.

## **D – Futuro Profissional**

**14. Como é que encara o seu futuro profissional?**

**R:** De uma forma muito positiva. Felizmente já não espero que sejam os outros a dar-me trabalho, porque o trabalho por conta de outrem para os Animadores é complicado pelas razões que eu já aponte. A partir do momento em que comecei a trabalhar por conta própria, em que eu tenho uma organização que posso desenvolver e ser eu, com todo o gosto, a entidade empregadora de outros jovens, o meu futuro só pode ser favorável.

**Muito obrigado pela sua colaboração!**

## **ENTREVISTA 5**

**Entrevista realizada: 26/09/2018**

**Homem**

**Idade: 38 anos**

**Escola onde concluiu a licenciatura: Instituto Piaget**

**Designação do curso: Animação Sociocultural**

**Ano de conclusão: 2005**

**Tipo de organização em que trabalha: Apoio Social a Idosos**

**Classificação profissional: Técnico Superior de Animação Sociocultural**

**Área de Actividade: Lar e Centro de Dia**

**CAE – Classificação das Actividades Económicas: Saúde Humana e Apoio Social**

**(explicação do objectivo da entrevista)**

### **A. Sobre o mercado de trabalho da animação sociocultural**

#### **1. Como é que caracteriza actualmente o mercado de trabalho da Animação Sociocultural em Portugal?**

**R:** Eu acho que já vivemos melhores dias dentro daquilo que é a Animação Sociocultural em Portugal..., já vivemos melhores dias, mas mesmo assim, acho que vai havendo ainda... acho que vai havendo ainda alguma saída para os estudantes de Animação. Também é certo que há muitos cursos de Animação que vão fechando pelo país e isso também, de certa forma, influencia o facto do mercado de trabalho poder ou não absorver os profissionais, mas de certa forma eu acho que, mesmo assim, ainda vai havendo alguma oferta. É claro que depois, de instituição para instituição, também variam as condições que cada um dos Animadores poderá ter, mas eu acho que ainda vai havendo saída e acho que ainda é um curso que...vai gerando alguma empregabilidade. É claro que depois a pessoa também tem que mostrar o seu valor e às vezes, eu também via isso, e até pela minha turma de faculdade, que eu tenho colegas que não estão ligados à Animação, tiraram o curso e depois optaram por trabalhar noutras áreas, mas são poucos, por acaso foram poucos..., se calhar não estavam muito vocacionados para o trabalho na Animação Sociocultural.

#### **2. Que razões o levaram a tomar a decisão de frequentar um curso superior de Animação Sociocultural?**

**R:** Olhe, eu escolhi Animação Sociocultural e foi uma primeira escolha. Ao contrário se calhar de muitas pessoas, para mim foi uma primeira escolha.

Eu quando repeti..., eu só repeti o 12.º ano, porque tinha..., não tinha tido sucesso a uma língua e repeti o 12.º ano e, até aí, é facto não estava a pensar ver-me no ensino superior, mas quando repeti o 12.º ano eu... fui trabalhar..., trabalhei em oficinas de carros, e tudo, durante esse ano e eu pensei: “não, eu quero mais alguma coisa para a minha vida e quero alguma coisa que tenha a ver com a área social”, porque este meu interesse tinha a ver com o meu passado, eu fui escuteiro durante muitos anos e trabalhei... e trabalhei..., enquanto chefe dos escuteiros, com crianças que vinham da Casa Pia de Lisboa e foi um desafio muito interessante e muito marcante, o facto de ter sido chefe dessas crianças marcou-me realmente... aqui a minha escolha e eu pensei que era isso que eu queria, eu queria realmente trabalhar dentro da área social, mas que também se pudesse explorar aqui outras capacidades... próprias... e para isso escolhi Animação porque achei que era o curso que mais se ajustava aquilo que eu gostaria de fazer e realmente foi a primeira escolha, não tive dúvidas, até... quando me candidatei ao ensino superior eu candidatei-me para Portalegre como primeira escolha e não entrei, não entrei e disse “não, mas eu quero mesmo isto”, falei com os meus pais e os meus pais, pronto, “se é isso que tu queres, nós apoiamos-te” e fui para o Instituto Piaget em Almada e realmente foi uma boa escolha. Eu hoje não me arrependo nada de ter escolhido a Animação Sociocultural, amo..., amo mesmo a profissão, gosto muito daquilo que faço, tento ajudar ao máximo as pessoas com quem trabalho e, pronto, sou um apaixonado pela Animação.

**3. Marcelino Lopes, na sua obra “Animação Sociocultural em Portugal”, refere que “para a maioria dos Animadores, a Animação em regime profissional passou a ser uma actividade de transição, quase se diria, um acidente de percurso”. O que pensa desta situação?**

**R:** Sim, ele terá alguma razão, eu conheço o Professor Marcelino e sei que ele terá alguma razão também ao dizer uma coisa dessas. Eu sei de casos... e agora falando de colegas que foram tirar o curso de Animação porque se calhar acharam que era mais fácil, porque se calhar acharam que era um curso... com menos valor, vamos assim dizer..., mas... e que depois acabaram por não trabalhar na área, porque se calhar não estavam vocacionados, no início, para aquilo que a Animação Sociocultural e para o

trabalho que a profissão exige. Em parte estou de acordo com o que o Professor Marcelino diz, mas em parte não estou de acordo, porque também há muitos bons profissionais que estão na carreira e estão na profissão por gosto, com vontade, com ideias e que ainda hoje, passados muitos anos e conheço muitos, continuam apaixonados pela profissão e com o gosto da Animação, com o “bichinho” da Animação como eu costumo dizer, portanto, em parte concordo e em parte discordo, isto também pode acontecer noutras profissões, vejo advogados que tiram advocacia e que depois não exercem e que vão para outras áreas. Também é facto que a advocacia abre outras portas, mas acho que realmente... acho que realmente há pessoas que vão para a Animação com vontade e com gosto, como em qualquer outra profissão, e há outras que vão para fazer um curso superior, para um dia poderem dizer que tiraram um curso superior.

## **B. Sobre o espaço de intervenção do animador sociocultural nas organizações de trabalho ou nos projectos em que participa**

### **4. Há pouco disse que gosta muito do que faz. Do que é que não gosta no seu trabalho?**

**R:** Do que é que eu não gosto no meu trabalho? Há coisas que realmente que me... de que não gosto, não é. Faço coisas de que não gosto tanto, mas porquê? Porque não são para mim, ou seja, se me guio por aquilo que a Animação Sociocultural diz, eu devo fazer as coisas para os outros e indo ao encontro do interesse dos outros, do público com que trabalho e é claro que o público com que trabalho gosta de coisas de que eu, se calhar, não gosto tanto, não é, por exemplo a parte religiosa. Eu não sou..., tive uma educação extremamente religiosa, mas não tenho a prática religiosa neste momento... e, por exemplo, é uma coisa de que eles gostam e que eu incentivo a que eles gostem, eu arranjei um Padre para cá vir todos os meses celebrar a missa aqui na nossa capela, ou seja, há coisas que eu faço que não faço por gosto ou por..., mas sei que é importante para eles e, como tal, eu vou ao encontro disso. Depois há outras questões institucionais, mas que são transversais a todas as instituições que têm uma grande dimensão, como é o caso desta em que trabalho, em que a hierarquia é muito grande e em que é

preciso muita burocracia para resolver os problemas que surgem e isso limita o nosso trabalho, porque... às vezes podemos ter... ter a noção de que uma ideia ou de que um projecto é interessante e é importante, mas que depois poderá não ter viabilidade por falta de decisão atempada ou por razões de ordem financeira, mas estas dificuldades são transversais a todas as instituições, sobretudo as de grande dimensão.

**5. O tratamento que lhe é dado enquanto Animador Sociocultural é equivalente ao tratamento que é dado a pessoas com outras profissões de nível superior?**

**R:** Eu, pessoalmente, posso-lhe dizer que sim, aqui e em todo o lado por onde passei, enquanto trabalhador..., embora antes tenha estado numa IPSS durante dez anos e onde terminei o meu curso..., portanto, eu comecei como bacharel, porque na altura no Piaget em Almada ainda só havia bacharelato e depois é que fui tirar então a licenciatura..., também gosto muito do conhecimento e gosto muito de aprender e achei que precisava de mais formação..., mas sim, posso dizer que por onde tenho passado tenho sentido todo o respeito por..., também tenho feito por isso, não é. Acho que também tem a ver um bocadinho com a nossa postura, com a postura do profissional e a forma como se apresenta e como se impõe no terreno e como se impõe perante os públicos e como se impõe perante os colegas..., impor no bom sentido, sempre de uma forma assertiva e realmente não tenho sentido..., na organização em que trabalho somos uma profissão que é bem vista, que é reconhecida em termos do seu trabalho, acho que sim..., acho que muitos de nós..., os técnicos superiores que trabalham na instituição são muito reconhecidos..., outros não tanto, mas lá está, voltamos àquela questão de há bons e maus profissionais, como em todas as profissões, mas acho que sim, aqui somos reconhecidos, somos pessoas que... em termos aos meus colegas, por exemplo, Psicólogos, Terapeutas e até os Assistentes Sociais, tratamo-nos de igual para igual. Em reuniões de equipa... de equipa técnica, quando estamos, a opinião é válida de todos por igual, isso para mim é muito importante, porque a minha opinião enquanto Animador também é importante e é tida em conta, o que é para mim excelente. Dentro da Animação, enquanto técnico superior, posso garantir que sempre fui reconhecido, sempre fui valorizado e não tenho... não tenho nada a apontar

nesse aspecto. Também lhe digo e volto a dizer, da minha postura e da minha forma de estar, também faço por isso, tento ser uma pessoa extremamente profissional na minha abordagem e isso também influencia a maneira como os pares, como as outras pessoas, como os outros colegas olham para nós.

**6. Pelo que tem vindo a referir, no seu actual contexto de trabalho tem espaço de intervenção. Esse espaço de intervenção foi conquistado ou foi-lhe cedido?**

**R:** Foi muito conquistado e continua a ser conquistado. Ao contrário do que sucede com outras profissões há muito no mercado, para as quais o espaço de intervenção é cedido, a afirmação da Animação implica uma conquista de espaço. As profissões são sempre mutáveis, temos profissões que vão perdendo o protagonismo na sociedade e isso tem a ver, em parte, com a forma com que os seus profissionais... e a imagem que os seus profissionais dão dela. Os Psicólogos, por exemplo, têm muito mais facilidade em... toda a gente perceber o que um Psicólogo faz. Um Animador tem de explicar o que é que faz e qual é o seu papel..., explicar o que é que é o Animador Sociocultural e o que é que o diferencia do Monitor..., ou seja, eu acho que o meu espaço foi sendo conquistado, fui mostrando o meu valor e acho que me foram dando, como se costuma dizer, “guita” para eu poder seguir mais além, porque eu gosto..., sou uma pessoa pró-activa, considero-me uma pessoa pró-activa, gosto de fazer coisas e de ter sempre em conta a opinião das pessoas com quem trabalha... Agora, para outras profissões é sempre mais fácil, sim. Um Assistente Social ninguém questiona, o que é que um Assistente Social faz, um Psicólogo ninguém questiona. O Animador ainda se questiona, mas mesmo assim já não tanto como era.

**C. Sobre os diplomas, o modelo de formação e o mercado da Animação Sociocultural**

**7. Nota-se, em muitas organizações, que o valor atribuído ao diploma de Animação Sociocultural não é o mesmo que é atribuído a outros diplomas de outras formações superiores. O que é que teria de acontecer para que ao diploma de Animação fosse atribuído um valor**

**semelhante ao valor que é atribuído aos diplomas de outras formações superiores?**

**R:** Eu vou ser muito sincero..., eu acho que o que faz muita falta na Animação em Portugal é, por exemplo, aquilo que a Psicologia já conseguiu, uma Ordem. Nós temos a APDASC que eu acho que é uma associação que é muito valorosa e que já fez muito pela Animação, não nos podemos esquecer disso, mas acho que é preciso, em termos políticos e governamentais, darem-nos a possibilidade de nós também nos sabermos autogerir, como é o caso de uma Ordem. Eu acho que é por aí, que é por aí o caminho, porque... ser Animador não é quem quer, é quem pode, quem tem perfil para isso e se calhar há muitos Animadores... E depois, também, haver uma linha estratégica, uma linha de orientação estratégica dentro da Animação Sociocultural em Portugal. Acho que a APDASC conseguiu de certa forma... ou tentou de certa forma criar essa linha estratégica, mas continuamos a misturar..., depois vejo, dentro dos profissionais da Animação Sociocultural, a misturar muito aquilo que é entretenimento com Animação Sociocultural, eu acho que esse é o maior problema de todos os Animadores. Ainda hoje, quando se fala da Animação Sociocultural em Portugal, não podemos esquecer que, sim senhora, o entretenimento faz parte da Animação, mas o entretenimento pelo entretenimento não é Animação Sociocultural, não sei se está a perceber aquilo a que eu quero chegar..., e fazer festas de aniversário, sim senhora, poderá ser uma ferramenta da Animação Sociocultural..., por exemplo, organizar este tipo de coisas de consumo imediato poderá ser também uma forma ou uma ferramenta de que a Animação se pode servir, mas não é Animação Sociocultural. Animação Sociocultural é muito mais do que isso. É trabalhar com princípio, meio e fim, conhecendo bem o terreno, conhecendo bem as pessoas com quem trabalhamos, as suas necessidades..., pensar num projecto de desenvolvimento global e individual para cada uma dessas pessoas e isso é que é a Animação... e às vezes confundimos muito aquilo que é a Animação do entretenimento só pelo entretenimento: “vamos fazer aqui umas actividadezinhas”... Não menosprezando quem as faz, porque são válidas, fazem falta, mas tem que se pensar a Animação mais numa forma mais... mais séria, não é, mais séria, mais aprofundada, daquilo que

são as necessidades, projectos com continuidade, com princípio, meio e fim, que resultados é que obtivemos, eu acho que essa é a grande diferença e depois, lá está..., acho que é isto que falta em Portugal, é haver... ok, então o Animador Sociocultural é aquele que desenvolve projectos de Animação, executa-os ou não, mas desenvolve projectos de Animação, executa-os, avalia-os, refaz os projectos quando se justifica, isto é que eu acho que deve ser a Animação Sociocultural. Confundir isto com..., precisamos aqui de alguém para entreter estas pessoas..., é não ter a noção do que é o trabalho do Animador. A instituição em que trabalho tem Monitores muito válidos, que têm capacidades enormes de... de... de entretenimento, mas, em termos de Animação Sociocultural, falta-lhes alguma parte, falta-lhes a componente da Animação Sociocultural, mas que é normal, é normal... e é por aí que eu me bato pela diferença, que me bato pela nossa diferença, embora os trate como colegas, como trato qualquer outro colega. Trabalhei durante muitos anos com muitos Monitores e há muitos com muitas capacidades.

**8. Na sequência do que acaba de dizer, há colegas seus que, na avaliação que fazem dos cursos que frequentaram, referem que há uma excessiva componente prática e há um acentuado défice em termos científicos, em termos teóricos.**

**R:** Concorro plenamente. Eu mesmo me queixo... A minha mulher também é Animadora Sociocultural, tirou o curso em Beja, e nós falamos muito sobre Animação, como calcula. Queixamo-nos muito disso... Acho que os próprios cursos de Animação não vão ao encontro daquilo que hoje em dia se pretende do Animador Sociocultural. Se no início dos anos 80, 90 vá, não no início dos anos 80, mas no final dos anos 80, início dos anos 90, aquele tipo de programa, que era ministrado nos cursos de Animação, eu acho que até poderia estar mais ou menos de acordo, também tendo em conta a realidade sociocultural que nós tínhamos, mas eu acho que hoje em dia nós... precisamos de mais, precisamos de pensar a Animação de uma forma muito mais científica, precisamos de mais ferramentas e eu tenho pena que na Faculdade não me tenham dado essas ferramentas, mas as que me deram..., depois...muitas... foi por mim que também fui à procura, que pesquisei e que me quis informar mais, mas tenho pena que realmente... Isso é uma verdade, eu também concordo, acho que todos os cursos de



Animação ou quase todos os cursos de Animação em Portugal estão muito virados para a componente prática, que é importante..., que é importante, mas temos que puxar um bocadinho mais pela parte científica, pela parte do conhecimento e obrigar o aluno a pensar porque é que aquela actividade faz sentido, conhecer o grupo, saber elaborar projectos, tudo isso, em termos científicos, é muito importante e isso faz a diferença do Animador Sociocultural.

## **C – Sobre o estatuto profissional do Animador Sociocultural**

### **9. Há pouco fez alusão a uma Ordem, o que faz lembrar o Estatuto do Animador. Como é que se explica que o problema do Estatuto Profissional do Animador Sociocultural se encontre por resolver há mais de quatro décadas?**

**R:** Sim, já se discute o Estatuto há muito tempo... Eu lembro-me, ainda estava na Faculdade, de discutir a questão do Estatuto... e continuamos a discutir, não é, porque não há uma convergência, até em termos nacionais, não só dos cursos, como da própria APDASC, de se reunirem com quem ministra os cursos nas Faculdades, reunirem com os Animadores com mais experiência, com mais conhecimento e que, de uma forma calma, porque às vezes também é isso que falta, de uma forma sensata, permita estabelecer uma linha orientadora para aquilo que é a Animação... e, pronto, e continuamos nesta... neste dilema... e depois, não sei se tem noção, também há outra corrente da Animação, que é ali de Coimbra, da Escola Superior de Educação, que tem um conceito um bocadinho... já mais... politizado da Animação e isso não ajuda..., isso não ajuda realmente. Quando eu falo de uma Ordem, realmente eu devia ir mais atrás..., nem sequer o Estatuto está... está aprovado e homologado, quanto mais pensar, mais à frente, numa Ordem, mas a Ordem é um sonho, eu acho que a Ordem é um sonho. Sim, tem toda a razão, eu acho que...o grande problema é esse, nós Animadores, e eu contra mim falo, porque nunca fui muito activo na APDASC, e podia ter sido, nunca fui activo..., porque gosto do meu trabalho e entranho-me tanto no meu trabalho que acabo por não ter tempo para...

**10. Pelo que deixa entender, o problema do Estatuto do Animador está relacionado com o défice de vida associativa dos Animadores.**

**R:** Claro que sim, tem tudo a ver. Aliás, vou-lhe ser sincero, eu sou voluntário numa associação intercultural situada em Lisboa, faço parte dos órgãos sociais dessa associação e o trabalho que desenvolvo está relacionado com o desenvolvimento local, como também ao nível da mobilidade europeia, recebemos estagiários, jovens que vêm de outros países para aprenderem..., para fazerem um estágio, por exemplo, no nosso país, nós fazemos a articulação com as empresas e tudo o mais... e acho que essa minha veia associativista, ou seja, de me querer juntar também fora daquilo que me dá dinheiro, daquilo que me dá o ordenado, mostra que eu até tenho um espírito associativista. Porém, não deixo de reconhecer que a falta de vida associativa leva a que estejamos metidos na nossa concha e no nosso trabalho e isso faz com que não se discutam os assuntos que realmente importam na nossa profissão. Há, de facto, falta de vida associativa entre os Animadores, o sentir, por exemplo, em torno da APDASC, que todos nos uníssemos e que fizéssemos avançar as nossas pretensões.

**11. Não receia que a homologação do Estatuto possa excluir pessoas que, não tendo formação certificada na área, já fazem Animação há muito tempo? Não receia que a experiência dessas pessoas possa ser desperdiçada?**

**R:** Receio isso, sim. Conheço pessoas com muitos conhecimentos académicos, que não são Animadores Socioculturais, mas que fazem Animação maravilhosamente, que entendem perfeitamente aquilo que é a Animação..., posso-lhe dizer até Sociólogos, que trabalham dentro da área da Animação e que não tenho nada a apontar ao nível da elaboração de projecto, daquilo que é o conhecimento dos públicos com que trabalham e tudo o mais... Tenho, no entanto, um bocadinho medo disso, porque acho que não é justo, acho que também não é justo..., mas se temos que ser justos connosco próprios, então, se calhar, é um mal necessário, percebe o que eu lhe digo? Ou seja, se nós queremos ser uma associação só de técnicos superiores de Animação, então que sejamos; se nós queremos ser uma associação, uma ordem ou o que lhe quiserem chamar, de pessoas que

fazem Animação Sociocultural, então que sejamos, mas que isso se defina uma vez por todas, porque acho que, mais uma vez digo, se tiver que ser só com Animadores Socioculturais técnicos superiores, então que seja e será um mal menor ter que excluir todas as outras pessoas, por muito válidas que elas sejam.

**12. Como sabe, com certeza, há cursos de Animação técnico-profissionais, como é que encara esta formação?**

**R:** Acho que é uma mais-valia, acho que é uma mais-valia... porquê? Eu nunca tive medo. Já no tempo da Faculdade havia colegas que diziam “ah, então mas nós estamos aqui a tirar um curso superior, também há cursos técnico-profissionais de Animação, não será a mesma coisa?” Eu digo sinceramente, aquilo que nos define e nos distingue dos que são técnico-profissionais ou que..., é essencialmente a questão do projecto, eu acho que é por aí, projecto... ou seja, não pensar..., voltamos ao entretenimento e àquilo que é a Animação, não pensar a Animação como um entretenimento e pensar a Animação como um projecto, como um projecto de intervenção, como algo que vai melhorar ou não, mas vai tentar melhorar a vida das pessoas, a vida do público, a vida do grupo com que trabalhamos... Não me faz peso saber que poderei ter como colega um Animador técnico-profissional, não me faz diferença nenhuma, embora muitas vezes as organizações confundam os dois níveis de formação e, tendo que seleccionar um Animador, prefiram o Animador técnico-profissional como razões económicas. Quem conhece a Animação percebe que estes dois níveis de formação não se confundem, não têm nada a ver..., ao Animador de formação superior foram dadas mais ferramentas do que são dadas a um Animador técnico-profissional.

## **D – Futuro Profissional**

**13. Como é que encara o seu futuro profissional?**

**R:** O meu futuro profissional..., encaro-o com muito optimismo, porque felizmente trabalho numa instituição onde posso fazer muita coisa, trabalhar com muitos públicos e eu não sou uma pessoa de me acomodar. Hoje estou aqui, como também já estive noutros lugares, está a ser um desafio muito interessante. Gostava também de experimentar trabalhar com outros públicos,

porque.... se a minha especialização, e essa é uma outra questão, tem a ver com a especialização ou não dos cursos de Animação para os públicos com que se trabalha, sejam com crianças, com jovens e com idosos, ou haver um curso de Animação comum durante três anos e depois, no final, haver uma vertente de especialização, como há noutras profissões, eu acho que isso fazia sentido. No meu caso, a minha especialização sempre foi trabalhar com idosos, embora eu já tenha trabalhado com muitos públicos. Portanto, eu vejo o futuro da minha profissão com muito optimismo, continuo a ter muitas ideias, continuo a ser uma pessoa muito pró-activa e, como tal, não me vejo esmorecido, nem vejo o meu futuro profissional, aqui ou noutro local de trabalho, como algo que me vai ser enfadonho ou tristonho, pelo contrário. No dia em que a coisa começar a esfriar vou pedir para ir para outro sítio trabalhar, para também tentar se calhar dar aqui um ânimo, para se calhar ter outras experiências, por isso, da minha parte, estou optimista. Em relação ao contexto nacional..., ao contexto português da Animação, se calhar já não sou tão optimista, já não sou tão optimista... e tem a ver com a culpa de nós todos, Animadores Socioculturais, de não conseguirmos finalmente definir um caminho claro daquilo que queremos, como é que queremos, mas a culpa é de todos.

**Muito obrigado pela sua colaboração!**

#### **ENTREVISTA 6**

**Entrevista realizada: 26/09/2018**

**Mulher**

**Idade: 34 anos**

**Escola onde concluiu a licenciatura: Escola Superior de Educação de Lisboa**

**Designação do curso: Animação Sociocultural**

**Ano de conclusão: 2015**

**Tipo de organização em que trabalha: Apoio Social a Idosos**

**Classificação profissional: Monitora**

**Área de Actividade: Lar e Centro de Dia**

**CAE – Classificação das Actividades Económicas: Saúde Humana e Apoio Social**

**(explicação do objectivo da entrevista)**

## **D. Sobre o mercado de trabalho da animação sociocultural**

### **1. Como é que caracteriza actualmente o mercado de trabalho da Animação Sociocultural em Portugal?**

**R:** Eu acho que ainda estamos a anos-luz de uma realidade adequada para a Animação. Daquilo que eu vou vendo em termos de necessidades e de oportunidades de trabalho, prendem-se com part-times de 20 horas semanais em lares de terceira idade. A necessidade de construir planos de desenvolvimento individuais e que não é possível, de todo, concluir em 20 horas. Pedem também, habitualmente, Animadores que possam ser “pau para toda a colher”, não só exercer a função de Animadores, mas também de recepção e outras funções que nada têm a ver com a Animação.

### **2. Que razões o(a) levaram a tomar a decisão de frequentar um curso superior de Animação Sociocultural?**

**R:** Eu fiz o técnico-profissional de Animação Sociocultural... Quando saí do 9.º ano andava um bocadinho perdida, digamos assim, não sabia muito bem que área do ensino secundário devia escolher e honestamente acabei por ir para este curso porque tinha uma colega que também ia. Depois comecei a trabalhar num ATL como Monitora de ATL, mudei para uma outra instituição e nessa mesma instituição, enquanto Monitora, começaram-me a questionar se eu não gostaria de seguir uma outra área e investir na minha formação académica e achei que a Animação era efectivamente aquilo que fazia sentido, é aquilo que eu gosto de fazer, sinto-me como Animadora e por isso acabei por ir para Animação.

### **3. Marcelino Lopes, na sua obra “Animação Sociocultural em Portugal”, refere que “para a maioria dos Animadores, a Animação em regime profissional passou a ser uma actividade de transição, quase se diria, um acidente de percurso”. O que pensa desta situação?**

**R:** Ele diz muitas coisas, não é... e pegando um bocadinho mais na nossa utopia, a vontade do Animador dar ferramentas ao seu próprio público-alvo de modo a que deixe de ser necessário o Animador... eu acho que... a Animação começou a ser uma necessidade quando se percebeu que era necessário dividir o dia em três tempos, não é, o tempo do lazer, o tempo do trabalho, o tempo do descanso..., começa a surgir, então, a necessidade de

um profissional com uma área de especialização... para criar, então, possibilidades aos vários públicos de serem estes mesmos três tempos, independentemente da idade com que estejam... Ainda estamos a construir o nosso próprio percurso enquanto Animadores..., a defender o nosso papel na sociedade e como temos de o defender acabamos por nos agarrar às várias oportunidades que vão surgindo, não é..., é uma profissão emergente, é uma profissão que não é fácil e temos que ir passo a passo, batalhando para conseguir que todas as pessoas, ao nível social, se apercebam que faz sentido e que é necessário um Animador nas várias valências.

#### **E. Sobre o espaço de intervenção do animador sociocultural nas organizações de trabalho ou nos projectos em que participa**

##### **4. Do que é que gosta e do que é que não gosta no seu trabalho?**

**R:** Gosto da possibilidade de... de fazer as pessoas sorrirem..., gosto da possibilidade de não estar agarrada a uma secretária e... buscar o melhor das pessoas, proporcionar-lhes momentos de bem-estar. Não gosto que olhem para mim como um “palhacinho”, infelizmente há ainda essa ideia de que o Animador é a pessoa que está para criar actividades sem... muitas vezes apenas para divertir e sem grande objectivo e não é este o propósito da Animação Sociocultural. Sinto que consigo mostrar e que, no sítio onde eu estou, me aceitam como Animadora e que consigo levar os meus objectivos por diante.

##### **5. Enquanto Animador Sociocultural, sente-se reconhecido(a) no seu actual contexto de trabalho? Porquê?**

##### **6. O tratamento que lhe é dado enquanto Animadora Sociocultural é equivalente ao tratamento que é dado a outros profissionais de formação superior?**

**R:** Eu neste momento, embora seja Animadora de formação académica, estou como Monitora. Tenho uma outra colega, que é Animadora, e eu sinto que o tratamento é igual para ela e para mim também, embora aqui esteja com uma função de Monitora e não de Animadora, mas... na altura em que eu respondi à entrevista, ao inquérito que recebi, estava a desenvolver funções de Animadora e o tratamento que me davam era o tratamento que davam aos restantes profissionais.

**7. O que é que acha de estar classificada como Monitora, tendo um curso superior de Animação Sociocultural?**

**R:** O que é que eu acho de estar classificada como Monitora?... Bom, isto dava para um... A situação em que me encontro é a situação de muitas outras pessoas, quer nesta instituição, quer em muitas outras instituições.

**8. No seu actual contexto de trabalho tem espaço de intervenção? Conquistou-o? Foi-lhe cedido?**

**9. Como gostaria de ver recompensado o seu trabalho, para além, evidentemente, de ser classificada como Animadora?**

**R:** Sim, para além disso, eu acho que o meu trabalho é recompensado da forma que eu sinto, que é através do agradecimento das pessoas com quem eu trabalho directamente. A partir do momento em que essas pessoas reconhecem a necessidade do meu trabalho, a partir do momento em que eu olho para as pessoas, às segundas-feiras, e percebo que elas sentiram falta da minha intervenção, isso é uma boa recompensa. É um reconhecimento de proximidade que muitas vezes compensa a falta de reconhecimento institucional.

**10. Pretende manter-se como Animador(a) Sociocultural? Porquê?**

**F. Sobre os diplomas, o modelo de formação e o mercado da Animação Sociocultural**

**11. No seu trabalho encontra-se classificado como Animador Sociocultural?**

**12. A situação em que se encontra pode ser relacionada com o valor atribuído aos diplomas dos Animadores Socioculturais. O que acha que teria de acontecer para que o valor atribuído aos diplomas dos cursos superiores de Animação fosse mais considerado institucionalmente?**

**R:** Eu penso que... primeiro tinha que haver uma mudança nos próprios Animadores. Nós não defendemos a nossa própria profissão da maneira como a deveríamos defender. Não existem artigos científicos ou poucos existem... Aliás, em todo o meu percurso académico, quando eu queria algo mais consistente tinha que ir a artigos espanhóis, franceses..., acho que ainda estamos muito “preguiçosos”, não mostramos aquilo que fazemos competentemente, nós Animadores, dedicamo-nos às pessoas e acabamos

por esquecer que a parte de trás, o escrever, o publicar, também é importante. No fundo, dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pela Animação Sociocultural, só por aqui é que vamos conseguir marcar a nossa posição socialmente. O mercado de trabalho também não nos dá a visibilidade que necessitamos, porque nós próprios não mostramos que somos necessários. Existem vários projectos de Animadores que não são comunicados e os que são, muitas vezes, acabam por ser colados àquela imagem – volto a usar a expressão – do “palhacinho”. Ainda esta semana, via numa rede social o trabalho de uma Animadora que infantiliza o público sénior, porque ainda se acha que é por aí que se chega aos idosos. Também existem outros casos de bons profissionais que publicam, nas redes sociais, os seus trabalhos e apresentam, mas esses têm menor impacto e acabamos por ser colados à ideia do Animador que entrega o desenho para o idoso colorir, o Animador que vai fazer um jogo infantil para conseguir trabalhar com um idoso demente e... não conseguimos desvincular-nos destas imagens, são estereotipadas e é mais fácil chegar a estas imagens porque estão publicadas e são mais publicitadas do que outros tipos de trabalhos que são feitos na Animação.

**13. O que terá de acontecer para que ao seu diploma seja atribuído mais valor?**

**14. Como é que encara a formação de Animadores Socioculturais ao nível do ensino secundário profissional? Acha que tem sentido?**

**R:** Eu acho que sim...

**15. Mas esta formação não dará lugar a confusões nas instituições ao ponto de todos serem “colocados no mesmo saco”, sejam Animadores de Formação superior, sejam Animadores de formação técnico-profissional?**

**R:** O ideal seria o Animador técnico-profissional depois seguir o percurso académico e fazer uma licenciatura... e, assim, teria mais bases para prosseguir uma formação superior. Eu, por exemplo, fiz um curso técnico-profissional de Animação Sociocultural e fiquei com muitas bases para cumprir as minhas funções enquanto Monitora, tanto em ATL, como depois com públicos jovens, adultos e idosos, já trabalhei com todos estes públicos. O curso técnico-profissional também me deu muitas bases para a formação



superior que obtive na mesma área. Sim, é verdade que pode criar confusão nas entidades patronais: “então, porque é que eu tenho de contratar um técnico superior, quando posso contratar um técnico-profissional para fazer as mesmas coisas?” Mas a realidade é que se for um técnico superior que tenha passado pelo curso técnico-profissional acaba por ser um profissional mais bem preparado.

## **C – Sobre o estatuto profissional do Animador Sociocultural**

- 16. Será que a falta de visibilidade que refere não estará relacionada com a questão do Estatuto Profissional? Como é que se explica que o problema do Estatuto Profissional do Animador Sociocultural se encontre por resolver há mais de quatro décadas?**

**R:** Eu aqui vou também falar contra mim, eu própria não faço parte da discussão. Se eu, enquanto Animadora, não me envolvo a esse nível, como é que eu quero que a Animação avance de outra forma? O nosso Estatuto, embora aprovado, não foi homologado, embora tivesse havido, segundo julgo saber, algum esforço junto de alguns grupos parlamentares da Assembleia da República, mas na verdade não foi homologado.

- 17. Acha que o facto de não haver um Estatuto interfere na sua condição de Animadora?**

**R:** Interfere, porque depois eu não me posso defender... Não na minha instituição, a minha instituição reconhece que um Animador de formação académica superior é um técnico superior. No momento em que for reclassificada passarei a ser considerada como tal, mas do que eu vejo em outras instituições, IPSS's, lares privados, tanto lhes faz terem um técnico-profissional ou um técnico superior, aliás, preferem ter um técnico-profissional porque fica mais em conta.

- 18. No seu entender, a homologação do Estatuto do Animador por parte do Estado terá vantagens ou desvantagens?**

- 19. Acha que alguma vez o Estatuto do Animador vai ser homologado pelo Estado? E no caso de ser homologado, não receia que sejam excluídas pessoas que, não tendo formação certificada, já fazem Animação há muito tempo e, por isso, já têm uma grande experiência nesta área?**

**R:** Se continuarmos a fazer o que estamos a fazer até agora, não acredito que alguma vez o Estatuto seja homologado. Em relação à segunda parte da pergunta, respondo-lhe perguntando se uma pessoa que não esteja certificada como enfermeiro pode ser enfermeiro? Uma pessoa que não tenha feito formação de ensino pode dar aulas? E a resposta é não. Então porque é que uma pessoa que não tenha feito uma formação certificada na área da Animação pode ser um técnico de Animação? É um bocadinho por aí... Eu conheço o caso de uma pessoa que é formada em Belas-Artes, tem imensas competências e desenvolve funções de Monitora, mas quer ser reclassificada como Animadora. Será justo? Não é... Não é que ela seja menos do que eu, mas ela não passou por nenhuma formação, não tem um diploma. E, sim, um diploma é importante neste aspecto, porque se não for assim qualquer pessoa poderá ser Animador, o que, aliás, infelizmente sucede. É certo que poderão ter uma grande experiência, mas e, então, as pessoas que concluem a sua formação superior, que gastaram muitas horas a estudar e que, do ponto de vista económico, tiveram muitas despesas e não arranjam trabalho porque muitos dos lugares estão ocupados por pessoas que não estão certificadas como Animadoras? É uma questão de justiça. Em todo o caso, tendo em conta a experiência acumulada, talvez seja possível, para essas pessoas, definir um período de transição que lhes possibilite a passagem por uma formação que as habilite como Animadoras, é uma questão de justiça.

## **D – Futuro Profissional**

### **20. Como é que encara o seu futuro profissional?**

**R:** Eu tenho a certeza que vai ser um futuro profissional com altos e baixos como todos os outros. Tenho a sorte de nesta instituição poder trabalhar com qualquer público. No entanto, sei que vai haver sempre constrangimentos. Sei que há públicos que são mais fáceis que outros e... estamos com um mundo ainda a crescer, estamos ainda a defender a Animação. Pretendo manter-me como Animadora, foi para isso que eu estudei.

**Muito obrigado pela sua colaboração!**